

Mari Smits

HOLAMBRA

Os primeiros anos difíceis de um pedacinho da Holanda no Brasil





A publicação desta edição em português só foi possível graças ao apoio financeiro do Fundo de Contrapartida para Disseminação do Patrimônio Cultural Holandês, pelo que somos gratos. Estendemos também nossa gratidão ao Centro de Patrimônio Global e Desenvolvimento (Center for Global Heritage and Development - CGHD) por seu apoio à produção e organização desta obra.

Edição original em holandês:
Smits, M. '*HOLAMBRA De moeizame beginjaren van een stukje Nederland*'
Valkhof Pers Nijmegen 2016, ISBN 978 90 5625 45 2



Leiden 2016, CGHD



ÍNDICE

Apresentação 3
Emigração, a palavra mágica 7
O gigante desperta.....17
"Estávamos à procura de terras no Brasil" 27
Um começo árduo.....55
Um novo regime.....87
Ruptura 121
Holambra deslancha 147
Nova crise.....167
Holambra II.....183
Posfácio 197
Fontes e literatura consultada.....203
Ilustrações.....208

APRESENTAÇÃO

Aeroporto de Schiphol, quarta-feira, 13 de fevereiro de 1988. Depois de mais de meio ano de preparação, eu estava prestes a embarcar na primeira grande viagem de avião da minha vida. Já estava acostumado a viajar, mas, ao chegar no aeroporto naquela fatídica quarta-feira, algo muito diferente me esperava. O voo me levaria para o Brasil, onde eu ficaria por ano. Como historiador interessado na emigração holandesa, estava prestes a tornar-me eu mesmo um emigrante. A preparação tinha o caráter de uma emigração. Minha ida ao Brasil foi preparada pelas antigas organizações de emigração holandesas. Isso significava, entre outras coisas, que precisei pedir um visto temporário de emigração, fazer um exame médico e assinar um contrato de trabalho.

Depois de um voo com escala em Marrocos, cheguei na sexta-feira 15 de abril, de manhã cedo, no novo aeroporto de Guarulhos, perto de São Paulo. Após recolher minha bagagem, fui à procura de alguém que me levaria para Holambra. Não foi difícil identificar Henk Klein Gunnewiek entre as pessoas que estavam aguardando. Eu o reconheci da sua publicação mimeografada intitulada *"Memórias de um emigrante"*. Henk guiou-me através de São Paulo e Campinas até o meu destino final: Holambra. Embora o centro desta vila de emigrantes ainda não tivesse sido enfeitado com vários elementos do estilo holandês, o vilarejo respirava claramente um ambiente holandês. Durante o ano em que vivi entre os emigrantes holandeses - ou melhor, imigrantes - acabei perguntando-me várias vezes se um novo futuro no Brasil seria algo interessante para mim. A resposta foi não; eu não me via como um imigrante e, portanto, preferi construir o meu futuro na Holanda. Apesar de viver um ano no meio de emigrantes, acabei sendo apenas um transeunte.

O motivo da minha ida ao Brasil era escrever um livro sobre a história de Holambra. Como estudante, me acostumara a escrever uma tese sobre um tema que estava além de mim. Agora, estava literalmente no meio do meu assunto. Nas entrevistas com os emigrantes pioneiros, falamos frequentemente sobre os primeiros anos difíceis de Holambra. Além dos emigrantes holandeses e seus filhos que nasceram no Brasil, Holambra também fora povoada por brasileiros, os funcionários da cooperativa ou das várias horticulturas, e também por brasileiros que abriram lojas ou bares. Embora a maioria da população holandesa esteja bem integrada na sociedade brasileira, surpreendeu-me o quão importante ainda era a relação com a Holanda. Isso ficou evidente pela presença de jovens emigrantes holandeses e jovens holandeses que permaneciam por um tempo menor em Holambra para fazer um estágio. Para os emigrantes mais idosos e seus filhos - os "Holambreses" - a relação com a Holanda era indispensável, não só culturalmente, mas também economicamente. O conhecimento da produção

e venda de flores e plantas foi a base do desenvolvimento de Holambra, conhecida hoje com a Cidade das Flores do Brasil. Em 3 de abril de 1989, poucos dias antes do meu retorno à Holanda, fui testemunha deste desenvolvimento, com a inauguração do Leilão de Holambra. Os primeiros leilões aconteciam com o levantar das mãos, agora é tudo automatizado em um complexo de leilão de ponta à beira da rodovia Campinas Mogi Mirim. Durante o ano em que estive hospedado em Holambra, ficou claro que a fala da língua holandesa estava sob muita pressão, mas, através de voos frequentes e mais econômicos, era possível manter os vínculos com a Holanda.

A história de Holambra mostra que a emigração era mais do que abrir mão de velhos costumes, aprender uma nova língua e familiarizar-se com uma nova cultura. Desde o início da colônia, Holambra correspondia à definição de transnacionalismo: os emigrantes que formam um vínculo entre seu país de origem e o país de residência. De acordo com a definição de 1992, os emigrantes que mantêm este vínculo não são emigrantes comuns, mas transmigrantes. Eles desenvolvem e mantêm múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas - além das fronteiras. Interagem, tomam decisões, se engajam e desenvolvem sua identidade dentro das redes sociais que os conectam com duas ou mais sociedades. Nos primeiros anos, a maioria dos moradores de Holambra tinha poucas oportunidades de manter um vínculo com a pátria. Costumavam escrever cartas aos parentes e recebiam cartas em resposta, assim mantendo-se informados sobre o estado das coisas na Holanda. Apenas alguns - especialmente os lideres dentro da comunidade - tinham oportunidade de viajar com frequência para a Holanda. Isso não significa que não era grande a influência da Holanda durante os primeiros anos de Holambra.

Em abril de 1988, comecei uma pesquisa histórica em Holambra que, em 1990, levou à publicação de *Holambra. História de um sonho holandês do futuro em uma realidade brasileira 1948-1988*. O livro dava continuidade à minha tese que tratava da emigração de católicos holandeses como tema central. A base para o meu livro foram os arquivos privados holandeses, como os arquivos do Katholieke Nederlandse Boeren- en Tuindersbond (a Associação Neerlandesa dos Lavradores e Horticultores Católicos ou KNBTB) e do fundador de Holambra, Geert Heijmeijer. No Brasil, dediquei-me às pesquisas dos arquivos da cooperativa, essenciais em revelar os desenvolvimentos internos dentro dessa comunidade de emigrantes. O mais especial foi que conduzi a minha pesquisa entre as pessoas que tinham vivenciado esta história e podiam contar sobre ela. Assim, virou uma história viva. Meu livro foi a primeira tentativa de narrar a conturbada história de Holambra. Dez anos depois, Kees Wijnen repetiu o feito com o seu livro *Holambra. Cidade das Flores aconteceu de novo*, com uma grande diferença, pois seu livro foi o resultado de uma estreita colaboração com os moradores de Holambra. Portanto, seu livro revela menos detalhes sobre o início

turbulento de Holambra, estando mais voltado para os desenvolvimentos dentro da própria comunidade.

Quando, cinco anos atrás, as últimas cópias do meu livro se esgotaram, sugeriram que eu reimprimisse este livro. Isto não me pareceu uma boa ideia, já que meu livro se baseara em fontes que estavam disponíveis naquele momento. Enquanto isso, os arquivos do governo holandês tinham se tornados públicos e foram transferidos aos Arquivos Nacionais em Haia. Decidi fazer uma nova pesquisa e comecei - usando a fotografia digital - a explorar fontes ainda desconhecidas para mim. O resultado da nova pesquisa é esta publicação.

O meu antigo livro estava voltado para o desenvolvimento de Holambra durante os primeiros quarenta anos de sua existência, com ênfases nos primeiros anos turbulentos. Neste novo livro, os primeiros anos desempenham um papel central e não tentei esmiuçar os acontecimentos a partir dos anos sessenta. Por isso, o livro descreve o desenvolvimento de Holambra apenas até o início da década de sessenta, e conclui com a fundação de Holambra II. A abordagem que escolhi era organizacional, ou seja, entender o envolvimento holandês em um projeto de colonização em um país estrangeiro. Queria principalmente analisar qual fora o papel dos atores holandeses (a KNBTB, o governo holandês e representantes diplomáticos holandeses) na fundação de Holambra e no desenvolvimento da colônia. A partir dessa perspectiva, o papel dos emigrantes se destaca menos, apesar de ter sido muito maior. Sem as famílias de emigrantes que se estabeleceram em Holambra ou que saíram de lá, a história teria sido apenas uma história organizacional. Sua decisão de emigrar, de permanecer em Holambra ou de sair de lá criou um dinamismo que teve um grande impacto na rede administrativa em torno de Holambra. Este livro ainda não conta a história completa de Holambra. Há apenas algumas indicações sobre o papel dos atores brasileiros (principalmente o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo). Espero que, no futuro, um historiador brasileiro aproveite este livro para aprofundar a pesquisa nos arquivos do Brasil sobre o papel do brasileiro na fundação de Holambra ou no estabelecimento de emigrantes holandeses.

Mari Smits

Janeiro de 2016

CAPÍTULO 1

EMIGRAÇÃO, A PALAVRA MÁGICA

Há duas grandes diferenças no movimento de emigração pós-guerra da Holanda se comparado aos cem anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, os fluxos migratórios no pós-guerra foram muito maiores. Além disso, no período pós-guerra a emigração aconteceu principalmente de forma organizada. Até 1940, a emigração holandesa transcontinental era apenas um fenômeno marginal. Os holandeses se espalharam pelo mundo para fazer negócios, e quando se estabeleciam no exterior, o faziam nas colônias (onde trabalhavam na administração colonial) ou em empresas comerciais. Depois de encerrar sua carreira, a maioria retornava à Holanda. Eram poucos os que se mudavam definitivamente para fora do país. No período entre 1846 e 1932, a Holanda teve participação modesta nos fluxos migratórios da Europa como um todo, com um total de 250.000 emigrantes (ou 2.900 emigrantes por ano). Este volume representa apenas uma fração, por exemplo, dos 18 milhões de pessoas que arriscaram a travessia das Ilhas Britânicas (incluindo a Irlanda) ou os dez milhões que saíram da Itália. Entre 1854 e 1910, apenas sete pessoas a cada 10.000 habitantes da Holanda emigraram, enquanto a Irlanda liderava o ranking com 122 emigrantes por 10.000 habitantes no mesmo período. O ano de 1889 foi recorde para a Holanda, com cerca de 9.100 emigrantes. A maioria dos emigrantes holandeses no período pré-guerra se estabeleceu na América do Norte (inicialmente nos Estados Unidos e mais tarde no Canadá), com a América do Sul desempenhando um papel menor na imigração holandesa transcontinental. Aproximadamente 220.000 holandeses entraram nos Estados Unidos entre 1840 e 1940, comparado com apenas 10.222 emigrantes que se instalaram na Argentina e 8.200 que se estabeleceram no Brasil.

Psicose migratória

Após a segunda guerra mundial, os números de emigrantes transcontinentais deram um salto enorme; falava-se até de uma 'psicose migratória. Em 1947, Jan Rempt, um jornalista, alardeava: "Emigração! A palavra mágica da vez! Em 1945, era a palavra 'libertação' na boca do povo; em 1946 a palavra de ordem era 'construção'. Em 1947, as pessoas falam de 'emigração' como se fosse a salvação de todos os tempos, em especial para a Holanda." No mesmo ano, os movimentos migratórios para o Canadá começaram a crescer. Entre 1947 e 1963, um total de 409.000 pessoas deixaram o pais, representando uma média de 24.000 por ano. A onda de emigração atingiu o seu auge em 1952, com a saída de quase 49.000 holandeses.

O que levava tantas pessoas a querer deixar o país justamente no momento em que se libertava dos efeitos de cinco anos de ocupação e investia toda sua energia na reconstrução? Em primeiro lugar, devemos lembrar da crise dos anos trinta e do sofrimento durante os anos de guerra. Para muitos, a crise gerou uma grande insatisfação com a sociedade holandesa. A população ainda tinha nítidas memórias do período de grande desemprego. Os anos subsequentes de ocupação alemã causaram grandes danos à economia holandesa. Grande parte da infraestrutura foi destruída, muita terra agrícola tornou-se inútil, e muitas fazendas nas regiões fronteiriças foram destruídas. Além disso, os alemães tinham saqueado diversos produtos e instalações industriais, e muitos alimentos ainda eram racionados.

Após a libertação, a vida parecia pouco promissora. Ainda havia grande escassez de alimentos, moradia e capital. Em 1947, 75% da população holandesa acreditava que a vida era pior do que antes da guerra. Assim, não era surpreendente que muitos se lembrassem das histórias que os libertadores americanos e canadenses contavam sobre seus países. O Canadá se tornou o principal destino, não somente para as 'noivas da guerra' (mulheres que se casam com oficiais estrangeiros durante ocupações) mas também para diversos outros grupos de emigrantes.

As pessoas também estavam convencidas de que a Holanda estava superlotada. Os agricultores, principalmente, sentiam isso na pele. Para seus filhos, criados e educados na agricultura, tornou-se praticamente impossível estabelecer seus próprios empreendimentos. O cultivo de novas terras, que antes ainda viabilizava uma expansão significativa das terras agrícolas, agora ficou praticamente paralisado. Além disso, os agricultores eram sujeitos a restrições de produção herdadas dos anos trinta. As condições políticas também eram incertas. Uma guerra inútil era travada nas Índias Orientais Holandesas para manter a colônia, e havia ainda o temor de uma nova guerra com uma possível ocupação russa (reforçado quando os comunistas tomaram o poder na Checoslováquia e com o bloqueio de Berlim em 1948).

Neste contexto, agricultores – e não-agricultores também – utilizaram essas circunstâncias como argumento para expressar seu desejo de emigrar. Como líder da emigração de agricultores holandeses católicos para o Brasil, Geert Hagen recebeu inúmeras cartas expressando tal desejo. Um dos candidatos lhe escreveu: "já faz alguns anos que tenho a intenção de emigrar com minha família, e gostaria de saber do senhor quais oportunidades existem para que eu possa buscar o meu sustento e o de minha família no Brasil (...). O motivo do meu desejo de emigrar é, acima de tudo, garantir a segurança de nossos filhos em caso de uma possível guerra aqui na Europa, e, em segundo lugar, garantir o futuro das crianças."

Inicialmente, o governo holandês assumiu uma posição reservada com relação a emigração. A Holanda precisava de seu povo para reconstruir o país. Somente a emigração de agricultores era incentivada, especialmente no leste e sul do país, onde havia um excesso de (futuros) agricultores. Já não

era mais possível expandir a quantidade de terra cultivada. Alternativas como a exploração das áreas pantanosas remanescentes e a transferência de empreendimentos agrícolas para os pôlderes recém-desalagados próximos ao IJsselmeer ofereciam pouco consolo. Além disso, muitos jovens agricultores aguardavam uma oportunidade para estabelecer seu próprio empreendimento agrícola. De acordo com o Professor Jules Dewez, da Universidade de Wageningen, havia 40.000 jovens do setor agrícola que, "embora extremamente ansiosos por fazê-lo", não tinham condições de montar seu próprio empreendimento. Essa questão também era conhecida como o "problema dos jovens agricultores". De acordo com um relatório de 1951, o país precisaria reocupar 6.000 potenciais sucessores de empreendimentos agrícolas anualmente, seja através de empregos no setor industrial ou por meio da emigração.

Muitos agricultores e organizações agrícolas resistiam fortemente a essa transição para o setor industrial. Naquela época, era muito comum que filhos de fazendeiros e agricultores seguissem uma formação agrícola com a intenção de se tornarem fazendeiros ou agricultores. Estes se opunham à ideia de trabalhar em fábricas.

Formação de colônias

Esta falta de perspectiva para a criação de novos empreendimentos agrícolas, em conjunto com a resistência a trabalhar em fábricas, levou a Associação Neerlandesa dos Agricultores e Horticultores Católicos (KNBTN) a buscar a promoção da emigração como solução. Para este fim, em 1947 foi estabelecida a Fundação de Emigração da KNBTB, que tinha por propósito responder às seguintes perguntas: "Para onde podemos emigrar? E quais são as possibilidades para aqueles dispostos a emigrar? Como capacitar essas pessoas, analisar o financiamento da expedição e tudo relacionado ao assunto?" O objetivo da Fundação era "tratar de assuntos migratórios e representar os interesses religiosos, morais, sociais e culturais de agricultores ou horticultores neerlandeses católicos que desejem emigrar ou que já emigraram do país". A Fundação trabalhava em conjunto com as associações regionais das comissões de emigração fundadas pela KNBTB. Enquanto no nível nacional a Fundação cuidava principalmente de pesquisar oportunidades de emigração em vários países e realizar consultas com agências governamentais holandesas e organizações relacionadas, as comissões regionais informavam os futuros emigrantes em potencial e os preparavam para a emigração através de cursos especiais.

Esperava-se que a emigração acontecesse na forma de colônias. Quando, ainda em 1922, os representantes da KNBTB conduziram reuniões na França sobre a possível emigração de agricultores holandeses para aquele país, já havia sido determinado que a emigração generalizada estava completamente fora de questão devido a possíveis objeções religiosas. A

única forma aceitável era a formação de colônias. Era necessário que compatriotas e companheiros que partilhavam da mesma religião pudessem se concentrar em um lugar só no exterior para que pudessem representar os interesses espirituais dos emigrantes de maneira responsável. A colonização também era vista como um meio de preservar a cultura holandesa dos emigrantes.

Foi com este foco que a KNBTB começou a buscar possibilidades de emigração no período imediatamente após 1945. Num primeiro momento, os principais países abordados foram a França e o Brasil, já que ofereciam possibilidades de se criar colônias com lideranças religiosas e técnicas próprias. O assessor técnico da Fundação de Emigração, Jules Dewez, comentou: "Para uma emigração bem-sucedida, é necessário que sejam satisfeitas (...) não só as necessidades materiais, mas também os desejos espirituais de nossos jovens agricultores católicos. Não estaremos fazendo nenhum favor a esses jovens se os ajudamos a crescer na vida em termos materiais, mas os deixarmos à deriva no sentido espiritual. (...) É imperativo que nossos jovens emigrantes agricultores e horticultores possam conviver em sua nova pátria com uma liderança espiritual e técnica familiar, seja em comunidades maiores ou menores."

Inicialmente, não se incentivava a emigração para o Canadá (que logo se tornou o principal destino dos agricultores holandeses) porque o país não permitia a formação de colônias. No entanto, pressionada pela grande demanda, a KNBTB começou a promover também a emigração para o Canadá algum tempo depois.

Política de imigração

O governo holandês também se deparou com a tarefa de encontrar uma nova resposta à forte demanda por emigração após 1945. Antes de 1940 não existia uma política de emigração. Até 1913, o governo se limitava a monitorar os emigrantes que passavam pela Holanda em sua saída da Europa e exerciam alguma fiscalização dos "agentes aduaneiros que trabalhavam em navios a vapor e em terra" na Holanda. Naquele ano, foi fundada a Associação de Emigração Neerlandesa (NVL), cujo objetivo era fornecer informações objetivas a potenciais emigrantes. Mais tarde, em 1923, surgiu a Central de Emigração da Holanda (ECH), que visava promover a emigração. A ECH oferecia um adiantamento financeiro para facilitar a transição, enquanto a NVL era responsável pelo fornecimento de informações e seleção de imigrantes. Em 1931, as duas entidades se fundiram, formando a Fundação de Emigração dos Países Baixos (SLN), uma organização que congregava representantes de governo, organizações de agricultores, sindicatos e associações de emigração de natureza religiosa.

As primeiras organizações de emigração com cunho religioso também surgiram no período pré-segunda guerra. A Associação de Emigração

Católica (RKEV) foi fundada em 1925 para "orientar emigrantes católicos e oferecer assistência de natureza religiosa e econômica". Em 1927, foi fundada a Sociedade Reformista de Emigração (GEV), renomeada Central de Emigração Cristã em 1938. Inicialmente, ambas associações eram pouco ativas, devido à falta de financiamento.

Embora nos anos trinta a emigração para o exterior tenha sido quase nula, na Holanda seu estímulo era contemplado como uma alternativa para combater as altas taxas de desemprego e oferecer um futuro aos jovens agricultores. Durante uma reunião do Partido Católico em 10 de dezembro de 1938, Jules Dewez, que na época atuava como consultor para assuntos agrícolas em Limburg, comentou que a geração de postos de trabalho só levaria a um alívio temporário do desemprego. "A emigração é permanente. A emigração traz muitas dificuldades. Perdemos nosso poderoso sangue. Mas é um mal necessário. Desde que seja bem planejado, é um bom meio de combater o desemprego e a pobreza". Ele considerava a América do Sul o melhor destino, por oferecer oportunidades de formação de colônias. De acordo com ele, "muito pouco está sendo feito com relação a emigração, enquanto o desemprego e a insatisfação aumentam gravemente. (...) No momento, o que precisamos é de um bom plano: já debatemos e estudamos o suficiente."

Depois de Dewez, o padre Charles Donker subiu ao púlpito. Donker trabalhava no Brasil desde 1924, e tinha certeza de que seria impossível ajudar o povo holandês sem emigração. No entanto, esta não poderia ser promovida de forma desesperada, desordenada. Ele também apontou para o sul da América do Sul, e que, em termos de clima e solo, o Brasil era muito propicio à emigração. "Assim garantem os mais de quatro milhões de emigrantes que saíram de toda a Europa para o país ao longo dos últimos 50 anos, com números expressivos advindos da Alemanha, Áustria e Suíça." Donker explicou que o Brasil buscava mão de obra. "Faltam mãos para explorar a terra e as minas. O país pede emigrantes, principalmente holandeses, especialmente agricultores, horticultores e pecuaristas." A emigração para o Brasil deveria ser organizada pelo governo. A Holanda precisava de uma agência responsável pela seleção e preparação dos emigrantes. Já dentro do Brasil, era necessário ter uma "estrutura de acolhimento" para orientar os colonos e servir como uma espécie de "conselheiro espiritual". Depois das palestras, uma moção foi aprovada para solicitar que os parlamentares do Partido Católico apelassem ao governo para organizar uma política de emigração ordenada no curto prazo para Argentina, Brasil e Chile.

Para Dewez, estas conclusões determinaram o momento certo para incentivar à KNBTB a agir. Na primavera de 1938, a associação realizou uma pesquisa para conhecer a dimensão do desemprego entre os jovens agricultores e horticultores, cujos resultados confirmaram que o setor passava por enormes dificuldades. Aproximadamente 15.000 jovens na faixa etária de formação de família estavam desempregados. Dewez conhecia

apenas um caminho para quebrar esse ciclo: a emigração. O fato de que a taxa de emigração holandesa era muito baixa, para ele, era resultado da ausência de boas informações, boa organização e uma liderança que incentivasse o movimento.

Dewez tinha certeza de que muitos jovens agricultores estariam dispostos a emigrar se pudessem fazê-lo em grupos. Enquanto a maioria dos países de destino não permitia a formação de colônias, ele achava que não se oporiam a formação de 'núcleos'. "Se os jovens agricultores e horticultores puderem se reunir em grupos de pelo menos 20-30 e ter a certeza de boa orientação espiritual e técnica, eles emigrarão, não tenho dúvida. Uma vez que considerarmos que esta é a solução mais efetiva e desejada, resta apenas a tarefa de encontrar o país (ou países) mais adequados nos quais poderíamos assentar estas pessoas e prosseguir com apoio do governo."

Ele propôs que fosse comprada, o mais rápido possível, uma propriedade bem localizada no Brasil. Também se fazia necessário buscar uma pessoa adequada naquele país para acompanhar os emigrantes. Inicialmente, a ideia era enviar cerca de 25 jovens agricultores juntos com um engenheiro agrônomo e um líder espiritual para trabalhar em um empreendimento piloto. Assim que tudo corresse bem, comprar-se-ia um segundo empreendimento onde os jovens agricultores pudessem se estabelecer de forma definitiva com suas esposas. Um novo grupo de jovens agricultores tomaria o lugar deste grupo no primeiro empreendimento. Dewez explicava que o capital necessário para comprar o terreno e construir as instalações viria de um fundo especialmente estabelecido para este objetivo. Os jovens agricultores pagariam o terreno e as construções com os rendimentos de seu empreendimento ou com seus ganhos como trabalhadores.

Necessário e desejável

Durante os anos de guerra, o debate sobre a necessidade de políticas de emigração continuou em Londres, onde o governo holandês se estabeleceu em exílio. Em 1941, criou-se um grupo de estudo para ajudar o governo a desenvolver planos para a Holanda no pós-guerra, incluindo uma comissão que se debruçou especificamente sobre a questão da emigração. Entre os membros desta comissão estavam Henri Haastert, ex-secretário da KNBTB, e Pieter van Scherpenberg, que depois da guerra foi nomeado adido de emigração no Rio de Janeiro. O relatório do grupo, publicado no outono de 1944, abordou a questão de um possível incentivo do governo holandês à emigração, e as medidas através das quais isto seria feito.

A comissão previu que haveria grande interesse por emigração depois da guerra. No entanto, a necessidade da emigração dependeria do desenvolvimento industrial na Holanda. "Se o desenvolvimento industrial deixar muito a desejar, (...) a emigração seria desejável - e talvez até mesmo necessária - para o bem-estar da nação holandesa." Portanto, seria oportuno

que o governo holandês assumisse desde o início uma posição positiva e fundasse uma entidade "que organizasse os movimentos migratórios de tal forma que garanta o atingimento dos melhores resultados possíveis, tanto para o emigrante quanto para o país."

A comissão acreditava que tal entidade de controle de emigração deveria ser configurada de forma diferente. Era imprescindível ter uma organização eficaz tanto na Holanda quanto nos países de destino. A preparação e implementação rigorosas de planos de emigração eram elementos essenciais para que fosse possível alcançar resultados benéficos no longo prazo. A atenção do Estado pós-emigração também era importante. Era do interesse da Holanda manter contato com o emigrante de forma a preservar o interesse pela pátria pelo maior tempo possível. A recomendação era formar uma agência central para o assunto no pós-guerra, com liderança especializada e um representante em cada país de destino. As incumbências desta agência deveriam incluir estudos sobre a questão da emigração, o fornecimento de informações à população holandesa, aconselhamento de órgãos do governo, e consultas aos representantes diplomáticos holandeses, agências de colonização e autoridades dos países de destino. A comissão recomendou ainda que não se aguardasse a libertação de todo o país para iniciar os trabalhos.

O relatório também continha reflexões sobre possíveis países de destino. Quanto à América do Sul, as perspectivas no Brasil foram avaliadas como sendo as mais favoráveis, "seja para agricultores e trabalhadores industriais qualificados ou mesmo não-qualificados". Devido à crescente industrialização e migração para as cidades, os produtos agropecuários poderiam ser vendidos dentro do próprio pais. No entanto, a chegada de emigrantes holandeses para exercer atividades agrícolas deveria ser precedida pela compra de terras e o estabelecimento de fazendas experimentais para capacitar os emigrantes nas melhores práticas agrícolas e assim ajudá-los a serem bem-sucedidos. Além disso, deveria se cuidar da recepção dos emigrantes e organizar atividades preparatórias, como a construção de estradas, a urbanização e o cultivo de terras.

A comissão acreditava ser absolutamente imprescindível que os emigrantes não fossem deixados à sua própria sorte, e sim que "devemos ajudá-los com aconselhamento e assistência para que possam superar as grandes dificuldades em seu caminho decorrentes das condições locais". Era difícil fazer uma boa estimativa dos custos associados à emigração para o Brasil. Baseado nas experiências do passado, o custo de emigração de uma família da Holanda para o Brasil era estimado em pelo menos 4.000 florins.

O relatório não discutiu se a emigração deveria ser feita de forma individual ou em grupos, questão foi abordada no relatório da Comissão de Agricultura do Grupo de Estudo. Seria aconselhável focar o movimento emigratório da Holanda, e mais especificamente o de sua população rural, na emigração em grupos, com famílias de estruturas sociais semelhantes se

estabelecendo em pequenas comunidades no exterior. Entre os possíveis destinos mencionados para tal movimento estava a região subtropical do Brasil.

As recomendações do Grupo de Estudo de Londres foram implementadas inicialmente com a continuidade da organização existente. No período inicial do pós-guerra, a Fundação de Emigração dos Países Baixos (SLN) era o principal órgão executivo de emigração do governo (o órgão aumentou seu quadro de funcionários em dez vezes em um curto período de tempo devido à grande demanda). Verificou-se que uma política de emigração adequada requereria que se estabelecessem contatos oficiais junto aos principais países de destino, o que levou à nomeação de adidos de emigração para a França, Canadá, Brasil, Argentina, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

No período imediatamente após a libertação do país, a emigração era vista como primariamente focada em fazendeiros e agricultores. As associações agrícolas holandesas reconheceram este problema, e, em conjunto com os sindicatos de produtores, estabeleceram a Fundação Central de Emigração Agrícola (CSLE). Criada em 15 de julho de 1946, a fundação era encarregada de estudar a questão da emigração e incentivar movimentos emigratórios sempre que estes eram considerados necessários. As diversas organizações participantes da CSLE coordenavam os assuntos de emigração e estudavam as possibilidades de emigração no exterior. De acordo com a Fundação, a questão da emigração não se tratava apenas de problemas económicos ou sociais, "mas sim da ideia de que cada pessoa, seu caráter, sua fé, sua vida e suas visões de mundo desempenham um papel essencial, e que a defesa destes interesses não é de responsabilidade do governo, mas sim destas organizações às quais as pessoas se filiaram voluntariamente".

Com esta declaração, a CSLE revelou uma profunda diferença de opinião sobre a natureza da emigração. Enquanto essas organizações privadas eram focadas no emigrante como indivíduo e em suas oportunidades de desenvolvimento, o governo tratava a emigração principalmente como uma forma de geração de emprego internacional. Para o governo, a situação no mercado de trabalho nacional foi o ponto de partida para uma política de emigração ativa, e, dentro desta visão, a SLN teria um papel central, delegando questões de emigração para as agências regionais de emprego. Além dessas diferentes visões sobre a emigração, havia nos primeiros anos também uma disputa de território entre a SLN e as organizações privadas, disputa esta que foi travada em torno dos esforços para a emigração para o Brasil e (especialmente) na fundação de Holambra.



Locais onde os emigrantes holandeses se estabeleceram nos séculos XIX e XX.

CAPÍTULO 2

O GIGANTE DESPERTA

Em 1967, o professor de português de Nijmegen e ex-emigrante de Holambra Sjef van den Besselaar publicou na Holanda o livro Brasil: O Gigante que Desperta nos Trópicos (tradução livre). O Brasil tinha grande potencial para se tornar uma das principais forças no hemisfério ocidental, dizia o texto, e até mesmo desempenhar um papel de liderança na arena global. Van den Besselaar descreveu o Brasil como um país "que estaria despertando de um sono feudal, tentando ansiosamente recuperar um atraso de séculos. Esse processo vinha acompanhado de problemas graves, mas seria errado julgá-lo apenas de forma negativa. Ele também é prova de que uma força foi desencadeada que que impede que o gigante dos trópicos cochile novamente."

Em 1909, foi publicado na Holanda um livro parecido, intitulado Brazilië, Een land der toekomst ("Brasil, O País do Futuro", em tradução livre). O autor, N.R. de Leeuw, buscava destacar um país ainda desconhecido entre os holandeses. "O holandês deve entender que o Brasil é mais do que um exótico Estado semicivilizado de pronunciamentos e ditadores que não exporta nada à Europa que não seja um eventual Chefe de Estado descartado, café e alguns animais para os jardins zoológicos. O comerciante e industrial holandês que deseja competir economicamente na corrida entre as nações precisa se familiarizar com o grande futuro que o Brasil sonha para si, e que está concretizando por seu próprio esforço neste período de intensas transformações em que vivemos". O título do livro de de Leeuw adquiriu fama mundial por conta de um livro homônimo de autoria do escritor austríaco Stefan Zweig.

Até recentemente, a frase de que o Brasil é o "país do futuro" era frequentemente completada com "e, por enquanto, continuará sendo". Era um país em desenvolvimento com enormes desigualdades sociais que só se manifestava no cenário mundial durante a Copa do Mundo. O Brasil era um país relativamente fechado, e enfrentava graves problemas internos de ordem econômica, social e política. Nos últimos vinte anos, essa situação mudou completamente. Enquanto a Europa sofria com uma grave crise, o Brasil ia relativamente bem. O país passou a integrar os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), quatro países considerados as novas potências econômicas do mundo.

Um país de imigrantes

O Brasil tem uma população altamente diversificada, das mais variadas origens. Além de ser um país formado por povos indígenas, portugueses,

africanos e de descendência mista, o Brasil é também um país de imigrantes. Os fluxos imigratórios começaram pouco antes da independência em 1822, quando o imenso país tinha apenas 4,7 milhões de habitantes.

Com 5,4 milhões de emigrantes no período entre 1820 e 1960, a emigração brasileira era diminuta em comparação com os mais de dez milhões de emigrantes que chegaram aos Estados Unidos durante o mesmo período. Além disso, grande parte dos emigrantes que vinham ao Brasil (os chamados trabalhadores migrantes) voltavam à Europa, o que produziu um salto migratório transcontinental total bem menor para o Brasil. Em comparação com os EUA, a emigração brasileira começou relativamente tarde. Até 1876, o Brasil havia recebido apenas 350.000 emigrantes. A maioria dos recém-chegados era de origem portuguesa (45%), com os alemães em segundo lugar (13%).

No século XIX, o Brasil não era um país muito atraente para os colonos europeus. Havia pouco trabalho para artesãos, porque quase não havia cidades para absorver esses profissionais. Além disso, as terras cultivadas estavam principalmente nas mãos de poucos latifundiários, que usavam escravos para trabalhar em suas plantações. Os proprietários de terras só foram à Europa em busca de novos trabalhadores quando a oferta de escravos se tornou impraticavelmente escassa depois de 1850. Geralmente pagavam a passagem de vinda dos imigrantes prometendo um terreno com pagamento parcelado. Estas promessas eram frequentemente descumpridas, e mesmo quando cumpridas, faltava a infraestrutura necessária para vender a primeira produção dessas pequenas propriedades agrícolas. Em alguns lugares, o tratamento dos imigrantes europeus não era muito diferente daquele dado aos escravos.

Em 1860, o diplomata suíço Johann Jakob von Tschudi escreveu um relato sobre a escravidão branca no Brasil. Pouco antes, o governo da Prússia já havia proibido a emigração ao Brasil. Em 1875 foi a vez da França, e a partir de 1900 a Itália, Espanha e Bélgica tomaram medidas contra o recrutamento de emigrantes baseado na fórmula de oferecer passagem gratuita e a promessa de terra. Apesar destas restrições, a emigração ao Brasil cresceu fortemente no último trimestre do século XIX. Até 1876 a média anual era de 6.000 emigrantes por ano; nos próximos 27 anos (até 1903), a mesma média chegaria a 71.000. No total, cerca de dois milhões de emigrantes chegaram ao Brasil neste período, a maioria de origem italiana (58,5%) e portuguesa (20%). A maioria dos imigrantes italianos trabalhava nas plantações de café no estado de São Paulo. No período entre 1904 e 1930, mais de 2,1 milhões de emigrantes chegaram ao Brasil, ou uma média de 76.000 por ano. A emigração italiana caiu drasticamente devido ao "Decreto de Prinetti", que proibiu a emigração subsidiada de italianos ao Brasil. Apesar da proibição, 19.000 italianos continuaram a chegar ao país anualmente. Os portugueses foram novamente o segundo maior grupo de imigrantes neste período (38%), desta vez seguidos dos espanhóis (22%).

Após a Primeira Guerra Mundial, começaram também a chegar ao Brasil emigrantes da Europa Central e Oriental (poloneses, russos e romenos), assim como do Oriente Médio (sírios e libaneses) e do Japão. Estes fluxos emigratórios, no entanto, viriam a diminuir significativamente a partir de 1931, resultado da política restritiva durante o governo de Vargas (1930-1945) e da crise econômica que atingia o país: a média caiu para apenas 20.400 emigrantes por ano. O último grande pico de emigração ocorreu durante os anos pós-guerra (1946-1963), em que adentraram o país cerca de 800.000 emigrantes – foi neste período que teve início a emigração holandesa organizada em grupos.

Holandeses no Espírito Santo

Somando apenas 8.200 no período entre 1840 e 1940, os emigrantes holandeses que optaram pelo Brasil tiveram pouca relevância numérica dentro do panorama maior da emigração para o Brasil. A importância histórica da emigração entre os dois países advém principalmente da abordagem radicalmente diferente adotada pelos governos brasileiro e holandês após 1945.

A primeira onda de migração holandesa para o Brasil ocorreu entre 1858 e 1862, primariamente a partir da Zeelândia , tendo como principal destino o estado de Espírito Santo. Além de 504 emigrantes da região do Flandres Ocidental da Zeelândia (na sua maioria trabalhadores pobres que se instalaram principalmente na comunidade holandesa da Colônia Santa Leopoldina), havia também cerca de 270 migrantes vindos de Schouwen-Duiveland e Zuid-Beveland. Sessenta emigrantes da Zeelândia se estabeleceram na Colônia Rio Novo (em Rio Novo do Sul, RS) e 73 na Colônia Militar do Urucu (em Teófilo Otoni, MG). Além destes, outros emigrantes da Zeelândia também se estabeleceram nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Associação Central de Colonização (ACC) foi fundada pelo Brasil em 1855 como parte do esforço de recrutamento de imigrantes na Europa. O objetivo era importar emigrantes, particularmente trabalhadores agrícolas, agricultores e artesãos que quisessem emigrar para o Brasil espontaneamente ou através de subsídios. A ACC fazia propaganda nos portos europeus e estabelecia contatos com comerciantes e escritórios de emigração, entre eles a empresa Steinmann e Co Antwerpen, contratada para recrutar imigrantes na Holanda e Bélgica. A propaganda da ACC encontrou solo fértil. A Zelândia ainda se recuperava da crise de fornecimento de batata ocorrida entre 1845 e 1847. Um panfleto de recrutamento para Rio Novo mencionava passagem gratuita, cerca de um hectare de terra pronta para o cultivo, uma casa confortável, uma pequena plantação de café, milho, mandioca e feijão, galinhas e porcos para iniciar atividades pecuárias, e todos os outros produtos necessários para a primeira colheita, quando seria descontado o valor

necessário para pagar os adiantamentos recebidos. As projeções dos anúncios alimentaram "uma febre brasileira" nos vilarejos de Zelândia. Trabalhadores rurais sem terra viram ali a oportunidade de se tornar fazendeiros e adquirir terras.



A casa na qual o Imperador Dom Pedro II jantou na colônia Santa Leopoldina em 1860. De acordo com relatos do Imperador, quase todas as casas holandeses consistiam de estacas de madeiras fincadas no chão, amarradas e cobertas de palha.

No dia 20 de maio de 1858, o primeiro grupo de emigrantes de Schouwen-Duiveland e Zuid-Beveland chegou ao Rio de Janeiro. Após serem registrados pelo serviço de imigração, os emigrantes foram distribuídos entre vários destinos. Um mês depois, 10 famílias e solteiros de Zelândia chegaram à cidade costeira de Itapemirim. De lá, foram transportados para Pau d'Alto, no interior. Se ainda existia alguma fé nos contratos assinados antes de partir, a dura realidade acabou por extingui-las ali. As terras alocadas aos colonos ainda eram selva, e as prometidas "casas confortáveis" eram nada mais que barracos com folhas de palmeira servindo de telhado. Os colonos também sofreram com a malária e outras doenças tropicais. Das 176 pessoas que chegaram em Pau d'Alto em bom estado de saúde - incluindo os zelandeses - mais da metade já tinha morrido em novembro 1858. O destino dos 73 imigrantes da Zelândia que chegaram em 1858 na Colônia Militar do Urucu (no vale do Rio Mercuri) também não foi muito diferente.

O maior grupo de emigrantes da Zelândia - 504 pessoas no total - partiu para o Brasil entre 1859 e 1862 da região oeste de Zeeuws-Vlaanderen, também impulsionados por motivos econômicos. Todos, sem exceção, eram considerados "indigentes" ou "pobres". A maioria era trabalhador rural. Estes colonos foram parar na Colônia Santa Leopoldina, onde foram assentados numa área chamada de "Holanda". Receberam lotes de terra numerados chamados de colônias. Cada família e cada filho solteiro com mais de 20 anos tinha direito a receber uma das colônias numeradas. Porém, chegando no lote atribuído, perceberam que a realidade não correspondia com o que lhes foi apresentado na propaganda da ACC. Os terrenos numerados variavam muito em tamanho e qualidade.

Os emigrantes da Zelândia foram deixados à própria sorte em suas terras. Começou uma fase difícil em que a selva tinha que ser desbravada, casas construídas e cultivos plantados. Em outubro de 1860, o já mencionado Von Tschudi visitou Santa Leopoldina. Entre as 1003 pessoas presentes (232 famílias), estavam 120 holandeses (de Zelândia). Von Tschudi disse que a culpa era deles de estarem nessa condição deplorável. De acordo com ele, eram indivíduos "depravados, preguiçosos, que quase se afogavam na lama". Se alimentavam quase exclusivamente de mingau de farinha de mandioca, óleo de rícino e água. A falta de higiene entre muitas famílias era tão grande que elas não se davam o trabalho de limpar a panela usada para preparar a comida antes de cozinhar a próxima refeição. Von Tschudi relatou ter falado com centenas de colonos, que ouviu muitas queixas e encontrou muito descontentamento e desespero. Sempre que ele perguntava como eles estavam, a reposta era schlecht, schlecht sehr ("mal, muito mal").

Depois de 1862, a colônia Holanda recebeu não mais nenhuma família de Zelândia, iniciando-se ali um longo período de isolamento. As belas promessas e contratos maravilhosos provaram-se nada mais do que mentiras e decepção. O solo era pobre, cheio de pedras e tinha que ser comprado. Também careciam de infraestrutura básica, como uma igreja, escola, médicos ou lojas. Várias famílias deixaram o local. Os que ficaram dependiam uns dos outros, e através do isolamento e da solidariedade conseguiram preservar sua identidade zelandesa.

Montanhas de ouro

Uma segunda onda de emigração da Holanda para o Brasil teve início a partir de 1908. No total, 3456 imigrantes holandeses entraram no país no período entre 1904 e 1913. Mais uma vez, a imigração foi estimulada pelo governo brasileiro. O governo federal enviou uma "Comissão de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil" para a Europa para recrutar emigrantes para povoar as "colônias". Um dos departamentos desta Comissão fazia propaganda na Holanda a partir de Antuérpia. O sucesso do programa se deu não apenas como resultado das oportunidades sem precedentes no Brasil que

eram prometidas aos potenciais emigrantes, mas também à oferta de passagem gratuita para o país. Outro fator de grande importância é que no início de 1908 a empresa de navegação Koninklijke Hollandsche Lloyd (KHL) começou a oferecer serviço de passageiros entre Amsterdã e a América do Sul.

A propaganda sobre o Brasil teve sucesso imediato. Em abril de 1908, o primeiro contingente de imigrantes chegou ao Rio de Janeiro. Não havia nenhum agricultor neste grupo, composto de 134 pessoas. Quando foram perguntados pelo embaixador holandês Gijsbert Advocaat se haviam mencionado sua verdadeira profissão, responderam que sim, mas que tinham sido aconselhados a se cadastrar como agricultores porque havia uma demanda por colonos. O diplomata percebeu ali que eram grandes as chances de que estas pessoas teriam um grande problema em suas mãos no futuro não muito distante.



Um grupo de holandeses posa em frente a suas casas em Gonçalves Junior (aprox. 1909).

A maioria dos colonos se estabeleceu em Ijuí, no oeste do Rio Grande do Sul. Já no dia 26 do mesmo mês de abril de 1908, o embaixador recebeu um pedido urgente de ajuda da cidade porque as promessas não haviam sido cumpridas. Em seguida, quando um segundo contingente de cerca de 10 imigrantes holandeses desembarcou no país em 1908, Advocaat conseguiu convencê-los a se estabelecer no Paraná, nas novas colônias federais de Miguel Calmon (hoje Calmon, Santa Catarina), Alfonso Pena (perto de Curitiba) e Gonçalves Júnior (no município de Irati). O embaixador ainda acreditava que o Brasil oferecia excelentes oportunidade para agricultores de verdade, principalmente no Rio Grande do Sul e Paraná: "Me permitam dizer

que minha impressão da colonização do Brasil é que agricultores de verdade, que se dedicarem a diligentemente cultivar o solo e superar as várias dificuldades que certamente encontrarão no início, serão em geral bem-sucedidos no Brasil e poderão alcançar um certo nível de riqueza. Podemos ver isso nos numerosos e largamente prósperos assentamentos alemães no país."

A partir de 1909, as notícias tomaram um rumo mais dramático. Em abril de 1910, o embaixador recebeu uma carta dramática de Gonçalves Junior: "Eu [perdi] três filhos em nove semanas, de um ano e meio, três anos e quatro anos e meio; em seguida, fiquei doente por dois meses e meio, minha esposa ficou doente por um mês e agora mesmo minha única filha está doente há três semanas. Estamos aqui sem médico, privados de qualquer assistência médica, e há tantos doentes nesta colônia que a situação está insuportável. (...) Salve-me antes que toda a minha família morra!" Além de doenças, mortes e fome, muitos holandeses reclamaram dos problemas sociais. Em setembro de 1909, a colônia João Pinheiro tinha cerca de 300 holandeses. Suas queixas estavam ligadas ao tratamento dado pela administração da colônia, a assistência médica precária, os preços abusivos na mercearia local (monopolizada), os preços e má qualidade dos alimentos, falta de água potável e irrigação, as condições da escola, a falta de uma igreja protestante, os serviços postais pouco confiáveis, escassez de sementes e as dificuldades de vender a colheita. A maioria dos holandeses deixou João Pinheiro depois de uma curta temporada, um processo que se repetiu nas colônias do Rio Grande do Sul. Em 1909, 327 holandeses deixaram a colônia Guarany e foram para Argentina.

As notícias negativas que chegavam das colônias e os inúmeros pedidos de assistência para repatriação levaram o governo holandês a rever a sua posição sobre a emigração ao Brasil. A partir de 1910, os jornais passaram a trazer frequentes avisos fortemente desestimulando a emigração para o Brasil de quem não fosse agricultor ou não tivesse recursos financeiros suficientes. Na opinião do embaixador holandês, a imigração também havia sobrecarregado os brasileiros: "Eles aprovaram uma lei de imigração feita a toque de caixa e divulgaram por toda a Europa que o Brasil é um eldorado, prometendo montanhas de ouro. Eles não perceberam as consequências desta ação". A partir de 1910, o governo brasileiro decidiu acabar com a passagem gratuita. A medida, e as notícias negativas, fizeram a emigração para o Brasil cair bruscamente.

Ao mesmo tempo, o governo holandês decidiu repatriar os imigrantes desesperados. De junho de 1910 a maio 1913, 580 emigrantes retornaram à Holanda. Nem todos foram repatriados ou fugiram para Argentina. Aqueles que permaneceram conseguiram construir uma existência de alguma forma ou outra. Em algumas das colônias que foram povoadas com imigrantes holandeses entre 1908 e 1909, encontramos descendentes até hoje.

Carambeí

Entre os imigrantes que se estabeleceram em Gonçalves Júnior estavam também as famílias de Jan Vriesman e dos irmãos Leendert e Jan Verschoor. Como muitos outros imigrantes, eles também sofreram perdas pessoais. Tanto a esposa de Jan Vriesman quanto a esposa de Jan Verschoor faleceram no local. Devido às muitas mortes, a colônia também era conhecida o "Cemitério das Mulheres". Não havia "nada para comer", e as plantações foram devastadas por gafanhotos e porcos do mato. Justamente quando os irmãos Verschoor estavam contemplando retornar à Holanda, souberam que a Brazil Railway Company estava vendendo um terreno localizado à beira da nova ferrovia prestes a ser construída entre Ponta Grossa e Castro. Decidiram analisar o local, e, após a visita, resolveram se estabelecer na nova colônia. O contrato de venda entre os irmãos Verschoor e a Brazil Railway Company, assinado em 4 de abril de 1911, marcou o início da colônia de Carambeí. Alguns meses depois, Jan Vriesman seguiu com sua família, enquanto Jan Verschoor viajou à Holanda a procura de uma nova esposa e para recrutar novos imigrantes. No dia 11 de dezembro de 1911, Jan Verschoor retornou para Carambeí acompanhado das famílias De Geus, Voorsluys e Bezemer.

Os colonos tiveram menos problemas de adaptação do que antes em Gonçalves Júnior. Em pouco tempo, conseguiram pagar o terreno e o gado que tinham comprado da empresa ferroviária, e não só forneciam alimentos para os trabalhadores ferroviários mas também montaram um próspero comércio em Castro e Ponta Grossa. Também montaram uma fábrica de laticínios, que desde 1925 vende queijo e lacticínios sob o nome Batavo. Com enorme dificuldade e após grandes solavancos, Carambeí se tornou uma colônia holandesa viável.

Planos de colonização católica

Até este momento, a maioria dos emigrantes holandeses que buscavam construir uma nova vida no Brasil era de origem protestante; os católicos que se estabeleceram no Brasil eram principalmente missionários. Uma série de ordens monásticas holandesas havia se estabelecido no Brasil desde o final do Século XIX a fim de contribuir para a construção da igreja brasileira.

Ao contrário dos protestantes holandeses, os católicos não fundaram um assentamento coletivo no Brasil até 1940. A oportunidade surgiu quando o presidente da Associação de Emigração Católica (RKEV) da Holanda, Henri Haastert, participou de uma reunião na Fundação de Emigração dos Países Baixos (SLN) para conversar sobre a possibilidade de estabelecer um projeto de colonização. Também estavam presentes Herman Waller, o diretor da filial de Delft da Fábrica Neerlandesa de Fermento e Álcool (Nederlandsche Gist- en Spiritusfabriek), e seu primo Pieter van Scherpenberg. Van Scherpenberg, na época com 34 anos de idade, tinha experiência no

desenvolvimento de projetos agrícolas em vários países, e em 1934 foi enviado para Portugal e para o Brasil exatamente com este propósito.

Waller na época afirmava que, como empregador, via "com tristeza" o desemprego crescer no país, e chegou à conclusão que uma política de emigração bem planejada poderia ser uma solução. Para fazer algo, ele tinha seguido a sugestão de Van Scherpenberg e comprou a fazenda São Joaquim (1285 hectares de área) no município de Pirassununga (SP). Perguntaram aos representantes das organizações de emigração se estavam dispostos a realizar este plano de colonização. De Haastert declarou que, em princípio, estava disposto a cooperar.

De Haastert procurou se informar mais sobre a situação religiosa na área de colonização desejada. Pirassununga era uma cidade com 25.000 habitantes localizada na Diocese de Campinas. Na cidade havia um mosteiro com cinco sacerdotes, fundado pelos missionários holandeses do Sagrado Coração, que continha uma igreja e uma escola. A Fazenda São Joaquim estava muito bem localizada. A infraestrutura e as condições materiais também pareciam boas. A fazenda tinha uma excelente conexão de trem para São Paulo e excelente potencial para o estabelecimento de uma fazenda de gado leiteiro com uma pequena fábrica de laticínios. O solo era de boa qualidade e a terra podia ser comprada com crédito a um preço razoável.

O colono receberia uma passagem gratuita e uma casa de alvenaria na fazenda. Enquanto trabalhava, teria o uso de um pequeno terreno. O colono era obrigado a comprar um terreno de pelo menos 3 alqueires (7,25 hectares), que teria que pagar no prazo de quatro anos. A ideia era que uma vez que houvesse uma quantidade suficiente de famílias holandesas, uma cooperativa seria estabelecida para a venda dos produtos agrícolas produzidos e compras coletivas. Depois que Van Scherpenberg respondeu a uma série de perguntas, Haastert indicou que considerava o plano de colonização muito atraente. Ele queria convocar o Conselho de Administração da RKEV para tomar uma decisão final e, se necessário, começar a "preparar a implementação de nossa tarefa (a procura por famílias)".

Após este 'sim' provisório de Van Haastert, o plano de Van Scherpenberg acabou não indo à frente. A implementação travou por falta de dinheiro. Durante a reunião do Partido Católico (Rooms-katholiek Staatspartij) mencionado no capítulo anterior, o padre Charles Donker argumentou que, em comparação com a RKEV, Jó era um homem rico. Por 150.000 florins, a associação poderia explorar "uma excelente oportunidade perto de São Paulo. O Sr. Van Haastert, que muito fez pela emigração, tinha arranjado tudo. Mas não tinha como conseguir o dinheiro!" De acordo com Donker, esse poderia ser o primeiro passo firme rumo a uma colonização em grande escala.



Jovem emigrante rumo ao Brasil.

CAPÍTULO 3

"ESTÁVAMOS À PROCURA DE TERRAS NO BRASIL"

Os esforços que culminaram com a fundação de Holambra em 1948 foram o resultado de um laborioso processo que começou imediatamente após a decisão do conselho da Fundação de Emigração da Holanda (SLN) de que o Brasil era um país adequado para agricultores e trabalhadores. Outro fator na tomada de decisão foram as experiências do ex-ministro Charles Welter, que passou um ano viajando pela América do Sul entre 1944 e 1945 a pedido do governo holandês (na época exilado em Londres). Depois de voltar à Holanda, Welter se tornou o presidente da SLN.

Missões diplomáticas

No final de 1945, Pieter van Scherpenberg foi convidado para estudar as possibilidades de emigração holandesa para o Brasil, e em 1º de julho de 1946 foi nomeado adido de emigração no Rio de Janeiro. Quando Scherpenberg chegou ao Brasil, o presidente recém-eleito Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) estava construindo um novo sistema administrativo e explorando as possibilidades de imigração. Em março de 1946, o Ministro da Imigração, João Alberto, que era também presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), declarou que uma comissão brasileira viajaria à Europa em breve para selecionar imigrantes. O embaixador holandês no Rio de Janeiro, Bernard Kleijn Molekamp, foi informado por oficiais do governo brasileiro que o país estava interessado na imigração de agricultores holandeses. João Alberto disse que o governo brasileiro estava interessado apenas na imigração de grupos em grande escala. A ideia era de receber grupos de cem famílias. Alberto vislumbrou a possibilidade de oferecer adiantamentos para a compra de terras e equipamentos e para a construção de casas. "Apresente-me um plano específico (...) e eu farei o meu melhor para lhes garantir uma vida digna." Alberto havia identificado fazendas no estado de São Paulo que se encontravam à venda, com boas conexões de transporte, onde as pessoas teriam uma boa chance de serem bem-sucedidas. Porém, a SLN julgou a visita de uma comissão à Holanda indesejável. Disse na época o Diretor Johan Hartland: "A visita à Holanda da Comissão de Imigração Brasileira resultaria em que o Brasil tomará iniciativas para iniciar a imigração antes de organizar adequadamente a recepção de imigrantes no Brasil."

Van Scherpenberg arregaçou as mangas e começou a trabalhar. Ele conversou com o CIC sobre a possibilidade de criar uma sociedade de colonização com o objetivo de organizar a imigração holandesa. A

organização seria responsável por adquirir terras, construir casas, estábulos e outros edifícios, construir estradas, financiar uma loja, facilitar a compra de equipamentos agrícolas e sementes e organizar o transporte. Assim que viável, a empresa transferiria a loja, o transporte e outras infraestruturas essenciais a uma cooperativa fundada pelos agricultores. A empresa seria responsável pela exploração de parte das terras adquiridas. De acordo com Van Scherpenberg, a vantagem seria que os imigrantes teriam trabalho remunerado desde o início, próximo a suas próprias terras. Nesta grande fazenda, poderiam aprender os métodos agrícolas brasileiros. Mais tarde, o terreno poderia ser vendido aos imigrantes. Assim que os imigrantes chegassem ao Brasil, receberiam um terreno com uma casa através de financiamento com prazo de dez anos. Van Scherpenberg presumia que entre 200 e 400 famílias holandesas emigrariam ao Brasil a cada ano.

A SLN partia da premissa que era necessário ter uma visão bem fundamentada da situação socioeconômica, cultural e política no Brasil e das oportunidades para acomodar grupos. A fundação concordava com a oferta brasileira de fornecer capital para a compra de terras e a construção de estradas e casas, mas também indicou que não era possível satisfazer a exigência de que cada família de agricultores deveria trazer pelo menos 10.000 florins. A situação financeira holandesa era tal que poderiam disponibilizar apenas uma quantidade limitada de despesas de viagem por família de emigrantes. Portanto, Van Scherpenberg presumia em suas discussões que os créditos para a compra de equipamentos e capital de giro precisariam ser oferecidos do lado brasileiro.

De acordo com a SLN, Van Scherpenberg deveria se limitar apenas a conduzir as negociações. Um parceiro potencialmente interessante era o doutor Henrique Doria de Vasconcelos, diretor do Serviço de Imigração do Estado de São Paulo, que compreendia os requisitos especiais estipulados pela imigração holandesa. Um dos primeiros passos, de acordo com a SLN, seria a formação de um comitê consultivo composto do embaixador e outros holandeses notáveis no Brasil. Além disso, Doria sugeriu a formação de uma comissão conjunta brasileira-holandesa para aprovar quaisquer projetos de colonização. No entanto, a SNL se mostrava receosa com relação à formação de uma sociedade de colonização.

A Comissão Heijmeijer

Quando a Associação Holandesa de Agricultores e Horticultores Católicos (KNBTB) decidiu formar uma comissão para estudar a questão da emigração no final de 1945, o Brasil imediatamente surgiu como uma possibilidade. Em Limburg, Jules Dewez já tinha planos de organizar uma viagem de reconhecimento ao Brasil para jovens agricultores. Dewez queria realizar a emigração em conjunto com missionários ativos no Brasil, e esta pressão criada em Limburg motivou a KNBTB a enviar uma delegação ao país.

A KNBTB convidou duas pessoas para realizar esse levantamento: Chris van Steen e Wim van Beers. Van Beers era geólogo, enquanto Van Steen trabalhava no planejamento do município de Noordoostpolder, 'criado' pelos holandeses por drenagem recentemente. Os preparativos seriam iniciados assim que a Comissão confirmasse a possibilidade de se emigrar para o Brasil. Esperava-se que o primeiro grupo de 50 emigrantes - em sua maioria jovens agricultores – pudesse emigrar em agosto/setembro de 1947. Caberia aos dois fazer o que fosse necessário para "recepcionar o primeiro grupo de emigrantes que provavelmente chegariam em aproximadamente um ano, provendo-lhes habitação, disponibilizar o que fosse necessário para seu sustento imediato (...), e, por último mas não menos importante, assegurar que a primeira colheita já esteja plantada para que os recém-chegados possam começar a trabalhar o mais cedo possível e não desperdiçar meses na inutilidade".



Geert Heijmeijer e família em frente a sua casa em Holambra.

Quando a Comissão de Emigração da KNBTB se reuniu no dia 5 de outubro de 1946 para discutir o envio da delegação, o ex-secretário da KNBTB Geert Heijmeijer se ofereceu para ir. Heijmeijer também expressou o desejo de se estabelecer no Brasil se as possibilidades lhe parecessem favoráveis. A reunião aprovou esta oferta e decidiu adicioná-lo à comissão.

A cooperação da SLN e do adido de emigração van Scherpenberg eram indispensáveis para viabilizar o envio da Comissão Heijmeijer. A SLN se

mostrava bastante receosa da empreitada. Pouco tempo depois de ter se oferecido para ir ao Brasil, Heijmeijer visitou o presidente da SLN, Charles Welter. Na ocasião, Heijmeijer teria informado que o lado católico exercia pressão para que se preparasse a emigração de cerca de mil jovens agricultores que não tinham possibilidade se casar porque não tinham oportunidade de ter seu próprio negócio. Welter teria argumentado que a missão era prematura, já que ainda não haviam recebido nenhum relatório sobre a situação no Brasil, "em particular, sobre as perspectivas dos colonos lá." Welter disse ao diretor de SLN, Hartland, que deveria aceitar isso "porque era impossível prevenir esta ação".

Após esta reunião, um pedido oficial foi protocolado no dia 30 de outubro no qual a KNBTB afirmou que a fundação vinha há algum tempo estudando a questão da emigração, e que o Brasil tinha chamado atenção por ser "um país que ainda tem vastas áreas de cultivo". A KNBTB achava que havia chegado o momento de elaborar planos concretos. Somente através de um trabalho conjunto poderiam conceber um plano "que poderá levar ao sucesso esperado". A SLN permanecia cautelosa. Hartland, especialmente, considerava o envio da comissão prematura, uma vez que a empresa ainda não teria definido se o Brasil era um país adequado para a emigração. Quando Heijmeijer disse que havia conseguido as passagens aéreas, Welter indicou que nada mais poderia ser feito e que os homens deveriam ir.

O alto escalão do Ministério de Assuntos Sociais holandês, no entanto, continuava opondo-se à missão. Temia-se - talvez com razão - que seria muito mais difícil ignorar um parecer favorável da Comissão Heijmeijer do que refutar um parecer oficial do adido de emigração. Da forma como se encontravam as coisas, o governo holandês seria obrigado a disponibilizar grandes valores, enquanto os créditos brasileiros ainda eram muito incertos. Além disso, as ações da Comissão Heijmeijer poderiam também levar a iniciativas semelhantes desenvolvidas por organizações protestantes. Em uma última tentativa de impedir a viagem, o alto escalão do Ministério de Assuntos Sociais bloqueou a liberação do câmbio necessário. Somente no dia 14 de novembro Heijmeijer recebeu permissão para a partida. No dia 22 de novembro, ele foi ao Brasil como líder de uma comissão que, em suas próprias palavras, estaria buscando terrenos para " agricultores obrigados a sair da Holanda".

No dia 23 de novembro, Heijmeijer chegou ao Rio de Janeiro. Lá, realizou reuniões com o embaixador holandês Kleijn Molekamp, o adido de emigração Van Scherpenberg e outros holandeses que moravam no entorno do Rio de Janeiro para explorar opções. Van Scherpenberg fez um relato de suas conversas com o governo brasileiro e disse que havia visitado várias áreas que seriam adequadas para colonização. Ainda não tinha resultados concretos, porque em alguns estados não permitiam a entrada de emigrantes e em outros as melhores terras já estavam ocupadas. Um anúncio no jornal gerou muitas ofertas, que agora deveriam ser estudadas. A primeira

impressão de Heijmeijer era que havia algumas possibilidades, mas que era necessário proceder com muita cautela quando se tratava de ofertas de terra, porque os vendedores só visavam o interesse próprio e não o dos emigrantes. Esta foi exatamente a tática de João Alberto, "que tentou se livrar de terras vendendo-as para emigrantes na esperança de que o resto de suas terras aumentasse em valor".

Heijmeijer achava que o método de trabalho de Van Scherpenberg era bastante superficial e mal fundamentado: "o pior é que ele não tem um ponto de partida". Para ele, Van Scherpenberg precisava de diretrizes claras, e assim viu de forma positiva a chegada da Comissão Heijmeijer, porque agora ficou mais claro o que as pessoas na Holanda esperavam dele. Heijmeijer visava, em primeiro lugar, estabelecer relações que lhe permitissem entender a situação local e ter acesso às pessoas influentes "que realmente podem oferecer apoio". Para alavancar contatos, pretendia também utilizar as relações desenvolvidas pelos padres holandeses que trabalhavam os no Brasil.

Acompanhado por Van Scherpenberg, a Comissão Heijmeijer visitou Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Disse Heijmeijer: "pudemos obter uma impressão do país, das pessoas e da agricultura, mas oportunidades concretas para se estabelecer não surgiram. Muitas áreas eram bastante íngremes, enquanto outras áreas mais planas ficavam longe dos centros de consumo. A malha rodoviária ainda era bastante primitiva, o que tornava o transporte caro. Foi dada especial atenção a algumas planícies aluviais de baixa altitude com solo aluvial argiloso e jovem, que eram atraentes para nós "os meninos dos pôlderes". Em 19 de março de 1947, Heijmeijer e Van Steen voltaram à Holanda. Van Beers permaneceu para fazer mais pesquisas de campo.

A Comissão Heijmeijer se mostrou moderadamente otimista. Viram dificuldades, mas também oportunidades. A emigração individual foi fortemente desaconselhada, principalmente devido a preocupações de natureza sociocultural e moral que a emigração em grupos poder aliviar, ainda que parcialmente. Isto posto, existiam boas oportunidades no Brasil. "Se ficar claro – e novos levantamentos e experiências práticas irão revelar isso – que é possível ao agricultor holandês obter proveitos bastante razoáveis a partir de um lote de terra pequeno para os padrões brasileiros, o Brasil pode representar um futuro para milhares de pessoas."

Após retornar à Holanda, Heijmeijer foi um pouco reticente sobre as informações prestadas. A emigração ao Brasil deveria ser preparada cuidadosamente. Não aconselhavam ninguém a emigrar individualmente, já que as dificuldades eram demasiadamente grandes e "múltiplas". "Em termos práticos, nossos agricultores só terão sucesso no Brasil se a emigração for feita em grupos, com uma boa liderança e uma equipe de pessoas que podem ajudar a resolver as dificuldades nas áreas de agricultura, transporte e venda e processamento dos produtos."

O Brasil capturava a imaginação de muitos que não encontravam oportunidades de começar seu próprio negócio na Holanda. Em maio de 1947, Heijmeijer deu palestras sobre suas experiências no Brasil que atraíram grandes públicos.

A seleção de emigrantes foi iniciada no começo de junho de 1947. Num primeiro momento, seria dada preferência a solteiros e noivos (considerava-se demasiado arriscado enviar famílias neste momento). Heijmeijer queria começar no início de 1948 com 50 pioneiros, seguidos de mais 100 pessoas até o final daquele ano ou no início de 1949, e, finalmente, um grande grupo de 400-500 famílias em 1950. Os emigrantes em potencial receberam uma carta com um questionário.

Nesta carta Heijmeijer escreveu: "Durante as diversas reuniões durante as quais falamos sobre o Brasil, vocês tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre as oportunidades naquele país. Também foram informados de que na próxima primavera esperamos enviar um pequeno grupo e que, em seguida, nos esforçaremos para que este pequeno grupo seja seguido por um grupo maior o mais rápido possível. Infelizmente, não é possível acomodar todos aqueles que desejam sair neste primeiro momento, por mais que gostaríamos de poder fazê-lo. A emigração para o Brasil requer preparação cuidadosa. Sem preparação, é grande o risco de fracasso, o que obviamente queremos evitar."

Um cinturão verde em torno de São Paulo

Enquanto isso, a busca por terras adequadas no Brasil continuava. Van Beers e Scherpenberg tinham permanecidos nos país, deixados a cargo desta tarefa. Van Beers atuava principalmente no sudoeste de Minas Gerais, onde encontrou uma área potencialmente adequada com solos aluviais argilosos de baixa altitude. Sua conclusão foi que esta área certamente seria interessante para acomodar agricultores holandeses, em parte porque a região era geográfica e economicamente próxima de uma região próspera no estado de São Paulo. O Governo de Minas Gerais tinha demonstrado menos interesse, porque era muito longe da capital Belo Horizonte.

Em 1º de abril de 1947, Van Scherpenberg foi convocado para reunir-se com o recém-eleito governador de São Paulo Adhemar Pereira de Barros. Este disse estar muito interessado no estabelecimento de imigrantes holandeses, e que estaria disposto a facilitar o assentamento destes imigrantes com apoio financeiro. A ideia era acomodar os agricultores em três zonas ao redor da cidade de São Paulo. O governo de São Paulo se ofereceu para comprar os terrenos necessários e vendê-los aos imigrantes holandeses através de financiamento com 10 anos de prazo, além de disponibilizar fundos para a construção de casas e instalações e para o sustento das famílias no primeiro ano. A ideia de criar um "cinturão verde" ao redor da cidade de

São Paulo veio de Doria de Vasconcelos, diretor do serviço de imigração do estado.

O embaixador holandês Kleijn Molekamp se entusiasmou imediatamente com a ideia. Ele acreditava que a Holanda não podia esperar muito, e que havia chegado a hora de fazer negócios. Após receber confirmação por escrito das promessas, Van Scherpenberg se dedicou a levantar o capital necessário. O dinheiro viria do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), cujo diretor era o irmão do governador. Van Beers imaginava que levaria algumas semanas para poder concluir a aquisição de terras ou iniciar um estudo mais aprofundado.

Mercadoria em demanda

Mas não haveria de ser. O principal motivo foi a falta de direção clara por parte da Holanda. No Brasil, Van Scherpenberg conversava com os governos de vários estados sobre o financiamento de projetos de colonização, e Van Beers também mantinha contatos com as autoridades brasileiras. Antes de tomar quaisquer medidas concretas, Van Beers achava que era necessário definir quem iria colonizar e levar milhares de pessoas para o Brasil: o Estado holandês ou os muitos agricultores holandeses que haviam expressado o desejo de emigrar? Disse Van Beers: "No primeiro caso, a liderança e a organização, bem como toda a responsabilidade, recairiam sobre a representação diplomática holandesa, com um adido de emigração que se auto denominava "Major". (...) Caso se optasse pelo último, os agricultores se uniriam e negociariam com o governo brasileiro por meio de representantes técnicos de confiança, escolhidos direta ou indiretamente por eles." Era preciso escolher: ou o adido de emigração recebia uma equipe técnica e tudo acontecia sob sua direção, ou toda a organização e responsabilidade recairia sobre as organizações de agricultores. Caso fosse o primeiro, os que tinham conhecimento da situação diziam "Deus tenha misericórdia dos pobres agricultores". No segundo, um futuro bom e seguro aguardava milhares de famílias holandesas.

Van Beers achava que a abordagem de Van Scherpenberg, que tentou fechar acordos com vários estados brasileiros, dava a impressão de que estava batendo de porta em porta vendendo uma mercadoria, no caso os emigrantes holandeses. O objetivo era apenas demonstrar a necessidade de expandir sua própria equipe de funcionários. Esta visão não era compartilhada pelo adido holandês para assuntos agrícolas, Radboud Beukenkamp, que visitou o Brasil várias vezes (de seu posto em Buenos Aires) no primeiro semestre de 1947. Ele também compartilhava da opinião que ainda faltava o necessário para promover a emigração de agricultores holandeses ao Brasil de forma saudável. Embora Van Scherpenberg fosse um "homem como qualquer outro" que, sem dúvida, cometia erros, Beukenkamp o considerava "absolutamente capaz de exercer este trabalho". No entanto, sua posição foi

"indevidamente enfraquecida e disputada como parte de uma ação política por parte da KNBTB". Beukenkamp estava convencido de que ele trabalhava duro e era comprometido com a emigração. "Ele conhece bem a língua e os costumes do país, e pode ser descrito como um especialista no Brasil. Assim, ele parece ter conquistado a amizade e estima de várias autoridades brasileiras, um fator que não pode ser subestimado por quem deseja realizar algo neste pais."

Beukenkamp criticava Van Beers fortemente. Além de sua tarefa principal (a realização de testes de solo), ele estava envolvido também na preparação de projetos de colonização. Van Beers visitou as autoridades brasileiras sem conhecimento da embaixada. De acordo com Beukenkamp, ele fez isso na condição de "representante oficial" das organizações de agricultores holandesas. Além disso, Van Beers tinha relatado potenciais áreas para colonização diretamente a Heijmeijer, sem notificar o embaixador ou o adido de emigração. Assim, a Holanda meteu os pés pelas mãos perante as autoridades brasileiras. Beukenkamp achava que era motivo suficiente para pedir a Van Scherpenberg que fosse à Holanda para "sincronizar os relógios".

Medo da América do Sul

Na Holanda, o relacionamento difícil entre a SLN e a KNBTB persistia. Enquanto a KNBTB via possibilidades de emigração, a SLN permanecia cautelosa. Hartland, o diretor da SLN, afirmou que os relatórios de Van Scherpenberg e da Comissão Heijmeijer confirmavam sua impressão de que o governo holandês deveria prosseguir com muito cuidado. "O modo de vida, os costumes e as tradições no Brasil são significativamente diferentes dos da Holanda, o que exige grande capacidade de adaptação dos emigrantes. A língua, as condições climáticas e a falta de moradia também são impedimentos, enquanto o nível de vida das pessoas com emprego é atualmente mais baixo do que na Holanda." Por isso, foi decidido que a emigração para países da América do Sul seria limitada a pessoas que poderiam comprovar que tinham boas chances de sucesso. Segundo o presidente Welter, existia um certo medo da América do Sul no escritório da SLN, embora ele próprio exibisse algum ceticismo sobre a situação.

A KNBTB viu motivos para continuar os preparativos nos relatos enviados à Holanda por Heijmeijer e na mensagem de que o estado de São Paulo tinha oferecido uma propriedade de 5.000 hectares. A associação comunicou a Heijmeijer que oferecia seu apoio à SLN na elaboração dos planos para a propriedade oferecida pelo governador de São Paulo. A KNBTB queria enviar Heijmeijer ao Brasil como representante do grupo de agricultores que queria se estabelecer no local, e seria desejável que ele também se estabelecesse lá com a sua família. No entanto, do ponto de vista de Hartland, certamente não era essa a intenção: "tal grupo de agricultores

ainda não existe, e nem temos certeza se existirá, porque apenas após uma pesquisa mais aprofundada por Heijmeijer será possível determinar se as condições que o governo de São Paulo oferece de fato existem e se serão aceitas."

Em julho de 1947, Van Scherpenberg veio à Holanda para discutir a situação com a SLN. Lá, foi informado por Hartland de que os contatos precários com o Rio de Janeiro eram devido à falta de funcionários. A emigração para o Canadá exigia toda a atenção. Van Scherpenberg anunciou que o governo de São Paulo estava disposto a oferecer a cada emigrante 80.000 cruzeiros (11.000 florins) de crédito para a compra de 36 hectares de terra. Em princípio, o pagamento poderia ser parcelado em dez anos, com os primeiros pagamentos após o segundo ano. O adido de emigração sugeriu começar com 25 a 50 famílias. Ele acreditava que quando os primeiros 25 emigrantes fossem bem-sucedidos, não seria difícil obter novos créditos de outras agências. Como contrapartida holandesa, o diretor-geral de Agricultura Kees Staf ofereceu 20 animais de produção, suprimentos, móveis, 500 florins por adulto e a metade disto para cada criança. O conselho da SLN decidiu dividir o Brasil em zonas de interesse para as diferentes organizações de agricultores. Os católicos cuidariam da emigração para o estado de São Paulo. A intenção era começar ainda em 1947.

Na Holanda, Van Scherpenberg conseguiu autorização para contratar um assistente, para cuja função tinha em mente Anton Joachim (Jim) von Schwartzenau. Von Schwartzenau nasceu na Áustria e trabalhou em várias plantações nas Índias Orientais Holandesas. Foi naturalizado holandês em 1939 e em 1940 se estabeleceu no Brasil, onde operava uma fazenda. Hartland concordou. A ideia de Von Schwartzenau seria se ocupar principalmente com a preparação dos planos de colonização no estado de São Paulo.

A empresa de colonização Holanbra

De volta ao Brasil, Van Scherpenberg e Von Schwartzenau começaram a trabalhar imediatamente. No dia 22 de agosto de 1947, tiveram um encontro com o governador Adhemar de Barros, que assegurou que os prometidos 10 milhões de cruzeiros (cerca de 1,5 a 2 milhões de florins) ainda estavam disponíveis. Acordaram com o presidente do Banco do Estado de São Paulo, Oswaldo Pereira de Barros - irmão do governador - que em breve estabeleceriam uma empresa de colonização. O objetivo desta sociedade - a "Holanbra Sociedade Civil e Colonisadora Ltda" - era adquirir terras para os emigrantes holandeses, acomodá-los e fornecer os primeiros empréstimos. A sociedade foi concebida como instituição temporária, que desapareceria após a criação de uma cooperativa. O capital inicial proposto de 100.000 cruzeiros foi oferecido por Van Scherpenberg, proveniente do orçamento da SLN. A sociedade de colonização estabeleceria um comitê de trabalho, que

incluiria os representantes do estado de São Paulo, Doria de Vasconcelos do serviço de imigração, e o diretor de agricultura, Dr. Bernardo Lorena. Do lado holandês, o comitê incluiria Van Scherpenberg, Von Schwartzenau e Heijmeijer. O comitê se encarregaria da compra de terras, do loteamento e da construção de casas e prédios comerciais. A SLN reagiu de forma deveras negativa aos ousados planos de Van Scherpenberg. Questionou se o depósito de 100.000 cruzeiros era realmente necessário. O orçamento da SLN não tinha espaço para isso, especialmente agora que contrataram Von Schwartzenau. Por isso, Hartland sugeriu que Heijmeijer, que embarcaria ao Brasil dois dias depois, deixasse bem claro para Van Scherpenberg que a SLN não desejava arcar com a responsabilidade.

Imediatamente após sua chegada ao Brasil no dia 22 de setembro, Heijmeijer tomou conhecimento dos fatos sobre a sociedade de colonização. Van Scherpenberg queria começar imediatamente. Heijmeijer entendeu que a criação da sociedade tinha por objetivo demonstrar às autoridades brasileiras que a proposta era séria. Quando a ata assinada da sociedade foi apresentada ao Banco do Estado de São Paulo, o registro e depósito de 100.000 cruzeiros pareciam desnecessários. Em seguida, Heijmeijer decidiu adiar a formação da Sociedade Holanbra. Ele também queria impedir que Van Scherpenberg tivesse a liberdade de fazer todos os tipos de gastos e até mesmo comprar um terreno à custa dos emigrantes. "Quem deve ter o poder de decisão final aqui é a Associação de Agricultores. Ainda não sei se é possível evitar a criação definitiva da sociedade. Afinal, precisamos adquirir terras para os emigrados, e não podemos fundar a cooperativa enquanto não chegarem. Ainda estudamos a possibilidade de uma solução intermediária."

Depois de duas semanas de negociações, Heijmeijer teve a impressão que as autoridades brasileiras já viam como certo que uma colônia holandesa seria estabelecida no estado de São Paulo. "Para mim, ainda não estava totalmente certo, embora a probabilidade parecesse ser muito grande." Heijmeijer queria fazer mais uma avaliação crítica das propriedades oferecidas. Neste trabalho, foi assistido por Von Schwartzenau, "que me parece ser um trabalhador muito diligente, meticuloso e cuidadoso, que me dá apoio". Ele queria ainda minimizar as expectativas perante a KNBTB. Com base no conhecimento e experiência atuais, ainda não se podia confirmar se o Brasil seria um país onde muitos agricultores holandeses se estabeleceriam no longo prazo. Heijmeijer depois descobriu que as áreas sugeridas em um relatório de uma comissão brasileira para que os emigrantes pudessem se estabelecer em São Paulo tinham pouco valor: os terrenos indicados eram de propriedade privada, inadequados para os negócios ou não estavam à venda.

Os relatórios de Heijmeijer alimentaram mais ainda as dúvidas dentro das bases da SLN sobre a oportunidade e o potencial de emigração. O presidente Welter questionou se a colonização no estado de São Paulo era possível, já que não era o estado que disponibilizaria os recursos financeiros, mas o banco estadual cujo presidente era o irmão do governador. Este arranjo foi

estabelecido porque o fornecimento de crédito diretamente pelo governo estadual de São Paulo exigiria aprovação pelo legislativo do estado e pelo governo federal. Assim, no dia 23 de outubro de 1947, o conselho da SLN concluiu que os planos de colonização ainda não tinham base real e não ofereciam qualquer garantia. O embaixador holandês foi solicitado a realizar uma investigação aprofundada, em conjunto com Heijmeijer, com o objetivo de obter uma visão "clara e concreta" das possibilidades, garantias e implicações financeiras de uma possível colonização. Não era possível continuar neste caminho sem saber exatamente o que esperar.

Em sua resposta a estas conclusões, Scherpenberg afirmou que a alegação de que o estado de São Paulo não tinha nada a ver com a imigração estava incorreta. O estado ainda tinha o mesmo interesse demonstrado em abril de 1947. O envolvimento do banco estadual era um procedimento padrão. O objetivo da criação da sociedade de colonização Holanbra era poder negociar com o diretor do banco estatal. Van Scherpenberg mencionou que a confiança das autoridades de São Paulo nas intenções das autoridades holandesas de imigração se encontrava abalada, considerando-se que já haviam passado quatro meses desde abril de 1947. O fato de que a comissão brasileira não tinha apresentado quaisquer terrenos apropriados tinha pouca importância para Van Scherpenberg.

Heijmeijer também não concordava com as conclusões da SLN. "Se o Conselho da Fundação de Emigração esperava que o estado de São Paulo estaria disposto a pagar 1.500.000,00 florins para a emigração de fazendeiros holandeses, oferecer terra, pagar toda ou parte das despesas de preparação e os custos de interesse público (construção de estradas, cultivo da terra, loteamento, etc.), então entendo perfeitamente porque o conselho ficou gravemente decepcionado. A conclusão de que a posição surgida é inaceitável (...) vai longe demais, embora deva ser reconhecido que a base atual de colonização está menos sólida do que aparentemente era esperado. Pessoalmente, não fomentei essas expectativas." O fato de que o trabalho da comissão brasileira não gerou qualquer base válida para a colonização também foi uma decepção para Heijmeijer, mas ao mesmo tempo, este não estranhou muito a situação. No entanto, ainda tinha esperança de conseguir encontrar terrenos adequados. Ele também acreditava que o financiamento do Banco do Estado de São Paulo em si não seria um impedimento se o dinheiro de fato for disponibilizado e as condições forem claras e aceitáveis. Heijmeijer estava convencido de o governo brasileiro valorizava a imigração dos agricultores holandeses.

Monte d'Este

Até agora, as negociações sobre o processo de emigração de grupos ao Brasil tinham ocorrido principalmente com os governos dos estados, com o estado de São Paulo tendo oferecido as perspectivas mais concretas. O governo

federal até então havia ficado basicamente de fora deste processo. Isto mudou em setembro de 1947, após uma reunião entre o embaixador Kleijn Molekamp e o ministro Jorge Latour, presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Ele indicou estar muito interessado na fundação de uma empresa modelo holandesa. Latour disse ao embaixador que seu governo estava interessado em fundar assentamentos de agricultores holandeses e estava disposto a conceder apoio financeiro e prático para realizar estes planos. A melhor solução seria a celebração de um acordo de imigração entre os dois países.

Em novembro de 1947, Heijmeijer relatou que havia uma propriedade adequada para a colonização: "Esta é a primeira vez que, pelo menos à primeira impressão, visitamos um local que atende a nossos requisitos em quase todos os aspectos. A localização é excelente, os terrenos são levemente ondulados ou planos, as construções encontram-se em bom estado, e o solo é de qualidade razoável. Mercado de consumo excelente." Esta fazenda, chamada Monte d'Este, ficava a dezesseis quilômetros de Campinas. Na fazenda (de aproximadamente 3600 hectares), haviam construções em estado razoável suficientes para acomodar cem famílias, mais estábulos e celeiros. Além disso, a fazenda era completamente cultivada. Heijmeijer foi informado desta fazenda por Doria de Vasconcelos. A terra pertencia a uma empresa japonesa, mas tinha sido apreendida pelo governo federal brasileiro como propriedade inimiga. Existia a possibilidade de adquirir essa fazenda pelo valor venal.

Ao lado da Fazenda Monte d'Este havia uma outra propriedade à venda, de cerca 3.000 alqueires (7.200 hectares): a Fazenda Ribeirão. O proprietário, a empresa americana de carne Frigorífico Armour SA, estava pedindo 5.000 cruzeiros por alqueire (cerca de 310 a 410 florins por hectare). A qualidade do solo variava de medíocre a bastante medíocre, e a fazenda continha muitas áreas descampadas e alguma área de floresta, mas praticamente nenhuma terra arável. Havia um número adequado de instalações, suficientes para imediatamente acomodar 30 agricultores, mas faltavam estábulos. Por conta da excelente localização, potencial de expansão e preço relativamente baixo da propriedade, Heijmeijer considerou a Fazenda Ribeirão uma aquisição bastante interessante. Em seu relatório de 8 de dezembro de 1947, ele declarou ter visitado 27 propriedades em quatro semanas, das quais cinco eram adequadas para a colonização holandesa. Destas propriedades, a Fazenda Monte d'Este era a disparada favorita, com a Fazenda Ribeirão em segundo lugar. Heijmeijer achava que os benefícios eram tais que valeria a pena usar todos os meios disponíveis para adquirir Monte d'Este. Para tal fim, era desejável que o embaixador holandês procurasse o presidente do Brasil, Dutra. Heijmeijer entrou em contato com o arcebispo de Utrecht, o cardeal Johannes de Jong, e solicitou que o Arcebispo de São Paulo, Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, abordasse o presidente sobre o assunto.

Nesta carta ao cardeal, Heijmeijer também anunciou que irmãs da Ordem Canônica do Santo Sepulcro de Jerusalém viriam ao Brasil para dedicar-se à educação de jovens brasileiros, e que estava preparando a chegada das irmãs. Elas também estariam disponíveis para a educação das crianças na colônia holandesa. Na localização pretendida, havia espaço para estabelecer um mosteiro, possivelmente com um internato para meninas brasileiras. Disse Heijmeijer: "Sem exagero, acredito que posso dizer que nossos agricultores costumam ser bons católicos, e assim uma colônia holandesa construída em torno de um mosteiro poderia tornar-se um centro da fé e cultura católica, que, sem dúvida, será aplaudido pelas autoridades da igreja brasileira e poderia ser um apelo caloroso a favor da emigração."

Na terça-feira, 16 de dezembro de 1947, Kleijn Molekamp e Van Scherpenberg tiveram uma reunião com o presidente Dutra. Este se comprometeu em apoiar a disponibilização da Fazenda Monte d'Este para emigração holandesa. Ele comandou ao Ministro de Agricultura, Daniel Serapião, que conversasse com o Banco do Brasil sobre a transferência. O ministro Latour prometeu tentar impedir a publicação que anunciaria o leilão público da Fazenda. Em seguida, poderiam iniciar as negociações para transferir a propriedade à sociedade de colonização Holanbra.

No início de 1948, a transferência da Fazenda Monte d'Este parecia ser uma questão de tempo. De acordo com Heijmeijer, era essencial aproveitar o clima favorável e iniciar a colonização o mais rápido possível. "Podemos mostrar que o emigrante holandês é capaz e que o Brasil pode perceber na prática o significado da emigração holandesa para o interesse geral do Brasil. (...) Se a Holanda leva a sério a emigração para o Brasil, devemos fazer o possível para transformar a primeira colónia num sucesso total." Kleijn Molekamp também se mostrou otimista: "Não vejo nenhum terreno no Brasil do qual se pode esperar que tornará os novos colonos ricos em um curto espaço de tempo; acho isso impossível. No entanto (...), acredito que, a longo prazo, há como ter uma vida bastante decente." O dinheiro que a SLN já tinha gasto em preparações não havia sido um desperdício. Quando Heijmeijer voltou à Holanda no dia 24 de janeiro de 1948, as perspectivas para estabelecer uma colônia no Brasil eram favoráveis.

De volta à Holanda, Heijmeijer estava otimista sobre as chances de sucesso, “porque agora tinham encontrado uma base”. Exigiu pouco esforço para convencer a KNBTB da necessidade de adquirir a Fazenda Monte d'Este. O otimismo, no entanto, foi prematuro. Pouco depois de sua partida à Holanda, surgiram problemas ligados à compra de Monte d'Este. O parlamento brasileiro se opunha à apreensão desta fazenda japonesa e sua transferência para os holandeses. Von Schwartzenau também tinha suas dúvidas. Ele insistiu que Heijmeijer guardasse a Fazenda Ribeirão como carta na manga. Apesar dos ataques no parlamento brasileiro, Van Scherpenberg ainda estava confiante de que tudo ia dar certo. O Ministro de Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, apresentou um decreto para assinatura do

presidente. Depois de sua assinatura, um representante do Ministério acompanharia Van Scherpenberg e Von Schwartzenau até a fazenda para fazer um levantamento. Quando Von Schwartzenau visitou Monte d'Este no sábado (7 de fevereiro), o administrador Ribeiro Amaral lhe informou que vários jornais faziam uma campanha contra a transferência, financiada por japoneses ricos. Ele também soube que o funcionário do governo nomeado para realizar a desapropriação da Fazenda ainda não havia comparecido.

No dia 26 de fevereiro de 1948, foi publicado no Diário de Notícias uma matéria que dizia que um grupo de imigrantes holandeses "sob a proteção suspeita de alguns negocistas" estava tentando expulsar cerca de 200 famílias brasileiras de suas casas para acomodar estábulos destinados a vacas holandesas. O CIC acusou o presidente de uma grande imoralidade: entregar uma fazenda que vale 30 milhões de cruzeiros a alguns colonos holandeses. [De acordo com o autor Rafael Corrêa de Oliveira, a operação estava sendo comandada por Van Scherpenberg, "um agente de negócios e patriota batavo"]. Van Scherpenberg não obteve sucesso com o ex-presidente do CIC João Alberto, mas sim com o seu sucessor Jorge Latour, "que é ariano e racista confesso". O CIC queria mais: "Desejam eles que o governo, através da verba de auxílio à Imigração, adiante milhares de contos aos loiros descendentes de Nassau a fim dos mesmos se instalarem convenientemente". De acordo com o jornal, Van Scherpenberg estava determinado a continuar com seus antigos propósitos de seleção racial sob o lema: "nada de mistura com os brasileiros!" O jornal continuou: "Será possível que tal negócio se realize? Por que os colonos holandeses não tentam a vida aqui, da mesma forma como fazem italianos, alemães, espanhóis, japoneses e portugueses? Que novidades e valores tão grandes nos trazem a cultura holandesa, a ponto de sacrificarmos a tranquilidade de centenas de brasileiros às conveniências econômicas de alguns emigrantes que nem sequer falam a nossa língua?"

Entretanto, a assinatura do decreto que permitiria a transferência da fazenda ainda não tinha avançado. Latour inicialmente alegou que o motivo era a ausência do presidente, mas, no final de fevereiro, o Ministro da Fazenda Pedro Luís Correia e Castro levantou impedimentos jurídicos. Van Scherpenberg informou Latour sobre a campanha da imprensa contra os holandeses. Afirmou que seria um erro abandonar os planos de Monte d'Este por este motivo. Ele tinha a impressão que os artigos de jornal tinham suas origens nos círculos de japoneses prósperos, que viam com inveja que esses terrenos fossem disponibilizados para emigração holandesa. Além disso, Rafael de Oliveira era um "autor com um forte viés comunista". Van Scherpenberg deu a entender que, se havia a possibilidade de adquirir a Fazenda Ribeirão sob condições favoráveis, "isso poderia ser uma solução que beneficiaria ambos os lados". Latour, por enquanto, não queria explorar alternativas. Ainda tinha esperanças que o plano para Monte d'Este pudesse ser realizado. No entanto, também gostaria de considerar a possibilidade de

usar fundos federais para oferecer um empréstimo para a compra da Fazenda Ribeirão.

Apesar das palavras favoráveis de Latour, a transferência de Monte d'Este se tornava cada vez menos provável. No dia 18 de março, Carvalho (Ministro de Agricultura) deixou bem claro para Van Scherpenberg e Von Schwartzenau que a presença de famílias brasileiras seria um obstáculo para uma solução rápida. Para resolver a situação, sugeriu viabilizar a compra da Fazenda Ribeirão com um empréstimo do governo federal. Assim, Monte d'Este poderia esperar até o momento que as primeiras famílias holandesas se instalassem na Fazenda Ribeirão e mostrassem ao governo brasileiro os benefícios da colonização holandesa.

Enquanto Carvalho ainda contemplava uma possível transferência de Monte d'Este, o Ministro da Fazenda Correia e Castro afirmou a Van Scherpenberg no dia 23 de março que não poderia haver uma transferência. Para isso, era necessário que a fazenda fosse desapropriada pelo governo brasileiro. Só então a fazenda poderá ser transferida para o Ministério de Agricultura para a colonização. Além disso, ele informou que o presidente havia indicado que um grande número de brasileiros tirava seu sustendo da fazenda e eles não podiam ser facilmente removidos.

Enquanto isso, a campanha japonesa contra os holandeses continuava. Em 29 de março, Von Schwartzenau relatou que os moradores brasileiros de Monte d'Este foram prometidos umas grandes festas quando anunciassem que os holandeses não iam receber a fazenda. Em abril de 1948, o governo brasileiro formalmente anunciou que a Fazenda Monte d'Este não estaria disponível para a emigração holandesa. Meses de negociações pareciam ter sido em vão. Anteriormente, já tinha ficado claro que alguns altos círculos do governo do estado de São Paulo eram contra a transferência.

Fazenda Ribeirão

Ao contrário de Heijmeijer e Van Scherpenberg, Von Schwartzenau preferia a Fazenda Ribeirão, dado o preço de compra mais baixo e a falta de clareza sobre a posse de Monte d'Este como. Ele também temia que a opinião pública poderia voltar-se contra a imigração holandesa, e, finalmente, achava que a Fazenda Ribeirão oferecia melhores oportunidades para irrigação, loteamento e expansão. Muito do que era plantado em Monte d'Este rendia pouco ou nada, o que deixava a fazenda com 1.700 hectares disponíveis para o cultivo. Von Schwartzenau já havia se conformado com a escolha de Monte d'Este quando soube que as condições financeiras eram extremamente favoráveis e que as objeções legais foram suficientemente esclarecidas.

Enquanto as difíceis negociações sobre Monte d'Este se arrastavam, Von Schwartzenau conseguiu manter o interesse holandês pela Fazenda Ribeirão. No final de fevereiro de 1948, ele relatou que o proprietário Frigorifico Armour do Brasil estava disposto a se contentar com um depósito de 30%

do preço de compra e aceitaria um parcelamento do restante a longo prazo. Durante uma conversa em 23 de março, o representante do Frigorifico Armour, James Tucker, ofereceu um parcelamento de dez anos, iniciando no segundo ano. Tucker concordou também com uma taxa de juros de 6% ao ano. Ao mesmo tempo, Von Schwartzenau fez uma proposta ao banco do Estado de São Paulo para o financiamento da subsistência dos colonos na Fazenda Ribeirão. Segundo a proposta, o banco ofereceria 10 milhões de cruzeiros, além de um crédito para o estabelecimento de 200 famílias.



Mapa da Fazenda Ribeirão quando ainda era de propriedade da Armour (aprox. 1934).

Em abril de 1948, as perspectivas para a compra da Fazenda Ribeirão pareciam boas. O governo federal previa um empréstimo de 3 milhões de cruzeiros (450.000 a 600.000 florins) para a compra. No dia 1º de abril, o ministro Latour informou que era muito provável que este crédito fosse liberado em breve. O maior obstáculo jurídico foi que o montante não

poderia ser disponibilizado enquanto não houvesse uma sociedade de colonização holandesa estabelecida. Em 13 de abril, Doria de Vasconcelos disse que o governador de São Paulo ordenou a preparação de um decreto para liberar o crédito para o financiamento de colonizações. A colonização holandesa prevista poderia fazer parte deste decreto. Doria esperava que a aprovação pelo parlamento estadual levaria de 2 a 3 meses. Finalmente, Armour fez uma concessão adicional. Na proposta, o vendedor ofereceu juros de 6% e o primeiro pagamento somente após 3 anos (a proposta anterior previa 2 anos). "Eu realmente acredito que estas são as melhores condições imagináveis", disse Von Schwartzenau. A questão agora era aproveitar a proposta, que valia até o dia 15 de junho.

Descontentamento

As notícias do Brasil sobre a criação da sociedade de colonização "Holanbra" e as dificuldades em torno da Fazenda Monte d'Este fizeram novamente prevalecer as vozes dos opositores no escritório da Fundação de Emigração Holandesa. Em particular, o diretor Hartland tinha suas dúvidas sobre os compromissos financeiros assumidos pelas autoridades brasileiras. Temia que teriam pouco valor se o governador de São Paulo e seu irmão, diretor do banco estatal, deixassem seus cargos. Ele argumentou que seria mais útil ter compromissos contratuais vinculantes.

Ao retornar à Holanda de sua segunda viagem ao Brasil no final de janeiro de 1948, foi com esse clima negativo que Heijmeijer se deparou. "Eu imagino que as pessoas que esperavam encontrar as terras do eldorado no Brasil se decepcionaram." Ele ressaltou que havia boas perspectivas em relação à Fazenda Monte d'Este, mas que era necessário estabelecer uma sociedade de colonização que seria a proprietária da fazenda e seria responsável por sua operação e pelo loteamento e venda das terras aos agricultores holandeses. Por motivos práticos, o conselho da SLN decidiu em 5 de fevereiro que a KNBTB fica responsável pela implementação prática do plano para Monte d'Este, e que também assumiria total responsabilidade por ele. No entanto, não foi autorizada a emissão de poder de procuração para o estabelecimento de uma sociedade de colonização. A possibilidade do governo holandês ou da Fundação de Emigração assumirem qualquer responsabilidade financeira está absolutamente fora de questão, afirmou o diretor Hartland.

O sentimento negativo se transformou em oposição após a publicação do relatório "O uso do solo por futuros colonos holandeses no Brasil", enviado pelo novo adido agrícola holandês no Rio de Janeiro, Hendrik Meijer. O relatório criticava intensamente o uso intensivo de terras já cultivadas (como as das fazendas de café) por emigrantes holandeses. "Recomendados fortemente que não se atente tal experimento, porque os custos e riscos associados, tanto financeiros quanto morais, são grandes." Meijer não acreditava que seria possível acomodar milhares de agricultores holandeses

no prazo de 5 a 10 anos com chance razoável de sucesso. No entanto, isso não significaria que qualquer tentativa de emigração para o Brasil estaria condenada ao fracasso. "Pequenos grupos podem ser acomodados em regiões economicamente favoráveis próximas a rios ou sob condições econômicas muito favoráveis em solos mais pobres", disse Meijer.



Estrada rudimentar a caminho da Fazenda Ribeirão (aprox. 1948).

Scherpenberg descordava completamente destas conclusões. Ele escreveu para Heijmeijer que o relatório foi evidentemente escrito "para complicar tanto o seu trabalho quanto o meu e se proteger se o projeto fracassasse. (...) O Sr. Meijer comete o grande erro de generalizar tudo. Quem conhece o Brasil sabe, por experiência, que esta é a última coisa que se deve fazer." Van Scherpenberg escreveu à SLN que a primeira impressão poderia ser desanimadora para qualquer um que quisesse emigrar ao Brasil. "No entanto, já posso afirmar que um dos grandes erros do relatório do referido Sr. está no fato de que ele apesenta uma opinião generalizada sobre um país do tamanho do Brasil, onde na verdade existem inumeráveis oportunidades locais de grande magnitude para os imigrantes holandeses no Brasil, e que o senhor Meijer sequer levou em consideração." Van Scherpenberg acusou Meijer de apenas levantar argumentos contra a emigração, sem mencionar os fatores positivos. Nos estados no sul do país havia ainda uma grande área de mata primária virgem altamente propícias para a agricultura e que, devido sua localização e clima, seriam altamente adequadas para os colonos da Europa ocidental. Os dados de produção mostraram que, em termos de fertilidade, os solos no Brasil eram (no mínimo) tão férteis quanto os de qualquer outro lugar no mundo. De acordo com Van Scherpenberg, o Brasil teria uma grande importância como um país de emigração para os europeus ocidentais.

Heijmeijer fez todo o possível para desfazer as conclusões do Meijer. Em uma carta pessoal a Von Schwartzenau, ele afirmou que não tinham causado grande impressão na Holanda. "Não precisa se preocupar com isso. A melhor maneira de "quebrar" isso é desconsiderá-las." No entanto, durante uma reunião do conselho da SLN de 13 de maio de 1948, o presidente Welter disse que deve se pôr fim à pesquisa preliminar sobre a imigração, dadas as grandes despesas envolvidas. "Se não alcançarmos resultados definitivos em breve, esse dinheiro poderia ser gasto com coisas mais úteis." Ele propôs estabelecer um prazo final para as negociações atuais, propondo a data de 1 de setembro. Hartland acrescentou que não havia mais fundos disponíveis para manter o escritório do adido de emigração. Ele aproveitou as conclusões de Meijer para inviabilizar os planos da KNBTB.



O antigo portão; um rebanho de gado zebu brasileiro é levado para ser ordenhado.

Heijmeijer considerou o relatório Meijer de pouca importância, já que quase não apresentava evidências concretas. Ele propôs viajar mais uma vez a fim de obter um sim ou não do governo brasileiro. As autoridades brasileiras demonstravam boa vontade, portanto a chance de sucesso não podia ser descartada. Ele acrescentou que o plano Ribeirão poderia ser avaliado no curto prazo e apontou algumas vantagens em comparação com Monte d'Este: solo melhor e melhores oportunidades para o loteamento e drenagem. Além disso, o preço da propriedade não era alto. A questão principal era se o governo brasileiro estaria disposto a cooperar em negociar um bom financiamento. A SLN decidiu autorizar Heijmeijer a fazer uma última tentativa de verificar se as autoridades brasileiras estariam dispostas a oferecer apoio financeiro ao projeto Ribeirão. Também foi determinado o prazo de 1 de agosto de 1948 para obter um resultado concreto. Além disso, decidiram fechar o escritório do adido de emigração a partir de 1º de junho e informar Van Scherpenberg que não fariam mais uso de seus serviços após 1º de janeiro de 1949. Na seguinte reunião, a desativação do escritório do adido de emigração foi fixada no dia 1º de agosto de 1948.

A partida da vanguarda

Em antecipação à fundação do projeto de emigração em grupo, Heijmeijer enviou um grupo de pioneiros ao Brasil. Em fevereiro de 1948, as três irmãs da Ordem Canônica do Santo Sepulcro de Jerusalém partiram para São Paulo para conhecer melhor o país e aprender a língua portuguesa. Para quebrar o impasse, tanto na Holanda quanto no Brasil, Heijmeijer buscou meios para forçar decisões. Para isso, era necessário contornar as restrições a exportação de divisas e mercadorias impostas pelo governo holandês. Na primavera de 1948, Heijmeijer conseguiu autorização para os emigrantes levarem 400 cabeças de gado. A intenção era vender esse gado holandês de raça no Brasil para obter recursos para financiar a construção da colônia. Para convencer as autoridades brasileiras da vontade holandesa de realmente estabelecer a emigração, Heijmeijer decidiu enviar dois pioneiros ao Brasil no início de abril 1948. Estes emigrantes, que atuariam como desbravadores, foram Wim Miltenburg e Toon Cruysen.

Heijmeijer conta que um jipe militar parou em frente à sua casa em Wassenaar no começo de 1948. Desceu dele um jovem alto, de tamancos. Era Miltenburg, um jovem agricultor de Weesperkarspel. Ele veio falar sobre a emigração ao Brasil. Queria ir para o país, custe o que custar. Um irmão dele já tinha ido para o Canadá, "mas ele estava disposto a encarar alguns milhares de hectares no Brasil". Para Heijmeijer, Miltenburg era exatamente o tipo de pioneiro que precisavam. Após muita consideração, foi decidido que ele iria na equipe inicial, acompanhado por Cruysen. Os dois pioneiros receberam um jipe com um trailer, 20 cabeças de gado, ferramentas e

sementes hortícolas. A intenção era vender o gado de raça e usar o rendimento para importar mais gado. "Se a colonização não acontecer, os dois rapazes poderiam montar uma empresa de importação", disse Heijmeijer. Miltenburg e Cruysen embarcaram em 21 de abril de 1948 e chegaram no Brasil em 9 de maio do mesmo ano.



As três primeiras freiras da ordem dos Cônegos do Santo Sepulcro chegaram ao Brasil para preparar seu trabalho na futura colônia holandesa no início de 1948. Foram acompanhadas de missionários holandeses.

Meijer, o adido para assuntos agrícolas, acompanhou as notícias da chegada das irmãs e dos dois pioneiros com apreensão. No dia 21 de abril, ele enviou um telegrama através da embaixada afirmando que no dia 9 de maio estariam chegando alguns emigrantes, "aparentemente sob os auspícios de Heijmeijer". Acrescentou: "observa-se que aqui nada está pronto, e desaconselhamos a chegada." Mais tarde Meijer enviou outro telegrama com a seguinte mensagem: "Desaconselhamos fortemente o envio de mais emigrantes. Além das irmãs recém-chegadas, esperamos a chegada de dois agricultores com gado em São Paulo. Aqui, absolutamente nada foi preparado. Possibilidade de obter propriedades no estado de São Paulo extremamente pequena."



Wim Miltenburg (esquerda) e Toon Cruysen chegaram ao Brasil em 21 de abril de 1948. Eles foram os pioneiros da colônia.

Batendo o martelo

Mesmo que a SLN tivesse perdido a confiança na emigração ao Brasil, Heijmeijer ainda recebeu a oportunidade de completar uma última negociação "agora ou nunca" com as autoridades brasileiras. Heijmeijer acreditava que a emigração deveria ocorrer sob uma base solida e saudável, ou não ocorrer. Portanto, era desejável deixar bem claro para o governo brasileiro que, se a emigração de "agricultores holandeses qualificados e industriosos, trazendo gado holandês" era algo que os interessa, então "este, de sua parte, deveria prestar assistência financeira generosa". Ele achava que podia solucionar as dificuldades em torno da fundação de uma empresa de colonização através de uma cooperativa fundada pelos agricultores holandeses recém-chegados, que poderiam iniciar o trabalho com apoio dos funcionários do adido de emigração. Heijmeijer se ofereceu para fazer uma viagem curta ao Brasil. "No entanto, devo dispor de plenos poderes para finalizar os assuntos e 'bater o martelo', em consulta com o embaixador e o adido de emigração."

Enquanto na Holanda a desolação prevalecia, no Brasil se realizavam os preparativos para a transferência da Fazenda Ribeirão. No final de maio de

1948, Van Scherpenberg foi a São Paulo por alguns dias, acompanhado pelo ministro Latour, para conversar com as autoridades estaduais. O crédito que tinha sido prometido pelo Banco do Estado de São Paulo em 1947 não estava mais disponível, mas o diretor do serviço de imigração (Doria de Vasconcelos) estava preparando um decreto que previa um crédito de 30 milhões de cruzeiros para a imigração no estado de São Paulo. O valor de 10 milhões de cruzeiros que tinha sido prometido anteriormente para a imigração holandesa viria deste dinheiro. O decreto ainda aguardava aprovação pelo parlamento estadual. O ministro Latour também continuava a negociar com James Tucker, do Frigorifico Armour do Brasil. Latour decidiu adquirir toda a fazenda de 3.000 alqueires e disponibilizar aproximadamente 2.000 destes à imigração holandesa. Ao manter uma parte da fazenda fora da transferência, ele visava driblar as leis de imigração brasileiras que estipulavam que pelo menos 30% da terra deveria ser disponibilizada a colonos brasileiros ou de outras nacionalidades. Latour queria fazer o primeiro pagamento até o dia 19 de junho.

Durante as reuniões em São Paulo, ficou claro para Van Scherpenberg que a criação de uma cooperativa era suficiente para assumir as obrigações financeiras e adquirir os terrenos, provido que um mínimo de sete membros estivesse presente. Van Scherpenberg e Von Schwartzenau decidiram agir imediatamente. Em 5 de Junho de 1948, foi fundada a "Cooperativa Agro-Pecuaria do Núcleo Holandês Ribeirão". Os membros e fundadores foram os primeiros emigrantes (Miltenburg e Cruysen), Van Scherpenberg, Von Schwartzenau (que assumiu a presidência na ausência de Heijmeijer), Henk Ruhe, Antony Johannes e Peter Gerardus Schreurs, George Barcum de Graaf e Peter Prange. Exceto por Miltenburg, Cruysen e Ruhe, os outros fundadores desempenharam apenas papeis formais na criação da cooperativa, e se retiraram dela após a chegada de novos emigrantes. Dois meses depois, em 12 de agosto de 1948, o nome foi alterado para "Cooperativa Agro-Pecuária Holambra" (CAPH).

Existem várias explicações sobre o nome "Holambra". A mais prevalente delas é que Holambra seria uma contração de Holanda-Brasil-América. A contribuição americana se limitava à colaboração com o proprietário anterior (o frigorífico americano Armour). A fundação de Holambra em 1948 não envolveu qualquer participação de capital americano, diferente da fundação de Holambra II em 1961. Uma explicação muito mais lógica era que o nome se referia à sociedade de colonização Holanbra, que Van Scherpenberg queria fundar. O pioneiro Toon Cruysen também afirmou que a escolha do nome Holambra não tinha nada a ver com a América. A busca por um nome com uma pronuncia mais fácil levou à Holambra, porque em português era mais fácil pronunciar o "m".

Mesmo depois do estabelecimento da cooperativa, ainda ocorreram eventos que poderiam colocar todo o empreendimento em risco. Ao chegar ao Brasil em 24 de junho, Heijmeijer descobriu que a SLN tinha instruído

que ele fosse ao Brasil como um representante da KNBTB, e não em nome da SLN. Ele também não integrava mais a delegação holandesa que negociaria um acordo de imigração com as autoridades brasileiras. Esta ordem, entregue na sua chegada ao Brasil pelo embaixador Kleijn Molekamp, foi uma surpresa dolorosa para Heijmeijer. Vinte e cinco anos depois, ele se recordou dos acontecimentos da seguinte forma: "Na realidade, o gesto generoso da SLN acabou sendo uma armadilha! Agora ficou claro que a SLN visava impedir os planos de emigração 'a qualquer preço', e o meio utilizado foi um golpe de mestre. Afinal, se eu abordasse as autoridades brasileiras com Scherpenberg e insistisse em fazer negócios, poderia esperar um tratamento muito amigável dos brasileiros, mas nada, absolutamente nada aconteceria, já que o governo holandês havia informado que Heijmeijer (...) era apenas um representante de uma organização de agricultores, e que a SNL ou o governo holandês não se responsabilizariam por quaisquer planos de emigração por eles discutidos. Daria na mesma fazer as malas e voltar à Holanda."

Heijmeijer decidiu tirar vantagem do fato de que a SLN não tinha instruído o embaixador a lhe pedir sigilo. No mesmo dia, enviou um longo telegrama à KNBTB em que se queixou sobre a "ação discriminatória da SLN" numa tentativa de desfazer a medida. Também escreveu uma carta ao ministro Drees na qual afirmou que "existia uma tentativa, em círculos oficiais, de inviabilizar os esforços da KNBTB de operacionalizar a emigração no Brasil". De acordo com Heijmeijer, as possibilidades de emigração para o Brasil e seu significado para a Holanda foram "destacadas de forma unilateral e da pior maneira" pela SLN. Ele mesmo tinha uma opinião diferente. "Estou convencido da seriedade da intenção das autoridades brasileiras de facilitar a emigração de agricultores holandeses, embora geralmente leve tempo para transformar intenções em ações. No entanto, isso já foi feito. O governo brasileiro adquiriu uma grande fazenda e quer disponibilizá-la aos holandeses. A transferência da propriedade está sendo negociada. A fazenda está sendo desocupada neste momento, e os pioneiros que chegaram nas últimas semanas já foram convidados a viajar para a fazenda." Heijmeijer afirmou que a SLN tinha concordado com sua última viagem "por motivos de política interna". Ele pediu a Drees para incluir ele mesmo e Von Schwartzenau novamente na delegação de negociações sobre o acordo de imigração e desfazer a demissão de Von Schwartzenau. Em 12 de julho, ele recebeu o aviso de que havia sido reintegrado à delegação de negociações.

"Esta é a nossa terra"

As decisões da SLN também tiveram repercussões sobre as negociações para a compra da Fazenda Ribeirão, e levantou dúvidas nos funcionários do governo brasileiro sobre as intenções dos holandeses. Em 10 de Junho de 1948, o embaixador Kleijn Molekamp relatou que o senado brasileiro provavelmente aprovaria na próxima semana uma lei que disponibilizaria 34

milhões de cruzeiros (5,1 a 6,8 milhões de florins) para imigração, o que permitiria a Jorge Latour financiar a compra da fazenda. Ao mesmo tempo, havia um projeto de lei aguardando aprovação no parlamento do estado de São Paulo sobre o empréstimo de 10 milhões de cruzeiros. No dia 21 de junho, Scherpenberg informou que, através do depósito de 200.000 cruzeiros, Latour tinha conseguido estender o prazo da promessa de compra da Fazenda Ribeirão até 1º de julho. Não ficou claro por que Latour deixou de pagar os 3 milhões de cruzeiros acordados como primeiro depósito. Van Scherpenberg suspeitava que isso tinha a ver com uma carta enviada ao ministro brasileiro das Relações Exteriores afirmando que o governo holandês não assumiria qualquer responsabilidade pela Fazenda Ribeirão.

No início de julho, Scherpenberg informou que, pouco antes do vencimento do novo prazo de 1º de julho, Latour tinha emitido uma declaração de que o governo brasileiro compraria a fazenda. Estavam tentando encontrar uma fórmula para disponibilizar uma parte do crédito de 34 milhões de cruzeiros para a compra da Fazenda Ribeirão. Outra notícia positiva foi que a Armour estava desocupando a fazenda. Em seguida, Von Schwartzenau e os dois pioneiros (Miltenburg e Cruysen) começaram os preparativos para a colonização.



Passeio de jipe pela fazenda. No volante, Wim Miltenburg. A seu lado, Geert Heijmeijer.

Em 12 de julho de 1948, Heijmeijer decidiu viajar para a Fazenda Ribeirão para testemunhar a posse. Lá, ele encontrou Miltenburg, Von Schwartzenau e Henk Ruhe. No local, Heijmeijer fez um tour pela fazenda. Anos depois, lembrava-se desta primeira introdução: "o solo sobre qual caminhamos poderia ser nosso. Quase dois anos de luta, e ainda estamos lutando contra forças quase intangíveis. Não, esta terra deve ser e será A NOSSA TERRA!" Depois de voltar do passeio, ele tomou a iniciativa de um ato histórico que simbolizava a verdadeira ocupação da fazenda: "Gente, este é um momento único. Dirigimos e andamos sobre esta terra e esperamos e confiamos que esta será a nossa terra. Vamos iniciar simbolicamente o cultivo!"

Os quatro homens, em seguida, decidiram justificar suas palavras com ações. "No ano de Nosso Senhor de 1948, por volta das 14 horas no dia 14 de julho (...) os quatro homens se reuniram em um lugar ermo no interior do Brasil. O local de encontro foi o centro da Fazenda Ribeirão, localizado no Município de Mogi Mirim, próximo ao rio chamado de Córrego da Barra da Mata. Os quatro homens eram: Geert Heijmeijer, diretor de emigração para o Brasil, Jim von Schwartzenau, membro da missão diplomática holandesa no Rio de Janeiro, Willem Miltenburg, agricultor, e Henk Ruhe, horticultor. Quando se reuniram, o primeiro dos quatro falou: "O trabalho que estamos iniciando agora é de suma importância e difícil; oremos um Pai-Nosso". Depois que os homens rezaram juntos o Pai Nosso, Geert Heijmeijer levantou uma pá, e enquanto dizia as palavras DEUS ABENÇOE NOSSO TRABALHO, meteu a pá no chão e revirou-o. Os outros seguiram seu exemplo. O ato simbólico foi o início da exploração da Fazenda Ribeirão, e da primeira colônia de agricultores católicos holandeses no Brasil." Mais tarde, o evento foi imortalizado no brasão municipal de Holambra.

Duas semanas depois, Heijmeijer se viu bem menos otimista. Embora o lado brasileiro afirmou que haviam tomado a decisão final de que disponibilizariam os fundos para a compra, os oficiais responsáveis continuavam opondo-se. Latour declarou que o problema não era apenas a falta de coordenação entre os ministérios brasileiros, mas que a Holanda havia dado a impressão de que havia uma falta de confiança na KNBTB. Latour aconselhava ao governo holandês que instruísse seu embaixador a comunicar ao Presidente do Brasil que o governo holandês apoiava a associação de agricultores, e que, embora não pudesse assumir qualquer responsabilidade financeira, garantia a solidez da associação e a seleção de imigrantes. Heijmeijer explicou em um telegrama ao Ministro Drees que, se o segundo pagamento não fosse efetuado até o dia 31 de julho, a compra da fazenda seria cancelada. O governo holandês acabou por emitir a declaração solicitada.

Os últimos obstáculos que impediam a compra da fazenda foram removidos durante uma audiência com o Presidente Dutra no dia 30 de julho. Durante o encontro, que contou com a participação de Kleijn Molekamp, Van Scherpenberg e Heijmeijer, o presidente ordenou seu secretário particular a se comunicar com o Ministério da Fazenda para garantir que os 4 milhões (do crédito de 34 milhões de cruzeiros) estariam disponíveis. Assim, podiam concluir a compra da Fazenda Ribeirão. Agora, de fato, haviam fechado o negócio. No domingo, 1º de agosto, Doria de Vasconcelos ligou para Heijmeijer para dizer que soube do Rio que tudo tinha sido confirmado na noite de sexta-feira. Um dia depois, o embaixador informou que Latour havia telefonado com as notícias de que o dinheiro estava disponível.

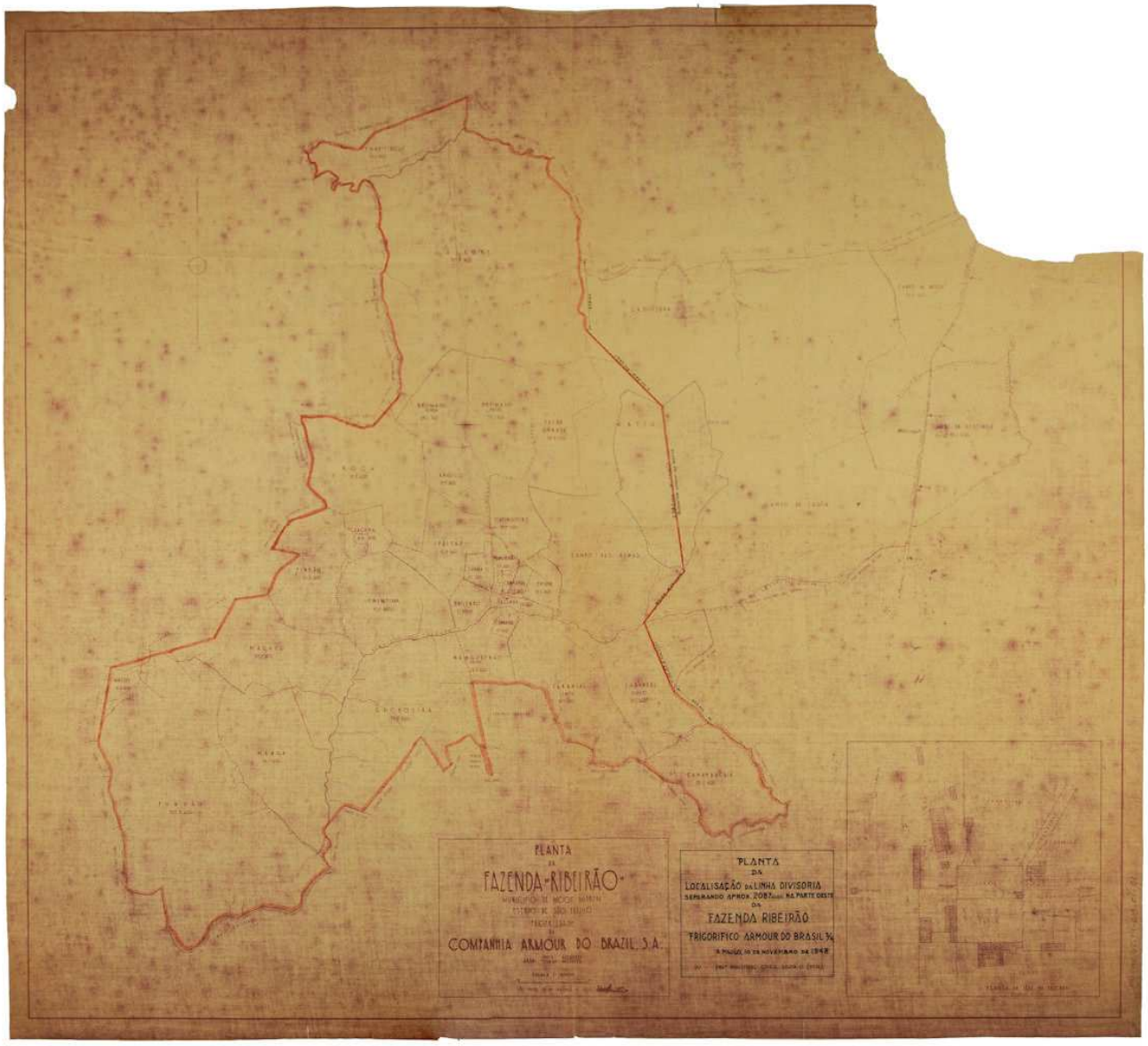


Depois da posse oficial da Fazenda Ribeirão em 14 de julho de 1948, o gado holandês de raça trazido por Miltenburg e Cruysen foi transferido para a fazenda.

No dia 20 de agosto, Heijmeijer podia voltar à Holanda com a consciência tranquila, sabendo que a emigração em grupo que ele tinha iniciado finalmente se realizaria. Quatro dias depois, o embaixador recebeu uma carta do Ministério das Relações Exteriores afirmando que 4 milhões de cruzeiros tinham sido disponibilizadas para pagar a primeira parcela da compra da Fazenda Ribeirão. Também foi informado que poderiam começar a formar os grupos de imigrantes que se estabeleceriam na Fazenda Ribeirão. Ao mesmo tempo, o parlamento de São Paulo estudava o projeto de lei para

viabilizar o empréstimo de 10 milhões de cruzeiros. A lei foi aprovada no dia 5 de outubro.

O que Heijmeijer não sabia quando deixou o Brasil é que a disponibilidade do crédito do estado de São Paulo ainda não estava garantida. Somente em dia 13 de outubro o Ministério da Fazenda do Brasil transferiu o crédito de 3 milhões de cruzeiros para a Cooperativa Holambra para a compra da fazenda. A aquisição finalmente aconteceu no dia 10 de novembro de 1948.



Mapa da Fazenda Ribeirão na época em que a propriedade foi transferida para Holambra (1948). A parte direita da fazenda não ainda havia sido transferida.

CAPÍTULO 4

UM COMEÇO ÁRDUO

A Fazenda Ribeirão era uma área deserta. O solo fora exaurido pelo antigo cultivo do café e agora estava coberto de ervas daninhas e mata secundária. Além disso, o terreno estava cheio de cupinzeiros. Na região, a fazenda era conhecida como o "deserto de Mogi". Para todos os envolvidos na fundação da nova colônia, era óbvio que havia muito a ser feito. A terra tinha de ser limpa, era necessário construir casas e prédios para os emigrantes que chegariam, e era ainda preciso selecionar os emigrantes que iriam povoar a fazenda.

A seleção de emigrantes

A KNBTB decidiu dar início à seleção já na primavera de 1947. Primeiro, seriam selecionados os solteiros. Noivos e famílias seguiriam mais tarde. Mas nada ainda estava muito bem definido. Nessa ocasião, Heijmeijer insistia em uma preparação rigorosa. Embora observasse um certo cuidado em suas informações sobre o Brasil, demonstrava muito otimismo e idealismo. A colônia almejada seria "uma colônia modelo em termos sociais e econômicos", povoada com "pessoas maravilhosas". "Deviam exaltar essas virtudes, pois a colônia holandesa introduzirá um novo elemento à sociedade brasileira, sem abrir mão da sua própria identidade".

Na primavera de 1948, o assunto tornou-se mais sério. No dia 13 de março, Heijmeijer enviou uma nota que poderia servir como um guia para a seleção. Ressaltou que a seleção era "um trabalho difícil e de grande responsabilidade". Aqueles que forneceriam informações sobre emigrantes deveriam ter um bom conhecimento das pessoas e ser capazes de julgar os emigrantes de forma "objetiva e apurada". "Não se tratava apenas de dispor das qualificações, da vontade de trabalhar e dos meios financeiros; o carácter também representa um papel vital. Era de suma importância que houvesse uma atmosfera positiva na colônia. Com isso e com uma boa base econômica, a colônia será bem-sucedida". Heijmeijer desejava fundar uma nova comunidade no espírito católico, com pessoas que visavam uma vida baseada em princípios religiosos, morais e espirituais "e que trabalhariam humildemente e constituiriam uma verdadeira sociedade em harmonia". Portanto, era importante assegurar que houvesse harmonia dentro das famílias e escolher emigrantes valentes e habilidosos, "trabalhadores humildes, que não fossem egoístas ou com tendências egocêntricas, dispostos a colaborar e, quando necessário, submeter-se à liderança".

Heijmeijer exortou as comissões regionais a elaborar listas de indivíduos e famílias que estariam qualificados para a emigração. Não importava se a lista

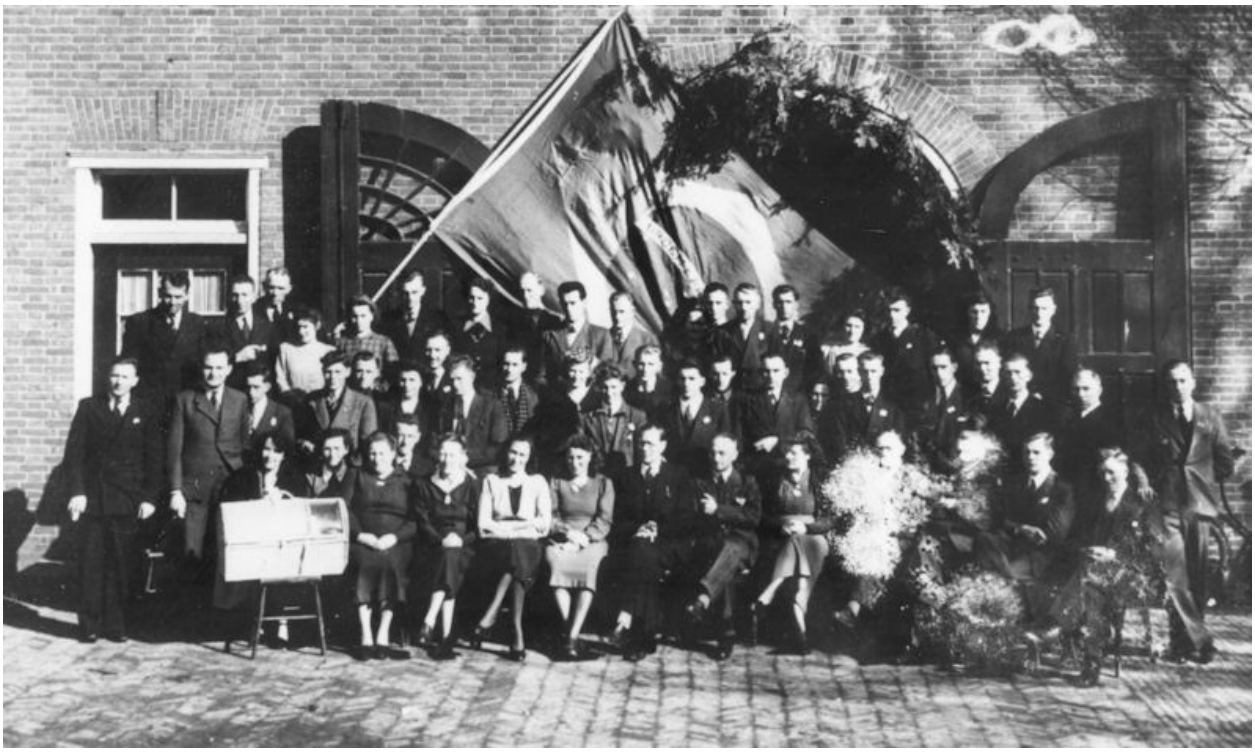
final de nomes fosse maior do que o número de lugares disponíveis. Assim seria mais fácil fazer uma seleção, para garantir a composição mais harmoniosa da colônia. Essa harmonia não envolvia apenas as habilidades dos emigrantes, mas também a sua composição: solteiros, recém-casados, famílias novas e maduras. Também era necessário que o maior número possível de integrantes da colônia fosse capaz de realizar trabalho produtivo. Isso significava que, por enquanto, havia lugar apenas para solteiros, recém-casados, famílias muito jovens ou famílias com crianças mais velhas. A categoria mais difícil de ser contemplada para emigração era aquela composta de famílias com muitas crianças pequenas, onde apenas o marido era capaz de trabalhar e a esposa estava geralmente sobrecarregada. Por enquanto, este grupo "infelizmente" não era elegível para emigração.

O primeiro grupo a emigrar foi aquele dos pioneiros, cuja função seria preparar a moradia do próximo grupo de emigrantes e as construções para onde o gado seria trazido. Em seguida, teriam que preparar a terra e fazer a subdivisão dos lotes. Portanto, esse grupo de pioneiros deveria ser composto principalmente de homens, juntamente com algumas mulheres mais jovens para cuidar das tarefas domésticas. Em relação aos critérios financeiros exigidos dos emigrantes, Heijmeijer afirmava que as chances de sucesso para aqueles sem capital eram muito baixas. Seria irresponsável estruturar uma colônia com emigrantes com pouco ou nenhum capital. Considerando as restrições rigorosas impostas à exportação de capital pelo governo holandês, a ideia era levar o gado como capital. O transporte de um homem, uma mulher, móveis, 20 cabeças de gado e seus pertences exigia um montante de 30.000 florins. A intenção era buscar emigrantes com mais capital, para que pudessem acomodar outros emigrantes com menos recursos.

Em março de 1949, foi criada a Fundação Holambra (Stichting Holambra) para representar os interesses da jovem colônia na Holanda. Esta fundação era encarregada da preparação e seleção de emigrantes, cuidando da aquisição de gado, equipamentos e material de construção. O diretor da fundação, Gerard Duijsens Roermond, estava bem familiarizado com a situação da agricultura holandesa. Por causa do seu interesse pela questão da emigração, ele tinha entrado em contato com Heijmeijer, que o convidou a assumir a representação de Holambra na Holanda.

A estrutura da colônia também exigiu muita organização na Holanda. Era necessário organizar a travessia de 100 famílias e 500 cabeças de gado em um curto prazo. Uma grande parte do gado de raça ainda tinha que ser comprado e os pertences dos emigrantes precisavam ser avaliados para o uso no Brasil. Para dispor de um capital significativo no início da colônia, Heijmeijer decidiu que o primeiro grupo de emigrantes seria acompanhado por alguns fazendeiros mais velhos com capital. Por esse motivo, abriram mão dos critérios de seleção pré-definidos. Esses fazendeiros embarcariam com os primeiros navios.

Entre estes estavam alguns fazendeiros mais velhos e ricos da região de Diessen em Noord-Brabant. Segundo o presidente do sindicato de agricultores locais, Janus van Bijsterveldt, a tendência de emigrar já tinha se manifestado desde cedo nesse vilarejo. O fato não causou surpresa, de acordo com ele, uma vez que três das cinco famílias que emigraram para o Brasil nos anos 1948-1950 eram oriundas da região de Achterhoek. Elas haviam se estabelecido em fazendas pioneiras durante a Segunda Guerra Mundial e, de acordo com Bijsterveldt, estavam mais dispostas a se arriscar nessa nova empreitada. Entre os primeiros candidatos a emigração para o Brasil estava Herman Theunissen, de 58 anos. Bijsterveldt afirmava que Theunissen, oriundo de Oost-Gelderland, não tinha motivo urgente para emigrar, dada a sua família relativamente pequena - um filho adulto e três filhas adolescentes - e sua riqueza. Ainda assim, ele vendeu sua fazenda por cerca de 150.000 florins e depositou o dinheiro no fundo de crédito de Holambra. De acordo com Van Bijsterveldt, causou muita surpresa quando a família Theunissen foi a primeira a ser aceita no vilarejo para emigrar para a colônia. "Questionamos se o senhor Heijmeijer não teria um bom conhecimento das pessoas ou se o dinheiro era mais importante do que a comunidade. E isso em uma comunidade coletivista!" Toon Assinck, originalmente de Lintvelde (em Achterhoek), também estava entre os primeiros emigrantes. O fazendeiro de 65 anos tinha uma família de nove filhos, cinco meninos e quatro meninas. Ele vendeu a sua fazenda por 80.000 florins e depositou esse dinheiro no fundo de crédito da cooperativa.



Um grupo de futuros emigrantes se reúne na escola Volkshogeschool 'Ons Erf', em De Steeg. No centro, sentado, Geert Heijmeijer.

Depois de selecionar os candidatos, os emigrantes passavam por vários dias de cursos preparatórios no Volkshogescschool da KNBTB em "Ons Erf" (Nosso Lar) ou em algum outro local de reunião. De 4 a 8 de outubro de 1948, Jan Nabuurs e sua esposa, oriundos de Venray, participaram do encontro em Ons Erf. Durante este curso para emigrantes, com 25 participantes, Heijmeijer, um missionário e outros especialistas apresentaram várias palestras informativas. Informaram aos potenciais emigrantes sobre as dificuldades que lhes esperavam e alertaram contra o excesso de entusiasmo e uma decisão precipitada. Em uma entrevista pessoal, conversavam sobre as possibilidades de emigrar logo. Entre aqueles que não atendiam aos critérios, a decepção muitas vezes era grande. "Por favor, nos deixe ir o mais rápido possível. Aqui estamos desempregados. No Brasil, podemos construir o nosso futuro, nem que seja com as nossas próprias mãos", respondeu um dos participantes.

Muitos candidatos achavam a forma de emigração muito atraente. O fato de que Heijmeijer tinha sido nomeado pela KNBTB para liderar a emigração gerava confiança. O desejo de levar a família para um ambiente seguro, em termos religiosos, também teve grande influência. O contrato apresentado aos emigrantes também parecia atraente. "Podemos confirmar que essas pessoas estavam dispostas a antecipar a emigração porque se sentiam seguras nessa empreitada que partiu da própria organização", disse Janus Bijsterveldt.

A serviço da cooperativa

Além de empréstimos brasileiros, ainda era necessária uma quantia considerável de dinheiro para cultivar a terra e constituir as empresas. Esse dinheiro deveria vir dos próprios emigrantes. Um impedimento era a restrição à exportação de bens e dinheiro imposta pelo governo holandês. Com a participação do ministro de Agricultura Sicco Manholt, Heijmeijer conseguiu que o Ministério da Fazenda aprovasse uma exceção, permitindo a exportação de 500 cabeças de gado e seus bens.

Para desenvolver a colônia, cultivar a terra e construir casas para os novos emigrantes, Heijmeijer optou incialmente por um sistema de cooperativa. Cada emigrante depositava o seu capital na cooperativa, para a compra centralizada de bens materiais - como gado e máquinas. Ao chegar na Fazenda, a cooperativa fornecia moradia. O emigrante que ainda não tinha seu próprio empreendimento era obrigado a trabalhar para a cooperativa, cultivando a terra e construindo casas e estábulos. Este serviço comunitário era remunerado, e cada trabalhador recebia somente o que precisava para se manter. O resto do pagamento seria recebido quando estivesse pronto para começar o seu próprio negócio. Cada colono tinha direito a um lote de terra com uma casa e um celeiro. O tamanho dos empreendimentos seria entre dez e vinte hectares. A ideia de juntar o capital na cooperativa era poder dar

uma chance aos pequenos agricultores. Porém, o resultado foi que o número de agricultores que depositou mais de 20.000 florins não passou de quinze. A maioria dos agricultores dispôs de poucos recursos financeiros.

Os direitos e obrigações dos emigrantes foram descritos na brochura Fazenda Ribeirão, A colônia holandesa no Brasil, mais conhecida pelos emigrantes como o "livro amarelo". Nesta publicação, Heijmeijer afirmou aos emigrantes que visava que esta nova colônia se transformasse em uma nova comunidade, destinada a crescer. Os colonos deveriam estar imbuídos desse ideal e formar uma unidade "para que esta seja sustentada por uma ideia comum, baseada nos princípios cristãos". Nos primeiros anos, os colonos deveriam estar dispostos a se contentar com uma vida muito austera.

Em retrospecto, muitos emigrantes se perguntaram como chegaram a emprestar toda a sua fortuna para a cooperativa. Aparentemente tinham vasta confiança na liderança e foram muito inspirados pelo desejo de emigrar para o Brasil. Fons Sleutjes de Schijndel, que emigrou em 1949, contou depois sobre a reação de seu sogro: "Não vejo problema algum no fato de você emigrar, mas entregar todo o seu dinheiro a estranhos, isso não acho sensato de sua parte. Isso é uma coisa que você não deveria confiar nem ao seu próprio irmão". Bernard Scholten, um outro emigrante, disse a Toon van de Groes: "Você confia mesmo nesse projeto..."

Pioneiros

Em julho de 1948, os primeiros colonos holandeses começaram a se preparar para a chegada dos emigrantes. Os primeiros trabalhos consistiam em fazer um reconhecimento da área, preparar parte da fazenda para fornecer alimentação para os emigrantes e para o gado que viria e restaurar as casas existentes para abrigo dos futuros emigrantes. Durante o período pioneiro, que durou até a chegada dos novos emigrantes em dezembro de 1948, moraram na fazenda Wim Miltenburg, Toon Cruysen, Henk Ruhe e Jan Schreurs com sua esposa e dois filhos. Além deles, havia quatro trabalhadores brasileiros, responsáveis por vigiar as instalações e exercer várias tarefas. Na fazenda havia uma pequena escola, antes frequentada pelos filhos dos trabalhadores do antigo proprietário e pelas crianças da região. A escola foi mantida depois que a fazenda foi transferida para os holandeses. Os pioneiros fizeram bom uso da instalação para ter aulas de português. Aos domingos, viajavam de jipe até Campinas para frequentar a igreja de padres holandeses. Algum tempo depois, os padres começaram a se revezar indo à fazenda para oferecer acompanhamento espiritual.

Inicialmente, a vida pioneira era muito primitiva. Faltava dinheiro, o que tornava difícil obter os materiais, máquinas e ferramentas necessários. No começo, o financiamento do projeto exigia muito improviso. "Conseguimos dar um jeito por enquanto. Não queremos causar preocupação," escreveu Cruysen a Heijmeijer em 8 de setembro de 1948. Vendiam os bens trazidos

da Holanda e podiam contar com a assistência bondosa dos padres holandeses. No entanto, precisariam de mais dinheiro para começar os trabalhos de fato. Um crédito temporário foi usado para adquirir o primeiro trator com arado e grade de discos. O cultivo da fazenda poderia finalmente começar, mas não havia dinheiro para a gasolina! Graças a uma doação dos padres em Campinas, o novo trator finalmente foi colocado em operação no dia 11 de outubro. A nova máquina foi imediatamente colocada para trabalhar em tempo integral.



A exploração da fazenda começou com muito entusiasmo. No centro: Geert Heijmeijer.

Os pioneiros também tiveram vários problemas com o gado. Devido à falta de ração especial, a produção de leite ficou aquém das expectativas. A maioria das vacas ainda era saudável, mas estavam muito magras e, portanto, menos apresentáveis para venda. No entanto, Miltenburg e Cruysen tinham a expectativa de que a produção de leite aumentaria novamente, a fim de fornecer leite ou manteiga ao primeiro grupo de emigrantes. A principal preocupação era a disponibilidade do crédito oferecido pelo estado de São Paulo. Nenhum dinheiro poderia ser pago enquanto a fazenda não pertencesse formalmente à cooperativa. Mas os pioneiros não se deixaram incomodar pela incerteza.



Um peão brasileiro cuida dos bois.

A chegada dos emigrantes

Em meados de novembro, os preparativos finalmente permitiram a chegada de emigrantes. Os primeiros a embarcar no dia 16 de novembro foram Wim Welle, Leo Smeets e Leen Koopmans. Em 13 de dezembro chegaram de navio a Santos, onde foram recebidos por Cruysen e Von Schwartzenau. Um dia depois, chegaram à fazenda. As mercadorias trazidas por eles - incluindo batatas, bolbos e sementes - não foram imediatamente liberadas porque faltava o certificado de isenção de taxas de importação. Como esse material fora remetido como mercadoria para a cooperativa, era necessário um despachante para "liberar" os bens junto às autoridades portuárias.

Enquanto isso, o trabalho árduo na fazenda prosseguia, com a preparação dos prédios existentes para habitação. Estes incluíam aproximadamente 30 barracos primitivos, chamados de "paupiekjes" (devido à natureza primitiva dessa acomodação, a área foi jocosamente denominada de "Herengracht"). O nome "paupiekje" era uma corruptela da palavra portuguesa "pau-a-pique", usada para descrever os barracos ocupados pelos trabalhadores agrícolas brasileiros. As paredes desses casebres eram feitas de ripas ou varas cruzadas e cobertas com barro. Os paupiekjes sofreram uma reforma completa, e as pragas foram removidas. Além disso, foram feitas melhorias mais essenciais, como a colocação de um novo piso, construção de chuveiro e banheiro, e a aplicação de novas camadas de barro nas paredes.

No dia 19 de dezembro de 1948, o primeiro grande grupo de 32 emigrantes embarcou do porto de Antuérpia no navio Algenib. A partida foi precedida de uma missa sagrada de despedida dos emigrantes, celebrada pelo futuro padre da colônia (o norbertino Godfrey Sijen) na Catedral Basílica de São João em Den Bosch. Nesse grupo também se encontrava Henk Klein Gunnewiek, dezenove anos de idade e solteiro. "Você quer ir conosco ao Brasil?", lhe perguntaram na segunda metade de 1948. "Como assim, se quero ir ao Brasil?" "Bom, vamos emigrar com um grupo de fazendeiros holandeses para estabelecer uma cooperativa juntos. O Brasil é o único país no mundo que aceita emigrantes em forma de colonização, e um jovem com alguns anos de instrução e alguma experiência na construção de casas e estábulos seria muito útil para nós." Klein Gunnewiek já tinha sido aprovado para prestar serviço militar e, depois do treinamento, provavelmente seria despachado para "brincar de guerra" nas Índias Orientais Holandesas. Muitos, inclusive ele próprio, consideravam isso um desperdício de tempo. "Então, por que não transformar este tempo perdido em emigração e tentar construir um futuro?"



Um 'Herengracht' (Canal dos Senhores), como eram chamados esses casebres rudimentares. Esses 'paupiekjes' (empréstimo linguístico para o holandês de 'pau-a-pique') foram reformados para servir de moradia provisória das primeiras famílias.

Para a maioria dos imigrantes, o futuro dos filhos era a principal razão para emigrar. Alguns poucos emigraram por medo dos russos. Apontando para

três de seus filhos, Thomas Sanders explicou a um repórter de jornal: "Não quero que eles dependam da assistência social para sobreviver. (...) Eu não tenho terra para quando eles crescerem, e também não quero mandá-los para trabalhar em uma fábrica. Não temos mais espaço. Além disso, há muita gente de fora bisbilhotando a minha fazenda aqui na Holanda, e hoje em dia todo mundo mete o nariz no negócio dos outros. É por isso que estou indo para Ribeirão com a minha esposa e quatro filhos". Assim, o primeiro grande grupo de emigrantes desembarcou em Santos em 11 de janeiro de 1949.



Detalhes de um 'paupiekje'.

As três freiras que tinham saído para o Brasil na primavera de 1948 para se preparar para suas funções na fazenda também chegaram em janeiro. A partir de então, se dedicariam aos cuidados domésticos dos pioneiros e ao ensino. Em março de 1949, mais duas freiras chegaram à fazenda junto com o padre Sijen, além de Heijmeijer acompanhado de sua família. O cuidado espiritual dos emigrantes estava, portanto, permanentemente constituído. Desde o final de dezembro de 1948, a fazenda contava com a presença frequente de um padre holandês. As missas eram celebradas em um dos quartos da fazenda ou em uma salinha da escola das crianças brasileiras. Em maio de 1949, inauguraram a capela, construída ao lado da sede da fazenda.

Em 1949, chegaram mais navios com emigrantes. Em 31 de julho daquele ano, a fazenda já acomodava 294 pessoas de ascendência holandesa e 106 brasileiros. Entre os holandeses estavam 92 homens, 62 mulheres e 140

crianças. Um ano depois, em 30 de junho de 1950, a população havia aumentado para 574 holandeses e 187 brasileiros. Naquele ano, o número de trabalhadores masculinos (holandeses e brasileiros) dobrou de 120 para 241.

Para o mundo, Holambra era um exemplo de um grande empreendimento, onde as pessoas trabalhavam duro para cultivar terras abandonadas ("os tratores circulavam dia e noite") e construir novas moradias para as próximas levas de emigrantes. A equipe de construção, que também incluía vários agricultores, trabalhou arduamente para construir casas e estábulos. Assim surgiram o Beekbuurt ("bairro do córrego") e o Ooievaarsbuurt ("bairro das cegonhas"). Enquanto o primeiro oferecia casas para famílias grandes, o Ooievaarsbuurt acomodava os recém-casados. Mais para cima foi construída a "Área Industrial", constituída de nove galpões que abrigavam armazéns, garagem, loja e ferreiro. Os antigos estábulos na praça da fazenda, que por curto período abrigaram a oficina de carpintaria, foram convertidos em uma escola. A construção das moradias não ocorreu sempre da forma mais eficiente. Quando empresas independentes começaram a ser constituídas no final de 1950, as casas do Beekbuurt tiveram que ser demolidas e reconstruídas nos lotes das empresas.



No dia 19 de dezembro de 1948, o primeiro grupo de emigrantes embarcou no navio Algenib ao Brasil. Se despediram da Holanda com uma Missa Sagrada na igreja de St. Jan, em Den Bosch. Na extrema esquerda em pé está Geert Heijmeijer, a extrema direita Ruud Roborgh e a seu lado Gerard Kampschöer, secretário e presidente da Fundação de Emigração da KNBTB (respectivamente). No centro (de casaco escuro) está o padre Godfried Sijen, futuro pároco de Holambra.

No início, os emigrantes trabalhavam em harmonia na construção da colônia. Disse Klein Gunnewiek: "A capacidade de adaptação de muitos era muito maior do que o esperado. No início, isso certamente foi o resultado das boas relações entre os emigrantes, além do ideal de construir um futuro juntos". Esse ideal de trabalho em conjunto para construir uma nova comunidade foi enfatizado repetidamente. "Todos por um e um por todos é um pré-requisito para ser bem-sucedido por aqui. É tudo ou nada", disse Gerard Duijsens. Para o padre Sijen, isso significava confiar naqueles que estão na liderança, "mesmo quando não entendemos suas políticas".

No primeiro ano, trabalhava-se duro na fazenda, em geral em harmonia. No seu relatório sobre os dez primeiros meses, Heijmeijer escreveu que 800 hectares de terra estavam prontos para o cultivo. Além disso, a equipe de construção já tinha construído trinta casinhas. Trezentos hectares de terra já tinham sido semeados com milho, feijão, adubo verde (tremoço), batatas, trigo e aveia. Os novos planos eram ambiciosos. Até setembro de 1951, a expectativa era cultivar 4.500 hectares, ou 90% da superfície da fazenda.



Embora muitos dos emigrantes fossem fazendeiros na Holanda, em Holambra muitos trabalharam como funcionário da cooperativa.

Imagem positiva

Nos dois primeiros anos de existência, as autoridades envolvidas na colônia faziam de tudo para dar a impressão de que algo grandioso estava sendo feito no Brasil. Em seus relatórios para a Holanda, Heijmeijer mencionava o "significado mais amplo" do projeto de colonização: "há dez meses não havia nada além de uma fazenda abandonada, uma área selvagem; agora, as montanhas estão lindamente aradas e parcialmente cobertas por plantações até onde a vista alcança, as casas ladeiam uma estrada recém-construída e uma comunidade inteira foi formada, vivendo, trabalhando, rezando, celebrando e compartilhando o sofrimento humano de cada dia. E acharíamos tudo isso bem normal, caso não parássemos para pensar e contemplar seu significado mais profundo. Então nos enchemos de um sentimento de gratidão pelo trabalho abençoado e percebemos que, 'se Deus quiser', estamos no começo de algo grandioso." Para Heijmeijer, era claro que o Brasil tinha condições de oferecer aos agricultores holandeses os meios para sobreviver. "É uma questão de tempo e esforço para incentivar uma emigração mais ampla de católicos. Já construímos a primeira ponte, mesmo que esta ainda não seja suficientemente desenvolvida."



O caminhão, carregado com a bagagem de Leo Philipsen, parte a caminho do navio em Amsterdam que o levará ao Brasil (junho de 1949).

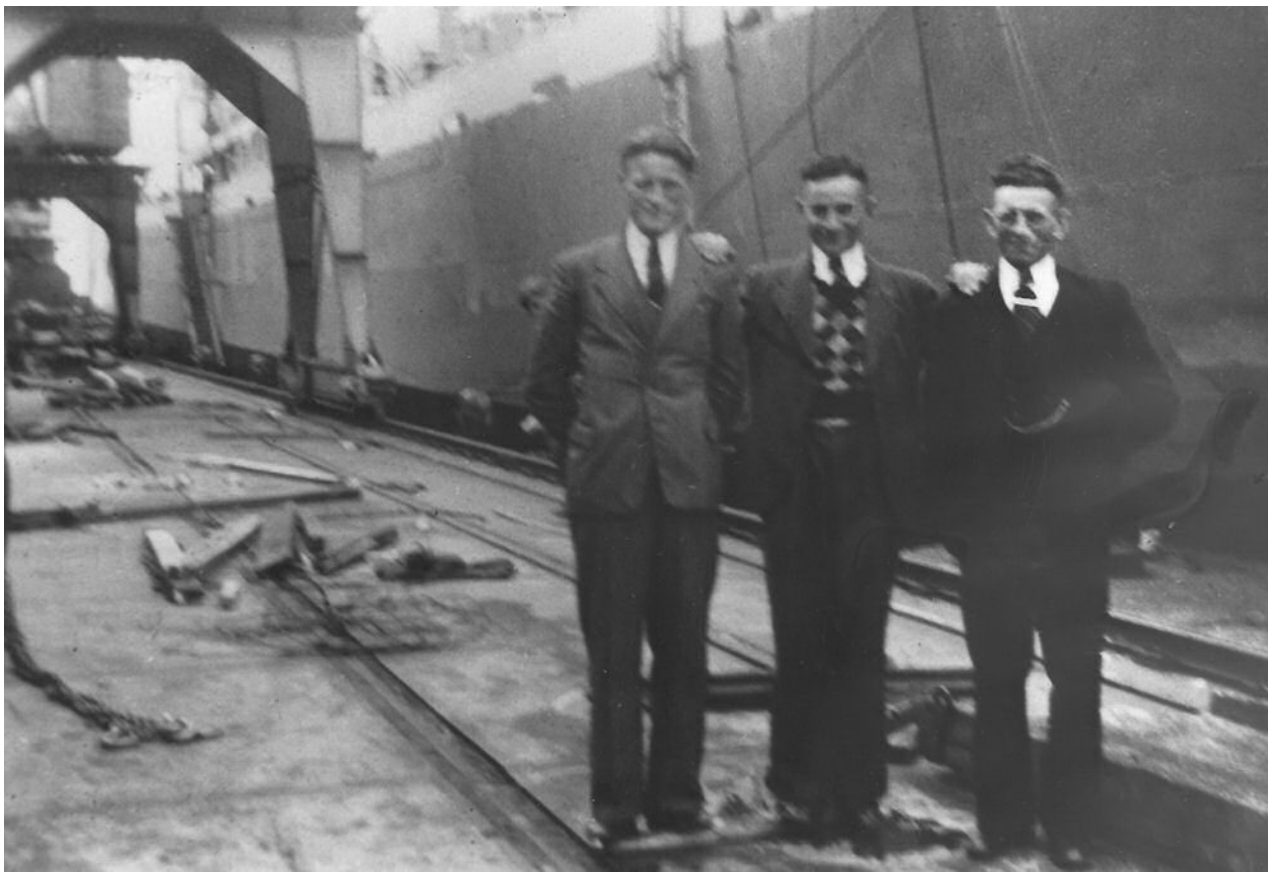
Segundo Heijmeijer, os emigrantes holandeses geraram muita boa vontade em pouco tempo. Ele achava que já era possível afirmar que em poucos anos a Colônia Ribeirão representaria uma imagem que não poderia ser encontrada em qualquer outro lugar no Brasil. "Os brasileiros que nos visitam e não estão acostumados com isso devem ficar impressionados em observar o zelo, a rapidez e os recursos modernos de nosso trabalho." O objetivo era conviver e trabalhar o máximo possível com os brasileiros. O relacionamento com os trabalhadores brasileiros era excelente; "eles se esforçam para ter um bom desempenho no trabalho". Com a boa vontade e experiência acumuladas, a Fazenda Ribeirão poderia servir como base para a futura colonização. Heijmeijer tinha certeza de que o modelo de cooperativa era a única maneira de realizar uma emigração bem-sucedida no Brasil. Ribeirão talvez pudesse se tornar o centro de várias colônias, centralizando os serviços técnicos, uma fazenda experimental, um centro de informações e serviços veterinários. Também não foi descartado que a colônia se tornasse um centro cultural com vários estabelecimentos de ensino. De acordo com Heijmeijer, a cooperativa criada na Fazenda Ribeirão tinha capacidade de ir além. "Nossos líderes técnicos já foram formados e podem enfrentar um novo projeto da maneira mais eficiente e liderar novos colonos selecionados e preparados na Holanda."

Contratempos

Apesar do tom positivo das notícias do Brasil, Heijmeijer não deixou de mencionar os primeiros contratempos. Os envios de máquinas, sementes e fertilizantes provenientes da Holanda não ocorreram inteiramente de forma satisfatória. Muitas entregas atrasavam. Um lote de batatas ficou retido muito tempo na alfândega por causa da falta de licença de importação, o que prejudicou muito a sua qualidade. Depois, outra remessa foi atingida pela praga da batata phytophthora. Outros cultivos mal conseguiam recuperar os custos. Quando Fons Sleutjes chegou à fazenda em janeiro de 1950, as batatas e o feijão estavam crescendo bem. Entretanto, as chuvas tropicais dos próximos dias fizeram com que as plantações ficassem totalmente cobertas de ervas daninhas. Uma das principais causas de perda das safras era que nem os emigrantes nem os líderes da jovem colônia tinham conhecimento de agricultura em condições tropicais. Também não aproveitaram as oportunidades de preencher essa lacuna de conhecimento, por exemplo buscando assessoria junto ao Instituto Agrônomo, em Campinas, ou com holandeses que já tinham se estabelecido no Brasil. Muitas vezes ouviam as opiniões, mas não as seguiam.

Mais grave foi a condição do gado trazido da Holanda. Já no primeiro semestre de 1949, a estação de quarentena Água Branca em São Paulo (onde o gado era vacinado contra doenças comuns no Brasil) sofreu dois surtos de febre aftosa. Durante o primeiro surto, em janeiro de 1949, dez dos 49

animais morreram da doença, enquanto nos meses seguintes mais três animais morreram. Em junho de 1949, cinco animais se encontravam em mau estado. Quando Heijmeijer ainda residia na Holanda, foi falar com o Departamento de Veterinária. A suspeita era de um tipo de vírus que não existia na Holanda. Decidiram aguardar os resultados de novas vacinas desenvolvidas pelo Professor Sylvio Torres em Porto Alegre. Heijmeijer achava que algo mais estava acontecendo. Muitos animais sofriam de sarna e feridas abertas purulentas, que demoravam muito a curar. "Os recursos fornecidos, ou o tratamento recomendado, geralmente não geravam o resultado esperado." Para proteger a exportação do gado holandês, Heijmeijer pediu ao ministro de Agricultura Mansholt que enviasse um especialista holandês, mas o pedido não foi atendido.



Leo Philipsen (no centro) logo antes de sua partida a bordo do ms. Amstelland, junto com Bertus Geene e Wim van der Geest (que emigrou para cuidar do gado importado).

No final de 1949, os resultados da importação de gado holandês pareciam positivos. Cerca de 500 animais foram transportados no total, dos quais 48 faleceram durante a travessia e vacinação. Ao mesmo tempo, nasceram 43 bezerros. Mais de um quarto dos animais importados foi vendido por um bom preço e a imunização agora ocorria na Fazenda Ribeirão, o que reduziu os custos. A imunização com a vacina do professor Torres também ocorria

na Fazenda. Assim, no começo de 1950 o gado estava em excelente condição, mas o cenário mudaria drasticamente. As 127 cabeças de gado que chegaram na fazenda após a permanência no centro de quarentena foram colocadas para pastar em grama natural mais alta. O gado se feria constantemente por causa das plantas espinhosas na grama e ao se esfregar para aliviar a coceira causada pelos insetos. Muitos animais estavam cobertos de calombos purulentos. O fedor nos estábulos era insuportável.

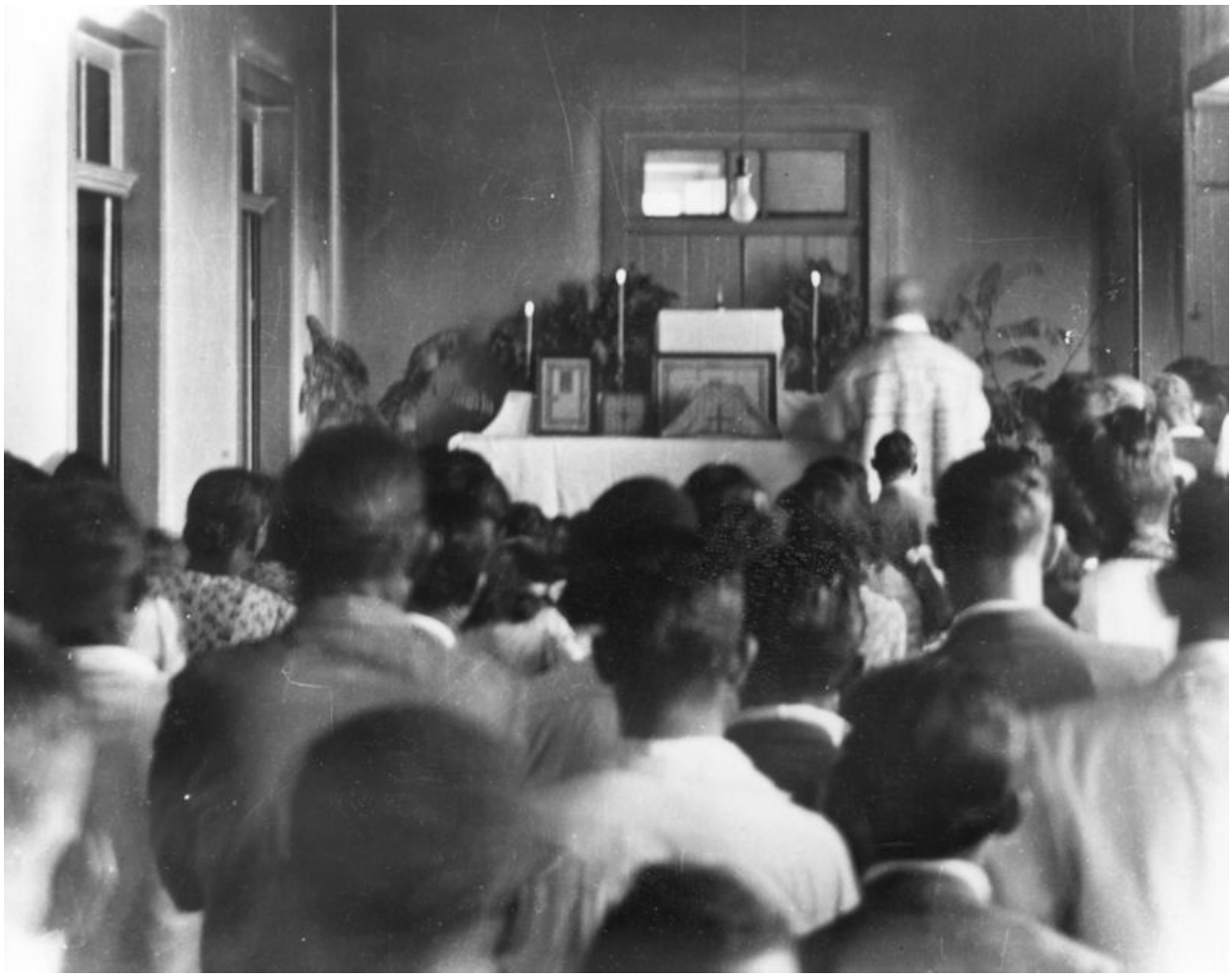
Para piorar a situação, em fevereiro de 1950 houve um grande surto de doença entre animais domésticos localizados a pouco mais de um quilômetro do gado holandês. Os agricultores responsáveis pelo cuidado do gado achavam que se tratava de febre aftosa. Em um curto prazo, 22 animais morreram. As perdas eram tão altas e a doença se espalhava tão assustadoramente que eles começaram a pensar que não teriam condições de manter o gado na fazenda. Heijmeijer fez um apelo urgente ao governo holandês para que enviasse um veterinário. Esse veterinário, Remko de Maar, chegou ao Brasil no final de abril de 1950 e constatou, em sua primeira visita, que 80 dos 550 animais já tinham sido infectados pela doença. Ele também observou que não se tratava de febre aftosa, mas de outra doença possivelmente relacionada. De Maar identificou que a principal causa das dificuldades encontradas era a falta de conhecimento dos líderes da colônia sobre como criar o gado holandês em condições tropicais. Ele também afirmou que não haveria qualquer impedimento para a criação de gado holandês no Brasil desde que houvesse uma boa orientação e assistência veterinária. De Maar conseguiu debelar a doença em tempo hábil. A liderança da colônia levou suas recomendações a sério, e contratou Casper Dieben para o cargo de veterinário. Dieben tinha 60 anos e havia concluído uma longa carreira nas Índias Orientais Holandesas. Entre os veterinários de lá, era conhecido como alguém que dizia claramente o que pensava, mesmo que divergisse das opiniões prevalecentes.

"Abandone qualquer esperança"

O entusiasmo na construção de uma nova comunidade de forma cooperativa desapareceu ao longo do tempo. Além da atual situação econômica e das decepções que sofreram, os fatores psicológicos também desempenharam um papel importante. Embora todos os emigrantes fossem holandeses, estes tinham origens diferentes, tanto em termos de origem geográfica quando de experiência agrícola e posição social que ocupavam antes de sua emigração. Os diferentes dialetos podiam gerar mal-entendidos e desconfiança. O sistema cooperativo não considerava suficientemente as diferenças de conhecimentos agrícolas, o que resultou em erros e reprovações. Finalmente, havia grande diferença entre as contribuições oferecidas pelos diversos emigrantes. Alguns agricultores que tinham contribuído muito mais foram obrigados a ver 'seu' capital ser desperdiçado por contratempos e erros.

Outros, muitos deles solteiros, não sentiram tanto essa perda. Tinham contribuído muito menos e teriam mais facilidade de absorver as perdas que as famílias com muitas crianças pequenas.

No início de 1950, as relações entre os moradores ficaram ainda mais tensas. Ao chegar à fazenda, os novos emigrantes foram informados de que a comunidade estava praticamente sem dinheiro e que não havia sobrado quase nada de sua contribuição. Especialmente para os emigrantes mais velhos, isso representou um golpe duríssimo. Outros foram recebidos por velhos amigos, que nem quiseram saber como tinha sido a travessia: "Vocês jamais deveriam ter vindo. Isso aqui é uma enorme bagunça." Na entrada perto da estrada principal havia uma placa que dizia "Os que aqui entram abandonam qualquer esperança". A crise de confiança dificultou ainda mais a cooperação, o que resultou na redução do ritmo de trabalho. Embora a direção tentasse propor soluções para lidar com as dificuldades encontradas, o descontentamento aumentava. Surgiu a discórdia.



A primeira festa de natal na nova terra. Missa Sagrada no refeitório da sede da fazenda.

Dificuldades financeiras

A base financeira da jovem colônia era insuficiente desde o início. O empréstimo do estado de São Paulo estava vinculado à chegada dos colonos; cada família emigrante receberia 100.000 cruzeiros (15.000 a 20.000 florins). Em setembro de 1949, a comunidade tinha recebido 3 milhões dos 10 milhões de cruzeiros prometidos. Heijmeijer acreditava que mais 4 milhões estariam disponíveis em breve. Para atender aos pré-requisitos do crédito, era necessário acomodar cem famílias na fazenda o mais rápido possível. O resultado foi que os critérios de seleção inicialmente definidos (priorizando solteiros e imigrantes jovens) foram deixados de lado em favor de agricultores mais velhos com muitas crianças. Assim, a fazenda foi obrigada a priorizar o sustento dos emigrantes e a construção de casas em detrimento da produtividade.

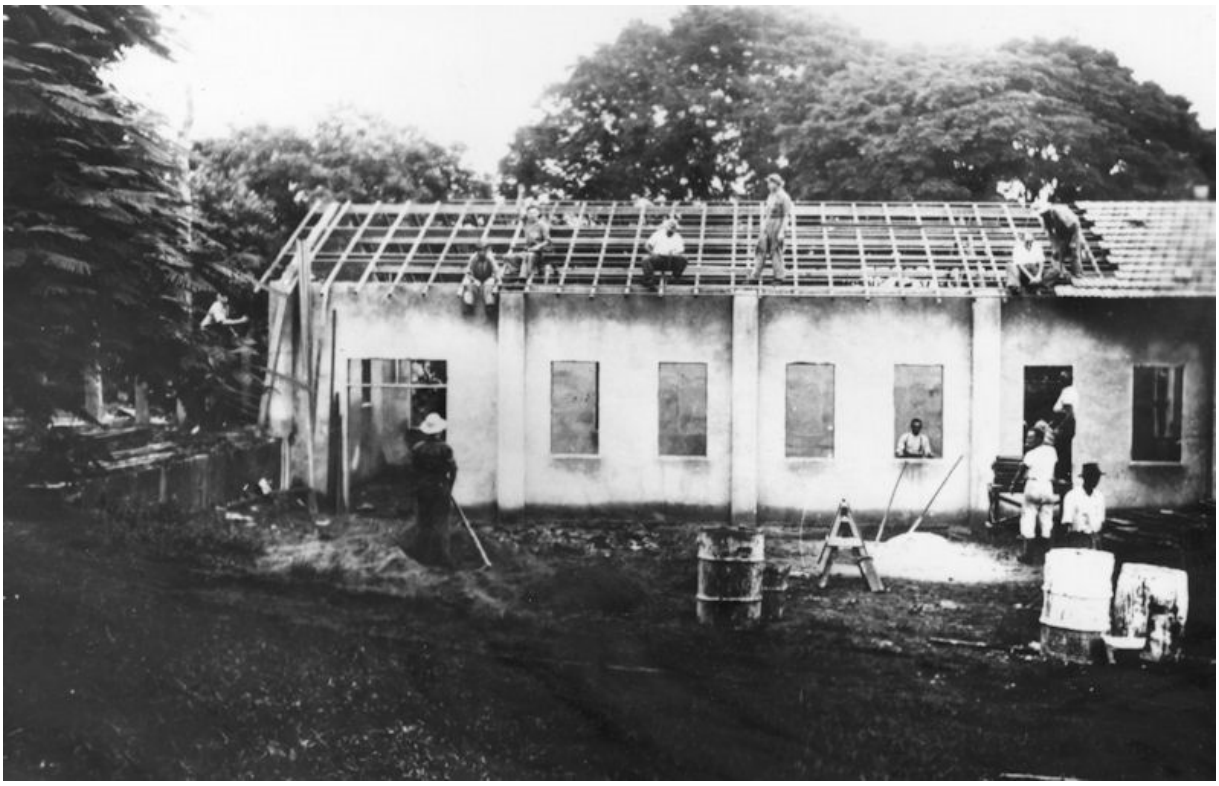
O aumento da emigração também afetou o capital levado pelos agricultores. Os primeiros navios com emigrantes ainda transportavam agricultores com um grande poder aquisitivo, mas os emigrantes que chegaram em 1950 contribuíram com uma parcela muito menor dos aportes financeiros. O resultado foi que a contribuição total, que no início de 1950 ainda somava 1.056.000 florins, naquele ano só cresceu para 1,2 milhão de florins. Com este valor, também precisaram financiar a travessia de 600 imigrantes, além da compra e do transporte de 500 cabeças de gado. Embora a venda de gado tivesse gerado 350.000 florins, as doenças causaram a estagnação das vendas, o que foi o golpe fatal para a cooperativa. Para dispor de dinheiro, foram obrigados a vender o gado. Os preços, porém, estavam cada vez mais baixos. Os fazendeiros brasileiros apenas aguardaram até que os preços caíssem mais ainda. Novas aquisições foram feitas com alguma frequência, o que talvez pudesse ser útil em uma fase posterior, mas não gerou renda naquelas condições primitivas.

Já em agosto de 1949, Heijmeijer apresentou um pedido de apoio financeiro ao governo holandês. O fato de as negociações sobre o acordo de emigração entre Holanda e Brasil ainda não terem sido concluídas prejudicou muito a Fazenda Ribeirão. Até agora, o custo para o transporte de pessoas e bens tinha somado 300.000 florins, e a imunização de gado mais 90.000 florins. Se o acordo de emigração tivesse sido firmado no tempo devido, a colônia teria se beneficiado desses 390.000 florins em caixa. "O resultado disto é que, entre outras coisas, estimamos uma posição difícil de liquidez, que apenas se agravará no período antes da primeira colheita." Heijmeijer pediu ao governo para promover a realização do acordo de emigração e colocar provisoriamente um montante de 200.000 florins à disposição da colônia. Este montante seria amortizado com pagamentos que a jovem colônia esperava receber do governo brasileiro após a celebração do acordo. Se esse pagamento não acontecesse ou se atrasasse muito, esse montante

poderia ser deduzido do valor de 500.000 florins para materiais liberados para a exportação.

Em um primeiro momento, a resposta a esse pedido de apoio provisório foi negativa. O ministro de Assuntos Sociais, Dolf Joekes, apontou para o fato de que, em 1948, foi decidido que as negociações sobre o acordo de emigração e o estabelecimento de uma colônia "deveriam ser conduzidas de forma estritamente separada, e que o envolvimento pessoal não era desejável". O motivo foi que o governo holandês não queria se colocar em uma situação difícil, "de ter que aceitar propostas incompletas ou insatisfatórias apenas porque já existia uma colônia em fase avançada de preparação (ou mesmo já em andamento) cuja existência dependesse dessa proposta". O ministro também tinha sérias objeções à afirmação de que as dificuldades eram causadas pela lentidão em concluir o acordo de emigração. Ele também notou que, em 1948, seu ministério observara "com certa preocupação" a execução do projeto de colonização na Fazenda Ribeirão. "Desde o início, ficou bem claro por parte do governo holandês que, nas circunstâncias atuais, não havia qualquer intenção de se envolver financeiramente nos resultados da colonização. Se certas organizações desejarem de boa-fé prosseguir com a colonização, o governo estará preparado para criar as condições mais favoráveis possíveis, se necessário por meio de um acordo. A ajuda, que já fora dada de forma diferente (...), é o máximo que o governo deseja contribuir. Determinamos essas limitações desde o início precisamente para evitar, em particular, as consequências financeiras que você agora nos apresenta." No entanto, um mês depois, Joekes concluiu que não poderia simplesmente ignorar o pedido de ajuda. Se as dificuldades na Fazenda Ribeirão de fato levassem ao fracasso do empreendimento, isso poderia causar um impacto negativo nos outros planos de colonização na América do Sul. O resultado poderia colocar um fim à emigração em grupos por muitos anos.

No início de dezembro de 1949, Heijmeijer viajou à Holanda para negociar apoio financeiro. Ele fez um apelo à diretoria da SLN para incluir uma cláusula no acordo de emigração determinando que, após firmado o acordo, suas disposições relativas ao reembolso de despesas de transporte e cuidados veterinários seriam aplicadas retroativamente à Fazenda Ribeirão. Heijmeijer queria utilizar esses recursos para financiar a compra de gado novo. Ele admitiu que a colônia precisou lidar com muito mais dificuldades "em diversos aspectos" do que quaisquer futuras colônias. Se a colônia gerar nenhum ou pouco sucesso, isso poderia colocar em risco toda a emigração ou colonização no Brasil. "Como estamos convencidos de que as pessoas em círculos brasileiros estão em geral muito satisfeitas com nosso trabalho e que a criação e funcionamento da colônia é saudável e viável, espero resultados favoráveis de possíveis decisões nesta direção caso haja assistência durante a difícil fase inicial."



A primeira igreja foi construída anexa à antiga sede da fazenda, que servia como convento das freiras da Ordem dos Cônegos do Santo Sepulcro.

Heijmeijer também falou com o De Nederlandsche Bank (o banco central da Holanda) para obter uma licença para um novo crédito de 2,8 milhões de florins. Esse pedido de apoio resultou em um debate político. Os ministros de Agricultura e de Assuntos Sociais, Mansholt e Joekes, propuseram ao ministro da Fazenda Piet Lieftinck que se formasse uma comissão para realizar um levantamento de possíveis economias no local. As conclusões do novo embaixador holandês Tom Elink Schuurman desempenharam um papel importante nesta decisão. De acordo com Schuurman, que havia visitado a fazenda, alguns compatriotas emigrados estavam à beira de uma crise. Um fracasso na primeira iniciativa de colonização pós-guerra geraria uma impressão indesejável no Brasil, e essa experiência poderia dissuadir outras pessoas na Holanda com planos de colonização. O embaixador disse que ficou muito impressionado pelo que foi realizado em pouco tempo. Em relação às expectativas, a colônia não tinha nada do que se envergonhar. "A liderança é inspiradora, a organização técnica é boa, e estamos trabalhando com entusiasmo e bons resultados. O relacionamento com os brasileiros (tanto autoridades quanto indivíduos) é excelente, e o exemplo técnico que é dado desperta interesse em todos os lugares e pode ser seguido por outros. Por isso, seria extremamente lamentável se a cooperativa entrasse em apuros por certas deficiências em suas políticas administrativas e financeiras. Elink Schuurman disse que havia uma questão de prestígio envolvida na colônia Ribeirão, e que era imprescindível tentar "obter um bom resultado."

Aos olhos de Heijmeijer, as dificuldades financeiras eram apenas temporárias. "O negócio anda bem e as perspectivas são boas. O sofrimento do gado foi superado; atualmente o gado está em boas condições e a produção é promissora." O maior problema foi a falta de pessoal e de capital para cobrir o período inicial. Heijmeijer se decepcionou com a demora em finalizar o empréstimo holandês. Ele esperava que a comissão de investigação chegasse logo para que o crédito necessário fosse disponibilizado em seguida. Tinha deixado escapar para Elink Schuurman que Ribeirão enfrentaria apuros financeiros em outubro. Em uma carta a Mansholt, Heijmeijer escreveu: "Quando os recursos de caixa acabarem, os colonos sofrerão grandes dificuldades, já que as casas estão prontas mas os celeiros e estábulos ainda não foram terminados e os meios de produção (vacas, porcos, galinhas e capital de giro) são totalmente insuficientes para sustentar os colonos. O gado bovino custa dinheiro diariamente, uma vez que ainda não está em fase de produção, e o mesmo acontece com as galinhas e porcos que, além disso, se encontrem em quantidades muito reduzidas. Isso significa uma catástrofe para os moradores e um fim prematuro de uma colônia tão promissora, de acordo com os especialistas."



Buscando a família no Porto de Santos.

No entanto, os relatos de Elink Schuurman mostravam que algo mais estava acontecendo. O oficial de imigração Jim von Schwartzenau já vinha pedindo a Heijmeijer um sistema de contabilidade adequado e melhorias na

administração. Em janeiro de 1950, depois que a administração entrou nos eixos, o contador holandês John Florence Heaviside realizou uma auditoria. Heaviside concluiu que a cooperativa era viável, mas que era impossível obter uma impressão correta dos créditos e pagamentos necessários sem fazer cálculos detalhados da rentabilidade.

Elink Schuurman tinha ouvido pessoalmente várias reclamações sobre Ribeirão. Estas se relacionavam à venda do gado excedente importado da Holanda, o que comprometia a venda de leite; a experimentos irresponsáveis de reprodução de gado; a funcionários incompetentes representando a cooperativa em Campinas; e à má qualidade da manteiga. O embaixador também soube que muitos membros da cooperativa tinham perdido a confiança na liderança local. Tinham suspeitas de que o capital disponível havia sido gasto de forma extravagante na construção de casas, celeiros e estábulos e também de estradas. Os preços dos terrenos que eram vendidos aos agricultores eram elevados demais. Além disso, os membros não recebiam capital e gado suficientes para sustentar suas empresas. A liderança da colônia não teria a capacidade de adaptação necessária para lidar com os costumes do país e a mentalidade dos brasileiros com quem colaboravam. No entanto, Von Schwartzenau achava que a maioria das queixas era exagerada. Considerava que algumas delas eram causadas por dificuldades do idioma e pela falta de pessoas capacitadas. Quanto à falta de confiança na liderança, ele mesmo teve a impressão de que Heijmeijer ainda tinha a confiança de pelo menos 90% dos membros. Quando havia críticas à liderança, Von Schwartzenau afirmava que elas eram direcionadas aos outros membros do conselho, "que incluía vários indivíduos que realmente demonstraram, por inúmeros motivos, serem inadequados para exercer sua tarefa".

A comissão holandesa de investigação

Para realizar uma investigação no local, o governo holandês pediu a ajuda do engenheiro agrônomo M.A. van Roggen e do contador-chefe G.C. van Waveren. No dia 8 de agosto de 1950, eles viajaram ao Brasil para conduzir uma pesquisa dos negócios e determinar se a colônia Ribeirão poderia de fato ser viabilizada, e de que forma. Eles logo perceberam a gravidade da situação: "Ainda não existe qualquer produção", disse Van Waveren. "É fácil chegar à conclusão de que o empreendimento não é rentável hoje, mas não é tão fácil responder quais medidas seriam necessárias para alcançar a rentabilidade. A questão se torna ainda mais difícil porque as pessoas aqui têm todos os tipos de planos, às vezes bem ambiciosos, mas não existe qualquer orçamento equilibrado. Em um primeiro momento, é muito difícil conseguir dados sobre o solo, e esses estão muitas vezes errados." Se alguma receita extraordinária não entrar até o dia 15 de outubro, uma catástrofe seria inevitável.

A comissão de investigação encontrou grandes dificuldades em obter dados financeiros confiáveis. De acordo com Van Waveren, a fazenda ainda se encontrava em fase de investimento. Até agora, o dinheiro tinha sido gasto para comprar terrenos, casas e outros prédios e maquinário, no cultivo da terra, no custo de vida e com o gado. Ainda não havia qualquer produção significativa. "A doença do gado e a inexperiência, aliados à obstinação dos colonos, a falta de liderança focada, moradias caras, despesas gerais altas e planos ambiciosos são as principais causas da baixa eficiência e das atuais dificuldades financeiras. A estrutura financeira precária também contribui para isso."

Enquanto isso, a relação entre a cooperativa e seus membros – que, de acordo com os boatos, já era péssima - entrou em uma nova fase. A partir de 1º de setembro de 1950, alguns agricultores deixaram de trabalhar pela causa comum. Vinte e seis agricultores receberam um lote de terra e puderam começar a trabalhar por conta própria. A comissão presumiu que esse processo continuaria, uma vez que tinha ficado claro que a produtividade dos membros que trabalhavam a serviço da cooperativa estava abaixo do normal. Também procuraram analisar com atenção tudo o que ouviam tanto de dentro quanto de fora da fazenda para obter uma opinião sobre Heijmeijer. "Não me lembro de ter ouvido uma palavra de gratidão." Em linhas gerais, as pessoas de fora concordavam que já era hora de alguma mudança. "Se outra pessoa estivesse disponível, (...) seria muito bem-vinda." Praticamente todos estes observadores concordaram que os pioneiros haviam trabalhado muito duro no passado e que a colônia era muito bem-vista pelos brasileiros. Também concordavam que o fracasso deste empreendimento seria desastroso para o futuro da emigração ao Brasil.

Heijmeijer se juntou à comissão de investigação (e ao padre Sijen) em sua viagem de volta para a Holanda para explicar pessoalmente seu pedido de crédito. Embora os emigrantes tenham criticado claramente a liderança, essa crítica não repercutiu na assembleia geral de 28 de setembro de 1950. O membro do conselho Jac van Riel propôs uma moção, aprovada quase por unanimidade, afirmando que Heijmeijer deveria permanecer como o líder da colônia em todas as hipóteses como a figura central que gozava da plena confiança da grande maioria dos seus membros. Esse endosso de Heijmeijer não disfarçou que havia ocorrido uma separação de caminhos. De acordo com um emigrante de Diessen, havia dois lados: de um lado, o padre, os funcionários da cooperativa (eram trinta) e os jovens e, do outro lado, "os fazendeiros". Esses fazendeiros foram aqueles que, ao contrário de muitos jovens solteiros, contribuíram com muito capital para a cooperativa, e os que mais criticavam a liderança e a grande quantidade de funcionários. Eles esperavam mudanças. Para eles, foi uma grande decepção que, por causa dos erros cometidos, a liderança tenha perdido uma grande quantidade do "seu" dinheiro.



A primeira capela de Holambra foi decorada com duas estátuas esculpidas pelo artista e padre J.H. Adams da região de Limburg. O padre norbertino Godfried Sijen pintou os murais.

Antes da publicação do relatório de Van Roggen e Van Waveren, o embaixador holandês Schuurman decidiu colocar um fim à relação estreita entre Holambra e o oficial de imigração Jim von Schwartzenau. Até nova ordem, a cooperativa direcionaria para a embaixada do Rio de Janeiro todos os pedidos de mediação com as autoridades brasileiras que pudessem trazer consequências financeiras. Em seguida, Von Schwartzenau informou que não disponibilizaria sua casa em São Paulo para fins da cooperativa. O embaixador deixou claro para Heijmeijer que tinha tomado essas decisões em consulta com Van Roggen e Van Waveren. Schuurman disse que o momento da partida de Heijmeijer foi muito infeliz. Ele também estava incomodado com a falta de cooperação de Heijmeijer em fornecer dados essenciais. Considerando que em ocasiões anteriores havia ficado claro que Heijmeijer tinha uma tendência a distorcer os fatos e relatar as conversas de uma maneira diferente da realidade, ele resolveu colocar suas conclusões por escrito.

No dia 30 de outubro de 1950, de Roggen e Van Waveren publicaram seu relatório. As conclusões a que chegaram sobre a política seguida pela Fazenda Ribeirão eram devastadoras: a Cooperativa Holambra era incapaz de pagar as suas dívidas; com os recursos à disposição da colônia, era impossível realizar sua implementação e operação; houve muito pouca ênfase na preparação e no planejamento; também faltou planejamento em torno da estrutura financeira da empresa. De acordo com Van Roggen e Van Waveren, deveria ter ficado claro desde o início que a cooperativa logo

enfrentaria problemas por falta de dinheiro. A liderança também não tinha levado suficientemente em consideração que as condições de agricultura e criação de gado eram muito diferentes da Holanda. Não houve (ou houveram poucas) tentativas de compensar esse desconhecimento buscando assessoria na Estação de Pesquisa Agrícola em Campinas ou junto a outros holandeses com muito mais experiência sobre o Brasil. Além disso, faltava experiência na gestão da colônia e no exercício de uma administração cuidadosa. Muitas vezes investiram em projetos que não renderiam qualquer retorno, ou só trariam frutos a longo prazo. Em particular, a construção acabou ficando muito mais cara.

O mais devastador foi a opinião sobre Heijmeijer: "Na visão da comissão, a emigração e a fundação da colônia Ribeirão ocorreram em grande parte graças à iniciativa do senhor Heijmeijer, que começou esta difícil tarefa com grande entusiasmo. Portanto, é extremamente lamentável que a comissão tenha de concluir que, para implementar a produção e exercer a liderança empresarial, o senhor Heijmeijer não aparente ser a pessoa certa. Que ele fosse, no entanto, era algo muito difícil de se esperar. A realização e a implementação de uma iniciativa de emigração desse porte exigem, sem dúvida, um grau essencial de idealismo e entusiasmo. No entanto, a gestão comercial e a administração técnica de uma empresa em circunstâncias especiais exigem características completamente diferentes. É raro encontrar características tão divergentes em uma única pessoa."



A freira Gemma conclui a pintura do padre Sijen na igreja.

A comissão também indicou como se daria uma possível salvação do empreendimento. O primeiro passo seria dissolver a operação coletiva e constituir empresas privadas. Alguns membros da cooperativa já tinham preparado um relatório que descrevia um plano detalhado para obter a independência: o 'plano de vinte hectares'. O objetivo era alcançar um modesto retorno em 1952/1953. Isso, no entanto, requereria um montante de 2,5 milhões de florins, ou 12 milhões de cruzeiros, para novos investimentos e para o cumprimento das obrigações de pagamento (amortização). Além disso, a direção deveria ser substituída por uma liderança com uma visão mais organizacional e comercial, quaisquer imigrações deveriam ser temporariamente interrompidas e deveria haver um controle frequente das políticas seguidas pela liderança.

Os relatores afirmaram que Heijmeijer carecia das qualidades necessárias para negociar em nome da colônia com as agências governamentais brasileiras. Ele deixara essas atividades ("de modo pacífico, mas incorreto") nas mãos do adido de emigração holandês. Enquanto o cofre estava praticamente vazio, Heijmeijer tinha encomendado a construção de uma casa com dez quartos. Enquanto cada membro era obrigado a colocar todos os seus recursos financeiros à disposição da cooperativa, Heijmeijer, que também era um membro, não tinha contribuído com nada.

Van Roggen e Van Waveren também identificaram uma série de pessoas que foram contratadas sem função ou finalidade clara. Foi grande o número de planos "ambiciosos" que chegaram aos ouvidos da comissão durante sua estadia na fazenda. "Estão cheios de planos para o futuro, mas prestam pouca atenção à realidade do presente." As relações hierárquicas também deixaram muito a desejar. De acordo com Van Roggen e Van Waveren, a produtividade do trabalho havia diminuído gradualmente nos últimos meses e, no momento da partida da comissão, estava "alarmantemente baixa".

Assistência nova, liderança nova

O relatório de Van Roggen e Van Waveren teve um papel central durante uma reunião oficial realizada na Holanda no dia 6 de novembro de 1950. A reunião foi presidida por Anton van Mill, que argumentou que a colônia Ribeirão estava em sérias dificuldades e que em dezembro já não seria mais capaz de honrar os seus pagamentos. Havia apenas duas possibilidades: ou o governo ajudaria, ou a colônia estaria perdida. Negar assistência significaria a dissolução da colônia. De acordo com Van Mill, o sucesso da colônia estava estreitamente ligado à reputação da Holanda no Brasil, e a descontinuação da colônia causaria sérias dificuldades para a população local. Se for decidido enviar assistência, isso deveria ser feito o mais rápido possível.

O representante do Ministério da Fazenda (J. Bakker) se via confrontado com um fato consumado. Embora não apoiasse o envio de assistência pelo governo, deixou-se convencer pelo argumento de que o fracasso de Ribeirão

traria graves consequências para as relações econômicas com o Brasil. No entanto, tal assistência deveria estar sujeita a certas condições. Primeiramente, o governo deveria ter voz na nomeação dos gestores. Além disso, não seria permitido fazer novos investimentos antes de se garantir o futuro desenvolvimento da colônia. Ele também defendeu a influência do governo sobre a seleção das famílias, o que poderia evitar a emigração de famílias grandes com muitas crianças pequenas. E, finalmente, Bakker exigia que Heijmeijer fosse substituído como líder da colônia. Acrescentou que não estava disposto a pedir recursos ao ministro se as medidas propostas por ele não fossem implementadas. Também achava recomendável que a KNBTB participasse da assistência. Os membros da reunião concordaram com ele. Durante a reunião, também foi discutido como aliviar a necessidade financeira imediata. Isso exigiria 400.000 cruzeiros (80.000 florins) por mês. Bakker afirmou que, se o ministro Lieftinck concordasse, estaria disposto a oferecer 100.000 florins. Outra condição era que a KNBTB fizesse a mesma coisa.

Em 21 de novembro, foi realizada uma reunião presidida pelo ministro de Assuntos Sociais Dolf Joekes para acertar a assistência que seria dada. Representantes da KNBTB e do Centrale Boerenleenbank (um banco de credito agrícola) estiveram presentes nessa reunião. O governo holandês estava disposto a garantir a sobrevivência da colônia através de um projeto de lei, chamado Lei da Garantia, tendo como pré-requisito a reorganização da colônia. Isso incluiria tanto a política de emigração quanto a estrutura corporativa e administrativa, e o processo deveria ser conduzido por uma pessoa (a ser nomeada) que gozasse da confiança do governo, que seria enviada (às custas do governo) para elaborar um plano de reorganização e acompanhar a gestão no local. O relatório desse comissário do governo seria a base para a apresentação de um projeto de lei. Enquanto se aguardava a aprovação dessa lei, o setor privado forneceria um empréstimo provisório.

A KNBTB, o Boerenleenbank e o governo holandês concordaram em disponibilizar um milhão de florins para este período de transição. Deste valor, 200.000 florins seriam disponibilizados imediatamente, enquanto o Boerenleenbank formava um consórcio bancário disposto a oferecer 800.000 florins à Fazenda Ribeirão. Como condição, os bancos exigiram que o primeiro-ministro assinasse um compromisso de que o governo apresentaria o projeto da Lei da Garantia ao parlamento. Foi acordado que a KNBTB disponibilizaria 200.000 florins para assistência emergencial imediata e que o governo holandês garantiria um empréstimo de 2,5 milhões de florins, desde que a KNBTB entrasse com uma participação de 10%. Um comissário nomeado pelo governo e pela KNBTB assumiria a liderança geral da colônia. Como a promulgação da lei levaria algum tempo e os 200.000 florins da KNBTB se esgotariam rapidamente, ficou acordado que o Consórcio Bancário liberaria os 800.000 florins assim que o projeto de lei fosse apresentado ao parlamento.

Para exercer a função de Comissário do Governo, a KNBTB recomendou Charles Hogenboom. Hogenboom trabalhou por mais de vinte anos gerindo plantações nas Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia) e era amigo do secretário da KNBTB Ruud Roborgh, que também havia trabalhado lá. Roborgh já o havia sondado para assumir uma função dentro da KNBTB em 1947. Naquela época, ele permaneceu fiel a Senembah Maatschappij, mas deixou claro para Roborgh que gostaria de ser informado sobre futuras vagas. Essa oportunidade surgiu no final de 1950, quando foi sondado para assumir esse cargo do governo no Brasil.



A igreja. Geert Heijmeijer (à esquerda) e o padre Godfried Sijen (segundo da direita para a esquerda).

Embora tenha ficado na Holanda para discutir o apoio financeiro à colônia, Heijmeijer foi excluído de todas as negociações. Não mais gozava da confiança dos Ministérios de Assuntos Sociais e da Fazenda, ou ainda da KNBTB. Preferiam que ele se retirasse completamente do Brasil. Apenas o Ministério de Agricultura ainda demonstrava alguma apreciação pelos méritos de Heijmeijer. No final, ficou acordado que Heijmeijer entregaria a gestão diária da fazenda ao comissário do governo, mas que continuaria a trabalhar sob a direção do comissário pois sua experiência poderia ser útil. O Ministério de Fazenda fez linha dura. Culparam-no pelos muitos erros graves cometidos na Fazenda Ribeirão. O diretor-geral de agricultura, Kees Staff, defendeu Heijmeijer: "Não acho certo remover completamente alguém que tenha vivenciado e implementado o empreendimento desde o primeiro

momento, assim eliminando todas as possibilidades de se construir em cima do período passado. Além disso, é muito duro para o engenheiro Heijmeijer." Staff aderiu ao regulamento proposto pela KNBTB e Heijmeijer, que previa a transferência da liderança ao comissário nomeado em conjunto com o governo. Porém, deixou claro que, caso o ministro Lieftinck exigisse que a remoção de Heijmeijer fosse condição necessária à assistência sendo oferecida, a colônia não poderia ser sacrificada para salvar a pessoa de Heijmeijer.

Em 13 de dezembro de 1950, a KNBTB apresentou dois documentos para Heijmeijer assinar: o primeiro era uma declaração em que afirmava que sujeitar-se-ia incondicionalmente às instruções do comissário do governo; o segundo era um novo contrato com a Fundação de Emigração da KNBTB. O secretário da KNBTB (Roborgh) deixou claro que, para o governo e o conselho da KNBTB, a assinatura desses documentos era condição necessária para a proposta de assistência financeira. Porém, Heijmeijer alegou que nunca tivera a oportunidade de tomar conhecimento do relatório de Van Roggen e Van Waveren e que também não lhe tinha sido dada a oportunidade de se defender contra as críticas contidas no relatório. Heijmeijer, no entanto, viu-se obrigado a assinar os documentos, já que a assistência financeira não podia delongar-se um dia sequer. Sobre o evento, declarou mais tarde que se encontrava em uma situação de "absoluto dilema moral": "não consigo justificar isso para a minha própria consciência, considerando que uma recusa em submeter-me a tais demandas pode expor mais de 700 pessoas a uma morte quase certa.

Por causa da situação de extrema urgência, Heijmeijer tinha grande pressa de retornar ao Brasil com o padre Sijen em dezembro de 1950. Em 8 de dezembro, ele informou ao presidente da KNBTB (Gerard Kampschöer) que seria irresponsável permanecer por mais tempo na Holanda "enquanto o nosso povo, que depositou sua confiança em nós, está correndo perigo". Pediu que se fizesse todo esforço possível para tomar uma decisão imediata e incentivar as autoridades competentes a não se opor "à nossa partida para que possamos nos deslocar até o local onde nosso dever nos chama neste momento, e onde uma catástrofe está prestes a acontecer". A partida iminente era mais um motivo para o governo holandês acelerar o pedido de assistência. Van Mill (Assuntos Sociais) queria evitar criar a impressão que Heijmeijer receberia esse dinheiro e poderia dele dispor.

Comoção na fazenda

Enquanto isso, a comoção na Fazenda Ribeirão aumentava. Um dos boatos que circulavam era que Heijmeijer teria desistido da liderança e que seu lugar seria ocupado por um engenheiro agrônomo com experiência nos trópicos. Miltenburg assegurou em carta a Heijmeijer que, caso esta loucura se concretizasse, todos os integrantes da gestão se demitiriam. "Pessoalmente,

acho que o que nós construímos juntos, devemos terminar juntos, ou então nos demitimos; melhor sermos fazendeiros." De acordo com Miltenburg, a colaboração entre os membros do conselho era excelente. O clima entre os residentes da fazenda também era bom.

Jim von Schwartzenau recebia cada vez mais visitas de agricultores e trabalhadores de Holambra. Segundo ele, havia uma desorganização geral na fazenda. O escritório tinha funcionários demais com poucas qualificações. Também mencionavam a arbitrariedade, o favoritismo e os danos causados pela gestão do dia a dia, a insatisfação com os pagamentos e o fato de que a cooperativa obtinha grandes lucros com a compra e venda de materiais e produtos à custa dos demais membros. Além disso, reinava enorme incerteza, e as pessoas estavam preocupadas com o futuro financeiro da cooperativa. Von Schwartzenau relata que as pessoas se queixavam repetidamente de que os acordos celebrados com os emigrantes na Holanda eram pouco claros e que aquilo que fora acordado não era cumprido. Os emigrantes que haviam contribuído (de boa-fé) todo o seu dinheiro e pertences se sentiam em um 'campo de concentração', onde estavam entregues à mercê da liderança, sem pertences e sem dinheiro. Muitas vezes, as reclamações eram respondidas com represálias. Os membros que achavam ter o direito de receber uma parcela do dinheiro que contribuíram para financiar a sua própria fazenda tinham seu pedido negado pelo conselho. Uma enfermeira que tinha guardado dinheiro para comprar uma cama teve seu pagamento recusado com o argumento de que a compra era desnecessária e que, além disso, não havia dinheiro disponível.

Os agricultores recém-independentes sentiam sua existência ser ameaçada pelos impostos que a cooperativa cobrava. Disseram a Von Schwartzenau que tinham medo de não poder se sustentar, e que então seus lotes reverteriam à cooperativa e eles voltariam a trabalhar sob o regime coletivo. O sigilo das discussões que ocorriam na Holanda também afetava negativamente o clima na colônia. "As informações parciais que vinham da Holanda aumentavam a ansiedade, a desconfiança, a impaciência e o pessimismo sobre o futuro da colônia." O motivo para isso tudo foi um telegrama de Heijmeijer no qual relatava que havia recebido um empréstimo provisório da Associação. O boato de que Heijmeijer voltaria antes do Natal e depois retornaria para a Holanda no começo de janeiro levou à conclusão de que ele não tinha até agora conseguido obter crédito satisfatório, e muito provavelmente não conseguiria. Havia planos de convocar uma reunião do conselho para votar a demissão de alguns de seus membros e outros funcionários. Porém, Heijmeijer seria reeleito por ampla maioria, "já que os agricultores são gratos por seu trabalho no passado, e culpam principalmente seus funcionários pelas condições atuais".

Von Schwartzenau afirmou que as tensões surgiram dos esforços dos líderes da colônia em se manter em suas posições: estes ocultaram o fato de que o governo holandês estava considerando uma oferta de crédito. O

resultado foi que os agricultores não sabiam mais se ainda deveriam apoiar a antiga liderança. Ele também soube que Heijmeijer tinha dito a alguns funcionários antes de viajar que, caso desejasse ter sucesso em obter crédito na Holanda, precisaria burlar as circunstâncias tanto quanto possível. Portanto, segundo o embaixador Schuurman, era essencial que o novo comissário do governo chegasse ao Brasil junto com Heijmeijer, ou de preferência até antes.

Os não residentes, assim como Von Schwartzenau e os emigrantes que moravam na fazenda, acreditavam que o sistema de trabalho coletivo tinha sido um fiasco e que os agricultores deveriam se tornar independentes o mais rapidamente possível. "Muitos fazem corpo mole. O expediente acaba às seis da tarde, mas às três já estão olhando para o relógio. Muitos não têm paixão pela causa, o que é bastante lógico, porque, na minha opinião, o 'agricultor' e a cooperativa estão em conflito direto entre si. Acho que tudo isso só pode ser resolvido através da autonomia, querendo ou não."

O sistema cooperativo trazia mais preocupações. Na Holanda, as empresas agrícolas eram principalmente empreendimentos familiares que sustentavam os membros da família. Na Fazenda Ribeirão, somente o agricultor trabalhava como o ganha-pão de sua família. Para seus filhos, recebia um abono de família. Por causa da grande quantidade de famílias grandes com crianças, a base financeira da colônia era muito pequena. De acordo com o comissário do governo Charles Hogenboom, que visitou a fazenda pela primeira vez no início de 1951, o sistema também causava um impacto negativo sobre a condição moral dos filhos. Já que tinham muito mais tempo ocioso do que na Holanda, passavam o dia vagando pela fazenda. Os encarregados pelo acompanhamento espiritual não sabiam como combater os "primeiros sinais de degeneração". Para Hogenboom, essas circunstâncias eram motivo suficiente para prosseguir com a privatização, a fim de restaurar o negócio familiar.

A principal causa das dificuldades de Holambra certamente residia nas grandes diferenças entre os aportes de capital contribuídos pelos diferentes agricultores, resultado de uma seleção errada de emigrantes. Além de fazendeiros endinheirados, agricultores com pouco capital e pessoas com parco conhecimento de agricultura podiam emigrar em iguais condições. Assim, seria muito difícil que Holambra interessasse um número suficiente de grandes fazendeiros. Isso também teria levado à aceitação de agricultores que tinham enriquecido de forma duvidosa durante os anos de ocupação da Segunda Guerra Mundial mas que, por causa de sua mentalidade, não eram aptos a trabalhar em cooperativas.



Charles Hogenboom chegou em Holambra em 1951 para reestruturar a jovem colônia em crise e defender os interesses dos financiadores holandeses. No mesmo ano, ele decidiu se estabelecer na colônia com sua família e se dedicar ao desenvolvimento de Holambra.

CAPÍTULO 5

UM NOVO REGIME

Em 6 de janeiro de 1951, Charles Hogenboom chegou à fazenda com Heijmeijer e o padre Sijen. O propósito de sua primeira visita era fazer um levantamento da situação na colônia e determinar se o novo empréstimo holandês proposto seria justificado. Sua chegada marcou o começo de uma era conturbada e de grandes contradições internas na colônia. Muitos emigrantes e suas famílias deixaram a fazenda para construir uma nova vida em outros lugares do Brasil, enquanto outros decidiram voltar à Holanda.

Em 9 de janeiro de 1951, houve uma reunião introdutória. Heijmeijer afirmou que havia uma boa chance de sucesso sob determinadas condições, mas deixou claro que Hogenboom tinha poder ilimitado e que ele próprio não tinha mais influência. Em 18 de janeiro, a proposta do empréstimo foi apresentada aos membros e aceita quase unanimemente. Os membros da cooperativa também assinaram um instrumento em que reconheciam Hogenboom como comissário do governo holandês e representante da KNBTB, e concordavam em "incondicionalmente (...) cumprir com todas as ordens e orientações providas pelo comissário em conexão com a gestão e operação das empresas de propriedade da Cooperativa Holambra, transferindo ainda ao comissário o controle completo sobre o estoque e recursos das empresas". Todas as decisões do conselho da cooperativa estariam sujeitas à aprovação do comissário. O reembolso dos recursos financeiros contribuídos pelos membros só seria possível após a quitação da primeira parcela do empréstimo do governo holandês.

Durante os dois meses em que esteve na fazenda, Hogenboom implementou uma reorganização de Holambra. De acordo com ele, os problemas que surgiram eram principalmente de natureza psicológica e moral: "Algo estava fermentando entre as pessoas, e havia ódio e inveja". Segundo Hogenboom, durante o pouco tempo em que esteve lá, as condições na fazenda tomaram um rumo positivo. As medidas de reorganização foram aceitas pela maioria. "Quase todas as pessoas retomaram a disciplina do trabalho com prazer (...) Há esperança novamente, e a única salvação é atingir a maior produção possível da maneira mais rápida possível."

Para garantir a expansão da colônia, algo devia ser feito logo que possível para resolver a falta de ativos líquidos. Além disso, os agricultores deveriam se tornar independentes o quanto antes. Hogenboom estava convencido do potencial sucesso de Holambra, e decidiu apoiar a recuperação. Afinal de contas, não se tratava apenas dos interesses de uma série de agricultores lesados, "mas de uma questão de grande importância holandesa. As autoridades brasileiras ainda não tinham perdido a confiança nos holandeses

que já trabalhavam aqui e que, devido à sua atitude, não eram vistos como invasores. Do ponto de vista de uma saudável dose de interesse próprio holandês, devemos restaurar essa confiança completamente, e a melhor forma de fazê-lo é transformando a Fazenda Ribeirão em uma colônia modelo em termos técnico-culturais e socioculturais." Para atingir esse objetivo, Hogenboom achava essencial restaurar a confiança das pessoas bem-intencionadas, que representavam 75% dos 700 moradores da fazenda. O resto, segundo ele, era "desequilibrado" (15%) ou "estava completamente errado" (10%).



Entre 1948 e 1950, aproximadamente 680 emigrantes se estabeleceram em Holambra, trazidos em navios de companhias marítimas holandesas. A travessia oferecia merecido descanso depois de um tenso período de muitas preparações. Somente em uma única ocasião (em dezembro de 1949) os emigrantes viajaram em um navio brasileiro, o Duque de Caxias.

O que Hogenboom quis dizer com isso logo se tornou evidente. Em 26 de janeiro de 1951, foi realizada uma reunião cuja pauta mais importante era a eleição de um novo conselho da cooperativa. Foram indicadas onze pessoas, incluindo Jim von Schwartzenau. Porém, esta indicação não foi válida porque Von Schwartzenau não tinha sido informado de sua nomeação e não era mais membro da cooperativa. Assim, os seguintes membros do conselho foram eleitos: Jean Hermans, Geert Heijmeijer, Piet Uitdewilligen, Jan te Vaarwerk e Wim Miltenburg. Após a eleição, Hogenboom anunciou

que André van Engelen havia acabado de informar que não tinha circulado a lista de candidatos para Von Schwartzenau. Isso fora feito por Uitdewilligen. Van Engelen disse que tinha uma testemunha. Durante a reunião, essa testemunha, o veterinário Caspar Dieben, confirmou a declaração de Van Engelen. Então, Uitdewilligen propôs uma nova votação sobre a sua filiação ao conselho. Durante a segunda votação, ele foi reeleito por ampla maioria. Em seguida, Hogenboom informou ter tomado a decisão de negar a Van Engelen o direito de permanecer na fazenda sem informar o conselho. Ele não queria rever essa decisão.

Van Engelen foi o primeiro que sofreu esse destino. A próxima 'vítima' foi Dieben. A opinião geral era de que o seu relacionamento com os agricultores deixava muito a desejar. Jan van den Broek era presidente da comissão de gado (e como tal responsável por tornar esse importante setor economicamente rentável), tinha de lidar diretamente com Dieben. Segundo ele, Dieben causou muitos estragos e tentou ridicularizá-lo por ser um agricultor de Brabant. O veterinário acusou Van den Broek de não saber lidar com suas responsabilidades. Dieben e os agricultores discordavam sobre como tratar o gado enfraquecido por doenças. Os agricultores decidiram soltar esses animais no pasto depois de terem ficado amarrados com patas abertas em um chão de cimento. Quando Dieben reclamou perante o conselho da cooperativa, foi exonerado do cargo de chefe do departamento. Além disso, Dieben cometeu um erro crucial durante a imunização de um grande grupo de novilhas. Contrário à regulamentação, novilhas foram vacinadas enquanto prenhas, o que resultou em abortos espontâneos.

Dieben também foi acusado de estar sempre querendo sabotar a autoridade do conselho. "Não importa o conhecimento dele, não podemos continuar com este homem", disse Van den Broek. Em seguida, o conselho da cooperativa decidiu realizar uma reunião sobre o assunto. Dieben foi cobrado que, mesmo no estábulo dos animais doentes, ele só falava sobre política o dia todo e que o gado sofria com a falta de cooperação. O novo conselho afirmou ter perdido completamente a confiança em Dieben, e que ele ainda tinha desempenhado papel duvidoso nas recentes eleições administrativas. Depois desta reunião, Hogenboom informou a Dieben que deveria deixar a fazenda até o dia 4 de março - o dia em que Hogenboom viajaria à Holanda. Durante essa conversa, Dieben ainda ameaçou arruinar a reputação da fazenda junto ao Instituto Biológico de São Paulo. Hogenboom respondeu que ele e o conselho estavam dispostos a encarar essa consequência. "Se o doutor Dieben quiser denegrir a fazenda, deve levar em conta que o senhor Hogenboom estará em posição diametralmente oposta a ele. Vai depender muito da forma pela qual pretende prejudicar a fazenda."

Heijmeijer compartilhava da opinião de Hogenboom e do resto de conselho. Para o sucesso da colônia, era necessário que a diretoria trabalhasse em conjunto. Contradições que poderiam causar divisões entre os colonos seriam prejudiciais à sobrevivência da colônia. Por este exato motivo havia tomado muito cuidado na escolha de sua equipe. Não conhecia Dieben pessoalmente antes de sua chegada em Holambra, e logo qualquer colaboração se tornou impossível: "O Doutor Dieben era uma pessoa dominante e intrometida, que demonstrava grave falta de compreensão organizacional e que em várias ocasiões reforçava seus argumentos com ameaças".



O Duque de Caxias desembarca em Santos.

Em 1° de março, três dias antes da partida de Hogenboom para a Holanda, foi realizada mais uma reunião. Nesta ocasião, Hogenboom mencionou que, com base em seus cálculos, pedirá uma quantidade superior aos referidos 2,5 milhões de florins e que, embora a apresentação de um projeto de lei pelo governo holandês na câmara ainda fosse incerta, um consórcio bancário holandês estava disposto a oferecer 800.000 florins assim que o projeto de lei fosse apresentado. Também mencionou que vários agricultores estavam esquivando-se da obrigação de entregar seus produtos à cooperativa, já que recentemente nenhum ovo tinha sido entregue. Concluiu, portanto, que os ovos estavam sendo vendidos fora da cooperativa, e informou que haveria uma investigação.

Mãos à obra

De volta à Holanda, Hogenboom esforçou-se vigorosamente para fechar o empréstimo com garantia do estado holandês. Em 30 de março, ministrou uma palestra sobre a Fazenda Ribeirão. Afirmou que, ao chegar à fazenda, havia vários problemas nas relações interpessoais. Todo mundo "mandava", mas ninguém "conduzia". Haviam sofrido muitos contratempos com o gado e perdido a confiança no conselho. Além disso, a forte erosão do solo era "um desastre". Hogenboom declarou enfaticamente que havia perspectivas de futuro para a jovem colônia. A assistência financeira, desde que fosse oferecida em breve, era essencial. Dentro da estrutura planejada, cada dia de atraso significava perda de dinheiro. Nesse momento, a colônia sequer tinha dinheiro para pagar uma escavadora ou comprar gasolina. Além disso, Hogenboom analisou os erros cometidos na estruturação da colônia. A seleção fora deficiente, permitindo a chegada de vários indivíduos sem utilidade. A composição de muitas famílias era desfavorável. O número de crianças sem envolvimento com o processo de trabalho era muito grande, de modo que os custos de manutenção pesavam muito sobre o empreendimento. Enquanto de um lado a estrutura de administração da fazenda era inchada e dispendiosa, em contrapartida a capacidade das pessoas muitas vezes deixava a desejar. Hogenboom queria começar a acomodar os colonos em seu próprio negócio o mais cedo possível, o que ajudaria a cultivar um senso de responsabilidade. Em termos de modelo de negócio, pensou em reduzir a produção de leite e mudar para a agricultura, assim como promover a avicultura e suinocultura. Segundo ele, eram poucas as famílias que sabiam trabalhar com gado de alta qualidade.

Em 10 de abril de 1951, o governo holandês apresentou o projeto de lei na Câmara de Deputados. O governo holandês comprometeu-se a garantir 90% de um empréstimo de 2,5 milhões de florins para a Cooperativa Holambra. A KNBTB se responsabilizaria por 10% da garantia. O ministro de Assuntos Sociais Dolf Joekes enfatizou que, "apesar do governo negar qualquer responsabilidade pela organização e gestão da colônia e se recusar a aceitar qualquer responsabilidade pela gestão ou direção dessa ou de qualquer outra colônia", não poderia ficar de braços cruzados diante do " iminente colapso social de quase 700 compatriotas, unidos em cerca de 100 famílias". O ministro também alertou o governo que este não poderia fugir de sua obrigação internacional de prestar apoio aos compatriotas, que teriam o direito de solicitar este apoio no estado onde residiam. Além disso, a inação afetaria negativamente as relações econômicas com o Brasil e também com a emigração para outros países. O projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 27 de junho de 1951, e pelo Senado em 11 de julho de 1951. Um ano depois, a garantia aumentou em 350.000 florins, totalizando 2.850.000 florins.

Com base em suas conclusões, o governo holandês decidiu prolongar o contrato com Hogenboom. O novo contrato levou em conta as objeções ao título de comissário do governo. Devido às implicações internacionais, a definição foi alterada para "comissário da Colônia Ribeirão".

Primeiras desistências

Em 7 de junho de 1951, Hogenboom voltou à Fazenda Ribeirão para se estabelecer de vez com sua família. De acordo com o embaixador holandês Tom Elink Schuurman, um clima de depressão prevaleceu durante a sua ausência, provavelmente devido às incertezas sobre o apoio financeiro e a falta de liderança. Tal liderança havia sido novamente depositada nas mãos de Heijmeijer e seus seguidores, que não estavam aptos a lidar com os problemas e ainda evitavam qualquer contato com a embaixada e o oficial de emigração Von Schwartzenau.

Esta crise de confiança causou uma ruptura. Em 4 de junho, três dias antes do retorno de Hogenboom, seis agricultores cancelaram sua filiação com a cooperativa e anunciaram sua partida. Afirmaram não querer qualquer envolvimento com "esse tal de feitor". Os desistentes foram Herman Theunissen, Jac van Riel, Toon Assinck, Piet Uitdewilligen, Theo van Ass e Thomas Sanders. Dentre estes, Piet Uitdewilligen era inclusive membro do conselho administrativo da cooperativa, e Jac van Riel ex-membro. Van Ass e Uitdewilligen foram os primeiros a tomar a iniciativa para partir. Ambos haviam viajado recentemente para Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, onde três famílias holandesas já haviam se estabelecido em 1949 e onde havia uma escola ginasial sob a direção de padres holandeses. Esses seis agricultores estiveram envolvidos na elaboração dos planos para criar as empresas independentes e começado o seu próprio negócio no final de 1950. Na Holanda, eram fazendeiros relativamente prósperos e tinham feito uma contribuição significativa à cooperativa. Esses agricultores, que trabalharam com grande dificuldade sob a orientação de outras pessoas dentro da cooperativa por dois anos, viram com tristeza 'seu' capital ser desperdiçado pela cooperativa com prejuízos e má gestão.

Como os outros moradores da fazenda, de início aguardaram ansiosamente a possível chegada da assistência da Holanda. Também saudaram a chegada de Hogenboom e concordaram com sua iniciativa de incentivar a criação de empresas independentes. No entanto, essa confiança inicial foi logo substituída por profunda suspeita. O que pesou mais foi a abordagem de Hogenboom. Theo van Ass e três outros emigrantes de Venray afirmaram que, em reunião, Hogenboom sugeriu que a reorganização da fazenda aconteceria por bem ou por mal. "Aqueles que não estavam dispostos a cumprir as ordens poderiam (ou deveriam) sair. Todos estavam livres para ir embora." Van Ass disse que Hogenboom contava com o desamparo dos membros, já que a maioria era pobre e não falava português.





Chegada dos emigrantes do Duque de Caxias em Holambra. Durante a travessia, 102 dos emigrantes sofreram intoxicação alimentar

"Muitos de nós já haviam percebido que a coisa ia de mal a pior. Mas quase todos estavam determinados: assim que eu tiver algum dinheiro na mão, me mando daqui."

Outro motivo eram as obrigações impostas aos agricultores independentes. Depois de formar uma empresa, o agricultor devia assinar um contrato que o obrigava a comprar e vendar apenas através da cooperativa. Muitas vezes os agricultores que vendiam seus ovos através da cooperativa recebiam muito menos do que era pago por compradores diretos. Medidas foram tomadas para evitar vendas fora da cooperativa. Além disso, foi imposta uma taxa geral de 15% sobre as vendas feitas pela cooperativa necessária para fortalecer a posição financeira deficitária da cooperativa. Além disso, a Comissão Van Roggen/Van Waveren tinha aconselhado que pagassem inicialmente aos credores externos e só depois aos membros. Para os agricultores insatisfeitos que perderam seu capital para a cooperativa, foi a gota d'água. Eles temiam que o novo empréstimo da Holanda só geraria novas obrigações. Hogenboom tinha perdido a confiança deles quase imediatamente, não por suas ações decisivas, mas principalmente porque tinha mantido a antiga liderança considerada incompetente e viabilizara que tudo continuasse como antes. De acordo com um dos críticos, foi assim que Hogenboom perdeu de vez a confiança, que talvez jamais conseguisse recuperar.

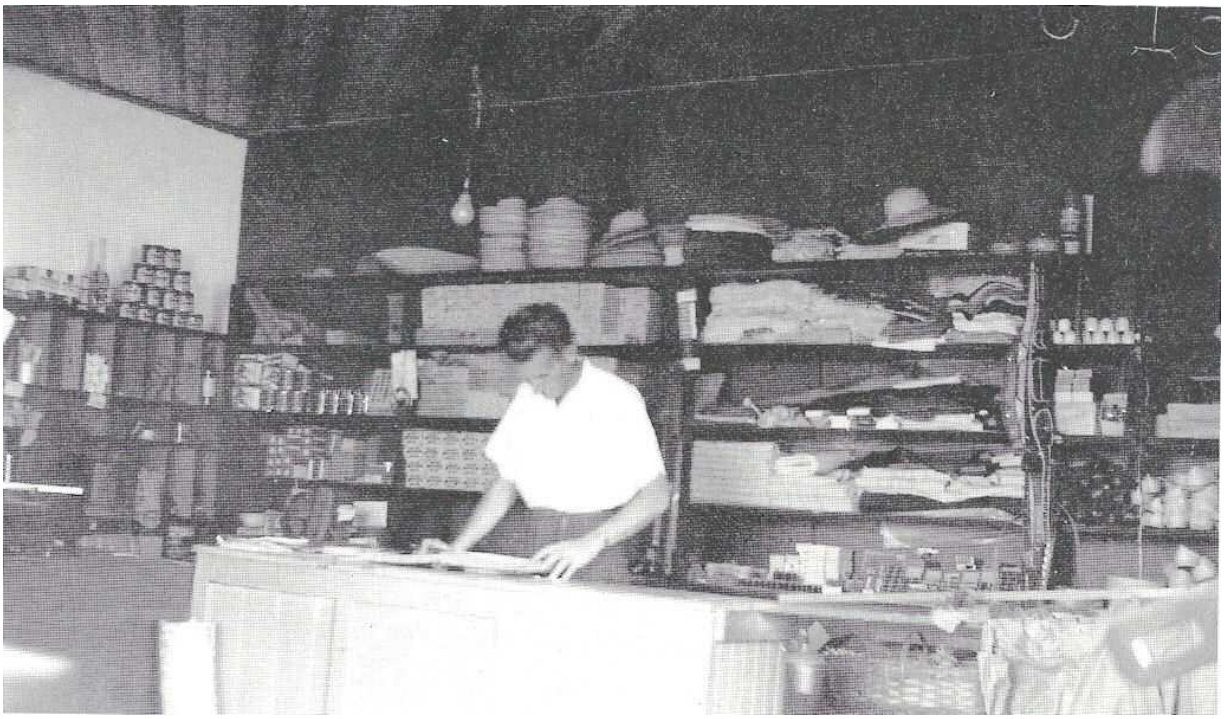
Os desistentes haviam preparado tudo cuidadosamente. De acordo com Hogenboom, esses agricultores normalmente não teriam sido capazes de recomeçar a vida em outro lugar devido à falta de capital. Os seis agricultores não contribuíram com nada de suas colheitas à cooperativa. Jac van Riel, que Hogenboom afirmava ser uma cobra na sociedade, foi flagrado alguns meses antes transportando ilegalmente 2.000 quilos de batata. Os instigadores da rebelião, principalmente Uitdewilligen, acabaram levando consigo alguns dos membros mais ingênuos.

Causou bastante tensão o fato de que o grupo que desejava ir embora continuou a habitar a fazenda por alguns meses. Hogenboom afirmou que as pessoas bem-intencionadas começaram gradualmente a entender as consequências do comportamento de alguns indivíduos para toda a comunidade. Alguns até chegaram a solicitar que "se algum dos que estão partindo mudar de ideia e pedir para ficar, não devemos ter clemência". Em julho de 1951, as quatro primeiras famílias partiram para Não Me Toque, seguidas por mais duas famílias em agosto.

Restrições monetárias

Quando Hogenboom retornou, a situação financeira da fazenda havia se tornado extremamente preocupante. Quase não havia dinheiro sequer para as despesas diárias. Isso levou Hogenboom a implementar uma política monetária restritiva. O salário dos membros e funcionários da cooperativa

não eram pagos em dinheiro, mas creditados em uma conta. As compras na loja eram debitadas dessa conta. Artigos de luxo foram excluídos da loja da cooperativa. As pessoas só recebiam dinheiro vivo em caso de doença, morte, casamento ou outras circunstâncias especiais. Apesar de haver garantia de que não faltaria comida, a substituição das roupas teria que esperar. A ideia era tornar viável gastar os recursos na medida do possível com a construção e a criação de empresas e a compra de sementes, porcos e pintos.

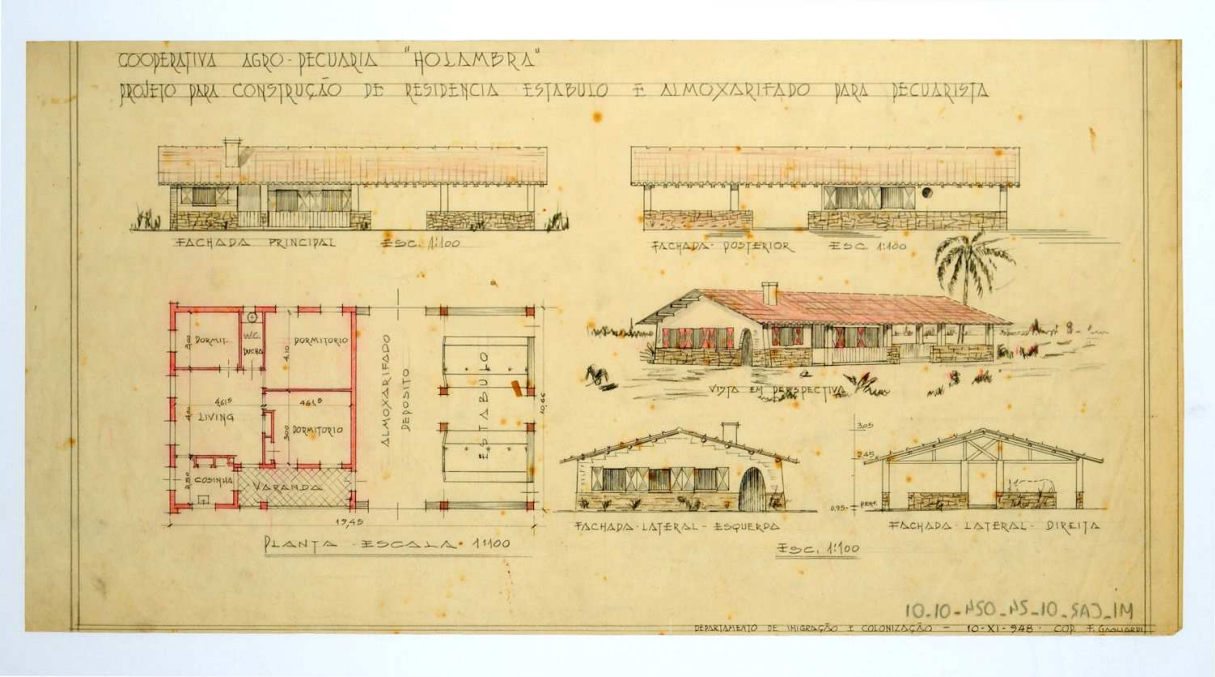


A loja da cooperativa.

Por conta da extrema falta de dinheiro, era necessária urgência nas transferências por parte do empréstimo holandês. Hogenboom enviou um telegrama à Holanda com um pedido urgente de 550.000 florins, "uma vez que, repito, não há fundos disponíveis. Não estou exagerando quando digo que, se o capital necessário não for disponibilizado imediatamente, o resultado será certamente um escândalo que repercutirá por muito tempo no Brasil e no exterior."

Essa falta de dinheiro também foi desastrosa para o empreendimento. Hogenboom alegava que, de forma a garantir que houvesse continuidade em determinadas partes do negócio (sob pena de prejuízos imediatos), ele estava utilizando o dinheiro recebido do governo holandês para pagar sua própria estadia para custear despesas da cooperativa. "Não desejando acusar ninguém, esta é e continua sendo uma situação desagradável. Cada dia em que não podemos avançar aqui traz maiores perdas. Cada dia desperdiçada significa um novo ajuste das projeções de rendimentos para o próximo ano. Não tenho como enfatizar mais a importância isso."

Os problemas financeiros causaram atrasos tanto no processo de independência das empresas agrícolas quanto no trabalho nas empresas técnicas. Ainda assim, no final de 1951 a colônia contava com 70 empresas agrícolas. Para restaurar a saúde financeira da cooperativa, o número de funcionários deveria ser reduzido. Aliado a isso, tomavam forma os planos de expansão da fábrica de lacticínios e ração. Devido à falta de dinheiro, o cultivo continuou a ocorrer em escala reduzida. A produção de materiais de construção foi forçosamente interrompida, e a compra de animais de pequeno porte era continuamente adiada. A compra de estoque para as empresas que iniciariam as atividades em 1° de setembro de 1951 não ocorreu.



Planta de uma casa com estábulo.

Apesar dos problemas financeiros, Hogenboom estava convencido de que a fazenda poderia se recuperar. Os obstáculos mais difíceis, para ele, eram as questões de natureza psicológica e moral que acompanhavam as dificuldades econômicas. Em sua opinião, havia 25 pessoas na fazenda que nunca deveriam ter vindo: "Pode-se até dizer que existem várias pessoas no grupo que se aproveitam de cada oportunidade para sabotar o espírito de boa vontade. (...) Também devemos reconhecer plenamente que exigiu-se e continua exigindo-se muito da comunidade em geral e de cada indivíduo. No entanto, isso não exclui o fato de que teremos que passar por isso, e que, persistindo, conseguiremos superar as maiores dificuldades dentro de um ano." Hogenboom precisou lutar muito contra aqueles cuja mentalidade pode ser descrita como 'você me trouxe aqui, então vai ter que cuidar de mim'. "Esses homens que buscam apenas beneficiar a si mesmos estão muito próximos de ultrapassarem os limites. Se forem embora, melhor para nós.

Mas eles terão de partir sem receber um centavo, exceto aquilo que conseguiram obter de alguma forma desonesta."

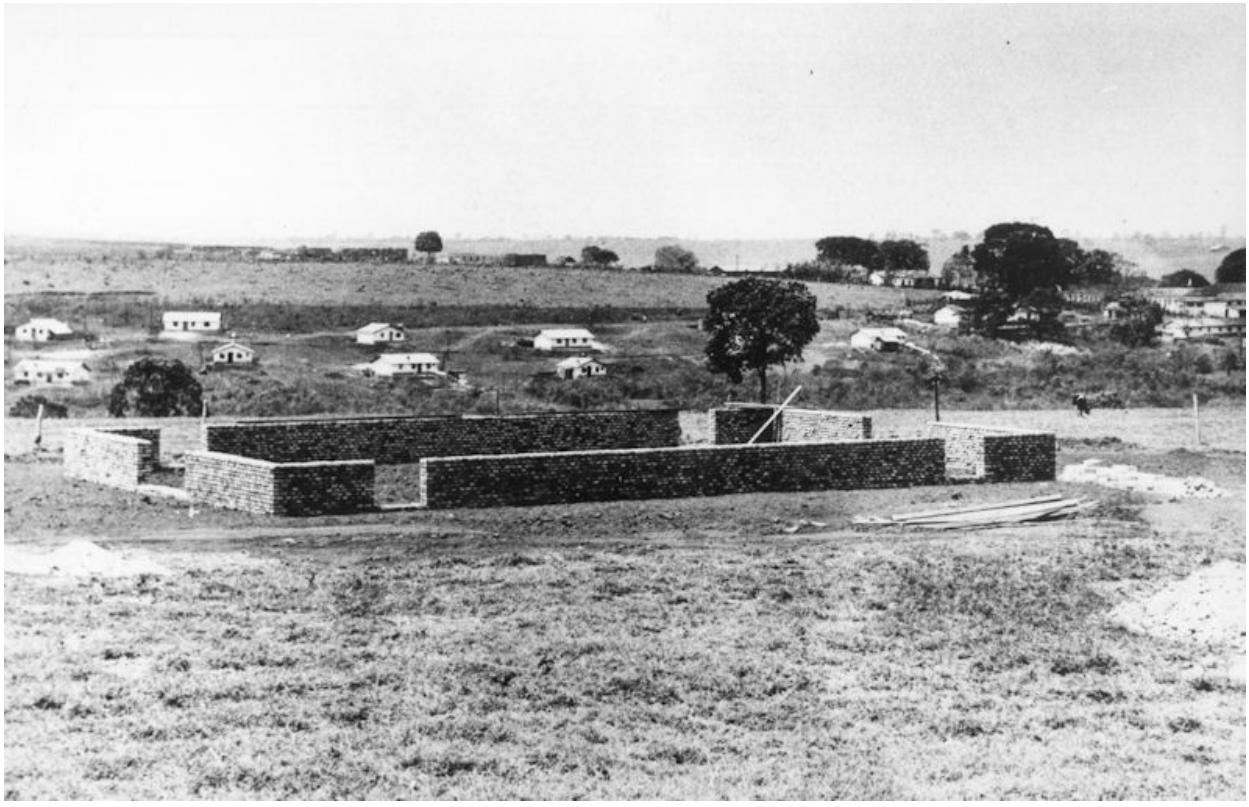
Hogenboom dava a impressão de que existia certa compreensão da necessidade de implementação da política monetária restritiva, mas a medida inflamou ainda mais as relações internas. O desânimo entre grande parte dos moradores da fazenda foi adequadamente expresso nas cartas de Jan Stapelbroek. Em 17 de agosto de 1951, ele escreveu que as semanas anteriores tinham trazido pouca esperança. Mesmo agora, que trabalhava por conta própria, quase não havia material útil. A equipe de construção começou a demolir habitações no centro e reconstruí-las nas fazendas para permitir que os agricultores iniciassem seu próprio negócio. Stapelbroek compreendia que Hogenboom queria ser parcimonioso com o dinheiro, mas o fato de que tudo fora restrito e ninguém recebia mais um centavo estava errado. "Já faz um mês que não recebemos mais dinheiro, tudo funciona com recibos. Há muitas pessoas que nem conseguem enviar uma carta à Holanda. Várias pessoas ainda se preocupam muito, embora tenha chegado crédito da Holanda." Para obter dinheiro em espécie, era necessário visitar o escritório da cooperativa. Jac van Riel escreveu de Não Me Toque que, alguns dias antes de sua partida, precisou pedir a um emigrante 100 a 150 cruzeiros porque sua esposa precisava ir ao hospital em Campinas. Uma vizinha chorava como uma criança e suspirava: "Se ao menos pudéssemos ir com você, mesmo tendo de suportar mais pobreza". Um emigrante morava com sua família em um galinheiro, enquanto um dos diretores vivia com sua jovem esposa em uma grande casa nova.

A antiga diretoria

A acusação de que Hogenboom tinha mantido a antiga diretoria era apenas parcialmente justificada. Ele não tinha outra opção. De acordo com a legislação brasileira, uma empresa estrangeira não podia nomear um comissário para uma cooperativa sediada no Brasil. Na fazenda, muitos perceberam que a posição do Hogenboom gerava problemas legais. Às vezes lhe falavam diretamente: "Não tenho nada a ver com o comissário!" Por isso, ele cuidou para ser "aceito" pela comunidade e preservou a dignidade do conselho da cooperativa e da assembleia geral, assumindo a liderança com cautela.

De acordo com Hogenboom, era importante garantir que os indivíduos e a comunidade não se espantassem. Já tinham sofrido demais com calúnias. Embora admitisse plenamente que houvera uma organização economicamente irresponsável e que foram cometidos erros de administração no passado, isso não poderia ser totalmente atribuído aos vários líderes. "Muitos se colocaram com firmeza contra os erros que foram cometidos." Hogenboom afirmou que os indivíduos irresponsáveis, que já tinham ido embora ou estavam prestes a sair, não hesitaram em espalhar as

suas calúnias dentro e fora da colônia. Um exemplo de membro da antiga diretoria em quem confiava era Miltenburg, "um homem competente em sua profissão, de caráter um pouco rígido, que reage fortemente quando algo atinge sua honra e reputação". Hogenboom afirmou que esse homem lutou até o fim contra vários abusos, em detrimento de sua própria saúde física e mental, mas fora obrigado a desistir por conta da numerosa oposição. Também protegeu os chefes de departamento Gerard Eijsink, Jan van de Broek e Jan Nabuurs. Esses "homens de boa vontade" eram continuamente derrotados. Às vezes cometiam erros, o que era "humanamente muito compreensível", disse Hogenboom, "mas eram pessoas indefesas e foram apunhaladas pelas costas. Nunca tiveram a oportunidade de se defender para o mundo lá fora. E são justamente essas pessoas que, por suas capacidades profissionais, deram a volta por cima. E é esse tipo de holandês, que sabe o que é trabalhar e que entende o que significa aceitar a liderança, que formou a base do sucesso da futura reconstrução e ampliação da fazenda."



Construção de uma casa de emigrante. No fundo, o 'Ooievaarsbuurt' (o 'Bairro da Cegonha'), e à direita a sede da fazenda e a praça principal.

Hogenboom também não gostou de ter sua autoridade restringida. Sua carta de nomeação previa a nomeação de uma comissão de supervisão, apoio e consultoria, que ele deveria consultar sobre questões importantes. Também deveria agir de acordo com a visão da maioria da comissão. Hogenboom informou ao ministro holandês de Assuntos Sociais que não concordava com a comissão de supervisão, e que, como comissário, precisaria ficar se

deslocando entre a embaixada holandesa e a cooperativa. De acordo com Hogenboom, ele mesmo representava uma comissão de supervisão. Se a comissão realmente fosse implantada, ele pensava em se aposentar como comissário. Porém, achava que uma comissão consultiva poderia ser útil, já que seria composta por pessoas com ampla experiência em técnicas agrícolas e econômico-financeiras e que entendiam os aspectos morais e psicológicos de uma comunidade de emigrantes.

De acordo com Hogenboom, a embaixada no Rio estava tentando afastar a velha liderança da fazenda. Ele não queria saber dessas manipulações. Também tinha grandes objeções contra a composição da comissão consultiva proposta pela embaixada. Disse Hogenboom: "Afinal, somos um projeto empresarial com uma liderança responsável, que pode desenvolver os valores espirituais que existem nesta colônia, ou nos tornamos parte da embaixada holandesa, e mais especificamente do Ministério das Relações Exteriores?" A Comissão de Aconselhamento e Assistência finalmente iniciou suas atividades em 1952, tendo como membros Wolter Wolters van der Wolde, diretor da Philips no Brasil, Jan van Schelle, administrador de uma propriedade em Salto de Itu e, como presidente, o cônsul holandês em São Paulo, Dirk Berkhout. O adido de agricultura e emigração Hendrik Meijer atuou como secretário, assistido por Hendrik Lodder.

Empresas próprias de processamento

A reorganização iniciada em 1951 resultou em poucas mudanças na atividade econômica. Houve um início de criação de porcos e aves, mas a agricultura e a produção de laticínios continuavam sendo os principais meios de subsistência. Isto também teve consequências para as empresas que estavam sob a asa da cooperativa. Hogenboom acreditava que as fábricas de ração e laticínios eram a essência da fazenda, e assim tinha receio de privatizá-las. A intenção era que gerassem lucros para a cooperativa no futuro. A olaria também permaneceria nas mãos da cooperativa até ser concluída toda a construção da fazenda. Assim, queriam garantir uma distribuição justa do material de construção. Hogenboom temia uma guerra comercial entre os agricultores, que iriam querer construir seus próprios negócios todos ao mesmo tempo. Outras cooperativas, como a oficina de móveis, a forja, a empresa de eletricidade e a empresa de transporte, eram arrendadas aos gestores dessas empresas, com um contrato de arrendamento que incluía a opção de compra.

Hogenboom tinha grandes expectativas com a fábrica de lacticínios. O fornecimento de leite e de produtos lácteos tinha sido um dos principais motivos pelos quais o Governo do estado de São Paulo havia apoiado a fundação da colônia. A colônia tinha a opção de fornecer leite para consumo ou para processamento. No início, o leite era recolhido na fazenda e vendido em Campinas, na loja da cooperativa. Como o leite produzido estava sujeito

a rigorosas exigências, uma fábrica de leite foi inaugurada em 1950 sob a direção de Jan Welling. Ele foi contratado para desenvolver os planos para uma nova fábrica. Hogenboom acreditava que a fábrica poderia dar um grande retorno. O preço da manteiga estava em alta, e o aumento da população nas grandes cidades só aumentava a escassez de leite. Se pudessem construir uma fábrica de laticínios e importar máquinas da Holanda até o final de 1951, poderiam receber 5.000 litros de leite na região e pagar entre 2,40 e 2,50 cruzeiros por litro aos produtores. "Nesse caso, o caro gado holandês se tornará atraente para os agricultores, assegurando uma rápida expansão do rebanho."



A marcenaria.

A nova fábrica de laticínios demorou por causa de problemas com a concessão da licença. Enquanto isso, a produção de leite triplicou por conta da melhoria na saúde do gado. O pequeno frigorífico da fábrica estava quase transbordando com tanta manteiga. Sem a licença para construir uma nova fábrica de laticínios, poderia surgir uma situação de emergência. O diretor da área de laticínios (Welling) deixou bem claro que, se não houvesse mudança, não se responsabilizaria pelos acontecimentos. Somente em 1953 foi tomada a decisão para a montagem de uma nova fábrica de laticínios.

A fábrica de ração também já não sabia mais o que fazer. "Todos os dias as pessoas morrem de medo de que algo aconteça." A expectativa era que a chegada dos novos equipamentos da Holanda resolvesse os problemas mais urgentes. Hogenboom afirmava que a compra desses materiais era extremamente necessária. "A situação é tal que, depois de lutar dia e noite

em todas as frentes, conseguimos obter algum sucesso, mas ao mesmo tempo me sinto impotente por não poder resolver algo, ou porque não posso cumprir com as promessas que tive que fazer em uma situação como essa. A cada semana precisamos modificar algo no programa. As promessas de fornecer dinheiro para roupas e sapatos precisam ser adiadas novamente, por causa da quitação da dívida. As pessoas não conseguem e não querem entender por que as coisas são assim."



O bairro 'industrial' em construção.

Oposição a um novo contrato

Para obter um empréstimo holandês, era necessário firmar um novo acordo entre os colonos e a cooperativa. Esse novo contrato, redigido em holandês, foi apresentado aos membros em novembro de 1951. O famoso "livro amarelo" de Heijmeijer, que antes regulamentava os direitos e as obrigações dos colonos, foi eliminado. O acordo estipulou que quem tivesse cumprido com todas as obrigações de pagamentos de principal e juros receberia os direitos de propriedade de sua empresa a partir do dia 1 de setembro de 1962. Outro critério era que a empresa tivesse operação continuada durante um período de onze anos. O valor a dívida gerada pelo empréstimo para a criação de gado, estoque e capital de giro seria deduzido da contribuição oferecida, e o que restasse seria pago a partir de 1º de setembro de 1956. Mas com esses direitos também vinham as obrigações. Além do pagamento do crédito em si, foi determinado o pagamento de uma taxa anual de 1.500 cruzeiros por hectare a fim de permitir que a cooperativa cumprisse suas obrigações. Assim que a situação permitisse, essa taxa seria reduzida.

O contrato holandês não tinha validade jurídica perante a lei brasileira. Foi prometida uma tradução juramentada, que deveria ser assinada assim que ficasse pronta. A assinatura do acordo causou vários problemas. Enquanto 60 membros assinaram o acordo imediatamente, 28 agricultores recusaram-

se. Alguns tinham medo de ficarem "presos" à terra, e serem obrigados a pagar "mesmo que não sobrasse um centavo para eles".

Ao encarar a perspectiva de precisar assinar esse novo contrato, alguns agricultores decidiram preparar-se para uma nova vida fora da fazenda. Alguns deles ainda se recusaram a fornecer seus produtos à cooperativa. O primeiro a fazê-lo também era membro do conselho da cooperativa, Jan Te Vaarwerk. Em meados de outubro, um fornecedor de farinha de Mogi Mirim relatou que dois agricultores ofereceram lhe vender um lote de cerca de cinco toneladas de arroz e alguns sacos de milho. A venda já tinha sido fechada, mas o comerciante ficou desconfiado quando um dos agricultores disse que teria que buscar o arroz e o milho na fazenda de noite. Por causa de seu bom relacionamento com a cooperativa, o fornecedor de farinha decidiu informar o chefe da fábrica de ração, Willem Schreurs, sobre esse ocorrido. A partir dessa conversa, descobriu-se que o vendedor era Te Vaarwerk e que Gerard Hogenelst, o vendedor de gado da cooperativa, o ajudou como intérprete durante a venda. Assim que Schreurs e o fornecedor de farinha deixaram sua fazenda, Te Vaarwerk pegou a bicicleta e foi até Heijmeijer cancelar sua filiação à cooperativa. Naquela mesma noite, o arroz e o milho foram transportados para Mogi Mirim.

Hogenboom acredita que Te Vaarwerk realizou essa venda ilegal de insumos e produtos e usou os recursos para sair da fazenda. Ele alertou Te Vaarwerk de que não toleraria isso de forma alguma, "porque se fosse possível contornar dessa maneira as obrigações assumidas, a cooperativa toda desapareceria em dois meses, ou certamente dentro de um ano". Te Vaarwerk declarou que queria ser livre em suas ações, sem sobrecarregar os outros. Queria apenas ter algo que era dele, ou seja, sua fazenda de 15 hectares.

No entanto, Hogenboom decidiu prosseguir com a assinatura de novos contratos. O conselho da cooperativa foi conversar individualmente com aqueles que se recusavam a assinar. Hogenboom, que conduziu as entrevistas junto com o padre Sijen, disse que essas pessoas tinham sido influenciadas de uma forma muito perniciosa: "Alguns choravam como crianças. As histórias que me contaram sobre os ladrões dessa sociedade que os ameaçaram são tristes demais para recontar." Passado um dia, dez membros ainda se recusavam assinar o contrato, oito dos quais Hogenboom queria que fossem embora. Depois de novamente conversar com eles, sobraram apenas alguns. Aqueles que continuaram a se recusar não poderiam contar com crédito. Essa medida incentivou ainda mais a emergência de um mercado negro fora da cooperativa.

Seguindo os passos de Te Vaarwerk, alguns outros agricultores também se prepararam para sair. O grupo incluía Leo Philipsen, Piet Wolfs, Cor de Jong, Kees van Nieuwkuijk, Peter Rietjens e Gerard Hogenelst. Esse grupo de agricultores deixou a fazenda no início de 1952, e levou suas jovens famílias para Mococa, 150 quilômetros ao norte, onde iniciaram juntos um

empreendimento de 12 hectares na Fazenda Rosinha em que cultivavam batata, tomate, milho, arroz e abacaxi. Além disso, esses pioneiros também operavam uma fazenda com 10.000 galinhas poedeiras. Depois de trabalhar por alguns anos, o grupo foi para Não Me Toque, onde já viviam parentes e conhecidos do grupo. Junto com dois outros antigos agricultores de Holambra, Te Vaarwerk montou uma empresa de horticultura. Depois de alguns anos, ele se aposentou da empresa e se estabeleceu em Tronco, perto de Castro, no Paraná.



Vista da casa de Sjef van den Besselaar. Em 1950, Heijmeijer contratou Van den Besselaar para organizar o ensino secundário (atual ensino médio) na colônia. Um ano depois, Besselaar deixaria a fazenda e faria duras críticas à colônia no De Nieuwe Eeuw.

Hogenboom alegava que a causa da resistência estava na atuação de dois intelectuais na fazenda, o professor de línguas clássicas Sjef van den Besselaar e o agrônomo Piet Hupkens. Ambos tinham pertencido ao grupo do antigo veterinário Caspar Dieben. Hogenboom ainda tentou desvincular Van den Besselaar e Hupkens do grupo, mas foi em vão. Van den Besselaar ficou

especialmente decepcionado com o fato de que não poderia mais atuar como tutor particular dos filhos de Heijmeijer. Ele havia encontrado emprego como professor de grego no seminário da Diocese de Campinas. Hogenboom disse que também tentou oferecer a Hupkens uma oportunidade dentro da comunidade. Isto também foi em vão. Hupkens e Van den Besselaar fizeram uma campanha clandestina de "forma cruel e sofisticada" contra o conselho da cooperativa e contra Hogenboom na função de comissário do governo. Eles tinham convencido os agricultores descontentes de que nunca teriam sucesso e que era melhor forçar a falência da cooperativa, em cujo caso (segundo eles) poderiam receber a terra de graça. O governo brasileiro provavelmente não os expulsaria dos terrenos.

Outros emigrantes decidiram voltar à Holanda, como os irmãos Van Roovert de Middelbeers. Em janeiro de 1952, escreveram à KNBTB afirmando que ficaram decepcionados com a Cooperativa Holambra. Agora eram ameaçados com expulsão da fazenda porque se recusavam a assinar o novo contrato. Não tinham mais acesso à loja, não podiam mais dispor do seu dinheiro e também não recebiam mais ração para seus porcos e galinhas. Para evitar que morressem de fome, transferiram os seus animais para a cooperativa. De acordo com os irmãos, a fazenda, se mantida sob a liderança atual certamente iria à falência. "Os conselhos dados por pessoas que conhecem o país há algum tempo são ignorados, e estamos indo à falência. Contamos que isso mude em breve, ou será tarde demais para nós!" Os irmãos Van Roovert e suas famílias retornaram à Holanda em agosto de 1952.

Hogenboom é nomeado presidente

Depois de ter ajudado Hogenboom como presidente da cooperativa, Heijmeijer deixou o cargo voluntariamente durante a reunião de 28 de janeiro de 1952 em favor de Hogenboom. Heijmeijer achava necessário que Hogenboom fortalecesse sua posição. A cooperativa estava envolvida em uma ação judicial com o marceneiro Jan Hendrikx. Souberam que os advogados de Hendrikx não hesitariam em atacar a posição de Hogenboom. A direção da cooperativa percebeu que os plenos poderes que atribuíram a Hogenboom poderiam ser questionados, e que a declaração que os emigrantes assinaram em janeiro 1951 teria apenas um valor relativo. Inicialmente, prestaram pouca atenção a esta questão. Quando o advogado da cooperativa emitiu uma clara advertência, Heijmeijer considerou necessário levantar essa questão junto ao conselho. A única solução para garantir a posição de Hogenboom era que ele se tornasse membro do conselho. Heijmeijer, então, ofereceu-lhe a presidência. Durante a reunião do conselho, a diretoria declarou que a renúncia de Heijmeijer e a candidatura de Hogenboom seriam para o bem da cooperativa. Apelando a esse interesse

geral, Heijmeijer exigiu que os membros votassem em Hogenboom para presidente. Heijmeijer continuou como membro do conselho.

A nova dupla função de Hogenboom como comissário e presidente do conselho da cooperativa não aconteceu sem controvérsia. A capacidade de combinar as duas funções já tinha sido levantada uma semana antes durante uma reunião em São Paulo entre Hogenboom, o embaixador Tom Elink Schuurman e o cônsul Dirk Berkhout. Schuurman e Berkhout destacaram que, ao assumir a função de presidente do conselho da cooperativa, Hogenboom teria participação em uma empresa sobre a qual deveria exercer controle em nome do governo holandês. O embaixador decidiu não se opor à eleição porque não havia outra solução no curto prazo. Não havia ninguém qualificado entre os colonos de Ribeirão para assumir o cargo de presidente. Foi acordado que outras medidas seriam tomadas após o retorno de Hogenboom ao Brasil - ele viajou à Holanda em 30 de janeiro de 1952 para discutir questões financeiras.

Descontentamento dentro de casa

Apesar das prevalentes divisões entre os moradores da Fazenda Ribeirão, a diretoria conseguiu manter as dificuldades internas dentro de casa. Na Holanda, poucas pessoas tinham conhecimento do estado das coisas (basicamente funcionários e ministros envolvidos na concessão de crédito para a fazenda, diretores da KNBTB e amigos e parentes dos emigrantes). Assim, não foi uma surpresa que o descontentamento tenha chegado principalmente aos vilarejos de onde muitos emigrantes tinham saído.

Um desses vilarejos era Diessen, em Brabant. Em 1951, as famílias Theunissen, Assinck e Van Riel já tinham deixado a fazenda, buscando refúgio em Não Me Toque. Entre o grupo de emigrantes que se recusou a assinar o novo contrato em holandês, também se encontravam alguns que tinham laços com Diessen. Como presidente da associação local de agricultores, Janus Bijsterveldt lia muitas cartas que os emigrantes enviavam para as suas famílias. Ele usou essas informações para comunicar ao Noortbrabantse Christelijke Boerenbond ("Associação Cristã de Agricultores de Noord-Brabant", ou NCB na sigla em holandês) a impressão que tinham das dificuldades em Diessen: "Esses emigrantes são pessoas daqui, que já conhecemos há anos. (...) Sentimos a saída dessas pessoas de nossa comunidade como uma perda, e acompanhamos com muito interesse sua jornada ao Brasil. Diante disso, não nos surpreende que fiquemos preocupados com as mensagens cada vez mais pessimistas que recebemos, o que atingiu níveis bem mais altos quando soubemos que os Srs. Assinck, Van Riel e Theunissen deixaram a fazenda em busca de refúgio em outro lugar."

Van Bijsterveldt afirmou que os autores das cartas não tinham motivos para exagerar. Em muitos casos, as reclamações foram feitas a membros da família que haviam desaconselhado a emigração. Ele negou que haveria

fofocas e incitação ao ódio, o que teria afetado o clima. "Certamente não ficaria surpreso se houvesse, dentro dessa pequena comunidade fechada, certos boatos que pudessem ser tomados por verdades durante algum tempo. Porém, ao ler as cartas, percebo que a decepção, a dor e a tristeza ocupam um papel importante." Uma passagem de uma carta de Jan Stapelbroek era ilustrativa do clima. "A confiança da maioria está abalada, e muitos permanecem calados e estão à procura de outro lugar. A confiança na liderança atual certamente não será recuperada. O senhor Hogenboom também não era visto como salvador, mas como o responsável por um reinado de terror. Ninguém se atreve a dizer em público como tudo isso vai acabar... Tenho a impressão de que em um ano a metade das pessoas terá ido embora (...) Aqui nunca vai sobrar dinheiro, por conta da dívida, dos empréstimos e dos salários etc., além de uma taxa de 12,5% sobre todas as vendas. Acho que Hogenboom foi influenciado, especialmente pelo padre e por Heijmeijer, Miltenburg e Nabuurs. Não acredito que ainda estaremos aqui dentro de um ano."



Casebre para emigrantes, construído por volta de 1949.

De acordo com Van Bijsterveldt, as medidas que Hogenboom tomou foram contraprodutivas para alguns emigrantes: "As cartas mostram também que não circula mais dinheiro na comunidade, que tudo é feito com recibos. É certamente uma maneira de evitar todas as despesas desnecessárias e uma possível medida para evitar compras fora da fazenda. Mas também podemos raciocinar que os agricultores livres, que sempre foram responsáveis por si

mesmos e, como empreendedores independentes, sempre tomaram suas próprias decisões, não iriam suportar essa restrição de liberdade. Será que a liderança pensa no lado psicológico da situação?"

Três anos de sofrimento para os emigrantes

Desde que Holambra havia sido inaugurada em 1948, os relatos na imprensa holandesa eram dedicados à partida dos imigrantes e, depois, ao crédito viabilizado pelo governo holandês. As críticas sobre a reorganização realizada por Hogenboom e a saída de emigrantes para Não Me Toque e Mococa ainda não tinham chegado aos ouvidos das editorias dos jornais. Isso mudou em fevereiro de 1952. O propulsor para as críticas do estado das coisas na Fazenda Ribeirão foi a revista católica De Nieuwe Eeuw (O Novo Século). Depois dela, outros jornais e revistas começaram a prestar atenção na situação precária na fazenda.

O primeiro artigo sobre as dificuldades na fazenda foi publicado em 15 de fevereiro, na revista semanal católica De Linie, sob o título: "Fazenda Ribeirão desacreditada?" O artigo falava sobre a reorganização iniciada no ano anterior por Hogenboom ("Um homem que, em termos econômicos e sociais, conquistou seus méritos nas grandes empresas nas Índias Orientais Holandesas") e as consequências para os agricultores recém-independentes. "A jovem colônia precisou se transformar completamente e (...) se adaptar rapidamente aos costumes brasileiros". De acordo com a De Linie, isso causou "um dos maiores efeitos deletérios de cunho psicológico e moral para os agricultores que vieram desavisados da Holanda, porque atualmente as preocupações e problemas econômicos já não são mais tão grandes."

Uma semana depois, em 23 de fevereiro, foi publicada na revista De Nieuwe Eeuw uma matéria com foco totalmente diferente, intitulada "Três anos de sofrimento para os emigrantes no Brasil". O subtítulo foi "Fazenda Ribeirão desacreditada!". O artigo, escrito por Sjef van den Besselaar, causou impacto estrondoso. A Fazenda Ribeirão estaria prestes a fracassar. A fazenda já estaria há um ano em estado de decadência, "e [tal] decadência não é o resultado de contratempos inevitáveis, desastres naturais e fatores semelhantes, contra os quais é difícil se defender, mas se deve principalmente à incompetência, falta de tato e arrogância da liderança". Van den Besselaar descreveu a atuação de Heijmeijer como "improvisação e projetos fabulosos". Os problemas mais básicos não foram abordados. Não havia estudos preparatórios confiáveis, tampouco um plano de construção bem definido ou um orçamento real. "Sofrendo de um equivocado senso de responsabilidade, Heijmeijer se recusava a compartilhar com terceiros a responsabilidade que restava inteiramente sobre os seus ombros. Ele sempre exigia dar a última palavra, mesmo quando se tratava dos menores detalhes, o que depois de algum tempo minou sua autoridade e o tornava um pouco

ridículo. Quando um amigo chamou sua atenção, Heijmeijer interpretou isso como uma tentativa de tomar o poder." As assembleias gerais também eram caracterizadas como eventos de comunicação unilateral: "Problemas empresarias eram respondidos com uma história edificante, e o que faltava nos argumentos do presidente, o padre acrescentava no sermão de domingo".

Inicialmente, a vinda de Hogenboom fora aplaudida por todos. Seria o fim dos abusos existentes. Os agricultores estavam felizes porque em breve seriam independentes novamente. "A era da fantasia foi definitivamente encerrada, e teve início uma nova era de profissionalismo." Mas esse clima positivo não durou muito. De acordo com Van den Besselaar, logo surgiram incidentes que geraram fortes críticas a Hogenboom. "O profissionalismo que o comissário almejava e ainda almeja é aquele da sociedade Senembang, onde trabalhou muitos anos como empregado na Indonésia. Acostumado a lidar com os 'koelies' , ele usava o mesmo método com os agricultores, cuja mentalidade não entendia. Deve-se reconhecer que a necessidade das circunstâncias requeria uma política dinâmica. Mas isso não pode justificar a brutalidade e a arbitrariedade. O senhor Hogenboom está determinado a salvar a fazenda, a todo custo: a cirurgia será bem-sucedida, mesmo que o paciente morra - e o paciente está à beira da morte." De acordo com Van den Besselaar, Hogenboom exigia a conformidade de todos. A crítica era interpretada como falta de vontade de cooperar.

O artigo de Van den Besselaar causou um rebuliço na fazenda. Como "não podiam aceitar sem dar uma resposta", uma reunião do conselho, membros e funcionários da cooperativa foi convocada para o dia 6 de março de 1952. Decidiram enviar um telegrama para a revista De Nieuwe Eeuw para protestar "enfaticamente" contra o artigo que era "enganoso, difamatório e desastroso em suas consequências e um insulto para todos os envolvidos", "que informará o governo holandês e suas agências e também a KNBTB". Também apelaram à imprensa holandesa "para que conhecesse a situação real no interesse do bom nome dessa comunidade holandesa e da emigração ao Brasil em geral".

Uma parte dos moradores da fazenda não assinou o protesto. Dos chefes de família e solteiros independentes, 94 assinaram a petição, enquanto doze se recusaram e duas não puderam ser contatadas a tempo. As reações individuais dos moradores da fazenda também variaram muito. Enquanto um afirmou que o artigo foi escrito por "uma pessoa que não tem controle sob a sua mente e se comporta como uma criança na escola", outro explicou que poderia afirmar a veracidade da história de Van den Besselaar. E, de acordo com ele, muitos compartilhavam da mesma opinião, "mesmo que falem ou ajam de forma diferente por medo das consequências".

Em resposta ao artigo de Van den Besselaar, a De Linie publicou uma matéria "em tom mais otimista" no dia 29. A revista escreveu que teria sido melhor se a De Nieuwe Eeuw tivesse feito uma investigação mais

aprofundada, "como nós fizemos". Como base para esse segundo artigo, serviram os relatórios escritos pelos pesquisadores que visitaram a fazenda "nos últimos dois meses". Um deles foi o padre Theodulf van der Sterren. Esse padre afirmou ter falado tanto com os gestores quanto com os agricultores. Também conversou com os agricultores que inicialmente foram contra o novo contrato holandês. No entanto, esses agricultores começaram a perceber "que este contrato trazia uma solução correta para as dificuldades que surgiram".



Casebres no 'Ooievaarsbuurt', construídos por volta de 1949. No canto superior esquerdo está a rua Eucalyptuslaan.

Em 8 de março de 1952, foi a vez da De Nieuwe Eeuw. A afirmação da De Linie de que as dificuldades foram superadas foi negada enfaticamente. Em contrapartida, confirmaram as conclusões de Van den Besselaar. O informante da De Nieuwe Eeuw soube de várias fontes que a situação na fazenda era insolúvel. Em seguida ele visitou a fazenda, mas depois de um dia foi retirado do local. Em São Paulo, conversou com Dieben Van den Besselaar e Hupkens, pessoas que ("uns de uma forma menos elegante do que outros") foram removidas da fazenda "porque defendiam os direitos dos agricultores, algo que a atual liderança ditatorial não tolerava". A revista defendeu uma investigação imparcial especializada, além da intervenção da Holanda, a fim de remover a liderança (neste caso, Hogenboom) e restaurar os direitos dos agricultores. Finalmente, deveriam substituir o padre, "que parecia incompetente para exercer a sua função e carecia da confiança necessária", já que ele estava completamente alinhado com a liderança.

Finalmente, a De Linie publicou uma matéria em 14 de março de 1952 explicando todas as circunstâncias em torno do artigo de Van den Besselaar. O informante da De Nieuwe Eeuw ofereceu o artigo primeiro à De Linie. De Linie investigou a matéria: "Para quem não tinha outras informações, este argumento parecia devastador. Mas para aqueles que tinham as informações necessárias, a matéria parecia desequilibrada, pouco objetiva, e em geral incorreta em suas alegações. A publicação dessa matéria poderia ter consequências muito negativas para a fazenda. Recusar o artigo completamente não impediria a ocorrência de desvantagens. Afinal, a matéria seria imediatamente oferecida para alguma outra publicação, com o risco de que ela causasse grande preocupação nos leigos, sem gerar qualquer benefício para as partes interessadas."

Então a revista De Linie resolveu publicar um artigo sobre a fazenda "que refletia a situação de forma mais correta". Com essa declaração, a revista encerrou a "discussão nociva". Porém, De Nieuwe Eeeuw seguiu inabalável e continuaria causando alvoroço com seus artigos "reveladores". A KNBTB raramente se envolvia na batalha da imprensa. Por exemplo, em 15 de março apareceu um artigo na revista Boer en Tuinder (Fazendeiro e Horticultor) que descrevia detalhadamente as dificuldades que (de acordo com a revista) tinham sido superadas, e afirmando que agora poderiam "encarar o futuro com confiança". Quando se tratava de publicações da imprensa sobre a Fazenda Ribeirão, a KNBTB logo entrava em contato com o bispo de emigração, monsenhor Antoon Hanssen. A pedido da associação, o bispo conversou com a De Nieuwe Eeuw a fim de convencer a revista a cessar as publicações. Mas a revista não atendeu ao pedido.

No início de 1952, a estudante M. Muntz visitou o Brasil e foi até Carambeí e Holambra. Ela escreveu uma série de artigos para o Nieuwe Rotterdamsche Courant (NRC) sobre as dificuldades em Holambra. Em seu primeiro artigo, publicado em 5 de setembro de 1952, escreveu sobre a emigração em grupos para o Brasil. Sobre Holambra, escreveu que a colônia fora constituída de forma idealista de acordo com o sistema russo de kolchoz, ou fazendas coletivas. Segundo ela, esse sistema não era apropriado para os agricultores de Brabant e Limburg, que emigraram para lá: "Os fazendeiros holandeses são simplesmente individualistas demais para isso". Devido ao mau planejamento, a colônia acabou tendo dificuldades financeiras graves. Para ela, era incompreensível que o destino de 500 holandeses dependesse daquela estrutura financeira tão precária.

Um dia depois, Muntz escreveu mais detalhadamente sobre as dificuldades e afirmou que "a liderança especializada" de Hogenboom tinha transformado "a colônia em uma empresa racional". No entanto, ele foi obrigado a tomar medidas drásticas, tais como a implementação de uma política monetária restritiva. Apenas os principais alimentos eram fornecidos, e a compra de roupas ou de material de trabalho foi adiada. "As crianças andavam descalças. Muitas pessoas sofriam de sangramento nas gengivas, porque a fazenda não

tinha mais dinheiro para comprar os legumes caros que vinham de fora da fazenda. A deficiência de vitaminas era abundante. Deve-se admitir que as pessoas nunca sentiram fome, porque nunca faltava quantidade suficiente de arroz e feijão. No entanto, essa dieta, dia após dia, não servia para um fazendeiro holandês saudável."

Os encargos financeiros resultantes do empréstimo pesavam sobre as novas empresas independentes. Esse empréstimo teve outra consequência: eles só teriam acesso a todo o dinheiro que tinha sido contribuído na época do cooperativismo idealista depois que a Holambra pagasse a dívida ao governo holandês, o que significava que deveriam esperar dez anos pelo dinheiro que eles mesmo contribuíram. "Pior ainda é que os agricultores, durante um bom tempo, não foram informados sobre a péssima situação financeira da fazenda. Porém, temos que admirar a atual liderança, que (...) em tão pouco tempo conseguiu construir uma colônia tão promissora."

No último artigo de 24 de setembro de 1952, Muntz discutiu a causa das dificuldades. Ela observou duas causas que tiveram um papel nisso. A primeira tinha a ver com o fato de que, a decisão de trazer um padre da Holanda havia desagradado os carmelitas de origem holandesa que já moravam no Brasil há décadas. Além disso, os seus conselhos continuavam sendo ignorados. A luta entre a liderança da fazenda e os padres holandeses de fora da fazenda se agravou mais ainda quando as dificuldades aumentaram e os moradores da fazenda buscaram apoio dos padres.

Um segundo erro foi a seleção errada de emigrantes. Uma grande parte dos emigrantes era incapaz de gerenciar uma empresa de vinte hectares e, como muitos também careciam de conhecimentos agrícolas, começaram a seguir inteiramente os conselhos de Heijmeijer, em quem eles confiavam mais, e assim passando por cima dos chefes de departamento. Muntz explica que a supremacia (indesejada) de Heijmeijer gerou um conflito que levou um grupo de cinquenta pessoas a deixar a fazenda. Após a chegada de Hogenboom, a história parecia se repetir. De acordo com Muntz, unir as funções de comissário do governo e presidente da Cooperativa em uma única pessoa rompeu o equilíbrio necessário entre ele e o conselho da cooperativa. "Essa situação continha uma contradição inerente, uma vez que é impossível, em situações de conflito, representar tanto os interesses do governo holandês quanto os da cooperativa."

Mesmo que os gestores da fazenda fossem "pessoas excelentes", os colonos não podiam expressar suas preocupações e dificuldades nos negócios durante as reuniões por medo de perderem seus créditos. E como o padre também estava presente, a população sentia que não podia conversar com ele tampouco. Ele não podia atuar como intermediário dos colonos na administração, "o que seria uma solução única nessa situação". Disse Muntz: "O descontentamento na população local está aumentando cada vez mais; todas as mágoas são reprimidas, o que cria situações indesejáveis. Todos os tipos de problemas são indevidamente atribuídos à diretoria, por causa do

alto grau de desconfiança e porque ninguém se atreve a falar. Isto se deve à falta de compreensão mútua e à má escolha da forma de governança".

"Liderança de verdade"

No sentido contrário aos das histórias dramáticas que apareciam em vários jornais holandeses, havia as informações que chegavam ao governo holandês através dos canais oficiais. De acordo com Elink Schuurman, o interesse dos brasileiros pelo projeto de emigração e a confiança de que a Fazenda Ribeirão seria bem-sucedida continuavam inalterados. Os resultados na área da agricultura chamavam muita atenção, "e, por meio disso, foi alcançado um dos objetivos mais importantes previsto pelas autoridades brasileiras quando estavam dispostos a oferecer todos os tipos de ajuda à colônia: o uso de técnicas agrícolas modernas que poderiam servir como exemplo para os agricultores e pecuaristas nacionais, cujos métodos em geral ainda eram extremamente primitivos. Com isso, o sucesso da colônia tornou-se uma questão de reputação, o que vai além da gratificação que o sucesso de uma empresa holandesa poderia gerar." De acordo com o embaixador, as melhorias ocorridas na situação da colônia eram em grande parte devido à liderança hábil e eficaz de Hogenboom. As dificuldades eram, segundo ele, principalmente o resultado da ação pouco profissional, "para não dizer a má-gestão", de Heijmeijer.

Disse na época Elink Schuurman: "A seleção dos colonos foi extremamente nefasta. Em vez de concentrar-se nos agricultores e pecuaristas qualificados, de preferência com famílias não muito grandes, a maior parte dos moradores consiste de pequenos agricultores primitivos com famílias numerosas que, principalmente no início, consomem mais do que produzem. Não há falta de elementos indesejáveis advindos das zonas fronteiriças no sul da Holanda, cujo interesse na época era mais o contrabando do que a agricultura e que, por este motivo, eram ainda acometidos de ideias pouco saudáveis." Além disso, havia aqueles que se filiaram à colônia com o objetivo de se beneficiar das facilidades concedidas pelo governo holandês para a exportação de capital. Agora que as regras ficaram mais rigorosas por causa das medidas de restruturação, esse grupo de pessoas buscava o apoio de gente de fora que não conhecia a situação real e era sensível ao argumento de que os colonos mereciam ser 'libertados da coerção ilegal'. É triste que esse apoio fosse principalmente dado pelos padres holandeses que viviam no Brasil, que deveriam conhecer melhor a realidade. O embaixador teve a impressão de que as preocupações pesavam muito sobre Hogenboom, e afetavam o seu estado físico e mental.

As publicações na De Nieuwe Eeuw levaram o senador Willem Rip fazer questionamentos por escrito ao ministro Joekes no dia 11 de março de 1952. Este respondeu que a apresentação das ocorrências descritas pela revista não correspondia aos fatos que tinha à sua disposição. Para superar as divisões

internas e a relutância de certos elementos, Hogenboom havia de fato agido com força. Joekes afirmou que isso foi necessário para evitar o colapso da colônia em apuros. Portanto, não havia motivos para tomar quaisquer medidas. A nomeação de Hogenboom como comissário já havia resultado, "graças à sua experiência e habilidade, em melhorias significativas na gestão da colônia, apesar da curta duração de seu mandato".



Um grupo de emigrantes descansa na varanda da sede da fazenda.

A Comissão de Aconselhamento e Assistência também estava otimista. Segundo ela, o agricultor médio em Ribeirão estava em uma situação melhor do que quando vivia na Holanda. A moradia das famílias pequenas era melhor do que na Holanda. As grandes famílias, no entanto, tinham menos conforto, mas esse problema fora resolvido pela construção por conta própria. O acompanhamento espiritual e cultural também era satisfatório. Salvo circunstâncias imprevistas, a cooperativa seria certamente capaz de cumprir todas suas obrigações até 1957. A fim de poder cumprir com as despesas mais elevadas previstas para o período seguinte, não seria desejável

que as famílias presentes na fazenda utilizassem os 2.500 hectares de terra que ainda não estavam sendo cultivados. Isso não só exigiria muito capital, mas também poderia fomentar grandes tensões internas entre a liderança da cooperativa e seus membros, e também entre os próprios membros. Além disso, a decisão não elevaria o nível técnico dos colonos, e era ainda importante evitar tanto quanto fosse possível o risco de práticas preferenciais baseadas em consanguinidade, particularmente dentro deste pequeno grupo. Por isso, uma nova emigração da Holanda era fundamental para a sobrevivência da colônia. A comissão sugeriu que Hogenboom dava à colônia suas melhores chances de sucesso. "O comissário demonstrou não apenas sua plena competência, mas também que protege os interesses do governo holandês e oferece a melhor garantia possível. Esta garantia não seria possível sem os colonos confiarem completamente na pessoa do comissário."

Em 23 de maio de 1952, Elink Schuurman visitou a Fazenda Ribeirão. Ficou impressionado com o grande avanço desde a sua última visita em 1950. Havia mais terrenos sendo cultivados e as empresas existentes tinham passado por um desenvolvimento significativo. "Há um espírito de atividade e, em particular, um senso de direção de onde querem chegar, em marcante contraste com os planos do passado que careciam de confiança e de rumo. A maior parte desse desenvolvimento se deve ao que faltava antes na colônia, mas que fora implementado desde a vinda do Senhor Hogenboom: uma gestão eficaz." O embaixador tinha a impressão de que o clima era bom entre os colonos. "Eles reconhecem o fardo pesado que ainda vão carregar nos próximos anos, mas os melhores também entendem que, com uma gestão prudente e trabalho duro, podem ser bem-sucedidos. Que tudo isto foi feito em um tempo relativamente curto impõe admiração." Elink Schuurman só tinha admiração pela gestão de Hogenboom: "Embora não possamos ignorar que seu desempenho foi por vezes de natureza autoritária, o que pode ser parte de seu caráter, desenvolvido ainda durante seus anos nas Índias Ocidentais, [é fato que] sem isso ele jamais teria sido capaz de superar as complicações em que se encontrava a colônia assim que lá chegou." No entanto, ele estava preocupado com a falta de assistência que Hogenboom enfrentava.

O "problema" Heijmeijer

Enquanto sua eleição como presidente do conselho da cooperativa fortalecia a posição de Hogenboom, a de Heijmeijer estava cada vez mais enfraquecida. Sua renúncia como presidente iniciou um processo que eventualmente levou à sua saída forçada do Brasil. Heijmeijer afirmou que, antes da eleição do conselho, havia recebido certas garantias em relação à sua posição financeira. O conselho teria determinado que, a partir de então, ele seria considerado um empregado-membro, com um salário de 12.000 cruzeiros (aprox. 2.000

florins) por mês. Quando a ata foi lida na reunião, ali constava que esse acordo seria válido até o dia 1 de setembro de 1952. Heijmeijer protestou e declarou que precisaria viver após essa data. A data foi então eliminada. Heijmeijer então perguntou a Hogenboom se, como comissário do governo, ele estaria de acordo com isso. Hogenboom concordou, mas pediu para não incluir isso na ata, embora afirmasse que defenderia o acordo perante o ministro holandês de Assuntos Sociais. Heijmeijer não tocou mais no assunto. Porém, depois de voltar da Holanda, Hogenboom afirmou que o ministro não considerava o salário de Heijmeijer economicamente justificável.

Hogenboom estava ciente de que a posição de Heijmeijer era difícil de justificar fora da fazenda. Outros tinham um entendimento mais rigoroso da questão. Elink Schuurman disse que a "presença constante" de Heijmeijer era um problema. O representante afirmou que Heijmeijer continuava assiduamente com suas ações, o que atrapalhava os planos da direção. Já havia insistido em várias ocasiões que Hogenboom removesse Heijmeijer. Hogenboom não queria tomar essa decisão drástica, com medo de possíveis reações adversas. Elink Schuurman achava que tudo que pudesse ser feito na Holanda "para separar Heijmeijer da colônia" seria vantajoso para o desenvolvimento favorável da Fazenda Ribeirão. No entanto, durante sua visita à Holanda, Hogenboom explicou que as dificuldades internas estavam principalmente associadas a Heijmeijer, com quem discordava sobre elementos essenciais da gestão. Regulamentar a relação da colônia com o ex-presidente da cooperativa era um problema da KNBTB.

No decorrer de 1952, ficou cada vez mais claro que havia um distanciamento entre Heijmeijer e Hogenboom. No final de junho, Heijmeijer reclamou com Hogenboom por não estar mais envolvido na operação da cooperativa. Ele temia que, "na medida em que minhas atuais atividades chegam ao fim, meu trabalho potencial não será totalmente aproveitado, embora ainda haja uma série de questões a enfrentar". Ele sentia que sua participação estava sob séria ameaça. Pediu que Hogenboom novamente resolvesse a questão salarial junto ao ministro Joekes. Heijmeijer não achou impossível que uma nova tentativa desse resultado. "Talvez seja útil apelar aos muitos amigos políticos que tenho na Holanda para que usem sua influência junto ao ministro."

Heijmeijer: "Desde o dia em que chegamos juntos da Holanda, tenho feito tudo para incentivar entre os membros a confiança no comissário. Mais tarde, quando havia diferenças de opinião, nunca deixei transparecer isso fora da fazenda. E jamais tentei minar a confiança ou o prestígio do comissário. Até hoje, sempre atuei com o maior cuidado para evitar falar com terceiros - dentro ou fora da fazenda - sobre minhas diferenças de opinião, mesmo correndo o risco de perder meu próprio prestígio ou confiança. Isso me custou grande esforço, uma vez que muitos vinham até mim para reclamar e, quando a queixa era justificada, não podia expressar a minha verdadeira

opinião, mas tinha que tentar apaziguar a situação. Naquela etapa, achei que isso não passava de uma mera necessidade do momento, já que uma objeção mais ou menos intensa somente aumentaria os problemas ... "

Heijmeijer percebeu que dependia completamente de Hogenboom. E deixou isso bem claro: "A minha posição é fundamentalmente incorreta. É extremamente difícil, se não impossível, ser representante e defensor de terceiros perante alguém de quem você depende. (...) De qualquer forma, minha posição logo provou-se extremamente difícil, principalmente porque o comissário não só se recusa a aceitar ou levar em conta outra opinião, mas sequer quer ouvi-la. Nunca me opus a uma decisão, seja direta ou indiretamente. Jamais defendi minha opinião veementemente, mas sempre a apresentei da forma mais cautelosa. Isso é o mínimo que podemos esperar da cooperação e da consulta, algo que o comissário sempre defende perante o mundo lá fora. Mas normalmente me amordaçavam com grosseria e, finalmente, como presidente, fui obrigado a assinar documentos em nome da cooperativa, assim responsabilizando o conselho pelas medidas. Portanto, minha posição era extremamente difícil."

Enquanto isso, a Holanda buscava uma solução para o "problema" Heijmeijer. Uma opção era envolvê-lo nas atividades de emigração no Canadá. Com este conhecimento, Elink Schuurman pediu ao comissário holandês de emigração Bas Haveman para intervir para que Heijmeijer pudesse sair logo. Hogenboom também não via outra solução que não a saída de Heijmeijer. Durante a sua visita à Holanda no início de 1952, ele deixou bem claro que era necessário remover Heijmeijer da fazenda porque ele ainda tinha um poder "psicológico" sobre os agricultores, e muitas vezes sabotava os planos do conselho da cooperativa e do comissário. As discussões na Holanda também deixaram bem claro que não era fácil encontrar uma solução. Heijmeijer foi enviado em nome da KNBTB, e por isso as instituições governamentais achavam que era responsabilidade da KNBTB chamá-lo de volta e oferecer a ele outra função. O presidente da KNBTB, Gerard Kampschöer, recusou-se a fazê-lo. Também não foi possível realocá-lo nas organizações de emigração católicas em outros países. Kampschöer, por sua vez, sugeriu colocá-lo no serviço exterior do Comissariado de Emigração, mas vários ministérios contestaram essa possibilidade. Hogenboom levantou a possibilidade de algum cargo no governo em uma conversa com Heijmeijer, no dia 9 de junho. Embora Heijmeijer demonstrasse gratidão pela disposição excepcional das autoridades, esperava não precisar dessa oportunidade, porque um emprego em outro país estrangeiro traria sérias consequências para sua família.

No dia 2 de julho, a direção da cooperativa conversou sobre a posição de Heijmeijer. Hogenboom deu início à reunião dizendo que Heijmeijer o tinha visitado e lhe informara que o relacionamento entre os dois não era mais satisfatório. Em seguida, entrou no contexto de algumas questões específicas. Ele visava objetividade, e declarou que sua luta mais árdua na Holanda estava

relacionada à pessoa de Heijmeijer. Hogenboom acusou Heijmeijer de falta de profissionalismo, o que o levou a atos irresponsáveis; que Heijmeijer não era capaz de liderar uma comunidade; e que tinha agido de forma muito individualista. Hogenboom também mencionou as dificuldades que afetaram a empresa que Heijmeijer fundou em 1951, com Piet Frenken na função de gestor. O capital dessa empresa se baseava no dinheiro que Heijmeijer ainda tinha a receber da KNBTB. Mas por causa do não-pagamento de seu salário, sua dívida com a cooperativa aumentou rapidamente. Sua capacidade empresarial também deixou muito a desejar.

Heijmeijer declarou que não gostava de ser financiado pelos agricultores, mas uma família certamente gerava despesas. Heijmeijer disse que trabalhara cinco anos pela empresa e que fizera tudo o que podia. Ele estava enraizado na fazenda, queria ficar ali e não morar em uma cidade. Ele também afirmou nunca ter espalhado fofocas, nem sobre Hogenboom. "Eu tenho o direito de ter [uma] opinião própria, embora ninguém precise agir de acordo com ela, já que o senhor Hogenboom sempre tem a última palavra. Ninguém precisa acatar as minhas sugestões, mas eu deveria ter permissão de, polidamente, lançar à luz alguma questão." Heijmeijer esperava que os problemas mútuos ainda pudessem ser resolvidos de forma amigável, "afinal de contas, estamos lidando com um membro do conselho e um homem de honra. Não podemos deixar que isso gere um conflito."



O primeiro escritório da cooperativa.

A solução para o "problema" Heijmeijer ainda estava distante. Um dia antes, no dia 1º de julho, Heijmeijer passou no escritório para pegar seu salário. O atendente de caixa se recusou a pagar, dizendo que havia sido instruído nesse sentido. Poucas horas antes, Hogenboom o teria tratado "com ofensiva e desmerecida desconfiança" ao anunciar que o conselho deveria decidir se continuaria a fornecer recursos à empresa de Heijmeijer-Frenken. Isso ocorreu porque Heijmeijer tinha solicitado adiar a assinatura de documentos relativos à transferência de fundos da Holanda até que pudesse entender o impacto da mudança repentina em sua situação financeira. O fato de negarem seu pagamento foi sentido como uma "gravíssima ofensa" por Heijmeijer. Considerou a ação "tão abaixo do nível a ser mantido por respeitáveis cavalheiros que eu não desejo mais estar associado ao comissário". De acordo com Hogenboom, a solução da questão financeira com Heijmeijer foi um grande drama. Segundo ele, Heijmeijer era incapaz de agir de maneira prática e econômica. No entanto, Hogenboom manifestou o seu apoio na procura de outro emprego no Brasil. Ele iria pedir ao conselho que aprovasse uma medida provisória visando facilitar a busca de outro emprego.

A situação tornou-se ainda mais desesperadora para Heijmeijer quando seu vínculo empregatício com a cooperativa chegou ao fim no dia 1º de setembro. Em 4 de setembro, em uma carta desesperada, fez um apelo ao bom senso do conselho da cooperativa. "Se supusermos que, no geral, existe um futuro para os emigrantes (e um futuro muito bom para alguns), não podemos deixar que isso aconteça, que a pessoa que tomou a iniciativa de construir as fundações sob as circunstâncias mais terríveis e árduas se encontre em uma situação tão grave, talvez até catastrófica. Será exatamente o que ocorrerá se não houver uma atitude de tolerância." Heijmeijer indicou que faria o possível para obter outro emprego, "mas, como você sabe, as coisas não acontecem tão depressa no Brasil". Até esse momento, ele esperava que teria seu sustento garantido, e ainda mencionou que ainda havia muito trabalho importante a ser realizado para a cooperativa.

Esse apelo ao bom senso não foi correspondido pelos outros membros do conselho. Estavam convencidos de que Heijmeijer, com seu comportamento individualista e pouco profissional, só causara danos à colônia, e por isso era bom que as obrigações para com Heijmeijer tivessem sido concluídas. Permitiram que ele atuasse como o pai espiritual da colônia, mas seria melhor se ele deixasse Ribeirão e voltasse à Holanda. Embora não existisse mais nenhuma possibilidade de pagar um salário, a direção se mostrou disposta a ajudar Heijmeijer com o pagamento da viagem dele e da família de volta à Holanda, ou com um pagamento único de 60.000 cruzeiros, se ele deixasse a fazenda. Essa oferta era válida por três meses, com a condição que, caso Heijmeijer "cometesse atos contrários aos interesses da cooperativa", a oferta seria retirada imediatamente.

A calma antes da tempestade

Apesar de não haver uma "crise" aguda no primeiro semestre de 1952, a divisão na fazenda era palpável nesse período. Não existia mais um grupo de oposição organizado, mas a liderança estava muito ocupada com os moradores que deixavam a fazenda. Vários agricultores assinaram o contrato em holandês em novembro de 1951, achando que não teria validade jurídica. Muitos achavam que, ao assinar o contrato previsto em português, não poderiam mais deixar a fazenda e, portanto, se tornavam "escravos" da cooperativa.

Jan Stapelbroek percebeu que quase não havia confiança mútua, e que "aquele que hoje pode ser considerado seu melhor amigo pode não mais o ser amanhã. Até dentro das famílias havia falta de harmonia. É uma situação terrível, com qual eu e muitos outros em geral sofremos muito. Muitos nem conseguem mais trabalhar, dormir ou comer. Graças a Deus, ainda consigo me manter bem, mas sinto muito pelos outros." Stapelbroek achava que Hogenboom não tinha conseguido manter uma distância suficiente da liderança antiga, e também não era a pessoa certa para superar as diferenças. Ele próprio vivia um dilema. Algumas de suas filhas já estavam casadas com moradores que foram embora, enquanto ele e seus outros filhos, contra todos os indícios, continuavam a ter esperança de que a situação na fazenda melhorasse.

Em reuniões com os membros nos dias 12 e 16 de agosto de 1952, o conselho tentou pôr um fim a todas as fofocas, que deixavam a parte corporativa (o conselho e os funcionários da cooperativa) e a liderança espiritual (o padre e as freiras) com uma imagem muito negativa. Os opositores de Hogenboom tinham muitas críticas ao padre Sijen, dizendo que ele apoiava demais a liderança, e por isso não se preocupava com as necessidades individuais das pessoas. A posição das freiras também não ficou totalmente desprovida de críticas. Aqui, as reclamações tinham a ver especificamente com os custos de manter o convento. Para evitar essas críticas, Hogenboom se apresentou como grande defensor da liderança espiritual. Assim, apelou aos membros para deixar que o padre fizesse seu trabalho: "Se você tiver problemas, converse com ele; se decidir envolvê-lo em assuntos fora do escopo dele, você tornará a vida dele muito difícil. Aproximem-se." As freiras também estariam no limite de suas capacidades: "Precisamos saber o que essas pessoas fazem pela nossa comunidade. Elas não almejam a riqueza, mas desejam apenas servir a comunidade."

A diretoria também decidiu apurar se os membros apoiavam a gestão da reorganização e sua confiança na liderança da fazenda. Uma minoria não queria nada com isso. Enquanto 54 membros responderam "sim" a uma pesquisa neste sentido, nove membros responderam negativamente e sete membros votaram em branco. A votação deixou claro que, novamente,

reinava a discórdia. Tal divisão se mostraria visível pouco depois, quando o conselho apresentou os contratos em português aos membros.



Estrada principal de Holambra nos anos 50.

CAPÍTULO 6

RUPTURA

Em setembro de 1952, os contratos que tinham sido prometidos em português ficaram prontos. Eles definiam os termos e as condições para que os agricultores da Fazenda Ribeirão obtivessem suas escrituras. Tratava-se de um contrato de locação da empresa até o momento da transferência da propriedade, um contrato de compra e venda de terrenos e edifícios, um contrato para obtenção de empréstimos e um acordo que obrigava os membros da cooperativa a fornecer seus produtos para a cooperativa. Uma parte essencial do contrato determinava que cada membro arrendaria sua empresa durante onze anos. Depois desse prazo, o membro teria o direito de comprar sua empresa por um montante fixo e receberia empréstimos para poder cultivar a terra. Em troca, o membro deveria transferir sua contribuição para a cooperativa na forma de um empréstimo. O preço do arrendamento foi fixado no valor de 1.500 cruzeiros por hectare.

Nova oposição

O novo contrato foi apresentado aos membros em 30 de setembro de 1952. Hogenboom declarou que podiam até falar que havia um Hitler atrás da mesa, mas o fato é que a cooperativa, em um ano, conseguiu sair da crise financeira e até ultrapassou a execução mínima de orçamento necessária para manter liquidez. Em seguida, lembrou aos membros presentes que eles tinham prometido assinar o contrato.

Antes de apresentar os contratos, Hogenboom disse ter recebido uma petição por escrito assinada por 52 dos 80 membros presentes, "cujo pedido será estudado pelo conselho". Os peticionários propunham que os contratos fossem encaminhados ao governo holandês para um estudo mais aprofundado. Sem entrar nos méritos do pedido, em seguida falaram sobre os contratos. O principal obstáculo para a maioria era a cobrança de 1.500 cruzeiros por hectare. Hogenboom disse que o montante era necessário para pagar os juros e o empréstimo da parte da fazenda que ainda não estava sendo cultivada e para cobrir as despesas gerais. Uma parte também seria usada para cobrir as perdas. Hogenboom explicou enfaticamente que a intenção era reduzir essa taxa e finalmente eliminá-la. E continuou: "Eu, pessoalmente, ouso dizer, como tirano Hogenboom (...) que no próximo ano o valor certamente será reduzido em Cr$ 500 por hectare. Os encargos do contrato jamais poderão (...) ser aumentados; o objetivo é reduzi-los. Não importa a futura condição da cooperativa, nenhum conselho poderá exigir mais. Nós, como conselho, faremos de tudo para obter uma redução dos encargos." Era questão de confiar ou não. Se não houvesse confiança, era

melhor o conselho renunciar. Aos que queriam deixar a fazenda, Hogenboom disse: "Se você for embora, (...) que seja de forma amigável. Se você tiver sucesso fora da fazenda, é porque esteve em Ribeirão. Se as pessoas que trabalham aqui forem embora, elas irão com a sensação de ter cumprido seu dever como holandeses."

No final da reunião, Heijmeijer pediu a palavra. Ele indicou que havia uma situação anormal, e que, em consequência disso, as tensões poderiam ser expressas de forma indesejável. Vários membros queriam saber quem poderia garantir-lhes a escritura de sua empresa no futuro. Além disso, muitos dos membros não confiavam na redução dos encargos. Heijmeijer fez um apelo emocional: "Eu gostaria de evitar (...), por causa da pressão, das tensões e da perda de equilíbrio, que as pessoas parem de trabalhar e fujam da fazenda. Se essas pessoas forem substituídas por outras, não teremos sido bem-sucedidos. Este não é primeiramente um ambiente empresarial; estamos falando de pessoas." Heijmeijer disse que tinham optado pela emigração em grupo não só por causa dos interesses econômicos, mas principalmente por razões religiosas. A fé verdadeira estava diminuindo. Ele se perguntou o que tinha acontecido com o idealismo, a fé em Deus e a solidariedade que formaram a base do empreendimento. O conselho e os membros tinham a responsabilidade de restaurar a confiança. Em sua opinião, não havia pessoas más entre os presentes. Elas estavam apenas confusas. A liderança precisava reduzir as tensões.

Como Hogenboom havia se recusado a levar em consideração a petição assinada pelos 52 membros, Heijmeijer recusou-se a cooperar na assinatura dos contratos. Durante a próxima reunião do conselho, ele renunciou como membro. De acordo com Heijmeijer, a conduta do conselho "contrariava o caminho certo que deve ser seguido em uma organização democrática como a nossa cooperativa". A demissão foi imediatamente aceita pelos outros membros do conselho, especialmente porque achavam que o comportamento recente de Heijmeijer impedia "a construção correta da Fazenda Ribeirão em termos materiais e espirituais".

Enquanto isso, os conselheiros começaram a convencer os membros a assinar os novos contratos. De acordo com Heijmeijer, Hogenboom foi até as casas dos agricultores, acompanhado por vários assistentes e uma máquina de escrever, para persuadi-los. Alguns membros que ainda tinham suas dúvidas acabaram assinando. No final, cerca da metade dos membros assinou sem muitos problemas. Porém, 35 membros ainda se recusavam a assinar, e informaram ao conselho por escrito no dia 24 de outubro que os contratos só seriam assinados depois que o texto em português fosse alinhado com o acordo original em holandês e os contratos fossem aprovados pela assembleia geral. O conselho recusou-se a atender à demanda. Aqueles que mantiveram a recusa em assinar os contratos foram excluídos dos empréstimos. O conselho também acreditava que quem se recusasse a assinar agora e assinasse mais tarde deveria estar sujeito a condições mais rigorosas.

Devido ao impasse, foram feitos apelos em prol da intervenção da Holanda. Heijmeijer apresentou-se como representante desse pedido. Como tinha surgido uma situação impossível, ele achava necessário que houvesse uma investigação conduzida por pessoas "que têm a confiança de todos". E declarou: "Há fofocas e exageros por todos os lados. Todas as pessoas, e ainda mais as mulheres estão nervosas, se preocupam e mal conseguem trabalhar. O nervosismo contamina a todos e pode até ser sentido nas crianças menores. Inúmeras vezes ouvi pessoas honestas dizendo que 'estamos indo à falência'. Isso é muito grave." Não conseguiam entender por que não era possível que uma ou algumas autoridades visitassem a fazenda para acalmar os ânimos. "Precisamos impor um freio nesse poder unilateral do comissário. Uma discussão pacífica deve ser possível, e é a única coisa que pedimos, mas menos do que isso provavelmente não seria possível."

Heijmeijer acreditava que o ânimo das pessoas estava pior do que nunca. O comissário do governo tinha um poder ditatorial. "Ele utiliza esse poder até o limite que considera necessário para alcançar os seus objetivos. O sucesso da colônia é o seu objetivo final, e é isso que ele visa com todos os meios possíveis e grande esforço. Na utilização dos recursos, ele é restrito apenas pelos limites, que estão muito além do que seria considerado aceitável em uma comunidade normal. O que é certo ou justo é determinado pelo comissário. Portanto, não há segurança jurídica." Enquanto isso, a cooperativa estava envolvida em uma ação judicial contra quatro antigos membros, e mais ações eram esperadas. Heijmeijer achava que a essência do problema residia no fato de que o comissário não tinha conseguido restaurar a confiança na empresa e em sua contribuição pessoal. Muitos temiam o futuro, e vários moradores sentiam-se ameaçados em sua existência. Duas famílias já haviam partido, e "recentemente uma família, de forma completamente inesperada, fugiu de madrugada. Isto é significativo." Heijmeijer acreditava que a situação tinha salvação no sentido econômico, mas a falta de confiança impedia que isso acontecesse. Para viabilizar isso, era necessário diminuir o poder ditatorial de Hogenboom, criando uma entidade independente onde os agricultores pudessem expressar as suas preocupações sem medo das repercussões. Além disso, deveriam "instaurar uma investigação séria, profunda e objetiva no local, conduzida por homens de princípios" o mais rápido possível. Esta investigação, segundo ele, deveria partir dos bispos holandeses. Heijmeijer acreditava que o princípio fundamental que constituiu a colonização em grupos - salvaguardar os interesses espirituais e morais - perdia-se com a saída de tantas pessoas da colónia, e que "estaríamos entregues aos pagãos".

Uma comissão de agricultores

Após a assembleia geral de 30 de setembro, foi formada uma comissão pelos agricultores que se recusavam a assinar o novo contrato. Heijmeijer não fazia

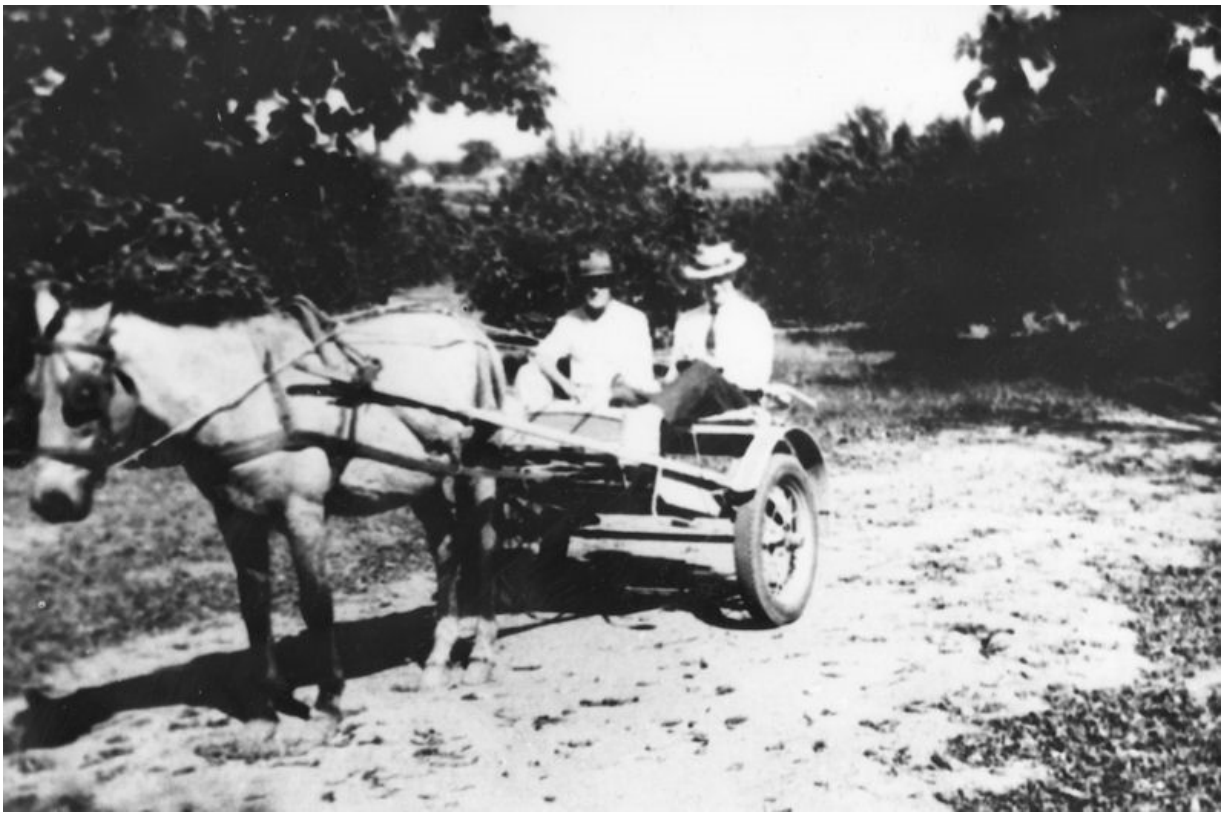
parte dessa comissão, mas manteve o contato com alguns líderes da oposição. Pediu moderação e autocontrole, e implorou que eles só deixassem a fazenda se fosse inevitável. Alguns membros da comissão consultaram um advogado em Campinas sobre a legalidade do novo contrato em português. O resultado desses esforços foi que, em 24 de outubro, 35 membros do conselho da cooperativa indicaram sua oposição à assinatura dos contratos "naquele momento".

Os signatários afirmaram que a grande maioria dos membros achava que não tinha como pagar os encargos, que não havia certeza sobre as possibilidades de reduzi-los e que era incerto se a cooperativa poderia cumprir a promessa de transferir as escrituras das propriedades em 1962, que o fornecimento de crédito era incerto e que os contratos apenas impunham obrigações vinculativas. Isso fez muitos perderem a confiança no futuro, reduziu seu desejo de trabalhar, tornou as preocupações insuportáveis e quebrou a resistência moral. Poderia levar a atos de desespero. Os signatários também afirmaram que ainda existia a boa vontade e, portanto, era necessário aliviar as "preocupações mais prementes". Os membros descontentes propuseram incluir uma cláusula "explícita" nos contratos que permitiria sempre a obtenção de crédito dentro dos limites prescritos e que, tão logo quanto possível, fosse realizada uma reunião com o governo holandês no intuito de garantir que as taxações sobre as empresas estariam limitadas aos pagamentos de juros e à amortização do empréstimo, e que o governo assumiria o risco com respeito à redução prometida nos pagamentos de juros. Se um membro for incapaz de cumprir as suas obrigações, esse montante inadimplente deverá ser deduzido dos pagamentos à Holanda, para que os outros membros e a cooperativa não sejam prejudicados. De acordo com os signatários, a grande dificuldade estava principalmente na incerteza. "Se essa incerteza fosse arcada pelo governo holandês, ele nos devolveria a certeza moral, e poderíamos trabalhar e produzir com vontade e amor, o que por sua vez aumentaria a certeza de que a cooperativa será capaz de cumprir suas obrigações. Assim, a proposta visa beneficiar todas as partes envolvidas: os agricultores, a cooperativa e os governos holandês e brasileiro."

A resposta de Hogenboom foi uma nota na qual afirmou que o montante do empréstimo holandês que ainda estava à disposição da cooperativa seria "retirado" e disponibilizado para financiar as empresas que tinham assinado o contrato. Logo em seguida, 22 agricultores ficaram sem receber dinheiro para o seu sustento e tampouco tinham acesso a outros ativos. Esses agricultores começaram a vender seus produtos fora da cooperativa, e informaram por escrito que estariam dispostos a vender seus produtos através da cooperativa se voltassem a receber dinheiro novamente. Hogenboom recusou-se a ceder ao pedido. Em uma carta, afirmou que jamais poderia aceitar que continuassem roubando tranquilamente.

No dia 16 de dezembro de 1952, a senhora M. Muntz publicou um artigo no jornal Nieuwe Rotterdamsche Courant detalhando a situação na Fazenda

Ribeirão. Seu argumento estava alinhado com o discurso de Heijmeijer em suas cartas aos bispos holandeses. De acordo com Muntz, havia um estado de emergência. Os agricultores estavam cada vez mais desconfiados, e excessos podiam acontecer a qualquer momento: "As condições impossíveis em Ribeirão estão chegando ao auge. Os agricultores vendem seu gado, seu mobiliário e máquinas no mercado negro fora da fazenda para sobreviver. Há interrogatórios e caçadas a holandeses quase diariamente. A polícia aparece constantemente. No entanto, esta última também está dividida entre as partes. A polícia localizada nas proximidades segue as ordens da fazenda, enquanto a polícia de Mogi Mirim, que ainda está sob influência dos padres holandeses, solta os presos novamente."



Passeio de charrete.

De acordo com Muntz, a retirada dos produtos dos próprios agricultores era considerada roubo. "Recentemente, organizaram uma caçada em busca de porcos pretos que tinham sido levados para São Paulo de caminhão. O resultado? Depois de uma insana perseguição, o agricultor foi preso em Mogi Mirim e o caminhão com os porcos levado de volta à fazenda. No dia seguinte, depois de um processo sumário, o motorista foi liberado e a fazenda foi informada de que o agricultor podia levar os porcos, mas com o entendimento de que o juiz posteriormente decidirá se os animais são de propriedade da cooperativa ou do agricultor. O motorista que foi buscar os animais sofreu tantas ameaças que desistiu e foi embora de mãos vazias. A desordem na fazenda assumiu tais proporções que já não era mais possível

garantir a boa ordem. A reputação da fazenda fora jogada na lama. As emoções estavam à flor da pele, as pessoas escolhiam partido entre o lado que tinha assinado e o lado que não tinha, e o trabalho estava sendo negligenciado. O conselho da fazenda enfrentava dificuldades, já que perdera grande parte da confiança da população."

A situação foi se agravando tanto que um acidente não aconteceu por milagre. Hogenboom, que, aos olhos dos membros da oposição era o grande vilão, corria risco de vida e caminhava com medo da própria sombra. Uma deterioração das oposições tornaria a situação completamente inviável, ainda mais porque Hogenboom ainda tinha muitos apoiadores fiéis.

Pedido de Mediação

De acordo com Muntz, as trinta famílias que estavam a ponto de sair só não tinham deixado a fazenda porque ainda tinham esperança de que uma comissão chegaria da Holanda para colocar ordem na casa. Heijmeijer, principalmente, tentou convencer a todos que a mediação era a única saída desse impasse. Uma sugestão seria um representante do episcopado holandês. Em particular o bispo responsável pela emigração, monsenhor Antoon Hanssen, recebeu muitas cartas implorando por uma intervenção. Hanssen não respondeu às cartas, "porque de uma distância tão grande é extremamente difícil formar uma opinião sobre uma questão tão complicada", e porque queria evitar que o episcopado holandês se envolvesse em um caso em que "se deseja evitar qualquer impressão de responsabilidade". A partir das conversas que manteve com alguns políticos católicos e o comissário interino de emigração Jan van Grevenstein, ficou claro que, mesmo nos círculos do governo holandês, havia dúvidas sobre o melhor caminho a seguir. Embora o governo ainda endossasse a importância da política de reestruturação implementada, não era possível desconsiderar que Hogenboom agia com mão muito pesada. Van Grevenstein foi instruído a inquirir Hogenboom frequentemente sobre o progresso na assinatura dos contratos e sugerir que utilizasse o tato e a confiança para conquistar as pessoas. Enquanto isso, o embaixador holandês foi solicitado a conversar com Hogenboom e os colonos no local e relatar o ocorrido. Essa visita teve como objetivo acalmar os ânimos e conversar sobre a possibilidade de enviar como mediador "um católico de confiança e bem visto no setor agrícola"- de preferência um sacerdote - algo que os bispos estariam dispostos a fazer. Esta missão só poderia ocorrer se Hogenboom não sentisse isso como um sinal de desconfiança. Por enquanto, Hanssen não queria envolver o episcopado nessa questão delicada, embora tenha reconhecido que era necessário evitar que um número significativo de pessoas se mudasse pelo Brasil afora, onde "correriam grandes riscos sociais e espirituais".

Enquanto isso, Heijmeijer tentava engrossar o pedido de mediação. Em 9 de novembro, um domingo, ele e Jan Palmen tiveram um encontro com o

padre Godfrey Sijen. Sijen apoiava a política de reorganização de Hogenboom e, portanto, os membros da oposição não queriam que ele desempenhasse o papel de mediador. Seus sermões estariam muito concentrados em manter "a bondade de espírito" e seguir o que dizia a liderança. Diziam que ele se importava mais com o conjunto da fazenda do que com as necessidades individuais das pessoas. Heijmeijer tentou apavorar o padre com a imagem de que os agricultores que se recusavam a assinar seus contratos seriam obrigados a tentar a vida em outro lugar no Brasil. "Isso proporciona o maior risco de um empobrecimento terrível - pior do que se pode imaginar na Europa - e uma perda de fé e moral." Heijmeijer e Palmen perguntaram ao padre se ele não concordava que era necessário fazer todo o possível para evitar esse desastre. Ao ser perguntado sobre o que gostaria de ver acontecer, Heijmeijer respondeu que deveriam tentar restaurar a paz e fazer as partes mudarem de ideia. Para tanto, o padre teria de realizar um estudo objetivo e mediar entre as partes, com o apoio do episcopado holandês. Sijen levou isso em consideração. Mais tarde, informou que estava escrevendo uma carta aos bispos avisando que Hogenboom não teria qualquer objeção contra a chegada de uma comissão. O bispo Sijen escreveu ao monsenhor Hanssen que Hogenboom estava disposto a receber qualquer um e dar informações a fim de incentivar o sucesso da comunidade.



Pater Godfried Sijen no meio das 'Filhas de Maria', uma congregação Marista composta de jovens de Holambra.

Sijen acrescentou que a mediação fora solicitada no momento em que Heijmeijer viu que seu jogo não estava funcionando. "É culpa dele se algumas pessoas ficaram fora de controle.É culpa dele que essas pessoas não-selecionadas acabem no deserto do Brasil. Ele, sob cuja liderança a cooperativa chegou à beira do abismo, e que agora, quando as coisas estão prestes a tomar um rumo certo para sempre, quer jogar o seu jogo sujo usando a palavra de Deus, apunhalando o senhor Hogenboom pelas costas e com o conselho sob a autoridade dos bispos. Jamais aceitaríamos isso." Sijen achava que os abusos na fazenda só poderiam acabar através da seleção natural. Com os "elementos bons" que se encontravam na fazenda era possível estabelecer "uma verdadeira fundação valiosa"... "para um trabalho de grande valor para a emigração católica". A atitude da atual liderança era a única rota viável para realizar esta consolidação.

Depois desse encontro, alguns opositores ficaram ainda mais convencidos de que a mediação era iminente. Em uma carta ao conselho da cooperativa, disseram que estavam dispostos a entregar seus produtos novamente para a cooperativa, e também expressaram a esperança de que a mediação seria bem-sucedida. Hogenboom recusou-se a responder. Em 17 de novembro, Hogenboom disse em uma breve nota que Heijmeijer tinha dado a impressão de que o primeiro aceitaria a mediação, o que não era verdade. No entanto, Hogenboom teria dito que estava disposto a fornecer as informações necessárias de boa vontade para qualquer um.

Enquanto isso, o presidente da KNBTB e da KCES, Gerard Kampschöer, pretendia enviar um mediador. Este seria um padre, que poderia ouvir as pessoas com toda calma, que poderia convencer os opositores e conseguir que a liderança fizesse algumas concessões. O Monsenhor Hanssen concluiu que a melhor pessoa para essa função seria o padre Henricus Bemelmans de Limburg. "Ele sabe ouvir as pessoas com calma e fala com autoridade", disse o monsenhor Hanssen. Os bispos concluíram que seria melhor se Bemelmans fosse enviado pela KCES, “com aprovação do episcopado”.

Em 19 de novembro de 1952, a Comissão de Aconselhamento e Assistência reuniu-se em São Paulo. O embaixador holandês Tom Elink Schuurman também estava presente. Hogenboom afirmou que o núcleo principal do grupo de 32 membros que ainda não tinha assinado o contrato era formado por sete membros, cada um dos quais já tinha demonstrado que não era qualificado ou não queria trabalhar e "que praticamente sempre viveram às custas da cooperativa e agora viram essa existência parasitária ameaçada”. Entre esses sete membros, estavam alguns que, na Holanda, tiveram envolvimento com contrabando na fronteira e que também não hesitaram em vender o rendimento de suas fazendas, seus pertences e o gado no mercado negro - sem intervenção da cooperativa -, usando os lucros para seus propósitos particulares. Os sete "vigaristas" ameaçaram os membros da cooperativa com violência a fim de dissuadi-los de assinar.

Hogenboom afirmou que toda essa ação fora instigada por um autor intelectual que se mantinha em segundo plano, mas ele tinha fortes indícios de que essa pessoa seria Heijmeijer, apoiado por dois padres. A ação teve a sua origem na época em que Van Roggen e Van Waveren estiveram na fazenda. Desde então, já se falava de alguma agitação entre os moradores da colônia. Naquela ocasião, Heijmeijer teria dito que primeiro tinham que aguardar o dinheiro do novo empréstimo para verem o que aconteceria. A razão para a recusa em assinar o novo contrato era a crença de que o governo holandês futuramente perdoaria o empréstimo, quando então não haveria mais motivo para o monitoramento das políticas da cooperativa. Isso resultaria em uma redução significativa dos encargos financeiros.



Foto aérea do centro de Holambra; no canto direito está a praça da fazenda, junto à sede, e no centro o bairro industrial.

A comissão concluiu que o embaixador não era bem-vindo na fazenda. Além disso, eles acreditavam que a solução dos crimes caberia às autoridades judiciais competentes. Uma possível mediação da Holanda poderia adiar consideravelmente a solução dos problemas existentes. Poderia dar aos opositores a impressão de que existia alguma simpatia por seus esforços na Holanda, "uma impressão que, obviamente, precisava ser evitada a qualquer custo, tanto contra os elementos malévolos quanto contra os elementos benevolentes".

Ficou acordado que Wolther Wolters, membro católico da Comissão de Aconselhamento, conversaria com os bispos no estado de São Paulo que

apoiavam o grupo de oposição para tentar convencê-los a desistir dessa resistência. Esperava-se que a oposição contra a liderança diminuísse, e que apenas permanecesse um pequeno grupo que já não estava mais qualificado para continuar vinculado à cooperativa. Seria instaurado um processo judicial contra esse grupo de sete visando retirá-los de suas fazendas.

A saída de Heijmeijer

De acordo com a Comissão de Aconselhamento e Assistência, Heijmeijer era o principal agitador e promotor de toda a intriga; "esse elemento indesejável" deve ser removido imediatamente da colônia. A melhor maneira para tanto seria um convite dos bispos holandeses para que fosse até a Holanda a fim de dar explicações sobre as suas supostas reclamações. Em seguida, teriam de evitar que Heijmeijer retornasse ao Brasil.

Em 3 de dezembro de 1952, foi realizado uma reunião no Ministério das Relações Exteriores em Haia. Van Grevenstein e Kampschöer também estavam presentes. Ficou acordado que Heijmeijer deveria desaparecer da fazenda; sobre a forma como isso aconteceria, havia pontos de vista divergentes. A proposta do convite a Heijmeijer pelo episcopado era inviável porque os bispos não queriam interferir diretamente no caso. Uma alternativa seria enviar o convite pela KNBTB, mas Kampschöer não concordou. Ele disse que o sindicato não estava disposto a empregar Heijmeijer novamente de forma ou de outra. Não queria mais estar associado aos erros que ele cometera na Fazenda Ribeirão. Além disso, Heijmeijer certamente insistiria em voltar ao Brasil, e não havia como impedi-lo oficialmente.

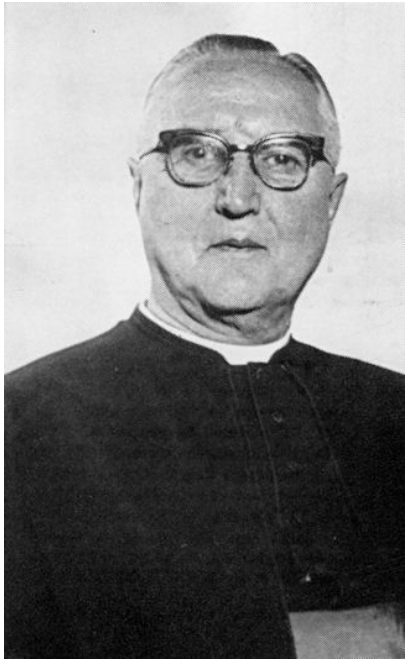
Enquanto a mediação desejada por ele se aproximava, Heijmeijer só sofria decepções. Tinha perdido a esperança de que as relações em Holambra pudessem mudar. No final de 1952, escreveu para a sua esposa Lia, que nessa época estava na Holanda: "Eu temia e ainda temo que afinal H[ogenboom] será mantido por eles. E temo que eles digam que seria melhor se eu desaparecesse. Porque eu e H. juntos na mesma fazenda é praticamente impossível. Então temos que nos preparar para isso, embora eu espere que seja diferente. Assim, a questão é novamente: ficar no Brasil ou voltar para a Holanda? Embora eu prefira muito mais ficar por aqui, a possibilidade é grande de que não dê certo ficar aqui e tenhamos que retornar. Não tenho tido muita sorte nos últimos meses."

Enquanto isso, Heijmeijer estava ocupado procurando outro emprego no Brasil. No começo de fevereiro de 1953, ele soube que uma vaga na FAO [Organização para Alimentação e Agricultura] não se confirmou porque o embaixador holandês lhe teria dado uma recomendação negativa alegando falta de capacidade organizacional. "Então acho que todos nós vamos acabar voltando." Finalmente, ele aceitou sua volta para a Holanda. Não podia mais aproveitar a oferta da cooperativa de pagar pela viagem à Holanda ou de

receber 60.000 cruzeiros. O prazo havia vencido três meses antes e o conselho da cooperativa não queria estender o prazo. Ainda assim, o conselho estava disposto a financiar a viagem para a Holanda com a receita da venda da empresa de Heijmeijer-Frenken. Em março de 1953, a relação entre Heijmeijer e a cooperativa foi encerrada. Em 19 de março de 1953, Heijmeijer deixou o Brasil.

A missão Bemelmans

Mesmo com o Brasil dando todos os sinais de que o envio de um mediador seria prejudicial, na Holanda haviam acabado de aprovar a tentativa de conciliação. O presidente da KNBTB, Gerard Kampschöer, havia finalmente convencido os bispos holandeses a aprovar a missão de Bemelmans. Durante a reunião de 3 de dezembro já citada, Kampschöer enfatizou que a intenção não era que Bemelmans mediasse, mas que tentasse acalmar os ânimos aquecidos do grupo de oposição e convencesse os agricultores que ainda estavam em dúvida a assinar o contrato apresentado a eles. Os presentes se deixaram convencer pelo argumento de que, com a sua autoridade de padre e representante dos agricultores de Limburg e Brabant, Bemelmans estaria em uma posição melhor do que Hogenboom para "capturar" os colonos, já que era um deles. Porém, Hogenboom não deveria interpretar essa missão como um sinal de desconfiança em suas políticas. Para evitar que a missão fosse interpretada como uma vitória dos descontentes, a viagem de Bemelmans foi mantida em sigilo pelo maior tempo possível. Na carta ao embaixador holandês, o Ministério de Relações Exteriores não demonstrou muito interesse pela missão de Bemelmans, mas a KNBTB e as autoridades eclesiásticas na Holanda não lhe deram muita escolha. A condição era que Hogenboom concordasse com a missão.



Em dezembro de 1952, o padre da região de Limburg, J. Bemelmans visitou Holambra para intermediar as negociações entre os agricultores que se recusavam a assinar o contrato em português e o conselho da cooperativa. Foi em vão.

No entanto, Hogenboom não queria saber de mediação, o que deixou bem claro em uma carta ao Kampschöer. "Apesar dos dramas diários que acontecem, a operação toda funciona normalmente e parece que, junto com a maioria das pessoas, as pessoas boas, vamos conseguir superar isso, ainda que com alguma dor. Isso deixa bem claro que teríamos sido bem-sucedidos caso tivéssemos todos cooperado de bom grado." No entanto, o sucesso foi impedido pelas grandes perdas resultantes do "roubo descarado" que acontecia diariamente. De acordo com Hogenboom, agora se tratava de uma questão jurídica, "que nem o sumo sacerdote poderia resolver. Precisamos resolver essas questões no tribunal. Não há mediação em casos de roubo descarado. O pior é que estamos lidando com algumas pessoas de muito baixo calão que, por conta de suas práticas, já teriam sido presas na Holanda." Hogenboom enfatizou que já não era possível chegar a um comum acordo. "A cooperativa continuará na sua luta intrépida porque se não fazê-lo poderá quebrar, levando junto com ela os bons agricultores. Não podemos mais fugir da luta. (...) Estamos falando de assinar o contrato ou não, e de devolver em dinheiro o que foi roubado ou não. Diante da situação, o conselho e os bons agricultores concordam que não cabem mais conversas aqui." Hogenboom afirmava que era melhor a KNBTB economizar o custo da missão de um sacerdote.

A necessidade de enviar Bemelmans ao Brasil no curto prazo tornou-se mais urgente quando ficou claro que Jan Schilthuis pretendia fazer perguntas sobre a Fazenda Ribeirão no parlamento holandês. Schilthuis insistiria que enviassem uma comissão de inquérito. Devido a estas implicações políticas e para evitar que o adiamento reduzisse o efeito psicológico da missão, o governo holandês decidiu, no dia 15 de dezembro, que Bemelmans viajaria três dias depois de avião. As objeções do embaixador foram ignoradas.

Antes de viajar, Bemelmans estava otimista sobre o propósito de sua missão, embora não estivesse sendo enviado ao Brasil explicitamente como um mediador. Tratava-se de um grupo de agricultores com pouca autoconfiança, que tinha perdido o rumo. A solução seria recuperar a confiança e convencê-los a assinar, "e juntos arregaçar as mangas e prosseguir em um trabalho promissor". A visita seria meramente para dar uma orientação, a fim de informar à KNBTB.

Logo após a sua chegada em São Paulo, Bemelmans participou, em 20 de dezembro de 1952, de uma reunião da Comissão de Aconselhamento e Assistência. Ali, afirmou que a sua visita fora desejo do governo, dos bispos e da KNBTB, por causa das reclamações que receberam. Na Holanda, havia a impressão de que os agricultores estavam sendo tratados com muita severidade. Bemelmans ressaltou que tinha vindo como um observador neutro. Ele gostaria de falar com os colonos e disse que ainda não podia prever se a sua visita seria útil ou não. Se a sua presença trouxesse um pouco de paz, ele já teria alcançado o seu objetivo.

Em seguida, o presidente Dirk Berkhout explicou que a sua comissão duvidava da utilidade dessa visita. Isso porque o desejo de enviar um mediador tinha partido dos descontentes, "aparentemente instigados pelo senhor Heijmeijer". Hogenboom acrescentou que o processo na fazenda já tinha progredido demais. Os agricultores que tinham assinado achavam que, se aqueles que ainda não assinaram tivessem uma oportunidade de assinar, os bons membros estariam ajudando a pagar os danos à cooperativa que foram causados pelas vendas no mercado negro. Por esse motivo, o conselho da cooperativa, "mais decidido do que nunca", rejeitava qualquer concessão. A única possibilidade que Hogenboom ainda via era que os oponentes assinassem um contrato com encargos mais pesados. Ele acrescentou que os membros bem-intencionados da cooperativa não queriam nada mais do que ver a saída dos que não assinaram e tê-los substituídos por fazendeiros selecionados adequadamente na Holanda. Eles já tinham recebidos muitas advertências, tinham esgotado toda a cota de paciência, e qualquer concessão apenas prejudicaria os membros bem-intencionados.



Ponto de ônibus da Fazenda Ribeirão na estrada Campinas-Mogi Mirim. Toon Graat aguarda a chegada de passageiros.

Enquanto Bemelmans ainda estava em São Paulo, uma tragédia ocorreu na Fazenda Ribeirão: no domingo, 21 de dezembro de 1952, o pastor da comunidade, padre Godfrey Sijen, não compareceu à Missa Sagrada. Ele foi

encontrado morto em sua cama; um ataque cardíaco o tinha matado. Para muitos moradores da fazenda, era um claro sinal de que o padre não aguentou as atuais tensões. De acordo com Hogenboom, o padre Sijen tinha cumprido seu dever e foi vítima da situação: "Padre Sijen lutou conosco; a responsabilidade pela situação atual não é dele, mas de diferentes pessoas de fora". De acordo com o adido de emigração Hendrik Meijer, que no domingo acompanhou Bemelmans em sua viagem à fazenda, as consequências para a colônia ainda não podiam ser previstas. "Sua virtude, seu enorme senso de responsabilidade, sua preocupação pela preservação da moral, especialmente entre os jovens, e sua a visão clara dos problemas sociais da colônia fizeram dele uma figura valiosa nesta sociedade holandesa. O fardo de sua tarefa, pelo menos como este a via, era difícil de subestimar."

Durante a reunião do conselho em 22 de dezembro, ficou claro que as pessoas haviam ficado "desagradavelmente surpresas" com a chegada de Bemelmans. Elas tinham afirmado enfaticamente à Holanda que não queriam um mediador. No entanto, foi afirmado que Bemelmans, como "qualquer pessoa com boas intenções, deveria ser bem recebido". Ele também teria a oportunidade de obter todas as informações necessárias e orientar-se da forma mais ampla.

Em suas conversas com conselheiros, funcionários e agricultores, Bemelmans tentou aproximar o conselho e os 55 agricultores que tinham assinado o contrato, de um lado, e de outro a oposição de 32 agricultores. Ele queria analisar se esse último grupo não poderia ser dividido em um grupo de "antissociais" e um grupo que provavelmente poderia estar sujeito a circunstâncias atenuantes. A reintegração desse grupo fortaleceria significativamente a posição da fazenda. Mas Bemelmans não teve chance. O conselho da cooperativa não via outra solução que não fosse a partida de uma grande parte do grupo de oposição. De acordo com Hogenboom, a cooperativa como um todo estava em uma boa situação, mas, por causa da oposição deste grupo, ficava cada vez mais difícil arcar com os encargos. Muitos agricultores que eram fiéis à liderança exigiriam que os "maus elementos" fossem embora, mesmo se por conta disto precisassem trabalhar mais tempo para abrir seu próprio negócio. O conselho concordava que já tinha feito o suficiente para convencer as pessoas a assinar. Tudo foi explicado a elas, mas, depois de voltar para casa, caíam novamente nas garras da oposição e dava tudo errado de novo. Alguém que estivesse decidido assinar era dissuadido pelos outros.

Em 3 de janeiro de 1953, Bemelmans pediu mais uma vez a opinião do conselho sobre o grupo que ainda não tinha assinado. Eles queriam estender a mão ou não? Ficou claro que eles não acreditavam mais na salvação. Se ainda era possível assinar, dependeria da pessoa e sua família, como também da situação da sua empresa. Além disso, a pessoa estaria sujeita a termos mais severos. A liderança não tinha muita compreensão quanto aos motivos da recusa em assinar. Além dos custos altos, muitos dos "não assinantes"

achavam a estrutura de gestão da cooperativa grande e cara demais. Eles também tinham a sensação de não ter voz, e que estavam sendo orquestrados de cima. Finalmente, muitos também eram contra a distribuição desigual de "favores". Faltava confiança na liderança e as pessoas não acreditavam que seriam tratadas de forma justa. A cooperativa queria mesmo que essas pessoas voltassem para a Holanda em troca da vinda de novas famílias de lá.

A visita do decano Bemelmans não gerou resultado algum. Embora ele achasse que a política econômica de Hogenboom era necessária para o sucesso de Holambra, Bemelmans também se questionava se sua posição não era rigorosa demais. Em particular, a união da função de comissário do governo e presidente da cooperativa era muito infeliz. Isso permitia que nem os funcionários da cooperativa nem os outros membros do conselho conseguissem desafiá-lo, parcialmente por causa da personalidade forte de Hogenboom. Bemelmans também achou que muitas vezes o comportamento da liderança nem sempre era discreto, tornando-se difícil para muitos confiar em sua "honestidade e compreensão". Bemelmans sugeriu separar as funções de comissário do governo e presidente da cooperativa, ou criar uma entidade que pudesse desempenhar um papel de mediador. De acordo com ele, deviam tentar conquistar o grupo de oposição para realizar uma cooperação renovada ou encaminhá-lo para outro lugar. No entanto, se, por conta da "rudeza do conselho ou da maioria", esse esforço falhar, causando mais ressentimento e uma intervenção judicial, Bemelmans achava que seria difícil se falar em sucesso na Fazenda, e teria reservas quanto a divulgar a colônia.

Perdão e justiça

A conclusão de que o acúmulo das funções de comissário do governo e presidente da cooperativa constituía algo negativo também era compartilhada pelo Ministério de Assuntos Sociais holandês. De acordo com Jan van Grevenstein, não haviam percebido que, quando Hogenboom foi nomeado comissário do governo, a legislação brasileira não permitia que ele exercesse muita influência sobre os assuntos da colônia. Van Grevenstein descrevia Hogenboom como um homem com bom tino para negócios, mas também uma figura forte com uma certa inclinação ditatorial. "Ele tende a priorizar fatores comerciais acima dos fatores de natureza psicológica ou tática." O relatório de Bemelmans mostrou que Hogenboom dominava completamente o conselho de cooperativa e a Comissão de Aconselhamento e Assistência. "Ele sabe como impor sua vontade dentro dessas instituições." De acordo com Van Grevenstein, o grupo dos que não queriam assinar não era composto de pessoas que não queriam trabalhar e/ou eram incompetentes, e tampouco poderia se supor que essas pessoas estavam sendo irracionais. Cometeram graves erros psicológicos com essas pessoas. Assim, os agricultores que até agora tinham se recusado a assinar deveriam

receber um prazo razoável para poder assinar. Aqueles que se recusassem deveriam ter tempo suficiente para deixar a fazenda. Hogenboom, o conselho de cooperativa, a Comissão de Aconselhamento e Assistência e os representantes do governo holandês deveriam cuidar para que essas pessoas fossem reacomodadas em outro lugar adequado. Tinham que adotar medidas flexíveis, tanto com os moradores que queriam assinar quanto com aqueles que queriam deixar a fazenda.



No final de 1952, quatro avôs de Limburg, Matthijs Goumans, Jos van der Sterren, Graad Michels e Hans Hoeymakers, visitaram seus filhos e netos no Brasil. Na foto figuram 3 dos avôs (de chapéu escuro).

O Ministro de Assuntos Sociais Ko Suurhoff chegou a considerar enviar Van Grevenstein ao Brasil, possivelmente acompanhado por Bemelmans, como um "homem de valor". O objetivo seria encontrar uma saída para o conflito. Mas ele logo mudou de ideia. No senado, disse que não tinha a intenção de tomar as suas próprias medidas enquanto não fosse determinado que "as pessoas e organizações responsáveis são de fato incapazes de superar as dificuldades". O ministro considerou a possibilidade de que Hogenboom deveria ser novamente encarregado de cuidar dos interesses financeiros do governo holandês no futuro.

A KNBTB, por sua vez, aprovou as conclusões de Bemelmans. Para impedir que o governo intervisse, a KNBTB tentou conversar com o conselho da cooperativa para encontrar uma solução. O conselho da

KNBTB confiava que Hogenboom e seu conselho seguiriam todas as diretrizes de Bemelmans. Embora a KNBTB compreendesse o ponto de vista do conselho da cooperativa, a associação acreditava que "em alguns casos, a imposição da lei maior pode causar injustiça". Apesar disso, o conselho da KNBTB estava confiante de que "em alguns casos, o perdão judicial seria aplicado". Mas o conselho da cooperativa não atendeu a esse apelo. A visita de Bemelmans já tinha sido uma "punhalada nas costas de toda a liderança", mas a carta da KNBTB fora "a gota d'água". De acordo com Hogenboom, teria sido melhor se a KNBTB tivesse respondido às "escritas insignificantes" daquela "revista que se diz católica", a De Nieuwe Eeuw. O conselho da cooperativa decidiu não responder e apenas continuar o seu trabalho de reestruturar Holambra.

O êxodo dos "não assinantes"

O primeiro semestre de 1953 começou com o êxodo dos "não assinantes". Muitos incidentes precederam a partida. Para poder recuperar um pouco de sua contribuição, os opositores vendiam seus produtos por fora da cooperativa. Pretendendo acabar com este "roubo" ou "mercado negro" e encorajar os dissidentes a deixar a fazenda, Hogenboom solicitou ajuda das autoridades brasileiras. Ele foi nomeado pelo tribunal em Mogi Mirim para representar os interesses financeiros do governo estadual de São Paulo e para garantir que todos os produtos fossem entregues à cooperativa. No caso de qualquer recusa, seria feito um boletim de ocorrência e a polícia seria chamada – principalmente à noite – para evitar o transporte "clandestino" de produtos. Depois de meses de alta tensão, os membros da "oposição" finalmente cancelaram sua filiação, venderam os seus negócios e foram embora – muitas vezes levando parte do estoque e os lucros das vendas "no mercado negro".

No final de maio de 1953, chegou ao fim a saída dos não assinantes. Das trinta famílias, 23 já haviam deixado a fazenda, enquanto a expectativa era que as demais sete deixassem a fazenda em duas semanas. Apenas em um caso foi necessária a intervenção da polícia, que Hogenboom tinha à sua disposição por conta dos poderes especiais concedidos pelo tribunal. Houve um acerto de contas com os que foram embora, em que também era acertada a contribuição do gado e das mercadorias trazidas da Holanda. Todos, menos um, assinaram uma declaração em que afirmaram não ter mais qualquer reivindicação contra a cooperativa. No dia 4 de junho, todas as sete famílias que faltavam, menos uma, tinham deixado a fazenda.

Uma grande parte destas famílias também foi para Não Me Toque, no estado do Rio Grande do Sul. Outra parte optou por se estabelecer em Tronco, localizada em Castro, no estado do Paraná. Alguns outros antigos agricultores de Holambra se estabeleceram em locais de onde partiram novamente após um curto período de tempo. Seis famílias foram para a

Fazenda Capivari em Caldas, no sul de Minas Gerais. O proprietário da fazenda apresentou ao grupo perspectivas atraentes, como a possibilidade de obter a sua própria empresa sob condições de pagamento favoráveis. Depois de algum tempo, descobriu-se que o proprietário tinha outras intenções. Seu único interesse era que os agricultores tornassem sua terra fértil. Quando os resultados dos esforços dos agricultores começaram a ficar visíveis no início de 1954, o proprietário voltou atrás nas suas promessas e tentou persuadir o grupo a deixar a colheita para trás e começar uma nova aventura em outro lugar.

Não Me Toque

Antes de decidir-se a sair de Holambra, um dos agricultores que decidiu partir para Não Me Toque, Frans van Spreeuwel, fez uma visita exploratória ao local e decidiu comprar uma fazenda de 24 hectares. Depois de voltar à Fazenda Ribeirão, cancelou a sua filiação e levou alguns pertences escondido. Outros agricultores seguiram seu exemplo.

Ao contrário do grupo que tinha se estabelecido em Não Me Toque em 1951, esses agricultores tinham menos capital à sua disposição e precisaram comprar suas empresas quando os preços já tinham subido muito. Os agricultores receberam grande apoio dos padres holandeses, que os ajudaram a obter empréstimos junto ao Banco do Brasil. Eles enfrentaram uma tarefa difícil, que só poderia ser concluída com sucesso se a próxima colheita rendesse bons resultados. Em julho de 1953, havia 35 famílias holandesas (incluindo solteiros) e um total de 216 pessoas em Não Me Toque. Em 1960, esse grupo, por conta de nascimentos e novos moradores, já tinha aumentado para 54 famílias com 500 pessoas. Além dos novos imigrantes da Holanda, havia também ex-moradores de Holambra que se estabeleceram em Não Me Toque depois de uma breve aventura em Mococa e Caldas.

Com excelentes colheitas, muitos dos antigos agricultores de Holambra conseguiram ter um começo bem-sucedido em Não Me Toque. No entanto, tudo mudou quando a colheita de trigo desapontou fortemente em 1958. Mesmo os agricultores mais fortes foram afetados. Em seguida, alguns enviaram uma carta à embaixada holandesa no Rio com o pedido de repatriamento para a Holanda. Mesmo com certa melhoria depois desse incidente, a situação continuava sendo bastante precária, de acordo com o adido de emigração J. Roberts. Muitos agricultores "apostaram" na cultura de trigo e conscientemente assumiram o risco de ter uma monocultura. "Os pobres coitados já têm uma vida difícil, e mesmo os grandes ou maiores fazendeiros sofreram perdas. Porém, sua capacidade de resistência é maior." Ele afirmava que uma parte considerável dos agricultores vivia à beira da pobreza.

Além dos problemas econômicos, os problemas sociais também atingiam os moradores. O emigrante Thijs van Herk de Reusel decidiu retornar à

Holanda com a sua família em 1959. O motivo foi que a sua esposa tinha morrido em decorrência de uma picada de cobra. Frans van Spreeuwel, oriundo de Diessen, preferia ficar no Brasil, mas não via nenhum futuro para seus treze filhos. Queria impedi-los de chegar ao nível dos 'caboclos', os brasileiros mestiços que costumam ganhar a vida como lavradores. Para evitar que os casamentos com brasileiros separassem a família, os Van Spreeuwel retornaram à Holanda em 1962. Essa partida foi o augúrio de uma crise que atingiu a comunidade holandesa em Não Me Toque em 1964 e 1965. Além das razões econômicas (pobreza e uma safra de trigo fraca), a crise era especialmente de natureza sócio-psicológica. Vários emigrantes tinham problemas de saúde causados pela saudade de casa. Outros tinham medo da integração ou assimilação na sociedade brasileira. Eventualmente, cerca de 17 das 58 famílias (um total de 102 pessoas) voltou à Holanda em 1964 e 1965.



Crianças vão à escola de charrete.

Quando Jeanne Brutel de la Rivière, do Comissariado Holandês para a Emigração, visitou Não Me Toque em outubro de 1960, a relação com Holambra ainda estava muito sensível. Depois das histórias que um agricultor de Não me Toque espalhara durante as suas férias na Holanda, dizendo que "Holambra era pior do que Moscou", Brutel decidiu se manifestar contra esta calúnia durante sua visita. Enquanto a calúnia não parava, seria impossível aconselhar qualquer pessoa na Holanda a se estabelecer em Não Me Toque. Disseram a Brutel que os mais idosos, em

particular, não conseguiam superar o seu ressentimento em relação a Holambra. Disseram que perderam milhares de florins. Porém, Holambra ainda fazia pagamentos anuais aos agricultores que saíram. Disse Brutel: "Este fato nunca é mencionado por aqueles que foram embora, que sempre se apresentam como se fossem as únicas vítimas".

Brutel disse aos presentes que os agricultores que permaneceram em Holambra também foram vítimas. Eles acusavam os agricultores de Não Me Toque de tê-los abandonado no momento mais crítico da existência da colônia. De fato, haviam ficado muito ressentidos com o fato, e Não Me Toque foi considerada uma 'ovelha negra' por um bom tempo. Brutel pediu aos participantes compreensão pela situação desesperadora em que Hogenboom teve de começar em Holambra. A contribuição dos emigrantes foi colocada "em uma enorme caixinha de saque" e, sempre que precisavam de algo, retiravam dinheiro dali, sem qualquer contabilidade ou prestação de contas. Se Não Me Toque quiser atrair novas famílias da Holanda, era preciso ter algo a oferecer.

Tronco

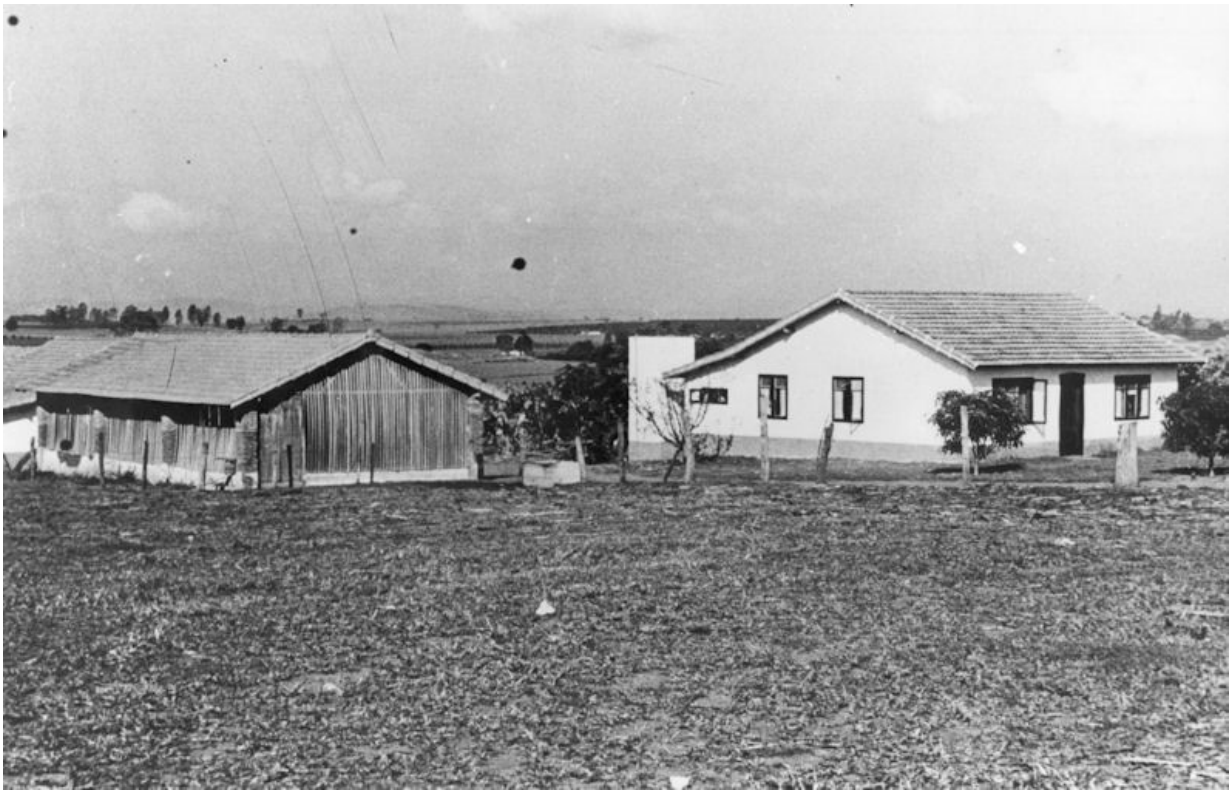
A iniciativa de estabelecer uma dúzia de famílias em Tronco, cidade perto de Castro, no estado do Paraná, partiu do padre Cornélio Strooband. O padre trabalhava desde o final de 1952 em Castro, e fora chamado pelo bispo de Ponta Grossa para fundar uma colônia católica como contrapeso contra algo que chamava de "esfera de influência protestante", devido à presença das colônias holandesas Carambeí e Castrolanda. Para realizar esse assentamento, negociou com os fazendeiros e o governo estadual do Paraná em Curitiba.

No entanto, Strooband obteve pouca cooperação. O adido de emigração Hendrik Meijer preferia manter uma certa distância entre as colônias protestantes e católicas, "já que os laços com a igreja carregam um grande peso nas jovens colônias, enquanto várias novas colônias holandesas deveriam cooperar estreitamente na área econômica a fim de desenvolver o melhor potencial possível". Ele também apontou possíveis complicações indesejáveis que poderiam surgir com casamentos mistos. Meijer também acreditava que a colônia de Strooband seria uma concorrente da nova colônia Castrolanda.

Strooband ignorou esses conselhos. Ao falar com o comissário de emigração holandesa Bas Haveman, fez transparecer que seus planos contavam com a grande simpatia das autoridades governamentais no Rio de Janeiro. Também haveria uma grande quantidade de dinheiro disponibilizada. Para viabilizar a sua colônia, Strooband dirigiu-se aos agricultores que estavam prestes a deixar a Fazenda Ribeirão. Para tanto, visitou a fazenda e conseguiu o interesse de vários membros da oposição com relação a seus planos. Strooband visava especificamente a Fazenda Bela

Vista, com cerca de 2.400 hectares, ao lado de Castrolanda. Depois que Jos Sleutjes e Johannes Lamers fizeram uma visita exploratória a Castro, os onze agricultores decidiram comprar uma parte da fazenda. Um dos principais motivos para os agricultores se estabeleceram lá foi a proximidade da fábrica de leite de Carambeí. Em 26 de abril de 1953, ali chegou a primeira família, logo seguida por outras nove.

O estabelecimento na Fazenda Bela Vista foi possível graças a um empréstimo de 500.000 cruzeiros obtido do governo do Paraná pela cooperativa Santo Antônio, fundada pelos emigrantes. Além de móveis, apenas alguns tinham gado ou recursos para montar uma empresa. Como a maioria das pessoas não possuía grande capacidade de compra, era preciso começar com a agricultura e a horticultura. O empréstimo do estado do Paraná deveria ser pago em três meses, uma exigência que os agricultores de Tronco não puderam cumprir. Além disso, foram prejudicados pelo fato de que a maioria dos agricultores trabalhava em terra que não era de sua propriedade. Por isso, não possuíam as qualificações para pedir novos empréstimos.



A partir do final de 1950, os agricultores começaram a morar e trabalhar em suas próprias fazendas, fora do centro. A foto mostra uma casa moderna com celeiro.

Strooband foi impedido em seu trabalho pelas autoridades holandesas no Brasil. O adido de emigração Hendrik Meijer, o embaixador Tom Elink Schuurman e o pastor William Muller (que também ocupava o cargo de vice-cônsul holandês em Curitiba além de ser pastor da jovem colônia

Castrolanda) não aprovavam os planos. Strooband levou o assunto diretamente à esfera religiosa e foi reclamar na Holanda que estava sendo prejudicado no exercício do seu trabalho religioso. Muller disse que uma concentração excessiva de holandeses em um determinado município seria indesejável. Além disso, o pastor afirmou que o estabelecimento também era indesejável por razões econômicas, porque os moradores de Carambeí e Castrolanda dependeriam do mesmo mercado. Tanto o governo do Paraná quanto o governo federal no Rio apoiaram o assentamento dos antigos agricultores de Holambra. Os funcionários do governo brasileiro não queriam saber da continuação do conflito religioso holandês em solo brasileiro.

Nos meses de junho, julho e agosto de 1953, Strooband visitou a Holanda para recrutar novos candidatos para sua colônia. Ministrou palestras e manteve reuniões com as autoridades de emigração holandesa e a KNBTB. Strooband não foi levado muito a sério. O Comissariado para a Emigração decidiu não participar dos planos de expansão. O motivo foi o relatório de Meijer, que havia visitado a jovem colônia. De acordo com o adido, a situação financeira da colônia não era nada promissora. O valor que os agricultores pagaram pela terra era muito maior do que os preços praticados na área. As condições de pagamento também eram muito rigorosas. Sua conclusão foi de que a colônia tinha sido fundada "de maneira não muito confiável" e que a expansão seria irresponsável.

A KNBTB e a KCES também decidiram não participar dos planos de expansão de Strooband. O diretor da KCES, Jos van Campen, disse que não estava disposto a cooperar enquanto o parecer de Meijer fosse negativo. Além disso, Van Campen tinha pouca fé nas habilidades de Strooband de fundar e gerenciar uma colônia. Roeland Vermeulen, de Carambeí, também tinha pouca confiança em Strooband. Vermeulen, que em 1953 passou um período mais longo na Holanda, disse que o padre também não era muito bem visto por seus superiores no Brasil. Relatos da época alegavam que o bispo tinha instruído o padre a não se envolver com questões de emigração e teria proibido que ele visitasse Castro. Strooband tinha feito um trabalho laudável, recebendo os agricultores que saíram da Fazenda Ribeirão e ajudando-os a montar uma empresa. A conversa entre Vermeulen e o Comissariado de Emigração levou à conclusão de que o pequeno grupo de agricultores que já estava em Tronco não poderia ser abandonado. Portanto, era necessário expandir a colônia para trinta famílias, e ter uma pessoa que pudesse assumir a liderança. Vermeulen disse estar disposto a assumir esse papel. A expansão foi pensada exclusivamente para viabilizar a pequena colônia e não para competir com Carambeí e Castrolanda. O adido de emigração Meijer foi encarregado de estudar, junto com Vermeulen, se a proposta de expansão seria economicamente viável.

Durante a sua visita à Holanda, Strooband conseguiu encontrar 20 a 25 famílias que estavam dispostas a se estabelecer em Tronco. Essas famílias

iam contribuir cada uma com 25.000 florins. Strooband queria alocá-las em cinco locais diferentes, para que formassem o núcleo de uma colônia de 100 a 500 famílias. De volta ao Brasil, Strooband trabalhou incansavelmente para realizar seus planos de colonização. Quando, ao final de 1953, percebeu que não estava obtendo qualquer cooperação, fez um apelo emocional a Jan Wellen, secretário do Sindicato de Agricultores Cristãos de Noordbrabant (NCB): "Não estou exagerando quando digo que o Sr. talvez seja o único que pode fazer algo neste momento. Pessoalmente, estou ficando desesperado. O que pode salvar a emigração para o Brasil seria uma viagem sua até lá. É necessário que uma pessoa experiente venha da Holanda para convencer as autoridades e o público quanto às oportunidades que existem aqui para a nossa população agrícola holandesa. As pessoas na embaixada não estão interessadas e não querem tomar a iniciativa. Na Holanda eles não sabem de nada, portanto têm medo e nem querem saber da iniciativa privada. Enquanto isso, vemos a chegada frequente de grupos protestantes. (...) O que me dói... (...) Por que eles sim e os outros não? Quem do lado católico vai tomar a iniciativa de explorar o grande potencial do Paraná? Os meus esforços não ressonaram na Holanda. Eu queria acordar o povo, abrir os olhos deles. Senhor Wellen: o senhor tem energia suficiente. Pelo amor de Deus, tome essa iniciativa. O senhor vai conseguir isso junto ao NCB."



A partir de 1952, novos emigrantes começam a chegar à Fazenda Ribeirão. Nesta foto, os pertences da família Eltink (da cidade de Oostelbeers) sendo embrulhados.

Naquele momento, Strooband não estava mais comprometido com o desenvolvimento de Tronco, mas a embaixada ainda estudava como ajudar esse grupo de emigrantes. A questão era se o grupo existente de dez famílias deveria ser aumentado. De acordo com o adido de emigração Meijer, não era aconselhável expandir com agricultores que contribuiriam em média com 25.000 florins por família. Ele acreditava que este montante era insuficiente para garantir o sucesso de tal expansão. O pastor Muller inicialmente era a favor de aumentar a colônia com 15 famílias, mas mudou de posição quando percebeu que os recém-chegados deviam trazer 25.000 florins por família. Muller tinha uma contribuição de 100.000 florins em mente. Meijer também não acreditava que a expansão melhoraria a posição dos agricultores já presentes. Ele tinha concluído que a colônia não fora construída com uma base sólida e por isso não queria aconselhar mais famílias a confiar neste experimento.

De acordo com Vermeulen, as comunidades protestantes de Carambeí e Castrolanda fizeram tudo em seu poder para ajudar os agricultores de Tronco a superar as dificuldades. A relação e a cooperação entre eles era excelente. O leite da cooperativa de Tronco era levado para a fábrica de leite em Carambeí. Os esforços das autoridades holandesas no local eram principalmente voltados para reduzir os encargos dos agricultores através de novos empréstimos. Meijer foi à procura de oportunidades que permitissem aos agricultores ser donos da terra para que pudessem pedir empréstimos para a compra de gado e a construção de estábulos. De acordo com Meijer, os agricultores de Tronco estavam presos ao "famoso modelo da Ribeirão: a cooperativa era proprietária da terra, havia assumido os compromissos da hipoteca e o agricultor só seria proprietário depois que todos os membros da cooperativa cumprissem suas obrigações".

Quando o adido de emigração J. Roberts visitou Tronco em abril de 1957, a situação ainda era preocupante. A maioria dos agricultores ainda não era proprietária da terra e tinha grandes dívidas. A situação financeira incerta pesava muito nas relações dentro da pequena colônia. Alguns meses depois, a situação tinha melhorado significativamente. Em 29 de agosto, o último agricultor pagou a sua dívida e todos os colonos tinham recebido as escrituras de suas terras. Ao mesmo tempo, a pequena colônia ganhou um novo presidente da cooperativa com a chegada de Jan te Vaarwerk. Te Vaarwerk causou uma boa impressão. "É um jovem com uma boa cabeça, que compreende os relacionamentos". Ele era conhecido como um "agricultor hábil e prudente", que não só conhecia a sua profissão, mas também tinha capacidade de liderança. Além disso, Tronco poderia se beneficiar da nomeação do conselheiro agrícola Leendert Hartman para as colônias holandesas no Paraná.

Nos anos seguintes, a situação em Tronco oscilava. De acordo com Hartman, a colônia estava piorando cada vez mais; ele estimava que poucas famílias seriam capazes de "sobreviver" no longo prazo. Quando Roberts

visitou Tronco novamente em 1962, descobriu que a sua previsão de "sobrevivência do mais apto" realmente acontecera. Alguns agricultores mais fracos tinham vendido o seu negócio e arrumado um emprego na cidade, ou ido embora. Jos Sleutjes, o único que tinha conseguido trazer gado da Fazenda Ribeirão, havia se tornado um grande fazendeiro. Havia comprado para os filhos as empresas dos agricultores menos bem-sucedidos e também adquirido uma nova empresa perto de Castrolanda. De acordo com Roberts, essa pequena colônia católica de Tronco sentiu-se abandonada e fez tentativas de se relacionar com outros companheiros da mesma fé em outros lugares, mas não havia uma solução imediata porque os outros grupos fragmentados de agricultores católicos no Brasil também tinham uma existência marginal no país.



As freiras da Ordem dos Cônegos na varanda da sede da fazenda. As religiosas desempenharam importante papel na vida cultural e spiritual da comunidade, e eram também responsáveis pelo ensino na Escola São Paulo.

CAPÍTULO 7

HOLAMBRA DESLANCHA

Em outubro de 1954, a revista mensal Ontginning (tradução: "Cultivo"), cujo principal público-alvo eram jovens agricultores católicos, publicou uma nova edição especial, desta vez intitulada "O Brasil deslancha!". Embora a edição de agosto de 1950 tenha sido utilizada para disfarçar as notícias que surgiam sobre os problemas financeiros, a nova edição já admitiu que erros foram cometidos no passado. Houve vítimas, "mas devemos dizer que essas graves dificuldades iniciais nos ensinaram uma boa lição, de tal forma que agora podemos traçar um rumo quase perfeito. O passado é uma lição para o presente, e o presente define o futuro", disse Theo van Steen, diretor de "Ons Erf". Ele concordou que a seleção, a informação e a preparação dos emigrantes não foram bem feitas.

Hogenboom afirmou que os críticos mais mordazes – "geralmente os que iam de carona nas opiniões alheias ou os mais pessimistas" – acabaram sendo desmentidos no final. Ele queria mostrar que, apesar do mau planejamento, falta de boa preparação e desconhecimento da agricultura tropical, o agricultor holandês da Fazenda Ribeirão que "manteve a calma e fez seu trabalho honesto foi – ou está prestes a ser – bem-sucedido em sua empreitada". Além disso, através de sua sensibilidade social, ele formou uma comunidade com um alto nível espiritual-cultural. Em três anos, transformou "Holambra" (...) em um 'marco', não só no Brasil, mas também muito além [no exterior]. Como recompensa pelos momentos difíceis por que passou, pode oferecer a seus filhos um futuro muito mais promissor que esperava quando deixou a Holanda. O Brasil se revelou um excelente país para a emigração do agricultor holandês."

Nova Pátria

Especialmente no primeiro período, muitas festas religiosas na fazenda eram comemoradas com procissões. O primeiro dia do festival da colheita aconteceu no dia 14 de setembro de 1949. Depois da Missa Sagrada na igreja, os moradores foram aos campos para abençoar as máquinas. No começo, as procissões ainda ocorriam de acordo com as estações holandesas. Toda primeira sexta-feira do mês era um dia de folga, para que todos tivessem a oportunidade de ir à Missa. Mas quando os agricultores se tornaram independentes, acabaram com o dia livre. Simplesmente não tinham mais tempo para isso. Nos dias das festas sagradas, como o Natal, a capela não comportava o público e a missa era celebrada sob uma imensa sumaúma na praça da fazenda.

Sob a liderança do padre Sijen, várias atividades foram realizadas para os jovens. Ele começou com um grupo de escoteiros, e instituiu também um clube de teatro. No final de 1952, ensaiaram uma peça bíblica sob sua liderança para animar a festa de Natal. Sijen infelizmente não chegou a ver a apresentação da peça. Sua morte súbita em 21 de dezembro de 1952 causou um vazio imediato no acompanhamento espiritual da fazenda. Durante algum tempo, o padre Achiel Verhofstadt, um norbertino que já morava no Brasil, preencheu essa lacuna. Depois, a vaga foi preenchida com a chegada de novos padres da Holanda. O primeiro a chegar, em março de 1954, foi Ansfried Verberne, também um norbertino. Padre Ansfried, que não trabalhava continuamente na fazenda, continuou a desenvolver várias atividades para os jovens. Dezoito meses depois, em agosto de 1955, foi sucedido pelo padre Paulino Gevers, que também veio da Abadia de Berna em Heeswijk. Durante um longo período, padre Paulino atuou como o padre de Holambra. De setembro de 1956 até 1959, ele foi assistido pelo padre Werenfried Stokman. Os norbertinos tinham planos de implementar um mosteiro com um seminário na fazenda. Receberam um lote de terra para este fim em julho de 1953, onde administravam uma empresa agrícola.

Também davam muita atenção às atividades culturais, como o teatro e a música. Enquanto as freiras ensaiavam peças sobre a Paixão de Cristo com as crianças, alguns moradores da fazenda ensaiavam peças como "Filhos do nosso povo" e "Vilarejo em tumulto". Depois que muitas famílias de emigrantes tinham se mudado do centro da colônia para suas fazendas, foi necessário dar atenção especial ao lazer das mulheres; o isolamento tinha claramente um impacto. Para oferecer a essas mulheres uma noite de lazer, a freira Gemma organizava mensalmente uma noite musical. Essa noite acontecia com a lua cheia, de modo que as mulheres podiam ir sozinhas até o centro e retornar para casa depois.

Na área de educação, houve atrito entre as escolas até que as freiras pudessem ensinar sem restrições em sua própria escola particular. Quando os primeiros pioneiros chegaram, já existia uma escola no local. Era uma escola rural com apenas três turmas. Logo após a chegada das freiras, elas começaram a organizar o ensino para os filhos dos emigrantes. Na sala que servia de refeitório para os solteiros, colocaram mesas na diagonal, de modo que uma freira pudesse dar aulas aos alunos da primeira e segunda séries de um lado e outra freira ensinasse às duas séries mais adiantadas do outro. A sala logo se tornou pequena demais, no entanto, e foi necessário buscar outra solução. Em 1950, a escola mudou-se para os antigos estábulos, que anteriormente abrigavam a loja e a carpintaria. O estado de São Paulo ofereceu algumas professoras para dar aulas de português.

Embora as freiras tivessem um bom relacionamento com as professoras, o conselho de educação brasileiro tinha outras intenções além de apenas facilitar a educação na fazenda. Quando o local foi disponibilizado para a





Desde o começo de Holambra, a comunidade oferecia aulas de teatro e danças folclóricas.

educação brasileira no final de setembro de 1950, uma nova professora apresentou-se para atuar como diretora e para implantar o currículo estatal. Assim, a escola tinha se tornado uma escola estadual, chamada de "grupo escolar". O resultado foi que as crianças eram inseridas nas turmas de acordo com seu domínio da língua portuguesa. Meninos e meninas de doze anos recém-chegados eram colocados no primeiro ano. As freiras conseguiram postergar a implantação até as férias de verão em dezembro. Mas, quando retornaram depois do recesso para a retomada das aulas, foi-lhes negado acesso à escola.

Enquanto isso, a velha escola brasileira agora abrigava uma creche. O nome era para disfarçar que o local de fato se tratava de uma espécie de jardim de infância para crianças de cinco e seis anos. A escolinha, portanto, não tinha status oficial. Depois que as freiras foram expulsas do grupo escolar, decidiram abrir sua própria escola particular o mais rapidamente possível. Para isso, era necessário que as freiras estudassem em São Paulo para obter o reconhecimento de suas qualificações. No final de 1951, finalmente conseguiram a licença para uma escola particular. Esta escola particular, a São Paulo, iniciou suas operações em 16 de fevereiro de 1952 na antiga fábrica de laticínios. A escola teve quase imediatamente 92 alunos. Apesar da ameaça de ser fechada novamente, a escola cresceu e se transformou em uma escola primária completa. As aulas eram dadas em português, conforme a lei.

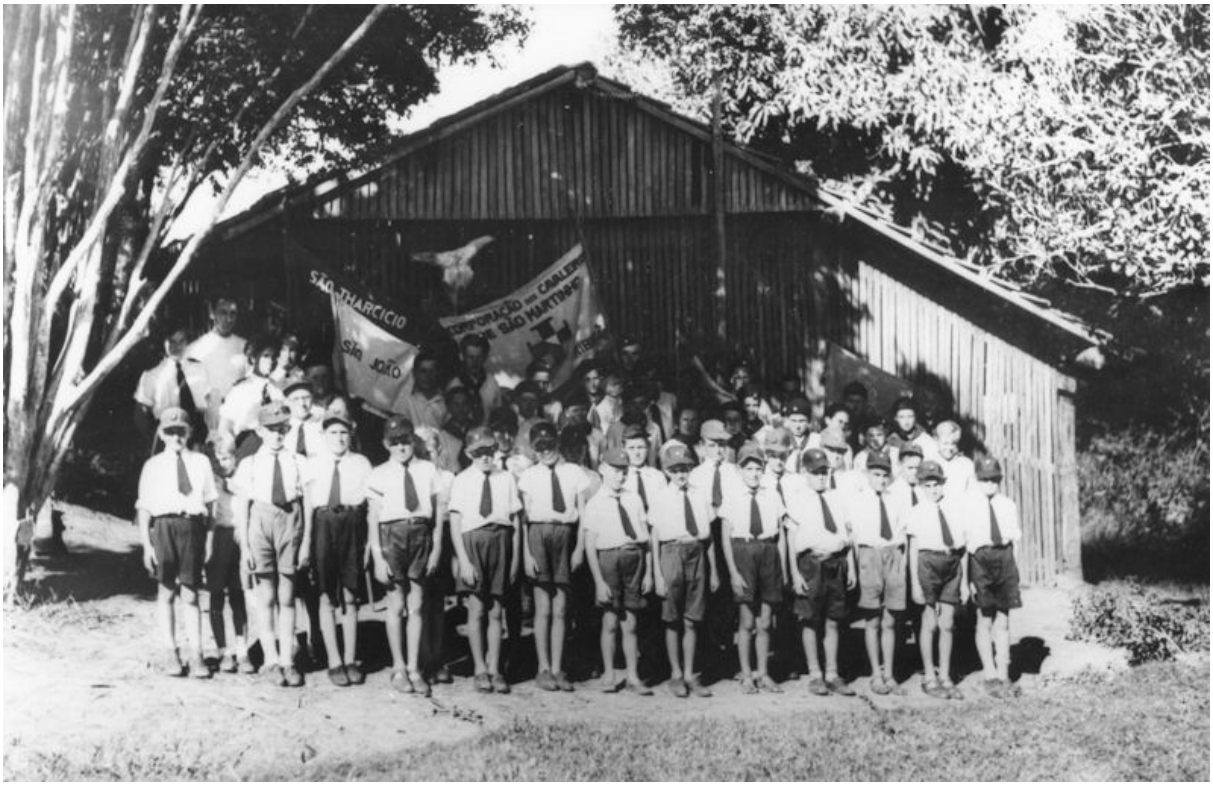


Em 1955, o padre norbertino Paulinus Gevers (direita) assumiu as funções de aconselhamento espiritual em Holambra. Entre 1956 e 1959, foi assistido em suas funções pelo colega Werenfried Stokman (esquerda).

Depois da escola primária, nos primeiros anos havia uma formação geral para os meninos e meninas de 13 a 15 anos. Os meninos poderiam seguir um curso de três anos que, além de religião, português, holandês e matemática, incluía aulas sobre agricultura. Esse curso fora projetado especificamente para os meninos que não tinham completado a escola primária e ainda não se encaixavam no ensino regular em Holambra. Para as meninas, havia aulas na huishoudschool (uma escola onde as meninas aprendem tarefas domésticas, costurar, cozinhar, etc.), que duraram três anos, chamada de Colmeia. O nome fora escolhido "por causa das belas qualidades da abelha, que as nossas jovens devem adquirir justamente nestes anos". O curso fora projetado principalmente para preparar as meninas para seu futuro papel como esposas e donas de casa.

Os horários da escola "holandesa" São Paulo eram diferentes dos horários do grupo escolar brasileiro, a fim de evitar o contato excessivo entre os alunos das duas escolas. A liderança espiritual da Fazenda Ribeirão visava um processo de assimilação gradual, para evitar problemas. Para esse fim, tentavam direcionar o contato entre a juventude holandesa e a população brasileira. O contato não foi proibido ou impedido, mas as meninas foram especialmente orientadas sobre os grandes perigos da sociedade brasileira, sem ignorar os bons hábitos e as boas características dos brasileiros. "Tudo foi organizado visando assegurar que o jovem ou a jovem, que foram protegidos pela sociedade na Holanda, não entrassem em um declínio espiritual ou material". O contato com as meninas brasileiras não era proibido, mas se elas tivessem contato com meninas de um nível social inferior, recebiam uma advertência discreta. De acordo com Hogenboom, a assimilação – ele quis dizer a integração – só seria bem-sucedida se as crianças se transformassem em brasileiros decentes, que incorporassem "as boas qualidades da raça holandesa". Isso significava que, em hipótese alguma, criaríamos uma massa analfabeta "que iria se juntar às pessoas do mais baixo nível de civilização em nossa sociedade. Os perigos são muitos. A existência da colônia pode ser posta à prova."

Nos primeiros anos, Holambra ainda era uma colônia relativamente fechada. Os contatos com o mundo exterior aconteciam principalmente através da cooperativa. Havia poucos motivos para visitar os vilarejos vizinhos, e o lazer e a vida cultural locais eram inteiramente voltados para a população local. Os emigrantes que haviam deixado a colônia por causa das dificuldades só descobriam como ela era fechada quando chegavam em suas novas moradias. Um dos emigrantes que se estabeleceu em Não Me Toque comentou sobre isso: "Em Holambra você nunca vai conhecer o Brasil". Quem viajava à colônia chegava em uma pequena Holanda. Um emigrante escreveu em 1957: "Até agora estamos felizes com a escolha de Ribeirão. Você imediatamente se sente em casa e sente pouca falta do ambiente holandês."



Os meninos participavam de atividades da Guilda dos Cavaleiros de São Martim, organizada segundo o modelo dos escoteiros holandeses. Os garotos divididos em três grupos: os Rakkers ("Garotos", de 8 a 11 anos, uma espécie de grupo de lobinhos), os Ruiters ("Equitadores", de 11 a 16 anos) e os Ridders ("Cavaleiros", de 16 a 18 anos).

Monique Segeren, que veio para Holambra com seus pais em 1956, falou sobre a divisão com os brasileiros: "Minha geração carrega a bagagem da cultura holandesa, que ainda está presente em nosso modo de pensar e agir. Quando frequentávamos a Escola de São Paulo, podíamos notar uma separação entre holandeses e brasileiros em nosso convívio. Tratava-se de uma outra classe social. Eram os trabalhadores das lavouras das quais, em geral, nossos pais eram os proprietários. Nós praticamente só falávamos holandês até os seis anos de idade. Aprendemos o português na creche ou no jardim de infância. Frequentávamos quase exclusivamente as casas de famílias holandesas, para brincar ou durante as visitas rotineiras nos fins de semana. Era uma atividade obrigatória e um evento social ir à igreja, onde a Missa era celebrada em holandês."

Uma iniciativa especial nos anos cinquenta foi o centro de educação para adultos, chamado de 'Nova Pátria'. A escola noturna, que começou a operar em meados de 1954, consistia de uma série de palestras destinadas aos jovens agricultores de até trinta anos de idade. O curso foi concebido para aumentar o conhecimento prático e teórico desse grupo, que tinha sido privado de sua educação por causa da guerra ou durante os primeiros anos de sua estada na fazenda. Após as palestras, os alunos deveriam ser capazes de solucionar

problemas práticos, econômicos, financeiros e agrícolas associados à gestão de uma fazenda. As aulas eram realizadas duas vezes por mês durante um período de três anos. Além disso, os participantes faziam um teste a cada três meses sobre os temas apresentados. Além dos alunos, os idosos e as mulheres também tinham a oportunidade de acompanhar as palestras. As matérias abordadas durante o curso da Nova Pátria incluíam religião, educação cívica, economia, agricultura e pecuária em regiões subtropicais, administração de cooperativas e administração agrícola. Além disso, os alunos eram obrigados a assistir aulas de holandês e português.



Membros da Guilda dos Cavaleiros de São Martim andam a cavalo.

Nos primeiros anos, também havia iniciativas para o lazer, com foco em educação religiosa e social. Assim foi criado o Het Sint Maarten Ruitersgilde ("Guilda dos Cavaleiros de São Martim") para os meninos, seguindo o modelo dos escoteiros holandeses. A guilda foi dividida em três grupos, os Rakkers ("Garotos", 8-11 anos, uma espécie de grupo de lobinhos), os Ruiters ("Equitadores", 11-16 anos) e os Ridders ("Cavaleiros", 16-18 anos). Como o nome em holandês sugere, andar de cavalo era uma atividade importante dentro da guilda. Para os mais velhos, havia uma associação de jovens agricultores. Sob a direção das freiras, as meninas se organizaram dentro de um grupo chamado "'Filhas de Maria", porque nas festas marianas iam à igreja de vestido branco, véu branco e faixa azul. Além disso, todos os jovens estavam envolvidos em esportes, danças e teatro.

Saúde

Depois que os primeiros pioneiros passaram algum tempo na fazenda, aumentou a percepção de que, com a chegada de muitas famílias grandes e os nascimentos que se podia esperar, a colônia provavelmente precisaria de um médico. Um dos padres que vinha celebrar a Missa de domingo naquela época, o padre Adriano, colocou-os em contato com doutor Arlindo Girard Jacob, um médico de Campinas. Willem Miltenburg e Toon Cruysen haviam se encontrado com o doutor Arlindo e Dona Olga pela primeira vez no final de 1948, na igreja de Jaguariúna. A presença dos holandeses chamava a atenção. Foram, inclusive, abordados por alguém que perguntou qual era sua nacionalidade e o que eles faziam no Brasil. Depois de visitar a fazenda, o doutor ofereceu seus serviços de médico. A oferta foi aceita com entusiasmo. Depois de algum tempo, quando a população de Holambra tinha crescida consideravelmente, o doutor Arlindo vinha à fazenda todos os sábados, onde trabalhava um consultório com uma farmácia.

Ele não cobrava nada por seu trabalho, que realizava além de seu consultório em Campinas. O fazia por pura simpatia e admiração pelo trabalho que os holandeses estavam desenvolvendo. Queria ser um "médico-amigo" e um "amigo-médico" para eles. Quando, depois de alguns anos, a colônia achou que não era justo aceitar sua assistência sem remuneração, chegaram a um acordo. Mesmo durante os anos difíceis de Holambra, o doutor Arlindo ali ficou para ajudar as pessoas. Ele também ajudava Holambra em assuntos não ligados à medicina; afinal, por ser brasileiro, ele conhecia as melhores formas de obter as coisas junto às autoridades brasileiras. Apesar da assistência do doutor Arlindo, a liderança da jovem colônia já buscava uma solução estrutural desde o começo. A falta de um médico permanente na fazenda já causara a perda de uma vida humana no primeiro ano. A doença grave de uma criança não fora detectada a tempo, o que significava que a assistência médica, que estava a 90 km de distância, havia chegado muito tarde e a criança morrera antes de ser examinada pelo médico. Um segundo caso, "que seria uma suspeita de apendicite", foi mitigado a tempo porque não queriam correr qualquer risco e levaram o homem diretamente para uma clínica. Lá confirmaram que realmente se tratava de uma apendicite, e que a intervenção não poderia mesmo ter esperado mais uma hora sequer. Em seguida, houve mais dois casos onde os emigrantes precisaram de intervenção cirúrgica. "A dificuldade de trazer um médico da cidade até a colônia, acompanhado da grande perda de tempo, nos causa grande preocupação e gera muita ansiedade entre os colonos, pois o diagnóstico de doenças ou de um mal-estar não pode ser feito aqui. Além disso, muitas vezes ocorrem sintomas que desconhecemos na Holanda", afirmou Heijmeijer em 1949.

A atividade econômica

O foco de Holambra seria a pecuária, principalmente o fornecimento de leite para as grandes cidades. Com esse objetivo, exportaram o gado de raça holandês para o Brasil. Depois de resolver os problemas iniciais com a perda maciça do gado, a pecuária foi melhorando gradualmente. O comércio de gado de raça holandês em especial rendeu bons preços. Depois de um começo difícil, a pecuária ofereceu a Holambra uma boa base econômica durante algum tempo.

Às vezes, os contatos com os comerciantes de gado resultavam em projetos interessantes. Por exemplo, Jan van den Broek esteve na Holanda em setembro de 1952 para comprar três touros, inclusive um para o senhor Leme de Pinhal. Essa compra, bem como a compra de outros touros, mostrou que a criação de gado de raça era muito valorizada. Os touros Wodan e Adema eram o cartão de visita de Holambra. Eles eram enviados para exposições de gado, e também traziam tais exposições na fazenda. Uma associação de reprodução e controle supervisionava a criação do gado. Holambra foi o primeiro lugar no Brasil a usar a técnica de inseminação artificial.



Nos primeiros anos, o gado de raça holandês era o orgulho de Holambra. Os animais eram frequentemente expostos em feiras de gado, como esta em agosto de 1954.

No início, a criação de gado foi de grande importância para Holambra. Em 1952-1953, a venda de gado e de produtos lacticínios somava 35,3% do

total das vendas externas (16% para o gado e 19,3% para os produtos lacticínios). Essa participação caiu significativamente nos anos seguintes, causada principalmente pela queda na venda de lacticínios. Em 1957-1958, essa participação havia caído para apenas 3,6%. A produção de gado também recuou, embora de forma menos espetacular: a participação caiu para 9,2% em 1957-1958. A importância da pecuária já tinha diminuído e agora representava 12,8% das vendas. Nos anos seguintes, a redução continuaria.

A forte queda na produção de leite causou um impacto drástico sobre a fábrica de leite, que tinha sido projetada para ser uma das principais unidades de processamento. Para viabilizar esses planos, convidaram o especialista Jan Welling para a fazenda. Este preparou planos para uma nova fábrica, mais profissional. No começo de 1953, decidiram montar uma nova fábrica de laticínios. Os gastos com o estoque deviam ser os mais baixos possíveis, especialmente para assegurar que a fábrica se tornasse rapidamente rentável. A venda do gado, no entanto, reduziu a capacidade de tornar a fábrica rentável. Também sofreram grandes perdas porque as instalações precárias tornavam o leite ácido. A expectativa de tornar a nova fábrica rentável era muito difícil, o que levou Welling a pedir demissão em agosto de 1953. A fábrica, inaugurada no início de 1954, operava com prejuízo devido à oferta insuficiente de leite. No início de 1955, foi encerrada a comercialização de leite em Campinas e o foco mudou para a produção de manteiga. Mesmo assim, a fábrica de laticínios continuava perdendo dinheiro. No final de 1956, a fábrica foi fechada.

A indústria pecuária também enfrentou vários problemas. Quando os agricultores se tornaram independentes, uma grande parte do gado foi transferida para os agricultores. A cooperativa continuou sendo proprietária de gado em quatro estábulos de reprodução. O objetivo era manter uma boa seleção de gado para criação na fazenda. O gado era abrigado com os agricultores envolvidos. Eles cuidavam do gado e recebiam em troca leite, bezerros e metade das novilhas. No decorrer de 1953, o departamento de pecuária estava sofrendo enormes perdas, causadas principalmente pelas fazendas de criação de gado. Depois de consultar os criadores envolvidos no processo, o conselho decidiu vender os estábulos aos poucos, procurando dar preferência aos membros da cooperativa na venda dos animais.

No decorrer dos anos 50, a área de pecuária se deparou com uma nova doença, que não sabia se era contagiosa ou não. Várias vacas desenvolveram tumores na cabeça e morreram. Muitas eram as melhores vacas leiteiras, o que significou uma redução na produção de leite.

O que aconteceu com a fábrica de leite também aconteceu com vários outros departamentos da cooperativa que tinham sido criados no início da operação. No ano fiscal de 1952-1953, precisaram fechar a fábrica de tijolos porque não havia barro adequado suficiente. O mesmo aconteceu com a serraria, que não conseguia operar em capacidade plena pela falta de madeira própria. No final de 1953, essa divisão também foi encerrada. A oficina de

carpintaria também operava com perdas, o que levou a cooperativa a transferir a operação para um operador privado. Em 1953, foi inaugurada uma fábrica da mandioca. A instalação também enfrentou perdas nos primeiros anos, devido aos elevados custos iniciais (por conta da má qualidade das instalações) e os preços baixos para o produto final.



Em 1957, parte da fazenda foi ocupada com plantações de café. A iniciativa não durou muito.

Após experimentos iniciais malsucedidos com o cultivo de produtos agrícolas tipicamente plantados na Holanda, como batata e trigo, estes foram logo substituídos por produtos típicos de climas tropicais. Naquela época, a cultura mais importante era a de arroz. Entre 1952 e 1957, o arroz representava em média 15,6% da produção total. Em seguida, em ordem de importância, vinham a mandioca (9%), milho (7,7%) e algodão (4%). Além dessas quatro principais culturas, a fazenda também produzia café, amendoim, abacaxi e mais tarde produtos importantes como frutas cítricas e flores (especialmente gladíolos). Exceto pelas frutas cítricas e as flores, nenhum desses produtos conseguiu evoluir para uma participação permanente na produção total. Desapareceram das estatísticas de produção depois de alguns anos. Um bom exemplo é a cultura do café. Em 1957, Holambra teve sua primeira safra de café, com um total de 85 hectares de terra plantados. Equipamentos especiais foram comprados para o processamento. No final de 1957, as primeiras sacas de café de Holambra foram exportadas para a Holanda, com muita fanfarra. A cultura não durou,

no entanto. Embora na safra de 1958-59 o café ainda representasse parcela razoável das vendas totais (6,3%), a produção não conseguiu se sustentar em Holambra e desapareceu depois de 1963.

Na área da pecuária, além da criação de gado, a suinocultura (média de 19,3%) e avicultura – principalmente a produção de ovos (12,8%) – tinham um papel importante. O ano de produção 1952-53 mostrou uma marcada predominância da pecuária sobre a agricultura e horticultura (75,5% vs. 24,5%), uma relação que se reverteu nos anos seguintes como resultado da exploração continuada da fazenda. No ano de produção 1957-1958, a pecuária representava somente 42,9% do total das vendas externas.

Consolidação lenta

Embora os últimos agricultores que tinham se recusado a assinar o contrato ainda não tivessem saído, já havia planos para a chegada de novos emigrantes e para o desenvolvimento da parte não cultivada da fazenda. Era óbvio que Holambra tinha sofrido sérios danos com todos os acontecimentos ocorridos entre 1951 e 1953, e que só a chegada de novos emigrantes poderia melhorar a rentabilidade. Além disso, a parte não cultivada da fazenda pesava sobre a situação financeira da colônia, especialmente porque a dívida hipotecária com a Armour ainda não havia sido paga.

O restante dos moradores e os emigrantes recém-chegados – a maioria parentes dos emigrantes já estabelecidos – assumiram as empresas disponíveis. No entanto, o conselho da cooperativa queria impedir que o mesmo ocorresse com a parte ainda não cultivada da fazenda. Assim, foi decidido que nenhum parente dos moradores já existentes seria elegível. A liderança estava ciente do fato de que muitas famílias estavam interligadas por vínculos familiares.

Para expandir a fazenda, era necessário obter novos empréstimos. Para financiar a exploração e a ocupação da parte não utilizada da fazenda, foi sugerida a possibilidade de se constituir uma empreiteira que, com apoio do banco de desenvolvimento, compraria a parte não cultivada. Com o rendimento da venda, que poderia gerar 20 milhões de cruzeiros, a cooperativa poderia imediatamente resgatar a hipoteca com a Armour. Com o restante do montante (12,5 milhões de cruzeiros), a cooperativa poderia obter um novo empréstimo com o objetivo de cultivar a parte não explorada da fazenda e para a instalação de novas fazendas individuais. De acordo com um plano do suíço René Bertholet, que morava no Brasil, os novos emigrantes precisariam contribuir com 210.000 cruzeiros de seus próprios recursos. De acordo com o plano, eles pagariam a terra em 11 anos. Tanto Hogenboom quanto as autoridades holandesas não se entusiasmaram muito pelo plano de Bertholet. O Ministério da Fazenda holandês indicou que a venda diminuiria o valor da garantia. Por conta da participação financeira que tinha na colônia, o governo holandês deveria aprovar o plano. Além disso,

temia-se nos círculos do governo holandês que, caso a colônia não pudesse cumprir as suas obrigações financeiras, os colonos que cumpriram fielmente suas obrigações durante anos fossem prejudicados.

O plano Bertholet sumiu rapidamente. Em 3 de maio de 1953, o vice-presidente do Brasil, João Café Filho, visitou a Fazenda Ribeirão. Durante os debates com essa autoridade (que, de acordo com Hogenboom, estava muito animada com os resultados já alcançados), também falou-se sobre a expansão da fazenda através da criação de 114 empresas agrícolas de 25 hectares cada. Esse plano requeria uma importância de 25 a 30 milhões de cruzeiros. Seguindo o conselho do vice-presidente, o governo brasileiro logo em seguida recebeu um pedido de um empréstimo de 25 milhões de cruzeiros. Dada a experiência prévia (de demasiada demora na liberação de fundos pelo governo), a cooperativa decidiu, no final de 1953, iniciar negociações diretas com o Banco do Brasil. Simultaneamente, Holambra, com a ajuda do Presidente da Comissão da Aconselhamento e Assistência Dirk Berkhout, fez mais uma tentativa de obter um novo empréstimo de 2,5 milhões de florins na Holanda. O ministro de Assuntos Sociais Ko Suurhoff disse a Berkhout que não estava disposto a fornecer qualquer garantia para um novo empréstimo holandês obtido por Holambra.



Visita do bispo de Campinas (centro) à Holambra. A sua direita e esquerda, os integrantes do Sint Maarten Ruitersgilde.

A obtenção de novos financiamentos para a expansão da fazenda transformou-se em uma longa história. No início de 1956, parecia que só seria possível obter um empréstimo de 7,5 milhões de cruzeiros. Para o

restante do valor, teriam que buscar um outro banco brasileiro. Em seguida, houve uma nova negociação com o Banco do Brasil, que resultou na liberação de um empréstimo de 14 milhões de cruzeiros em novembro de 1957. Com esse valor, foi possível pagar a hipoteca da Armour e financiar a exploração da última parte inexplorada da fazenda.

Enquanto isso, trabalhava-se lentamente no cultivo e na transferência de empresas para os novos emigrantes, com o conselho inicialmente buscando acomodar apenas emigrantes que não fossem parentes dos moradores existentes. A pedido do bispo de emigração, monsenhor Hanssen, esse princípio foi abandonado no final de 1955. No entanto, os emigrantes que se estabeleceram na fazenda a partir de 1956 eram bem diferentes. Os colonos iniciais eram principalmente do sul e do leste da Holanda, mas a partir de meados dos anos cinquenta começaram a chegar famílias da província de Noord-Holland, ao norte.

A área explorada aumentou rapidamente: no segundo semestre de 1953, a área cultivada era de apenas 1.540 hectares; quatro anos depois, já havia aumentado para 2.800. Além das partes não exploradas da fazenda – destinadas a estradas, canais e silvicultura – ainda restavam em torno de 1.450 hectares de terras para o estabelecimento de empresas agrícolas. Esta última parte da fazenda foi cultivada e loteada em 1958 e 1959. Agora Holambra estava praticamente completamente ocupada, e a emigração para a Fazenda Ribeirão praticamente congelou.

Relações difíceis com a Holanda

Para a expansão da fazenda, Holambra também precisava da cooperação do governo holandês e da KNBTB. Embora a relação estivesse gravemente abalada por conta de tudo o que acontecera nos anos anteriores de crise, ambos os lados precisavam desesperadamente um do outro. Em primeiro lugar, ainda era necessário pagar o empréstimo holandês de uma forma ou de outra. Holambra também precisava de apoio holandês para a seleção e o transporte de novos emigrantes. Ainda assim, o conselho da cooperativa tinha um grande incentivo. Dadas as ocorrências do passado, considerava-se moralmente que, se a Holanda não cooperasse com a expansão, deveria abrir mão do pagamento do empréstimo. Nesse caso, Holambra não teria mais qualquer obrigação perante a Holanda. Além disso, a colônia não estava mais disposta a aceitar interferências externas.

Essa atitude resultou em um novo conflito entre Holambra e Holanda, que começou a surgir em meados de 1953. Neste caso, a causa foi a falta de controle sobre a situação financeira da colônia holandesa dentro dos círculos governamentais holandeses. Para mudar isso, foi aventada a possibilidade de enviar um auditor ao Brasil. Por mais que isso pudesse dar aos agricultores de Holambra a impressão que Hogenboom estava sendo fiscalizado, não desejavam excluir essa opção. A ausência de resultados corporativos

dificultou a situação para os credores na Holanda de aceitar a falta de pagamentos dos juros acordados. De acordo com o adido de emigração Hendrik Meijer, havia dúvidas na Holanda sobre se Hogenboom ainda dava atenção suficiente a sua função de comissário do governo, ou se havia prejudicado os interesses holandeses em sua função como presidente da cooperativa. A Comissão de Aconselhamento e Assistência não concordou com essa conclusão: para eles, a liderança da cooperativa não poderia estar em melhores mãos. Afirmaram ainda que os outros membros do conselho de Holambra também eram bons e confiáveis. "A colaboração entre esse grupo de pessoas pode ser considerada boa, e sua perseverança é digna de admiração". A comissão achava que o pagamento forçado de juros prejudicaria o desenvolvimento do empreendimento. A retirada prematura dos recursos necessários para os investimentos produtivos somente atrasaria a melhoria da rentabilidade. A comissão não tinha objeções quanto à proposta do governo holandês de enviar um auditor. A liderança da fazenda tinha que estar em mãos fortes e, portanto, era necessário que o líder tivesse plenos poderes. Embora a comissão não encorajasse a combinação da função de comissário do governo com a de presidente da cooperativa, não via como seu dever ali intervir. Não havia nenhuma razão para duvidar das intenções de Hogenboom de respeitar as responsabilidades de ambas as funções, e também não conseguiram detectar qualquer exemplo de conflito entre ambas as responsabilidades.

Já nos altos círculos do governo holandês, a situação era bem diferente. Houve pedidos para que demitissem Hogenboom do cargo de comissário de governo e procurassem uma pessoa conhecida no local que fosse capaz de assumir o controle dos interesses de estado holandês. Um dos conselheiros de Suurhoff, Kees van Doorn, do Comissariado de Emigração, achava que Hogenboom havia falhado como comissário. De acordo com ele, os relatórios sobre Ribeirão demonstravam lacunas graves. "Até este momento, a condição financeira da colônia, e da cooperativa em particular, são completamente desconhecidas." Ele propôs proceder com cautela. Seria extremamente imprudente demitir Hogenboom também da liderança da colônia. Sua saída poderia gerar novas dificuldades. Van Doorn: "Nenhum dos conselheiros, exceto o senhor Hogenboom, tem autoridade e a confiança da colônia necessárias para o exercício da liderança. Embora eu duvide que o sr. Hogenboom aceite com satisfação cooperar com as autoridades holandesas se não for mais comissário, temo que o desaparecimento do sr. Hogenboom de Ribeirão não atenderia aos melhores interesses do governo holandês no local."

Em contrapartida, as autoridades holandesas no Brasil tinham repensado a sua posição que o acúmulo de funções seria, em princípio, incompatível. No decorrer de 1953, as dúvidas de Dirk Berkhout e Wolter Wolthers, da Comissão de Aconselhamento e Assistência, deram lugar à conclusão de que era melhor manter a combinação das duas funções por um bom tempo. O

embaixador Tom Elink Schuurman sugeriu adiar a decisão até que a comissão tivesse a oportunidade de expressar a sua opinião.

No início de 1954, mais uma mudança: a Comissão de Aconselhamento e Assistência decidiu não enviar à Holanda os relatórios financeiros que já tinham sido aprovados pela assembleia geral da cooperativa porque não representavam uma imagem clara das atividades da cooperativa nem de sua posição financeira em 31 de agosto de 1953. A Comissão afirmou que o balanço anual deveria ser preparado de acordo com os princípios contábeis vigentes. Hogenboom comprometeu-se a fornecer mais informações na próxima assembleia. Quando esta ocorreu, em 23 de fevereiro de 1954, a Comissão decidiu enviar os documentos financeiros para a Holanda, mas indicou que os documentos não eram adequados para que se formasse uma impressão real sobre a posição financeira da cooperativa. A Comissão também se opôs a um imposto de 1.500 cruzeiros por hectare, porque a cooperativa deu a impressão de que este imposto era devido à saída dos membros dissidentes durante o ano anterior, e portanto a taxa poderia dar origem a novos protestos. Ao contrário do que era praxe, o presidente da Comissão (Berkhout) enviou para a Holanda a ata da reunião sem a assinatura de Hogenboom. Fez isso porque as explicações sobre o balanço anual em alguns pontos-chave representavam a visão da comissão, que não era compartilhada por Hogenboom e pelo conselho da cooperativa. Hogenboom foi chamado até o escritório de Berkhout em São Paulo para assinar um relatório e incluir seus próprios comentários.

Um mês e meio depois, Berkhout e Wolthers afirmaram que não eram mais capazes de atuar como membros da Comissão de Aconselhamento e Assistência. Ambos argumentaram que o governo holandês omitiu-se com relação à confirmação da posição de Hogenboom como comissário do governo e que o conselho de cooperativa, através de Hogenboom, continuava a recusar-se a nomear um auditor neutro. "Sem fiscalização regular e sem os resultados de um auditor imparcial, a Comissão não deseja mais assumir responsabilidades." Declarou também que a Comissão não podia mais assumir perante o governo holandês a responsabilidade pela exatidão dos dados utilizados para avaliar o desenvolvimento da cooperativa. Foi aconselhado enviar um auditor do governo para Holambra para realizar uma investigação completa da administração da cooperativa.

Berkhout e Wolthers também afirmaram que sua cooperação com Hogenboom, que inicialmente tinha sido bem estreita, espontânea e positiva, vinha se deteriorando cada vez mais ao longo dos últimos meses. Recentemente, Hogenboom teria deixado claro que não apreciava as recomendações e opiniões da Comissão de Aconselhamento e que não queria mais levá-las em consideração. “A Comissão, cuja posição jurídica sempre foi extremamente fraca, é incapaz de levar suas opiniões ao conselho da cooperativa sem a plena cooperação do Sr. Hogenboom." Berkhout e Wolthers acrescentaram que os problemas que enfrentaram em seu

relacionamento com Hogenboom não diminuíram a apreciação que tinham pelo "excelente trabalho" que fizera como líder técnico de Ribeirão.

O conselho da cooperativa afirmou, por sua vez, que não apreciava mais qualquer interferência externa. Não aceitou as modificações unilaterais do balanço anual feitas pela Comissão de Aconselhamento e afirmou que só estava vinculada às leis brasileiras, que não reconhecem o comissário do governo nem a Comissão de Aconselhamento. De acordo com o adido de emigração Meijer, o clima negativo em Holambra foi reforçado pelo fato de que tanto a imprensa holandesa quanto as cartas recebidas espalhavam mensagens que deixavam transparecer que a Holanda não apoiava a colônia e estaria apenas interessada em recuperar os fundos emprestados. Embora Hogenboom tenha tentado mudar essa visão, os agricultores davam mais credibilidade ao conteúdo das cartas de parentes e conhecidos do que a suas palavras. De acordo com Meijer, a posição de Hogenboom como comissário do governo também tinha sido enfraquecida. Ele tinha a impressão de que, em questões financeiras, o conselho da cooperativa se importava menos com a opinião de Hogenboom do que ele imaginava. Até agora, Hogenboom conseguira evitar que os agricultores apelassem às leis brasileiras para deixar de lado a "declaração de compromisso moral". Mas agora, Meijer já não tinha mais tanta certeza.

O adido de emigração não esperava que Hogenboom aceitasse uma renomeação como comissário. No entanto, isso não significava que iria parar de defender os interesses holandeses. Hogenboom também considerava como seu dever garantir uma auditoria regular e completa. No entanto, houve a expectativa de que a chegada do auditor fosse causar alvoroço. Meijer então propôs adiar a chegada até que um contador local pudesse concluir sua investigação. Na assembleia geral de 13 de maio de 1954, depois de uma longa batalha, Hogenboom conseguiu que os membros concordassem com a auditoria. Uma grande parte dos agricultores preferia não pagar o empréstimo holandês. O novo líder espiritual da fazenda, padre Ansfried Verberne, precisou se envolver para convencer os agricultores da culpabilidade moral dessa postura.

Na Holanda, o comissário de emigração Bas Haveman reconheceu que havia impedimentos jurídicos em fazer com que Holambra cumprisse as obrigações do contrato de empréstimo. Era incerto se a figura de comissário, nomeado pelo governo holandês, estava em conformidade com a legislação brasileira. Certo era que a provisão de pagamento em moeda holandesa era contrária ao direito brasileiro. Para que o acordo tivesse validade jurídica no Brasil, o empréstimo deveria ser convertido em cruzeiros, o que certamente representaria uma grande perda para os credores e fiadores holandeses. Por outro lado, se a cooperativa não cumprisse as suas obrigações perante a Holanda, não haveria nenhum apoio para a expansão de Ribeirão e o governo brasileiro seria informado de que não haveria mais projetos de colonização até que encontrassem uma solução para os credores.

Hogenboom também percebeu que sua posição havia mudado. Ele informou o ministro holandês Suurhoff que não era mais capaz de cumprir seus deveres como comissário na Fazenda Ribeirão, uma vez que a função não era compatível com a legislação brasileira. Por isso, desistiu da nova nomeação. Hogenboom indicou, no entanto, que isso não traria um fim ao seu envolvimento representando os interesses holandeses. "Muito pelo contrário. Ficou muito claro para mim nessa sociedade que há outras formas melhores de representar esses interesses. Posso oferecer essa garantia de antemão." Para resolver as questões em aberto, aguardava a vinda de Haveman ao Brasil. Hogenboom achava que os mal-entendidos mútuos que surgiram pudessem ser resolvidos melhor através de um contato pessoal do mais alto nível e uma observação pessoal da situação.

Novos planos de pagamento

Durante a visita de Haveman, que ocorreu em agosto e setembro de 1954, um novo acordo foi negociado para pagar o empréstimo holandês. Originalmente, o empréstimo seria pago a partir de 1956. No entanto, as dificuldades que surgiram durante a reorganização de Holambra e a saída de muitos agricultores nos anos 1951-1953 aumentaram consideravelmente os encargos para os agricultores que permaneceram. Holambra também sofria com a contínua depreciação do cruzeiro. A partir de entrevistas que Haveman realizou no Brasil, ficou claro que a cooperativa e os colonos jamais seriam capazes de pagar o empréstimo holandês em florins. Hogenboom conseguiu convencer os agricultores de Holambra a negociar uma solução. O conselho da cooperativa questionava como, seria possível assegurar uma existência razoável aos seus fazendeiros caso persistisse o valor tomado emprestado de 18 milhões de cruzeiros – equivalente a 2,75 milhões de florins. Concluiu-se que seria possível aceitar esse valor como dívida, mais 3 milhões de cruzeiros de juros, com pagamento em 15 parcelas anuais a partir de 1962. Haveman concordou com a proposta e disse que o governo holandês se reservaria o direito de verificar os dados fornecidos pela cooperativa, com o que Hogenboom concordou. No acordo que Hogenboom e Haveman fecharam, também foi estipulado que um novo comissário seria nomeado para representar os interesses do governo holandês na colônia, sem assumir de fato a liderança ou ter o poder de decisão. Haveman visava eliminar os problemas psicológicos dando uma declaração oficial após sua volta da Holanda sobre a perseverança dos fazendeiros em Holambra na superação das dificuldades. Além disso, o lado holandês concordou em cooperar para uma boa seleção de emigrantes. Hogenboom e Haveman concordaram que a eliminação das antigas mazelas permitirá um futuro saudável à colônia. "A falência total que, de outra forma, teria certamente ocorrido, estava agora evitada por completo".



Visita do comissário de emigração da Holanda Bas Haveman (direita) a Holambra em 1954. À0 esquerda, Charles Hogenboom.

Após esse acordo preliminar, passaram-se mais dois anos até que o ministro Suurhoff apresentasse um projeto de lei ao parlamento para converter o empréstimo em cruzeiros. Por conta dessa longa espera por um acordo final e novos relatos negativos sobre Holambra na imprensa holandesa, o conselho da cooperativa decidiu, por bem ou por mal, salvar a própria pele e não procurar mais ajuda na Holanda. Propôs-se a depositar em um fundo os recursos para pagar o empréstimo holandês, e assim financiar a emigração de agricultores para outras regiões no Brasil. Foi somente durante a sua visita à Holanda, em dezembro de 1955, que as coisas se tornaram mais claras para Hogenboom. O projeto de lei que permitia a conversão para cruzeiros finalmente foi apresentado ao parlamento holandês em 25 de setembro de 1956, sendo aprovado pela Câmara dos Deputados em 21 de novembro e pelo Senado em 11 de dezembro.

Em seguida, Holambra começou a negociar com o governo do estado de São Paulo a fim de ajustar as condições de pagamento do empréstimo que este tinha oferecido durante a fundação de Holambra. No final de 1956, havia ficado claro que os juros sobre este empréstimo, que tinham subido para 10 milhões de cruzeiros, seriam perdoados. Por trás deste perdão estavam o governador Jânio Quadros e o vice-presidente do Parlamento estadual, doutor Joaquim Fernando Paes de Barros Neto. Quadros, que mais tarde tornou-se presidente do Brasil, escreveu na apresentação da proposta: "Vamos atender a esse requisito sem mais discussão, porque essa é uma

grande empresa". Paes de Barros Neto era um forte defensor de uma colonização holandesa maior no estado de São Paulo, e um dos fundadores da cooperativa de Holambra II em 1960.

Os encargos ficariam gradualmente mais leves, não só para a cooperativa, mas também para os agricultores. A promessa de Hogenboom, em 1952, de que a taxa de 1.500 cruzeiros diminuiria e eventualmente desapareceria, foi cumprida. Já no dia 29 de janeiro de 1953, o conselho anunciou que seria cobrada apenas a metade da taxa. A coleta do restante seria adiada. Um ano depois, restava apenas uma taxa de 700 cruzeiros. Durante uma reunião geral em 31 de janeiro de 1955, o conselho anunciou que a taxa fora abolida. Em seu discurso anual em janeiro de 1956, Hogenboom anunciou que a cooperativa, pela primeira vez, conseguiu fechar o seu balanço sem perdas. Os anos mais difíceis pareciam ter ficado para trás.

CAPÍTULO 8

NOVA CRISE

A crise de 1951-1953 deixou os fazendeiros remanescentes com encargos financeiros que apenas poderiam ser gradualmente reduzidos pela chegada de novos emigrantes que seriam acomodados na parte da fazenda que ainda precisava ser trabalhada. Ao longo de 1955, muitos se sentiram mais confiantes de que os anos difíceis tinham ficados para trás e que agora poderiam ser bem-sucedidos. Ainda assim, uma parte dos moradores ficou com a impressão de que quem se beneficiaria mais com essa melhoria não seriam os pioneiros da primeira hora, mas sim os recém-chegados. Eles poderiam fazer o seu negócio florescer com facilidade, enquanto fazer o mesmo tinha exigido enormes esforços deles. Esse descontentamento, juntamente com as ações de alguns recém-chegados insatisfeitos, levou a uma nova crise no final de 1958, que resultou na partida de vinte agricultores para Santa Catarina.

Compensação para os pioneiros?

Em setembro de 1955, Jean Hermans apresentou uma proposta ao conselho da cooperativa para que fosse oferecida uma compensação aos primeiros imigrantes. Argumentou que a 'velha guarda' tinha o direito moral a um pagamento adicional que pudesse eliminar as diferenças entre emigrantes antigos e novos e amenizar as mazelas que o primeiro grupo sofreu. Hermans teve o apoio de seus companheiros no conselho, Nard van Melis e Fons Sleutjes. De acordo com Van Melis, que considerou que os novos imigrantes usufruíam de uma posição muito melhor, já tinha sido feita a promessa de que haveria um acordo para eliminar essas diferenças.

No entanto, essa proposta não foi bem recebida por Hogenboom. Ele se perguntou qual tinha sido a dor sofrida por quem agora tinha uma empresa financeiramente sólida, e se essas pessoas mereciam recursos adicionais. Além disso, argumentou que a lei brasileira de cooperativas não permitia uma distribuição desigual de lucros. Também achava que esse pagamento seria irresponsável, já que a posição financeira da cooperativa ainda era "periclitante". Se a proposta fosse aceita, ele não teria mais como negociar com as autoridades holandesas e brasileiras. Embora a maioria do conselho da cooperativa apoiasse a proposta, Hogenboom conseguiu negociar (apesar da impossibilidade de tal apoio ser considerado injusto por ele) no sentido de que teria uma oportunidade de buscar uma solução.

Dois meses depois, em 12 de novembro de 1955, a questão veio novamente à tona. Novamente Hermans argumentou que, em algum momento, seria necessário chegar a um acordo de compensação pelas

despesas com as quais a comunidade arcou para a expansão da fazenda e que beneficiariam especialmente os novos imigrantes. Então, ficou decidido que seria feito um cálculo. No entanto, dois dias depois Hogenboom anunciou que essa questão "fez com que eu pensasse seriamente", e que "me sinto obrigado, de uma vez por todas, a deixar bem clara minha posição com respeito à política da cooperativa e, como vocês não são capazes de fornecer uma resposta clara e definitiva, não vejo outra solução que não seja minha demissão imediata de minhas atribuições".

Hogenboom argumentou que qualquer melhoria na situação da cooperativa beneficiava os membros individuais: "A Cooperativa não é constituída do senhor Hoogenboom, de Feld, De Bruin, Kors, Eijsink, etc. ou quem quer que seja, mas sim pelos agricultores atuais, pelos membros da cooperativa". Em nome dos agricultores, ele trabalhava para reduzir os encargos através da eliminação do empréstimo de 21 milhões de cruzeiros, negociando com o estado de São Paulo para que perdoasse os juros, bem como adquirindo um novo empréstimo para cultivar novas áreas da fazenda. Na sua opinião, tudo isso era necessário para reforçar a posição de Holambra e expandir fortemente a emigração de agricultores católicos para o Brasil. Por outro lado, achava que não seria bom gastar uma grande parte desses recursos pagando empresas que, por má administração, não conseguiam fechar as contas. Se fosse para agir assim, ele se veria diante de um conflito, "em que teria se furtado de suas atribuições não só perante a comunidade, mas também com relação às autoridades holandesas e brasileiras, podendo até ser chamado de desonesto. E, acima de tudo, aquilo que fora alcançado com louvor pela cooperativa seria deixado de lado da forma mais desonrosa possível".

Os membros do conselho deveriam entender "que não podiam forçar seu presidente a ultrapassar a linha do dever e da honra. A situação que poderia surgir de tal posição do conselho, contra a qual os advirto seriamente, será pior do que qualquer revolução interna já ocorrida nesta comunidade. Isso não é uma questão de moralidade de alguns membros da comunidade, mas uma questão da minha consciência e da sua". Era importante que a questão fosse esclarecida. Caso não o fosse, Hogenboom não via outra escolha que não fosse explicar isso para a assembleia geral. No entanto, se até os membros concordassem com essa "compensação para os pioneiros", ele renunciaria a seu cargo junto aos governos holandês e brasileiro e notificaria o Banco do Brasil sobre as intenções do conselho e da comunidade de Holambra.

Hogenboom concordou em analisar em que medida seria possível oferecer apoio financeiro às empresas debilitadas. Porém, não aceitaria pagar uma compensação aos antigos emigrantes, independentemente de sua situação financeira – como Hermans tinha sugerido. Hogenboom acabou por conseguir o apoio da maioria do conselho, que concordava que era importante obter o melhor resultado para Holambra nas negociações na

Holanda. Jean Hermans ficou decepcionado. Não compareceu às reuniões do conselho e mais tarde renunciou como membro.

Pouco tempo depois, Hogenboom viajou à Holanda para concluir as negociações sobre a conversão do empréstimo holandês em 21 milhões de cruzeiros. Além disso, tinha recebido a garantia de que, caso Holambra não fosse capaz de pagar o empréstimo em 1962 – por exemplo, devido a um fluxo insuficiente de novos emigrantes –, a Holanda seria um pouco mais flexível. Durante a assembleia geral de 25 de janeiro de 1956, Hogenboom disse, no entanto, que essa jornada tinha sido a "viagem mais penosa" que tinha feito à Holanda, já que os relatos sobre as "compensações para pioneiros" tinham despertado certa desconfiança entre as autoridades competentes e receio com eventos futuros na Fazenda Ribeirão. Ele perguntou retoricamente à plateia o que era ser pioneiro e quem realmente tinha sido um pioneiro. Em sua opinião, eram poucos os verdadeiros pioneiros.



O príncipe Bernhard da Holanda conversa com emigrantes (1959).

No entanto, Hogenboom viu uma oportunidade de fazer algo pelo que chamava de "velha guarda": uma possível isenção dos pagamentos de juros do empréstimo de São Paulo liberaria dinheiro para fins sociais e para promover mais emigração. O lucro esperado da venda de terras para cerca de vinte novos emigrantes também renderia um valor de dois milhões de cruzeiros. Hogenboom propôs creditar esse valor ao capital social dos

membros de acordo com o número de anos de participação na cooperativa. Nesse caso, a "velha guarda" foi definida como aqueles que tinham chegado antes da proibição do governo holandês de trazer novos emigrantes, ou seja, até a chegada de "Alioth" em novembro de 1950. Mais tarde, tornou-se claro que essa proposta não poderia ser implementada porque também violava as leis de cooperativas, que não permitem a distribuição de lucros de acordo como o número de anos de filiação. Em seguida, foi decidido pagar valores com base no volume do faturamento.

Uma nova doença assola o gado

O conflito sobre a "compensação para os pioneiros" foi causado pela insatisfação de um grupo de agricultores que sentiam que não conseguiam progredir. O descontentamento surgiu novamente no início de 1958, com a chegada de um novo veterinário na fazenda: Frans van der Sande. Logo após a sua chegada, o veterinário entrou em conflito com o conselho da cooperativa, já que achava que, por conta de sua formação acadêmica, deveria exercer um papel de liderança. Hogenboom obviamente recusou. Não foi somente sua atuação pública que despertou ressentimento, mas também a forma como exercia a sua função de veterinário. Apenas três meses depois da sua chegada, o conselho da fazenda recebeu uma denúncia dos agricultores de que ele estava descuidando do gado. Alguns então perguntaram "se o gado seria sacrificado em nome do veterinário, ou se deveria ser o contrário".

A pergunta tornou-se ainda mais pertinente quando surgiram notícias nos jornais brasileiros em novembro de 1958 de um tipo de câncer que afetava o gado holandês na Fazenda Ribeirão. De acordo com essas notícias, Van der Sande e sua esposa (também veterinária) tinham feito uma descoberta importante, que poderia ser a chave para resolver o problema. Há vários anos, os agricultores na fazenda se deparavam com uma condição que matava inicialmente os animais mais velhos e em seguida também os mais jovens. A transmissão da doença era desconhecida. De acordo com os jornais, o quadro clínico incluía dificuldades respiratórias e protuberâncias em torno do olho e da orelha. Mesmo se sobrevivesse à doença, o gado passava a apresentar sintomas da raiva, e por isso os proprietários eram obrigados a abater os seus animais.

Após sua chegada na Fazenda, Van der Sande tentou determinar a causa dessa doença misteriosa, conduzindo autópsias em animais mortos pela doença. Foi descoberto que as protuberâncias demonstravam semelhanças com o câncer. Em seguida, o material foi enviado para o Instituto Biológico de São Paulo, que confirmaria as conclusões de Van der Sande. As publicações na imprensa retratavam Van der Sande como o grande descobridor dessa estranha doença, o que causou enorme alvoroço na

fazenda. Com a "faca na garganta", o Instituto Biológico decidiu proibir a venda do gado.

Esse caso aconteceu enquanto Hogenboom estava na Holanda. Durante sua ausência, as contradições culminaram em uma grande crise. Alguns emigrantes recém-chegados estavam insatisfeitos porque a situação na fazenda não correspondia às suas expectativas. Na Holanda, foram informados de que assinariam um contrato com prazo de dez anos. Após a chegada, no entanto, descobriram que esse prazo era de 15 anos. O motivo do prazo maior seria que a cooperativa deveria (formalmente ou não) manter a propriedade das terras caso precisasse de uma hipoteca. Os emigrantes em questão também foram informados de que o motivo desse prazo era porque os cálculos mostravam que seria difícil que pagassem as prestações de sua empresa em dez anos. Mais tarde, o conselho decidiu oferecer um contrato de dez anos caso pudessem demonstrar a sua capacidade financeira. O porta-voz desse grupo era Van der Sande, assistido pelo padre Werenfried Stokman.



Dança folclórica por ocasião da visita do príncipe Bernhard (1959).

Os motivos da insatisfação do grupo de emigrantes mais velhos eram mais complexos. Estes já vinham sofrendo um descontentamento latente. Geralmente se tratava de agricultores com empresas não rentáveis e poucas perspectivas de crescimento. A dívida os tornava altamente dependentes da cooperativa, que consequentemente tinha grande influência sobre o seu negócio. Em alguns casos, os problemas dos agricultores foram resolvidos pela venda temporária da empresa, o que possibilitava que comprassem uma empresa nova, recém-cultivada e, portanto, mais barata. Em outros casos, a dívida precisou ser paga. No entanto, o que mais irritava os agricultores era que não estava claro se podiam contar com novos empréstimos depois de pagar a dívida, enquanto os agricultores maiores tinham livre acesso a crédito. Um dos porta-vozes deste grupo era Jean Hermans.

Durante a ausência de Hogenboom, o descontentamento chegou ao auge. Os emigrantes mais velhos temiam que, se Hogenboom fosse capaz de levantar dinheiro na Holanda para uma nova colônia, ele acabaria com a nova oposição. "Muitos entrarão para uma lista negra até serem silenciosamente 'liquidados'. Nesse caso, estaremos perdidos para sempre", disse Leo Smeets. Segundo ele, deviam agir o mais rápido possível a fim de desenvolver atividades do mais alto nível. "Todos nós esperamos que Charlie [Hogenboom] jamais seja encarregado da gestão da segunda colônia. Porque irá se repetir com os agricultores lá o que já aconteceu e ainda está acontecendo aqui com os antigos emigrantes: dívida, trabalho duro, nenhuma solução, nenhuma melhoria, pobreza, nenhuma perspectiva, empobrecimento, e seus filhos classificados como uma espécie de proletário melhorado."

Ao mesmo tempo, muitos moradores de Holambra acusavam Van der Sande de trabalhar contra a colônia. No início de novembro, circulava pela fazenda uma petição pedindo a saída do veterinário. Ele era acusado de revelar a doença do gado, que já era conhecida internamente, para o mundo. Em sua defesa, Van der Sande disse que sua revelação da doença não tinha prejudicado, mas sim honrado, o nome de Holambra. Também afirmou que a última música que cantaria seria dedicada à liberdade da pessoa humana. "E espero que essa música ecoe pelas colinas e vales de Ribeirão. Porque sem liberdade, a vida do ser humano não pode ser digna."

Após a notícia dessa nova crise, o adido adjunto de emigração Johan Winsser visitou Holambra em 16 de novembro de 1958. Durante a visita, o vice-presidente da cooperativa, Nard Melis, disse que a decisão de expulsar Van der Sande não havia partido do conselho. O conselho confirmou que alguns agricultores estavam passando por dificuldades, mas afirmou que estes não foram ajudados pela intromissão e incitação dos problemas por parte de Van der Sande. "Se o veterinário quisesse colaborar de forma construtiva para ajudá-los a sair das dificuldades, seria muito bem-vindo." No entanto, o veterinário apenas visitou sistematicamente os colonos e tentou colocá-los contra Hogenboom, e quem não concordava com ele era descartado. Além

disso, Van der Sande falhou em prestar assistência de emergência veterinária. O conselho indicou que não apreciava mais a presença dele na colônia.

Os verdadeiros cristãos

Simultaneamente aos problemas de Van der Sande, o conselho também precisou responder ao descontentamento dos emigrantes que tinham dificuldades em tornar seus negócios rentáveis. O conselho da cooperativa fez circular uma nota em 24 de novembro de 1958, em uma tentativa de refutar esses boatos. Como líder do grupo de agricultores insatisfeitos, Jean Hermans decidiu responder a essa nota com uma carta aberta.

Em primeiro lugar, o conselho afirmou que ninguém foi obrigado a emigrar para o Brasil ou a se associar a Holambra. Hermans respondeu que essa escolha tinha sido influenciada pelo fato de que as autoridades oficiais apresentaram uma Holambra com condições muito melhores do que a realidade. Essas entidades seriam culpadas de "recrutamento forçado". Em segundo lugar, o conselho afirmou que cada membro era livre para sair da cooperativa e buscar a sua sorte fora de Holambra. Hermans, no entanto, afirmou que uma liberdade que ia contra todo o senso de responsabilidade que sentia em relação à sua família não era liberdade.

Em seguida, o conselho declarou que era mais fácil deixar a associação do que permanecer como membro, já que o conselho queria saber com quem estava lidando. Depois que um membro saísse da cooperativa, o conselho não teria qualquer obrigação perante tal ex-membro. O conselho só precisaria cuidar para que a pessoa não deixasse qualquer inadimplência material (como dívidas). Hermans reagiu de forma bastante áspera: "Se o conselho se enganou quanto a algum membro em particular, não pode imputar esse engano a tal membro e usar formas desonestas e ilegais para afastá-lo da fazenda, mas, em casos graves de mau comportamento, o conselho deve atuar de acordo com os estatutos. (...) Um conselho que afirma não ter mais nenhuma obrigação após a saída de um membro desiludido exceto cobrar dinheiro e deixar a pessoa com a roupa do corpo é uma vergonha para esta cooperativa."

Depois, o conselho afirmou que os membros deviam aderir aos regulamentos da cooperativa. "Ninguém é obrigado a jogar futebol, mas se você, por livre e espontânea vontade, decide entrar para um time de futebol, deve seguir as instruções do técnico e do capitão. Se você não fizer isso, estraga o jogo para os outros jogadores e o placar final nunca será tão bom quanto se jogar com um time harmonioso, liderado pelo capitão e pelo técnico. Isso não prejudica de forma alguma a liberdade pessoal dos jogadores, nem é uma ditadura por parte da pessoa responsável pelo sucesso do time. Não, isso é necessário para a disciplina e a ordem, sem as quais nada pode existir ou florescer: nenhum país, time de futebol, trânsito ou cooperativa agrícola.

O quinto ponto da nota do conselho tocou em um dos elementos-chave da cooperação dentro da cooperativa: a relação entre o interesse individual e o interesse geral, e a maneira em que se podia criticar: "Nada nesse mundo é perfeito, então nossa cooperativa tem seus pontos fracos, que podem ser melhorados. Para realizar essas melhorias, o conselho está sempre pronto e à sua disposição para receber críticas construtivas e bem-intencionadas que busquem o bem comum. Essas críticas devem, em primeiro lugar, servir ao interesse público e, obviamente, nunca podem representar os interesses individuais de alguns às custas do bem-estar da comunidade. Afinal de contas, o conselho foi eleito por todos os membros e, como tal deve almejar pelos interesses de todos os membros, mesmo que às vezes isso aparentemente vá de encontro ao interesse individual de um único membro."

O conselho também declarou estar aberto a propostas dos membros. Cartas anônimas e "fofocas ou boatos" seriam ignorados. O conselho ainda salientou que as acusações sobre as variações no câmbio do cruzeiro para o florim seriam descartadas, já que são consequências das relações econômicas internacionais. O conselho achava que havia pessoas que ainda tinham um pé no Brasil e o outro na Holanda. Se quiserem permanecer no Brasil, disse o conselho, teriam que pensar e fazer as contas em cruzeiros. "Mas, se vocês quiserem continuar vivendo em florins, então devem ir para um país onde o florim é a moeda. (...) Quem se sentir mais à vontade para calcular em rublos, pode trabalhar em uma fazendinha na Rússia, também é muito bom!"

De acordo com o conselho, a cooperativa não podia ser confundida com uma instituição de caridade, embora os membros possam ocasionalmente ser ajudados a superar os momentos difíceis, se houver dinheiro suficiente disponível. Porém, o conselho disse que os agricultores que ano após ano se endividavam cada vez mais estavam fazendo alguma coisa errada: ou desconheciam sua profissão, ou cultivavam as culturas erradas, ou não estavam dispostos a trabalhar. "Você já parou para pensar o que acontece no mundo real com um padeiro que faz um pão ruim? Ele vende cada vez menos e vai à falência. Em seguida, pode arrumar um emprego como assistente de padeiro em outra padaria. Mas você certamente nunca ouviu falar de todos os outros padeiros se unirem para pagar um subsídio mensal a esse homem, que não tem capacidade de gerenciar o seu próprio negócio, para que ele possa continuar fazendo pão ruim e operar com prejuízo!"

Herman respondeu que a cooperativa não era uma instituição de caridade, mas uma instituição social que deveria ajudar seus irmãos mais fracos, na medida do possível. Os fortes conseguiam se virar. No entanto, a tendência era fornecer mais crédito para os membros com conta bancária saudável, porque eles podiam pagar. De acordo com Hermans, isso era justo do ponto de vista econômico, mas injusto do ponto de vista social. Como fatores para a diminuição do saldo da conta, Hermans citou circunstâncias como o tamanho da família, a composição familiar, hospitalização e força física: "Não

julguem precipitadamente e presumam preguiça ou falta de profissionalismo".

O conselho achava que seria melhor pagar um grande valor em percentagem à cooperativa. Seria muito pior se nada fosse cultivado e vendido, porque assim não haveria percentagens a pagar: "Holandeses, quando vamos parar de reclamar? Quando vamos atuar como verdadeiros cristãos e cuidar daqueles que estão em uma situação pior do que a nossa, e não sempre olhar com inveja para aqueles que conseguiram obter mais bens?" Neste ponto, Hermans se questionou se realmente era uma reclamação quando as pessoas 'reclamavam' porque sua dívida crescia todo ano, não importava o quanto trabalhassem, e ainda tinham que ver a cooperativa gastar mais com jipes do que dez famílias gastariam em um ano para viver: "E mesmo assim, eles falam de verdadeiros cristãos".

Essa troca de farpas deixou bem claro que ambas as partes tinham uma intepretação diferente do que é trabalhar em uma cooperativa. Embora o conselho afirmasse que qualquer um era livre para emigrar, se associar à cooperativa ou ir embora, na prática isso raramente acontecia, disse Hermans. De acordo com o conselho, as dívidas foram principalmente criadas pelos agricultores e o conselho não era responsável. Hermans, no entanto, acreditava que deveriam ajudar os mais fracos.

Ovelhas e bodes

Depois de retornar em 17 de dezembro de 1958, Hogenboom imediatamente deu uma rasteira nos agitadores. Durante as reuniões, os ânimos se exaltaram novamente. Eles disseram a Hogenboom que ele podia ser insolente bem longe dali. Em uma das reuniões, o padre Stokman também tentou falar. Hogenboom não deixou: "Não vou lhe dar a palavra, porque duvido muito de suas boas intenções". Em uma época em que o clero ainda era muito respeitado, muitos não toleraram esse tratamento. Sob fortes protestos, um grande grupo de membros deixou a sala. Quando os ânimos se acalmaram, um membro declarou: "Senhor Presidente, agora que separamos as ovelhas dos bodes, não pense que vamos dizer amém a qualquer proposta do conselho". Hogenboom respondeu: "Só tomamos decisões ou votamos quando a assembleia estiver completa, e não em uma assembleia onde alguns membros ficaram nervosos por causa de alguma bobagem e deixaram a sala. O conselho nunca vai tirar aproveito de uma situação como essa."

Sob o comando de Hogenboom, o conselho decidiu tomar medidas, porque a propaganda contra estava colocando em risco os relacionamentos com os bancos. Também foi decidido adiar o empréstimo de 14 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil para a expansão da fazenda e impedir que Van der Sande exercesse sua profissão de veterinário. Ele não teria mais oportunidade de renovar o contrato com sua empresa. Também

consideraram expulsá-lo como um membro. Os outros que ainda se recusavam a assinar receberam uma última chance.

Reaproximação

No começo de 1959, os membros da "oposição" – principalmente os emigrantes mais velhos – pediram uma audiência com o conselho. O conselho concordou, mas decidiu que nenhum membro do clero estaria presente e que cada uma das partes seria representada por três pessoas. Os membros do conselho Charles Hogenboom, Nard Melis e Jan Nabuurs participaram dessa reunião no dia 13 de janeiro. A "oposição" foi representada pelos antigos membros do conselho Jean Hermans e Fons Sleutjes e pelo emigrante recém-chegado Gerard Niens. A conversa foi sobre a posição das empresas mais deficitárias e os empréstimos para essas empresas. Hermans disse que uma família saudável era a base para uma comunidade saudável, e uma empresa saudável seria a base para uma cooperativa saudável. De acordo com ele, esta base não era saudável. Deveriam analisar a rentabilidade de cada empresa e reorganizar onde fosse necessário. O sistema de crédito estava errado, porque não havia regras estabelecidas. Muitas empresas conseguiram obter muito pouco crédito: suficiente para não morrerem, mas insuficiente para viverem.

De acordo com Hogenboom, o problema era muito difícil, porque uma pequena empresa podia ser considerada pequena demais para um e grande demais para outro. Além disso, a expansão das empresas nem sempre era possível, porque ou não havia terra disponível na área, ou era inútil aumentar a empresa com terras mais pobres. Outra questão era onde conseguir o dinheiro e como fazer isso de forma responsável. Empresas prósperas queriam mais crédito, com toda razão, de acordo com Hogenboom. No entanto, também havia empresas que precisavam de uma mão mais pesada, pois o valor da garantia usada para obter os empréstimos estava diminuindo. Uma solução seria a liquidação dessa empresa. Um dos opositores afirmou que já havia seis meses que estavam tentando fazer o resgate. A única pergunta era se estavam tentando salvar os agricultores ou a cooperativa. Uma grande parte dos agricultores ganhava apenas o suficiente para sobreviver. De acordo com Hermans, todos tinham que receber uma empresa rentável. Na opinião de Hogenboom, a cooperativa não podia providenciar isso, só o agricultor.

Essa questão estava intimamente relacionada ao sistema de crédito utilizado. Como os agricultores ainda não eram proprietários das terras, somente a cooperativa podia receber e disponibilizar os empréstimos. De acordo com Hermans, isso significava que, na prática, a cooperativa freava os empréstimos aos agricultores. Hogenboom confirmou isso, afirmando que, para resolver os problemas das empresas mais fracas, era necessário ter

uma abordagem mais empresarial na concessão de créditos, "porque não dava para ficar apenas só recebendo".

No final da conversa, Hermans afirmou que não adiantava falar mais. Embora ambos os lados estivessem dispostos a uma reaproximação, continuavam discordando em alguns pontos importantes ou insistindo em uma posição anterior. Enquanto Hermans e seus seguidores insistiam em revitalizar as empresas através de novos créditos, o conselho apenas queria saber de uma liquidação para não jogar mais dinheiro em um poço sem fundo.

Dois meses depois, houve um novo encontro com os membros da "oposição". Essa conversa também não rendeu nada porque, de acordo com Hogenboom, eles "estavam cheios de rodeios". Em seguida, o conselho decidiu abandonar as negociações e tomar medidas contra os três membros que continuavam se recusando a assinar o contrato. Propôs-se a expulsar esses membros – Simon Ruiter, Jan van Mensvoort e Frans van der Sande – e para isso convocaram uma assembleia geral o mais rápido possível. Durante esta assembleia, em 16 de março de 1959, Hogenboom disse que o conselho se via obrigado a continuar a voltar sua atenção para os pontos negativos, "porque algumas pessoas buscam constantemente semear a desconfiança". O objetivo dessas ações seria a eliminação do "regime" existente. Eles queriam ser donos de sua própria empresa mesmo que falhassem, e "se for necessário através de doações do Estado". O objetivo dos novos empréstimos seria ajudar os mais fracos, sem procurar saber onde estaria a garantia de pagamento. Em oposição a este grupo estariam as pessoas bem-intencionadas, que exigiam que a autoridade fosse restaurada e, se isso não fosse feito de boa vontade, que o fosse através de uma intervenção.

Em seguida, Hogenboom leu a denúncia contra os três membros que continuavam se recusando a assinar. Van der Sande, em especial, havia questionado a autoridade da liderança desde o início, e tal comportamento deixou várias pessoas desmoralizadas. A honra e a reputação da cooperativa e sua liderança foram comprometidas, e as publicações negativas na imprensa geraram um grande desperdício de tempo e dinheiro. E, como os outros dois acusados se juntaram ao lado da "destruição almejada", o conselho não via outra opção a não ser propor sua expulsão.

Depois que a maioria dos membros presentes deu a Ruiter e a Van Mensvoort uma última oportunidade de assinar o contrato –que eles recusaram –, a proposta para a expulsão dos dois foi votada. A grande maioria dos membros (81) apoiou essa proposta, mas uma proporção significativa (37 membros) votou contra, enquanto dois membros votaram em branco. Depois da expulsão, o conselho queria que os dois partissem o mais rápido possível. Os três foram excluídos de todos os serviços da cooperativa e, depois da liquidação de sua empresa, só poderiam reivindicar a colheita, os pertences e o mobiliário. O terreno, as construções, as taxas de adesão para financiar os custos de desenvolvimento, tudo reverteria para a

cooperativa. Só poderiam receber produtos e serviços da cooperativa por meio de pagamento em dinheiro.

"Escritos cheios de veneno"

Esta crise também teve um impacto sobre o clima na Holanda. Embora Holambra agora pudesse contar com o apoio incondicional da KNBTB e da KCES, Hogenboom não confiava na colaboração de todos os níveis dentro dessas organizações. E isso tudo ocorria justamente no momento em que o apoio da Holanda era indispensável para realizar Holambra II. Para se defender contra os "escritos cheios de veneno de figuras irresponsáveis", o conselho da cooperativa enviou uma carta à KNBTB para explicar a situação na fazenda e a visão do conselho. De acordo com Hogenboom, o desenvolvimento econômico dos agricultores andava bem, e o desenvolvimento da cooperativa na área empresarial e sociocultural também. "A paz e a ordem imperam na fazenda. A maior parte da população trabalha tranquilamente e com satisfação em suas fazendas, e vê claramente o que ainda pode ser alcançado no futuro através da cooperação. Claro que há sempre altos e baixos, que não podem ser eliminados em qualquer sociedade."

A carta mencionou alguns membros que chegavam com pouco dinheiro e, em poucos anos, queriam adquirir bens sem qualquer controle, ou outros que nunca tinham trabalhado e que estavam lá desde o início para tirar vantagem da situação. Afirmou que esse grupo se juntou facilmente a "um ditador novo ou emergente". Pessoas com más intenções, como Hermans e Van der Sande, eram prontamente ouvidas. O perigo da situação era que a atitude de um padre (o padre Stokman) endossava o comportamento desses aventureiros. "O resultado é que as pessoas inocentes, afetadas por essas belas teorias, tornavam- se as maiores vítimas dessa agitação, e os líderes responsáveis, que de repente perceberam que suas teorias não podiam ser realizadas na prática, abandonavam a questão." O conselho da cooperativa pedia, por parte da KNBTB e da KCES, que tivessem "uma atitude forte que apoiasse o objetivo, que não é insignificante em termos de valor, mas que também não pode ignorar as perspectivas de futuro".

Novamente apareceram artigos preocupantes na imprensa holandesa. Em 16 de Janeiro de 1960, o jornal Eindhovens Dagblad publicou um artigo intitulado "Agricultores encontram a pobreza". A matéria foi baseada em uma carta de um "casal com formação acadêmica" que havia emigrado para a fazenda dois anos antes. Na carta, entre outras coisas, escreveram: "Passamos (lutamos) mais de um ano na Fazenda Holambra. Por enquanto não aconselhamos ninguém a ir para lá. Você perde seu dinheiro em um piscar de olhos. Agricultores que levaram 100.000 florins, além de materiais, não possuem nada mais que uma dívida e uma fazenda no nome da cooperativa. Você não consegue ter uma propriedade. Eles dizem que você

terá um tipo de contrato, e que, depois de dez anos de pagamento, receberá a escritura da propriedade, mas até agora ninguém conseguiu isso ainda e nosso advogado nos garantiu que os contratos, os que a cooperativa nos dá para assinar, não têm qualquer validade, pelo menos não em relação a essa propriedade (...) Claro que levou algum tempo até percebermos tudo isso e, entre outras coisas, já estávamos presos a uma empresa e à construção de uma casa própria, mas esse contrato impossível, (...) nunca assinamos. Aqueles que chegam agora, assinam já no dia seguinte, para que não tenham chance de pensar sobre o assunto." A prosperidade de Holambra também deixava muito a desejar em comparação com a Holanda. Não havia dinheiro para uma boa educação das crianças. Além disso, as roupas eram um problema: "Muitas famílias usavam sacos de farinha da ração animal para costurar roupas íntimas e lençóis. Quando a roupa está secando no varal, dá para ver o nome da marca".

Rumo a Santa Catarina

Após a tumultuada reunião de 16 de março de 1959, uma comissão foi enviada para encontrar um novo local em para 40 famílias. Esta comissão, que foi acompanhada pelo veterinário Frans van der Sande e pelo padre Werenfried Stokman, que já tinham partido, encontrou um local adequado ao sul do estado de Santa Catarina, perto da capital Florianópolis. O potencial projeto "Dr. Aderbal Ramos da Silva", localizado perto de Tijuquinhas, tinha originalmente 700 hectares, dos quais a metade ainda estava disponível para as famílias holandesas. O projeto ficava em uma planície próxima do mar e rodeada por montanhas. O secretário de Agricultura de Santa Catarina, dr. Celso Ivan da Costa, prometeu créditos para a chegada de quinze famílias. Haveria 350.000 cruzeiros (8.750 florins) disponíveis para cada família. Assim, os colonos poderiam construir uma casa com estábulos e se sustentar no primeiro ano. Os créditos seriam pagos em prestações ao longo de dez anos, a partir do terceiro ano. Santa Catarina prometeu ainda proporcionar uma melhor drenagem da área.

Após o retorno da Comissão de van der Sande a Holambra em junho de 1959, teve início a partida dos agricultores insatisfeitos. O grupo composto pelas famílias de Gijsbert Geene, Frans e Anton Eltink e Jan van Mensvoort e pelo solteiro Wim Jeuken foi o primeiro a chegar em Tijuquinhas. Eles assinaram o contrato oferecido pelo governo do estado e começaram os trabalhos com os créditos recebidos. Logo depois, um outro grupo de cinco famílias deixou Holambra para Tijuquinhas, com as famílias de Theo Heebink, Wim Nijssen, Piet Smolenaars, Jan van de Laar e Piet van den Broek. Mais tarde, em 1959, o grupo de Tijuquinhas recebeu ainda as famílias de Simon Ruiter, Leo Smeets, Pieter Bovee, Jan Papenborg e Fons Wopereis.

Os líderes da oposição não estavam entre os colonos de Tijuquinhas. O veterinário Frans van der Sande estabeleceu-se em Florianópolis. Segundo o

vice-adido de emigração Johan Winsser, ele rapidamente se distanciou do plano da colônia que anteriormente havia defendido tão fortemente. Padre Stokman, que queria assumir o acompanhamento espiritual do novo local, foi chamado de volta à Holanda. Jean Hermans, junto com seu irmão Guus e seu cunhado Mathieu Timmermans, se estabeleceram perto de Tijucas, vinte quilômetros ao norte de Tijuquinhas. Dos aproximadamente 40 agricultores que integravam a "oposição" no começo de 1959, apenas metade acabou indo para Santa Catarina. Os outros opositores decidiram ficar, porque não queriam ariscar o bem-estar de suas famílias. Além disso, algum tempo depois tornou-se possível obter créditos diretamente dos bancos brasileiros, o que trouxe um fim à dependência unilateral da cooperativa.



A família Smolenaars deixa a colônia. Entre 1951 e 1953, diversas famílias se mudaram de Holambra depois de conflitos com os gestores da cooperativa. Em 1959, uma nova crise causou outro êxodo.

Quando Winsser visitou Tijuquinhas pela primeira vez em 12 de agosto de 1959, a nova colônia holandesa em Santa Catarina estava em plena construção. Cinco famílias de emigrantes estavam trabalhando no cultivo da terra e na construção de moradias. Das conversas mantidas, ele não teve a impressão de que se ressentiam de Holambra. Como motivo de sua partida, disseram que em todo aquele tempo em Holambra nunca tinham conseguido quitar a dívida e que ganhavam pouco. A maior parte desses colonos não causava uma impressão muito boa. Sua maior preocupação era a falta dos créditos prometidos pelo Estado. Além disso, sentiam falta de um representante que pudesse cuidar dos seus interesses junto às autoridades, já

que quase ninguém dominava o português. Portanto, eram completamente dependentes do padre Justino Corstjens, que trabalhava na área.

Durante uma conversa na manhã seguinte, o secretário de Agricultura de Santa Catarina, dr. Celso Ivan da Costa, declarou que a colonização estava fugindo ao controle. Não parecia ter qualquer organização. Dr. Celso explicou que a intenção era que cinco famílias começassem como um grupo pioneiro, que os homens chegariam primeiro para limpar a terra e construir casas com a ajuda do governo do estado, e que depois chegariam as suas famílias. Essa fase pioneira estava prevista para durar de dois a três meses. Para sua surpresa, cinco novas famílias haviam chegado em Florianópolis nas últimas duas semanas. Dr. Celso comprometeu-se a resolver os problemas o mais rápido possível. Antes do final do mês, os cinco primeiros colonos receberiam os créditos, enquanto ele tentaria ajudar as famílias recém-chegadas da melhor forma possível.

O adido de emigração J. Roberts, que visitou a nova colônia dois meses depois, descreveu os agricultores de Tijuquinhas como pessoas tranquilas, possuídas de um certo idealismo e dispostas a começar de novo e trabalhar duro para uma existência inicialmente austera. No entanto, ele não escondeu sua preocupação com o futuro do grupo. Apontou para o grande número de crianças do grupo e o fato de que não havia ali uma cooperativa com liderança forte. Também deixou claro que a criação do grupo tinha acontecido de forma irresponsável e por iniciativa de não-especialistas. E afirmou que a Holanda jamais ofereceria assistência material.



Chegada da família Smolenaars a seu novo destino: Tijuquinhas, em Santa Catarina.

Durante os primeiros anos, os agricultores de Tijuquinhas enfrentaram muitas dificuldades, parcialmente causadas pelo fato de que Santa Catarina não cumprira suas promessas. No começo de 1961, o pôlder de Tijuquinhas foi atingido por inundações devido às fortes chuvas, e as fazendas em terras baixas ficaram alagadas. Além disso, alguns lotes na costa se tornaram inadequados para a agricultura devido à salinização. O oficial de emigração Henry Lodder afirmou que ainda mais colonos seriam obrigados a sair se a situação não melhorasse. As autoridades de Santa Catarina também estavam insatisfeitas. O fato de que os colonos não foram capazes de estabelecer uma cooperativa que funcionasse bem foi interpretado pelo lado brasileiro como uma quebra de contrato. "Eles deram a entender claramente que estavam muito aborrecidos, e queriam que todas as queixas fossem canalizadas através de uma cooperativa ou uma administração da colônia".

Depois de 1963, seguiram-se vários anos razoáveis, durante quais os colonos foram poupados das inundações. Uma boa safra de milho e arroz com bons preços contribuiu para a melhoria da situação, enquanto a transição para a pecuária também começou a render frutos. O gargalo que remanesceu para os nove colonos remanescentes era que eles ainda não eram donos da terra e, portanto, não podiam contar com os empréstimos empresariais do Banco do Brasil. A questão da titularidade só foi resolvida definitivamente em 1967.

CAPÍTULO 9

HOLAMBRA II

No final de 1956, ficou claro que Holambra poderia enfrentar seu futuro com confiança. Com a conclusão da preparação das terras, esse futuro se tornou o próximo assunto em pauta. O conselho da cooperativa (e certamente Hogenboom) tinham certeza que a emigração de agricultores holandeses deveria continuar. Agora que os terrenos nas imediações da antiga fazenda estavam muito caros, surgiu a ideia de fundar uma nova colônia. Com este objetivo em mente, Hogenboom anunciou em 30 de janeiro de 1957, durante a assembleia geral anual, que o conselho da cooperativa havia decidido reservar dinheiro para um "fundo especial para a formação de novas colônias". Ele deixou claro que, sem nova colônia, a comunidade atual de Holambra estava condenada à morte, tanto em termos sócio-biológicos quanto econômicos. "Nós temos agora o dever de acomodar bem a grande quantidade de jovens e aqueles que nasceram aqui. Para os jovens mais maduros, esse cuidado é fundamental, já que os pais não têm tempo adequado para isso. A oportunidade para isso só existe através da criação de outros centros agrícolas." A continuação da emigração era necessária porque caso contrário, colônias pioneiras como a Fazenda Ribeirão não sobreviveriam no longo prazo. A assimilação e integração no novo país era um processo gradual, que só poderia ser completado pela segunda geração. Uma adaptação lenta ao novo modo de vida e hábitos era a melhor solução, a fim de que se tornassem bons cidadãos do novo país. "As crianças devem ser educadas para que possam viver como bons cidadãos no novo país, mas também para preservar as melhores características de seu país natal. É bem conhecido que o fazendeiro holandês geralmente pertence a uma raça que ama a terra e a natureza e provavelmente não vai desaparecer nas grandes cidades. Isso é um fato importante, especialmente para o Brasil, e por isso é importante acomodar grandes números de agricultores holandeses aqui."

Apoio brasileiro

Hogenboom deu a entender que os planos de expansão contariam com o apoio de agências governamentais brasileiras estaduais e federais, bem como das principais instituições privadas. Brasileiros proeminentes afirmaram repetidamente que deveriam fundar uma Holambra em cada estado brasileiro, para servir de exemplo para o agricultor brasileiro. Estas novas colônias poderiam desempenhar um papel importante na produção de vastas áreas ainda não cultivadas no Brasil. Hogenboom mantinha um relacionamento particularmente amigável com doutor Joaquim Fernando

Paes de Barros Neto, vice-presidente da Assembleia Geral de São Paulo. O brasileiro não só foi a força motriz por trás do perdão dos juros do empréstimo do estado, mas também tinha planos para fundar uma nova colônia. "Por todo o trabalho que este grande brasileiro já realizou e ainda realiza por nós, não pede sequer um cruzeiro."

A partir do início de 1958, começaram a procura por fazendas apropriadas, com assistência de parceiros brasileiros. Hogenboom, assistido por Jan Litjens, também tinha um relacionamento bom com a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro - especialmente com o adido social, John Fishburn - e o representante do Comitê Intergovernamental para a Migração Europeia (ICEM) na América do Sul, Hans Scavinus. O assunto das conversas não era apenas encontrar terrenos adequados, mas também atrair um empréstimo americano. No início de 1958, conversaram sobre dois locais. A Fazenda Guatapará, de 17.000 hectares, era localizada perto de Ribeirão Preto, tinha boas conexões de transporte e plantações de café, eucalipto e frutas cítricas. Havia 400 casas lá. Além disso, foram oferecidas quatro fazendas pequenas na região de Jau e Itapuí, com uma área total de 2.175 hectares. Estas fazendas também tinham plantações de café e eucalipto, e havia 132 casas lá.

Os planos de expansão foram apoiados pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Motta. O cardeal acreditava que a imigração de agricultores holandeses merecia uma abordagem mais ampla, e sugeriu iniciar os trabalhos nos dois lugares ao mesmo tempo. O local menor deveria acomodar uma faculdade agrícola, e o maior uma universidade católica de veterinária e escolas agrícolas. O projeto de financiamento deveria ser "grande e sólido", mas "sem se perder nos detalhes". Motta sugeriu que o Dom Helder Câmara, na época bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, poderia atuar como elo entre Holambra e o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek. "Claro que não queremos estragar o entusiasmo de ninguém, mas sempre batemos na mesma tecla da questão do financiamento," disse Hogenboom. Ele informou a seus parceiros brasileiros que um agricultor médio na Holanda não teria mais de 10.000 florins ou 200.000 cruzeiros para contribuir, o que era viável para montar uma empresa na Fazenda Guatapará, mas que as fazendas de café mais caras em Jaú exigiriam um montante significativamente maior.

No início de fevereiro de 1958, um grupo comandado por Fishburn visitou a Fazenda Ribeirão. Sua conclusão foi que Holambra, sendo a colônia mais dinâmica e mais bem gerenciada, deveria ser elegível para receber financiamento, e que a estrutura para novos projetos era extremamente interessante. Recomendou que Holambra deveria imediatamente enviar um pedido de financiamento à Embaixada dos EUA e enfatizar que os novos projetos seriam gerenciados por Holambra. Pouco tempo depois, a Embaixada dos EUA recebeu o pedido por um empréstimo de 200 milhões de cruzeiros (10 milhões de florins) para acomodar 560 famílias.

A Holanda se mostrou menos entusiasmada com essa iniciativa. O presidente da KNBTB, Gerard Mertens, tinha reservas com relação à ideia de tocar dois projetos ao mesmo tempo. Achou impossível encontrar 60 agricultores com cerca de 75.000 florins cada um em um prazo relativamente curto. "Me parece que, considerando o número esperado de possíveis colonos a ser selecionados dentre os fazendeiros holandeses católicos, seria prudente limitarmo-nos a um projeto por enquanto." Se a exigência fosse de 10.000 florins por agricultor, provavelmente daria para contar com cem famílias por ano. Se a exigência for de 15.000 florins, seria muito mais complicado conseguir o número desejado de pessoas em um curto período.

Em março de 1958, a Fazenda Guatapará já não estava mais disponível. Colonos japoneses compraram a fazenda pagando à vista. O foco agora mudou para a Fazenda Ibiti. Esta fazenda, de aproximadamente 43.000 hectares, ficava no município de Itararé, a aproximadamente 350 km ao oeste de São Paulo. A terra era propriedade de uma família brasileira rica, que disse que somente venderia se a propriedade fosse utilizada para o desenvolvimento do país. A compra envolveria um valor de aproximadamente 140 milhões de cruzeiros (4,2 milhões de florins). A fazenda tinha excelente localização por conta da proximidade de uma estrada de ferro e um aeroporto. Havia espaço para 840 empresas com um tamanho médio de 40 hectares. Ao longo de dez anos, a fazenda acomodaria 6000 pessoas.

Financiamento americano

Para viabilizar a compra, Hogenboom conduziu as negociações com as autoridades brasileiras e americanas. Em uma reunião na Holanda em 29 de novembro de 1958, Hogenboom explicou que o Banco do Brasil concordou em participar do financiamento com um valor de 176 milhões de cruzeiros, desde que o Development Loan Fund ("Fundo de Crédito para o Desenvolvimento"), parte da International Cooperation Administration ("Administração de Cooperação Internacional") dos Estados Unidos, participasse com um empréstimo equivalente. Da Holanda foi exigida a disponibilidade de agricultores suficientes; pensou-se em trazer oitenta famílias por ano e ocupar toda a área dentro de uma década. Hogenboom deixou claro que para o Brasil o principal objetivo era a vinda de pessoas da Holanda, e não o capital que traziam. No entanto, o secretário da KNBTB, Tiemen Brouwer, disse que não se deveria criar grandes expectativas. O nível de entusiasmo entre meninos de se tornar agricultor (e entre as meninas de casar com um) não era muito encorajador. O comissário de Noord-Brabant, Jan De Quay, que conduziu a reunião, destacou que os agricultores estavam cada vez mais familiarizados com os benefícios da vida de um trabalhador industrial, e portanto achava que organizar a emigração de oitenta famílias por ano seria uma tarefa difícil. Os participantes concordaram que deveriam

dar mais atenção às informações sobre o Brasil. Decidiu-se então criar uma unidade de informações, apoiada pela KCES, KNBTB e o representante holandês para Holambra, Gerard Duijsens.

Em 1959, o Development Loan Fund tinha revisado sua política em relação ao fornecimento de crédito à América do Sul. Até pouco antes, as colônias no Paraná ainda haviam conseguido um financiamento deste fundo para sua expansão, e o reverendo William Muller conseguiu obter um empréstimo de US$200.000 deste fundo para a compra de uma fazenda perto de Arapoti. O pedido para a expansão de Holambra, no entanto, foi inesperadamente negado.

Em maio de 1959, Hogenboom e Litjens partiram para os Estados Unidos para angariar apoio financeiro para seus planos de expansão (a editora brasileira Assis Chateaubriand viabilizou esta oportunidade). Um outro contato brasileiro, o presidente da companhia aérea Varig, Rubem Berta, ofereceu as passagens. Este apresentou-os ao comissário do governo para emigração George Worm, que prometeu a assistência financeira necessária. Um projeto de lei seria apresentado no senado americano que disponibilizaria os recursos para a colonização. Se esta proposta for aprovada, Holambra poderia contar com um montante de US$ 1,3 milhão, com amortização em cruzeiros e taxas de juro baixas. Ao longo de 1960, foi gradualmente elaborado o formato de financiamento da nova colônia agrícola. Com o apoio do comissário de emigração holandês Bas Haveman e com a mediação do Departamento de Estado dos Estados Unidos, chegou-se a um acordo sobre o empréstimo de US$ 1,25 milhões, que seria fornecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. No início de 1961, Hogenboom viajou novamente a Washington para concluir as negociações. No contrato, o empréstimo de US$ 1,25 milhão foi convertido com taxa de câmbio fixada em 230 cruzeiros por dólar. A taxa de juros foi fixada em 7% ao ano, mas se o câmbio do cruzeiro se estabilizar, a taxa de juros poderia ser reduzida. Os pagamentos começariam após o sexto ano. O empréstimo não requereu qualquer garantia hipotecária, permitindo assim que o terreno pudesse ser usado como garantia para outro empréstimo a ser tomado junto ao Banco do Brasil para a compra de máquinas e equipamentos.

Em 23 de dezembro de 1960 foi fundada a Cooperativa de Imigração e Colonização Holambra (CICH), que ficaria responsável por adquirir os terrenos. Entre os fundadores estavam três holandeses (Charles Hogenboom, Jan Litjens e Nard Melis) e oito brasileiros, incluindo o doutor Rubens Eduardo de Paula, diretor da Federação de Associações do Estado de São Paulo (FARESP), Miguel Bechara, chefe dos Serviços Sociais do Estado de São Paulo, e o já mencionado Joaquim Paes de Barros Neto.

Apoio holandês

Logo após a criação da cooperativa, Hogenboom viajou à Holanda para garantir o envio de emigrantes suficientes. Antes de assinar definitivamente o contrato de empréstimo, era importante esclarecer "que as organizações na Holanda que atuariam como os parceiros da Cooperativa Holambra II deveriam apoiar este projeto com convicção e estar dispostas a cooperar plenamente". Em 16 de janeiro de 1961, Haveman convocou uma reunião em Den Bosch com os membros do conselho da KNBTB e da KCES. Foi decidido criar um conselho de fiduciários no Brasil, com participação de pessoas "que sejam consideradas autoridades na Holanda Católica e que assumiriam responsabilidade por grandes questões políticas que poderiam surgir durante a implementação". O presidente da KCES, Gerard Kampschöer, também enfatizou que os fiduciários não deveriam somente gerar interesse no novo projeto, mas também contrabalancear os persistentes boatos sobre Holambra I.

Tanto durante a reunião inaugural quanto na segunda reunião (em 21 de janeiro), os participantes expressaram dúvidas sobre as chances de sucesso de Holambra II. O presidente da KNBTB, Gerard Mertens, acreditava que o conselho de fiduciários não oferecia qualquer garantia de que um número suficiente de agricultores gostaria de emigrar. No entanto, o membro do Parlamento Wim de Kort afirmou que o projeto Holambra II merecia apoio moral, e para isso era importante realizar ações neste sentido, como, por exemplo, deixar claro durante a orientação profissional que, além de ocupações no setor industrial, o projeto também oferecia perspectivas na área agrícola. "Precisamos encarar o fato de que hoje, com a colonização agrícola já em curso no Brasil, não podemos encerrar o processo a esta altura e sair impunes, a menos que queiramos que a Holanda pague a conta no futuro próximo." Mertens, no entanto, não quis ignorar o fato de que sua organização não aprovava unanimemente a ideia. Também foi destacado que faltavam informações confiáveis sobre as questões comerciais envolvidas na criação de Holambra I. Todos concordaram que a disponibilidade de informações adequadas era essencial tanto para o sucesso dos emigrantes individuais quanto do projeto em geral. Todos os presentes acreditavam que o novo projeto Holambra valia todo o esforço e empenho exigido. Hogenboom viu nesta confirmação a certeza de que solicitar os empréstimos havia sido um plano sensato.

Fazenda das Posses

Hogenboom e o vice-comissário de emigração Gerard Kraan viajaram para Genebra em fevereiro de 1961 para celebrar o contrato de empréstimo com o ICEM. Após a conclusão do contrato, o foco mudou para a aquisição dos terrenos. A opção de adquirir a Fazenda Ibiti perto de Itararé foi descartada: um levantamento topográfico revelou que a área real era apenas a metade do

que inicialmente foi prometido, mas o dono continuou insistindo no preço original e não quis vender a parte mais favorável da fazenda.

Com o apoio do dos membros brasileiros do conselho de Holambra II, foi iniciada uma nova busca para encontrar locais adequados. Miguel Bechera, que trabalhava no governo estadual de São Paulo, conhecia bem o sul do estado porque estava envolvido na construção de uma barragem no rio Paranapanema. Havia também um projeto para a construção de uma nova estrada de asfalto a partir de São Paulo. Junto com seus amigos brasileiros, Hogenboom ainda tinha alguns obstáculos a superar antes que pudesse concluir a compra de uma nova fazenda. O Banco do Brasil, com quem negociou a compra de máquinas e equipamentos, estava dificultando o processo, e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) afirmou que as terras compradas deveriam ser divididas no mapa, e que depois esta divisão não poderia mais ser modificada. Para o conselho da nova cooperativa isso era inaceitável, já que era impossível saber quanto capital um emigrante ia trazer (e, portanto, definir o tamanho de sua fazenda) com antecedência. Após longas negociações, foi acordado que por enquanto definiriam cinquenta fazendas de trinta hectares cada uma e que no ano seguinte revisariam a questão.

A busca por terrenos levou inicialmente a duas fazendas com um tamanho total de 30.000 hectares. Porém, o proprietário não queria colocar os acordos por escrito e ameaçou aumentar o preço e vender aos americanos. Seguindo o conselho da Secretaria de Agricultura de São Paulo, as negociações foram encerradas. A atenção então se virou para fazendas em torno de Avaré. Chegou-se a firmar compromisso de compra da Fazenda Restinga Grossa, próxima de Itaí, estimada em 12.500 hectares. Foram conduzidas análises do solo e pesquisas de preço para verificar se o valor do terreno era proporcional à qualidade do solo, além de um levantamento topográfico da área. A intenção era concluir as análises até meados de junho de 1961. O compromisso de compra venceria em 30 de junho. Ao mesmo tempo, apareceu a oportunidade de adquirir a Fazenda das Posses, localizado no terreno vizinho. Por conta de conflitos entre a família do proprietário, era mais difícil obter um compromisso de compra desta fazenda, que também media 12.500 hectares. Ainda assim, foram assegurados de que a carta de compromisso de compra e venda, que expirava em 31 de julho, seria assinada por todos os membros da família em junho. Hogenboom tinha muito trabalho pela frente quando percebeu que havia surgido uma oportunidade única que não queria perder. Se os compromissos de compra expirassem, as pessoas começaram a ter dúvidas sobre a viabilidade do projeto. "Em São Paulo, eu não teria mais onde recorrer. A situação dos preços é irritante."

E ainda assim, a compra das fazendas não progredia. Na Fazenda Restinga Grossa, o agrimensor ficou 14 dias indisponível, adiando a data de vencimento do compromisso de compra para 28 de julho. Alguns membros do conselho da cooperativa de Holambra II sugeriram fazer um pagamento

inicial ou acertar o pagamento depois. Hogenboom rejeitou enfaticamente esta opção porque o agrimensor não sabia dizer exatamente qual era o tamanho da fazenda. Ao mesmo tempo, o Ministério da Fazenda recebeu um pedido de isenção do imposto de transferência, o que poderia gerar um lucro de 20 milhões de cruzeiros. No início de julho de 1961, esperava-se que a confirmação do pedido levaria um mês, mas não seria prazo suficiente para transformar o compromisso de compra da Fazenda Restinga Grossa em uma aquisição efetiva. Embora o proprietário tivesse concordado por telefone em conceder uma nova prorrogação do compromisso de compra, no dia seguinte ele não estava mais disposto a assinar o contrato que celebrava a prorrogação. A recusa tinha a ver também com o fato de que a fazenda na verdade media apenas a metade do tamanho prometido. Ainda assim, o proprietário continuou insistindo no mesmo preço. "É uma pena, mas não podemos fazer nada," disse Hogenboom.



Após a aquisição das fazendas Das Posses e Taquari em 1961, iniciou-se o projeto da colônia Holambra II.

Depois de perder a oportunidade de comprar a Fazenda Restinga Grossa, apostaram tudo na aquisição da Fazenda das Posses. O compromisso de compra desta fazenda também estava prestes a vencer. Uma complicação adicional foi o fato de que o proprietário, Jango Almeida (um senhor de 80 anos), estava gravemente doente e poderia morrer a qualquer momento. O advogado de Holambra já estava tentando convencer o idoso a passar uma procuração para sua esposa para evitar uma briga entre os parentes sobre a divisão da propriedade depois de sua morte. Seguindo a recomendação de um dos membros brasileiros do conselho da cooperativa, foi decidido que se lavraria uma escritura de venda em 7 de agosto de 1961, na presença do tabelião, do advogado da família, todos os membros da família e o conselho de cooperativa na casa do antigo proprietário em Itapeva. Como a família exigia o pagamento de uma entrada em dinheiro, Hogenboom sacou 40 milhões de cruzeiros em dinheiro na agência do City Bank de Nova York, em São Paulo. Armado e acompanhado por seu filho Paul e Jan Litjens, ele dirigiu até Itapeva (uma jornada de 300 km). Na casa do idoso, o Sr. Almeida levou 5 ½ horas para concluir a descrição da propriedade. Após a assinatura da escritura, o dinheiro foi entregue. "Parecia uma peça de teatro. Ninguém confiava em cheques, e o dinheiro seria dividido na manhã seguinte," disse Hogenboom. Todos os membros da família tiveram que assinar para evitar que pudessem reivindicar qualquer coisa no futuro.

Imediatamente após a compra, Hogenboom mandou um telegrama para o ICEM em Genebra para informá-los que o dinheiro foi usado para comprar a Fazenda das Posses. O ato foi imediatamente aprovado. Kraan (o substituto de Havemans) afirmou que Hogenboom teria escolhido o melhor caminho entre uma combinação de circunstâncias que poderiam facilmente ter lavado à perda de ambos os locais para a emigração do grupo holandês. Dado o tempo envolvido na busca de ambas as propriedades – que em termos de localização, tamanho, qualidade e preço do terreno atendia a padrões relativamente altos – levaria meses para encontrar terras parecidas em oferta, e quase certamente a um preço mais elevado. Kraan suspeitava que o aumento de preços seria o verdadeiro motivo da desistência da venda por parte do proprietário da Fazenda Restinga Grossa, já que agora os preços estavam baixo demais. Ele acreditava que a atuação de Hogenboom havia evitado sérios problemas. Além disto, a compra naquele momento tornou possível aproveitar o início do período de semeadura e plantio, de modo que os pioneiros já poderiam realizar uma colheita imediatamente.

Logo após a compra da Fazenda das Posses, a cooperativa de Holambra II também comprou a Fazenda Taquari (1.774 hectares), adjacente ao terreno. Junto com a Fazenda das Posses, cuja superfície (após medição) foi fixada em 10.285 hectares, Holambra II tinha acesso a mais de 12.000 hectares de terra no final de 1961. As duas fazendas estavam localizadas no sul do estado de São Paulo, uma área caracterizada pelo uso extensivo do solo. Era uma área de difícil acesso e praticamente vazia, com poucos

vilarejos e apenas algumas pequenas cidades dispersas. A pastagem era usada principalmente por gado de corte. O clima era mais severo do que em outras partes do estado e, portanto, menos adequado para o cultivo de frutas cítricas e café. A expectativa era que a construção da barragem do rio Paranapanema reduziria o risco de geadas e melhoraria o fornecimento de água na região.

O início de Holambra II

Imediatamente após a compra, o conselheiro Nard Melis e quatro filhos de agricultores de Holambra I (IJsbrand Swart, Theo Vermeulen, Jan Beckers e Jack Beckers) foram à Fazenda das Posses. A antiga sede da fazenda serviu como moradia temporária. Junto com 45 trabalhadores brasileiros, começaram a limpar os primeiros 1.500 hectares de terra. Como não era possível acomodar emigrantes imediatamente e para evitar perdas desnecessárias, a terra foi semeada com milho e soja. Trabalhavam com 16 tratores. Também foram construídas barracas de madeira para armazenar as máquinas e acomodar os pioneiros. Estas barracas foram projetadas para serem facilmente deslocadas. "É realmente uma vida de pioneiro, mas isso é por um curto período de tempo. O chuveiro, uma boa cama, o rádio, a pequena estação de energia, tudo isso ficaria pronto no prazo de 14 dias e a vida seria bem melhor. A metamorfose já é evidente."

Em 24 de outubro de 1961, Hogenboom já podia informar ao pessoal na Holanda que os primeiros cem hectares de terra já haviam sido arados e alguns centenas de hectares haviam sido rastelados. A intenção era arar e rastelar cem hectares por semana. Além disso, relatou que a qualquer momento poderiam receber a entrega de grandes máquinas semeadoras. Os pioneiros tinham uma retroescavadeira grande, disponibilizada pelo Estado de São Paulo. A primeira grande sede, com dormitório, escritório e cozinha, já estava pronta. Ali foram alojados os jovens de Holambra I e alguns motoristas de trator brasileiros. A construção de uma segunda sede já havia começado. Hogenboom ainda achava que daria para acolher cerca de oitenta famílias em 1962. Caso este número não fosse alcançado, não haveria problema: a cooperativa se estruturou de tal forma que poderia funcionar como uma grande fazenda. O objetivo de Hogenboom era evitar que a jovem colônia não fosse capaz de cumprir com suas obrigações financeiras. Queria ver toda a terra cultivada dentro do período pré-determinado. "A choradeira do início, aliada à a impossibilidade de progredir e mesmo assim ter que pagar juros e principal anuais da dívida de vastas terras em pousio, flagelaram Holambra por anos. Os valores dos créditos são tão grandes que a cooperativa precisa ter produção imediata." Desta forma, também não dependeriam de agricultores que queriam tirar o máximo de benefício com o mínimo de custo. De acordo com Hogenboom, a grande vantagem deste sistema era que o recrutamento e seleção dos emigrantes poderia acontecer

sem pressa. "A questão não é mais conseguir mais pessoas. Podemos trabalhar com mais calma, tanto eles na Holanda quanto nós aqui."

Para ajudar as empresas em Holambra II a se estabelecerem o mais rápido possível, a cooperativa decidiu cuidar da construção das casas para que os agricultores pudessem investir a maior quantia de dinheiro possível na construção de seu negócio. Inicialmente foram construídas casas de madeira, que podiam ser feitas em série em um curto espaço de tempo. Se o próprio agricultor quisesse construir uma casa de alvenaria, ficava a critério dele. A casa temporária de madeira poderia ser facilmente convertida em um galinheiro ou algum outro prédio comercial. A ideia da cooperativa foi criar as condições necessárias para que os novos fazendeiros tivessem a melhor chance de serem bem-sucedidos, mas ainda ficaria a cargo do próprio fazendeiro garantir seu sucesso.

O objetivo de acomodar oitenta emigrantes anualmente em Holambra II estava longe de ser alcançado. Em abril de 1962, Hogenboom visitou a Holanda, em parte para recrutar candidatos. Sua campanha de seleção foi uma decepção. Ao invés das centenas de candidatos que esperava, tinham que se contentar com a emigração de quarenta agricultores. Hogenboom justificou o baixo interesse devido à saturação da Holanda, que havia afetado o espírito empreendedor do país. Mesmo os jovens agricultores pareciam estar satisfeitos com um emprego fixo no setor industrial, um apartamento, uma motoneta e o sábado de folga (novidade recente). Ele também observou que a maioria dos candidatos não tinha o capital necessário para emigrar. Os pais não podiam ou não queriam oferecer a quantia necessária. De acordo com uma lista dos candidatos a emigrante compilada por Duijsens, apenas 16 dos 48 candidatos dispunha do capital mínimo de 15.000 florins.

Hogenboom também foi forçado a concluir que a KNBTB não apoiava incondicionalmente o novo projeto de Holambra. Em uma reunião de agricultores do Noordoostpolder, perguntaram a Hogenboom por que as revistas de agricultura sempre escreviam sobre a transição para ocupações não-agrícolas, mas nunca sobre a emigração. De acordo com os agricultores, os jovens das áreas rurais hoje tinham muito menos interesse em se tornar fazendeiros, pelo que culpavam em parte a "manipulação sistemática". De acordo com Hogenboom, o presidente da KNBTB, Gerard Mertens, dizia estar interessado, mas na prática mantinha distância.

Para conseguir candidatos suficientes para Holambra II, Hogenboom e o Comissariado de Emigração decidiram focar em jovens agricultores que se mostrassem motivados mesmo que não dispusessem de solidez financeira suficiente. A intenção era fazer um acordo financeiro que permitisse que eles pudessem começar sua própria empresa em Holambra II com uma contribuição de 10.000 florins. O Comissariado de Emigração sugeriu usar parte do dinheiro que o governo holandês tinha alocado para a promoção do desenvolvimento dos grupos de holandeses no Brasil. Mesmo os jovens de Holambra I que queriam se mudar para a nova colônia muitas vezes não

tinham dinheiro suficiente para montar uma empresa em Holambra II. Como uma possível solução, o ministro de Assuntos Sociais sugeriu depositar os 1,4 milhões de cruzeiros que Holambra I teve que pagar anualmente à Holanda durante o período 1962-1975 em um fundo gerenciado pela embaixada holandesa no Rio. Este fundo poderia ser usado para oferecer pequenos empréstimos aos jovens de Holambra I, que por sua vez poderiam transferir conhecimento valioso aos recém-chegados.

O ministro de Assuntos Sociais Gerard Veldkamp e o primeiro-ministro Jan de Quay gostaram da ideia de usar o dinheiro que Holambra I pagaria à Holanda para financiar jovens agricultores que se instalassem em Holambra II. Veldkamp, no entanto, não tinha certeza se o ministro de Agricultura (Victor Marijnen) concordaria em fazer uma frente unida contra o ministro da Fazenda Jelle Zijlstra para aprovar a ideia. Veldkamp finalmente convenceu Zijlstra de que seria muito pouco desejável que o pagamento da dívida pendente de 21 milhões de cruzeiros coincidisse com a fase de desenvolvimento de Holambra II. Por sugestão de Hogenboom, o pagamento da dívida foi adiado para 5 parcelas no período entre 1º de julho 1972 e 1º julho de 1976.

Início lento

Os primeiros emigrantes partiram da Holanda para Holambra II em 1962. Vindos da próspera Holanda, estas pessoas provavelmente passaram por uma transição inimaginável. Em 14 de julho de 1962, Frans de Boer foi o primeiro a viajar para Holambra II com sua família (4 pessoas no total). Em seguida, chegaram as famílias Meulenbroek, Stoltenberg, Kievitsbosch, Hin e Leenstra. Em 1963, seguiram as famílias Kreuk, Steltenpool, Peters e Berenschot. Nem todos ficariam. Vários pioneiros retornaram à Holanda ou foram para algum outro lugar depois de alguns anos.

Apesar do reduzido interesse pela emigração, as organizações de emigração holandesas criaram programas de estágio para despertar o ânimo dos jovens. Um destes programas, lançado em 1958, dava aos jovens agricultores a oportunidade de trabalhar por um ano em uma fazenda no Canadá. Encorajadas pelo sucesso da iniciativa, as organizações de emigração estudaram a possibilidade de implementar um programa similar para enviar jovens ao Brasil. Em outubro de 1962, a revista semanal da KNBTB, Boer en Tuinder (Fazendeiro e Horticultor) publicou um anuncio deste programa: os interessados teriam a oportunidade de fazer um estágio de seis meses em Holambra. Um objetivo secundário era que os jovens se orientassem sobre a possibilidade de se estabelecer em Holambra II. Mais tarde, surgiu também um programa especial para jovens agricultores. Dos 43 participantes que participaram dos programas de estágio no período entre 1962 e 1966, um terço acabou morando no Brasil, sete dos quais em Holambra II.

Além de emigrantes da Holanda, os pioneiros de Holambra II também incluíam muitos jovens de Holambra I. Vinte jovens vieram na década de sessenta, seguidos de mais 16 na primeira metade dos anos setenta. Além destes, algumas grandes famílias com filhos adultos também se mudaram para Holambra II, como Nard van Melis e seus sete filhos adultos. Algumas famílias que se transferiram para Holambra II eram provenientes das "colônias de refugiados" de Não Me Toque, Tronco e Tijucinhas. Em 1964, o governo holandês convidou algumas famílias da Nova Guiné para se estabelecer em Holambra II. Com a chegada de dez famílias suíças, Holambra II perdeu seu caráter exclusivamente holandês. A vinda dos suíços foi resultado do contato que Hogenboom teve com eles em 1964. Eles haviam se estabelecido no Brasil em 1951, perto de Itapetininga. Convidado por Hogenboom, Anton Huber visitou a nova colônia e perguntou sobre as condições de estabelecimento. Após sua vinda, seu exemplo foi seguido por várias famílias de origem suíça.

Apesar das adesões, os primeiros anos em Holambra II não foram nada fáceis. Um dos problemas que afetava a jovem colônia era o clima imprevisível. No início de 1964, as esperanças de que uma chuva tardia pudesse salvar o arroz foram em vão: a maior parte da safra estragou por causa da seca. Para as vinte famílias que tinham construído suas casas e estábulos em terrenos ainda não pagos e que não tinham mais um tostão, foi um desastre. Hogenboom se recusou a seguir o que ele chamava de "política de Heijmeijer" de tapar o sol com a peneira. "Precisamos (...) cobrir nossas despesas antes de admitir novos emigrantes." Obtiveram um empréstimo adicional de 135.000 florins da Holanda com a ajuda do comissariado de emigração holandês e o restante de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento intermediado pelo adido agrícola holandês em Washington. Finalmente, o Banco do Brasil também ofereceu um empréstimo de 140 milhões de cruzeiros. "Sem recorrer a sentimentalismos, este é o sinal mais certeiro de uma organização bem-estruturada. Muitas vezes reclamamos, e eu também o faço; mas quando vemos os valores que foram gastos com a nossa organização, e de certa forma com todos nos que estão aqui, fico sem palavras", disse Hogenboom durante a assembleia da Cooperativa de Holambra II realizada em 28 de novembro de 1964, a primeira na Fazenda das Posses.

Em 1967, Holambra II foi castigada por outro período de seca. Novamente, vários agricultores passaram por grandes dificuldades financeiras. Mais de um quarto dos 200 moradores foi embora. Ainda assim, com a chegada de agricultores de Holambra I e nascimentos locais, a população voltou a crescer e chegou a cerca de 350 em 1975. A colonização lenta e as condições climáticas adversas deixaram claro que não seria possível praticar agricultura intensiva em Holambra II. Os fazendeiros então começaram a se concentrar em culturas de agricultura extensiva, o que exigia lotes maiores para cada fazenda. Fazendas com várias centenas de hectares

de terra eram a regra, não a exceção. Inicialmente a produção era focada em arroz, milho, trigo, algodão e soja. Nos anos setenta, foram acrescentadas hortaliças, como frutas (especialmente maçãs) e flores de corte. Durante muito tempo, a pecuária não foi bem desenvolvida no local.

POSFÁCIO

Para escrever um livro sobre os primeiros anos de Holambra, é possível escolher pelo menos três perspectivas. Pode se escolher uma perspectiva holandesa, uma perspectiva brasileira, ou contar a história de Holambra com uma perspectiva local. Embora a perspectiva brasileira mereça atenção mais que urgente, é difícil para um historiador holandês mapear corretamente o envolvimento de atores brasileiros. Requer-se conhecimento suficiente da língua portuguesa e pesquisa em arquivos do governo brasileiro. Tal pesquisa poderia explicar o motivo pelo qual as autoridades brasileiras facilitaram a chegada de grupos de emigrantes holandeses através da transferência da Fazenda Ribeirão, assim como a concessão de empréstimos. A receptividade de Holambra por parte dos jornais brasileiros também poderia fazer parte desta pesquisa (graças à digitalização destes jornais, tal pesquisa poderá ser feita em breve). Partes da história coletadas de dentro da comunidade já foram mapeadas. A minha escolha pela perspectiva holandesa decorre da riqueza de fontes holandesas que se tornaram públicas na última década. Elas oferecem a oportunidade de aprofundar certas questões que mencionei em meu livro em 1990, mas cujos detalhes eu ainda desconhecia.

A origem de Holambra é resultado direto da situação da Holanda após o fim da II Guerra Mundial. A ocupação alemã havia terminado, mas a liberdade reconquistada não foi acompanhada por uma expectativa de que em breve tudo estaria melhor. Havia muitos danos a reparar, e faltavam recursos financeiros para o trabalho de recuperação. Além disso, os holandeses acreditavam piamente que o país sofria de superpopulação. As lembranças das altas taxas de desemprego dos anos trinta ainda estavam vivas na memória. Muitos jovens agricultores não viam oportunidade de dar início ao seu próprio negócio. Finalmente, temia-se que uma nova guerra poderia eclodir a qualquer momento. Devido a tantas circunstâncias incertas, muitos consideraram a possibilidade da emigração.

Já em 1940, falava-se sobre a emigração na Holanda como uma solução para o excesso de jovens agricultores. As organizações agrícolas católicas acreditavam que a emigração só seria prudente se fosse realizada em grupos, com orientação e liderança familiares. Entre estes, um dos principais atores foi o consultor agrícola de Limburg, Jules Dewez, que tinha planos de viajar ao Brasil com um grupo de jovens agricultores com a intenção de explorar as possibilidades de emigração em grupo. Estimulado pelo desejo de emigrar de seus membros, a Associação Neerlandesa de Agricultores e Horticultores (KNBTB) decidiu enviar uma comissão ao Brasil no final de 1946 (sob o comando de Geert Heijmeijer) para estudar as possibilidades de estabelecer

uma colônia de grupo. Naquela mesma época, a Fundação de Emigração da Holanda (SLN) fazia a mesma coisa em nome do governo. Com o mesmo objetivo, a fundação já havia enviado Pieter van Scherpenberg ao Brasil como adido de emigração para negociar com as autoridades governamentais federais e regionais. A busca por terras no Brasil resultou em uma guerra de poder. Enquanto Heijmeijer e a KNBTB queriam dar continuidade à implementação dos planos de emigração, a SLN estava prestes a desistir desses planos. Heijmeijer conseguiu dar continuidade à realização de seus planos graças ao apoio que recebeu do Ministério de Agricultura da Holanda. No Brasil, ele foi apoiado por Van Scherpenberg e por pessoas influentes do governo federal no Rio de Janeiro (como Jorge Latour) e do governo do estado de São Paulo (Doria de Vasconcelos). O embaixador holandês no Rio, Bernard Kleijn Molenkamp, apoiava os planos de emigração. O adido agrícola, Hendrik Meijer, não aprovava dos planos de colonização. A SLN aproveitou o relatório negativo emitido por ele para frustrar os planos de colonização de Heijmeijer e da KNBTB.

Mas isso foi em vão: nessa viagem, Heijmeijer conseguiu aproveitar o que sabia ser sua última chance de sucesso e fechou a compra da Fazenda Ribeirão com Van Scherpenberg e seu assistente, Joachim von Schwartzenau. A emigração holandesa estava pronta para começar.

Embora Heijmeijer houvesse enfatizado que se iria trabalhar de forma organizada e selecionar os emigrantes cuidadosamente na fase inicial da fundação de Holambra, nada disso aconteceu na prática. O capital trazido pelos emigrantes foi utilizado na cooperativa para a compra de gado e de equipamentos que, em seguida, seriam exportados para o Brasil. Para poder adquirir capital suficiente, a contribuição dos emigrantes era muito mais importante do que o fato de a pessoa ser adequada para participar de um projeto de emigração coletiva. Além disso, o plano inicial de aceitar principalmente solteiros e recém-casados também foi abandonado. A razão para abandonar esta intenção foi o empréstimo fornecido pelo governo do estado de São Paulo ao jovem empreendimento. Para receber esse crédito, era necessário trazer o maior número de emigrantes ao Brasil no menor tempo possível. O resultado foi que a colônia gerou muitas despesas sem ter muita receita. Os emigrantes incluíam muitas famílias numerosas e com crianças pequenas, o que significou que Holambra tinha que ser construída por um grupo muito pequeno de trabalhadores produtivos.

Heijmeijer estabeleceu o objetivo de construir uma "nova comunidade" com base em princípios cristãos. A expectativa era que os colonos compartilhassem desse mesmo ideal, quisessem trabalhar de forma coletiva e aceitassem as instruções da liderança da colônia. Enquanto os agricultores não tinham as suas próprias empresas, precisaram trabalhar em um sistema coletivo; foram empregados pela cooperativa para cultivar a terra e construir casas e estábulos. Para isso, recebiam apenas um salário para pagar as despesas diárias. Dos ideais inspirados de Heijmeijer, pouco sobrou na

prática. O dinheiro que entrou - além do empréstimo do governo do estado de São Paulo, o capital principal foi contribuído pelos imigrantes - foi utilizado para absorver os déficits orçamentários. No início, não era possível se falar de uma boa administração. Logo surgiram grandes contratempos, o mais dramático deles a mortalidade do gado de raça holandês. A oportunidade de buscar assistência técnica agrícola das autoridades brasileiras ou compatriotas nacionais que já moravam no Brasil quase não foi aproveitada. Os poucos contatos que Heijmeijer mantinha entre os compatriotas basicamente se resumiam aos padres holandeses. Os contatos existentes com os representantes diplomáticos holandeses não existiam mais.

Depois de um ano de trabalho, Heijmeijer viajou à Holanda para pedir apoio financeiro das autoridades públicas. Embora ele tenha apresentado as dificuldades como sendo temporárias, começaram a chegar do Brasil sinais de que algo mais profundo estava acontecendo. O governo holandês decidiu então enviar uma comissão de inquérito para analisar se e como a jovem colônia poderia ser viabilizada. Essa comissão, formada por Van Roggen/Van Waveren que, permaneceu na Fazenda Ribeirão entre agosto e setembro de 1950 e chegou a conclusões devastadoras sobre a gestão da fazenda e o papel de Heijmeijer. A comissão concluiu que, no longo prazo, seria possível tornar o empreendimento rentável desde que houvesse uma reorganização drástica e Heijmeijer fosse substituído por alguém com uma visão mais organizacional e comercial. A fim de implementar esta reorganização, era necessário obter um novo empréstimo de 12 milhões de cruzeiros (2,5 milhões de florins).

Em seguida, o governo holandês, em conjunto com a KNBTB, tomou algumas decisões radicais. O governo e a KNBTB seriam os fiadores de um novo empréstimo de 2,5 milhões de florins holandeses. Esse empréstimo estaria condicionado à nomeação de um novo diretor-geral da colônia, que teria que instaurar a ordem e que, como comissário do governo, monitoraria a utilização dos recursos do empréstimo disponibilizado pela Holanda. O novo líder foi Charles Hogenboom. Sua chegada significou o início de um período turbulento, com grandes conflitos entre a nova liderança da colônia e os emigrantes. A atuação firme e formal de Hogenboom – que tinha uma política monetária restritiva como um dos principais componentes - não foi aceita por alguns dos agricultores. Em geral, esses eram os agricultores que estavam acostumados a atuar com independência e que, depois da fase inicial coletiva, tinham perdido a confiança de que agora teriam a liberdade de construir a sua própria empresa. Alguns desses agricultores fizeram grandes contribuições financeiras para a cooperativa, que já tinham sido desperdiçadas pela má gestão. Estes foram então buscar sua "liberdade" em outros lugares no Brasil, levando seus equipamentos de trabalho e receitas das vendas da cooperativa. Hogenboom não conseguiu convencer todos os agricultores de que, depois de anos pagando as suas dívidas, eles seriam donos de sua própria empresa. Hogenboom não desistiu de cuidar dos

interesses dos credores holandeses. Ao contrário de Heijmeijer, não se desviou de seu curso a fim de dar a volta por cima com Holambra, mesmo que as consequências sociais fossem profundas.

Heijmeijer chegou à triste conclusão que havia sido ludibriado. No outono de 1952, ele havia surgido como o porta-voz daqueles que tinham perdido a confiança em Hogenboom. Suas cartas e as de outros membros da "oposição" geraram duvidas na KNBTB e no governo holandês. Um mediador foi enviado da Holanda para o Brasil, mas Hogenboom não cedeu. Para Heijmeijer, não restou outra opção a não ser voltar para a Holanda.

Hogenboom imediatamente cercou-se de empresários holandeses que viviam no Brasil, fazendo também contato com brasileiros influentes. Embora Hogeboom representasse os interesses financeiros, revelou-se rapidamente um defensor de Holambra. Durante os anos de crise entre 1951 e 1953, foram os agricultores rebeldes os principais opositores das condições do empréstimo holandês; nos anos seguintes, no entanto, foi justamente Hogenboom que não queria mais defender os interesses financeiros holandeses. Hogenboom desejava se livrar da interferência holandesa em assuntos internos de Holambra. Os poucos relacionamentos que manteve com as autoridades da Holanda eram com o ministro holandês de Assuntos Sociais e com o seu comissário para emigração, Bas Haveman.

Durante os anos cinquenta, cresceu o elo entre Holambra e as autoridades brasileiras. Exemplar foi a visita do vice-presidente brasileiro José Café Filho à fazenda, em maio de 1953. Após essa visita, Holambra negociou com funcionários do governo para obter um novo empréstimo visando explorar uma nova parte da propriedade. Alguns anos depois, vários brasileiros proeminentes, inclusive o governador de São Paulo Jânio Quadros e o vice-presidente do parlamento de São Paulo, Paes de Barros Neto, se empenharam em anistiar o pagamento de juros sobre o empréstimo de 1948. Vários brasileiros influentes também desempenharam um papel importante na implementação da colônia Holambra II. Holambra ainda precisava da Holanda para formar esta colônia, mas a importância do apoio holandês agora era muito menor; a principal questão era conseguir emigrantes suficientes para povoar a nova colônia. A atitude da KNBTB foi indicativa. A associação tinha tomado a iniciativa para Holambra I, mas manteve-se distante durante a fundação de Holambra II. Apesar de seu envolvimento, a associação também indicou que não seria capaz de garantir a emigração de uma quantidade suficiente de agricultores para o Brasil. Em 1962, Hogenboom mais uma vez percebeu que a KNBTB o tinha abandonado. Além da Fundação Católica de Emigração (KCES), que representava cada vez mais os interesses de Holambra na Holanda, o principal apoio holandês vinha do comissário de emigração Bas Haveman.

Embora a influência holandesa no desenvolvimento de Holambra tenha diminuído no decorrer do tempo e a comunidade estivesse cada vez mais integrada à sociedade brasileira, os laços com a Holanda permaneciam

intactos. Esses laços não eram só culturais, mas também econômicos. Graças ao know-how da Holanda, Holambra I, que originalmente havia sido concebida para abastecer as cidades vizinhas de laticínios, transformou-se no mais importante polo de floricultura da região. O aumento das viagens aéreas possibilitou uma intensificação do contato com a Holanda nas últimas décadas. Hoje, a internet oferece enormes oportunidades para que a identidade "híbrida" holandesa-brasileira de Holambra permaneça intacta. Apesar da integração continuada, claramente perceptível no desaparecimento do holandês como língua falada no local, Holambra continua sendo um lugar onde Holanda e Brasil se misturam como em poucos outros.

FONTES E LITERATURA CONSULTADA

Arquivos

Brasil, Museu Histórico e Cultural Holambra, Holambra (MH)
Cooperativa Agro-Pecuária Holambra (CAPH)
Holanda, Arquivo Nacional, Haia (NA)
Coleção Heijmeijer, código 2.21.364
Coleção P.A. Kerstens, código 2.21.183.43
Directie van de Landbouw, Algemene Zaken, 1905-1954, código 2.11.07.01
E.N. van Kleffens, código 2.05.86
Ministerie van Buitenlandse Zaken, A-dossiers, 1815-1940, código 2.05.03
Ministerie van Buitenlandse Zaken, Codearchief 1945-1954, código 2.05.117
Ministerie van Landbouw, Directie Algemene Zaken (DAZ), 1937-1982, código 2.11.55
Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, Directie Emigratie, 1933-1994, código 2.15.68
Nederlandse Ambassade later Consulaat-Generaal te Rio de Janeiro en te Sao Paulo, código 2.05.151
Voorlopers Nederlandse Emigratiedienst (NED), 1913-1953, código 2.15.30
Holanda, Centro de Documentação Católico, Nijmegen (KDC)
J.C.A. van Beers, código 871
Katholieke Nederlandse Boeren- en Tuindersbond (KNBTB), código 863
Arquivos soltos (LARC)
Noord-Brabantse Christelijke Boerenbond (NCB)
Holanda, Arquivo de Utrecht (HUA)
Aartsbisdom Utrecht (AAU), código 449

Fontes impressas

Boer en Tuinder, 1947-1960
Correio da Manhã, 1958
Diário do Povo, 1958
Eindhovens Dagblad, 1960
Emigratie. Verslag van de werkzaamheden van de organen voor de emigratie, 1956, 1959
Handelsberichten, 1908-1913
Handelingen der Staten-Generaal, 1950-1958, consultado sobre www.statengeneraaldigitaal.nl
Holambra Reporter, 1971
De Linie, 1949, 1952
De Maasbode, 1948

Maandblad Holambra I en II, 1977
De Nieuwe Eeuw, 1952-1956
De Nieuwste Eeuw (semanal Holambra), 1958
Nieuwe Rotterdamsche Courant, 1952
Nieuwe Venloosche Courant, 1938
Ontginning. Maandblad voor Kath. jonge boeren en tuinders, 1950, 1954, 1957
Peel en Maas, 1949-1954
De Telegraaf, 1952
De Tijd, 1910
De Volkskrant, 1952
Weekblad van den Noordbrabantschen Christelijken Boerenbond, 1946
Wij Komen, 1973

Internet

http://www.bhic.nl/genealogie/berne/
http://en.wikipedia.org/wiki/BRIC
http://en.wikipedia.org/wiki/Immigration_to_Brazil
http://www.museudaimigracao.com.br
http://www.tanterika.nl/#/weblog
http://www.statengeneraaldigitaal.nl

Referências bibliográficas

Besselaar, J.J. van den, *Brazilië. Ontwakende reus in de tropen* (Meppel 1967).

Biesheuvel, J.S., *Rapport inzake studiereis naar Brazilië betreffende emigratieaangelegenheden* (s.l., 1950).

Broek, Jan van den, *Holambra. Dromen strijd en overwinning. Geschiedenis van een succesvol emigratieproject* (Holambra 2008).

Broek, Jan van den, *Een levensweg. Memoires van een pionier* (Holambra 2011).

Buysse, Frans, *De Zeeuwse gemeenschap van Holanda, Brazilië (1858-1982). Een antropologische studie over integratie en identiteit*. Doctoraalscriptie culturele antropologie Katholieke Universiteit Nijmegen 1984 (Bijdragen tot de geschiedenis van West-Zeeuws-Vlaanderen, no. 13).

Chaves, Niltonci Batista (red.), *Imigrantes – Immigranten. História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais, 1911-2011. Perspectivas da imigração holandesa no Brasil. Quatro séculos de patrimônio* (Ponta Grossa 2010).

Chaves, Niltonci Batista (red.), *Immigranten. História da Imigração holandesa na região dos Campos Gerais, 1911-2011. Falando de Histórias II* (Ponta Grossa 2011).

Duffhues, Ton, *Voor een betere toekomst. Het werk van de Noordbrabantse Christelijke Boerenbond voor bedrijf en gezin, 1896-1996* (Nijmegen 1996).

Fazenda Ribeirão. *De Nederlandse kolonie in Brazilië* s.l. 1948).

Ferreira Levy, Maria Stella, 'O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)', *Revista Saúde Pública 8*(1974), 49-90.

Faassen, Marijke van *Polder en emigratie. Het Nederlandse emigratiebestel in internationaal perspectief, 1945-1967* (Den Haag 2014).
Geurts, A.J., *Polders in cultuur gebracht. Ontginning en tijdelijke staatsexploitatie van de IJssemeerpolders* (Lelystad 2000).
Hack, H., 'Dutch group settlement in Brazil', *R.E.M.P.-bulletin, 7*(1959), supplement 4.
Heeren, H., *Bevolkingsgroei en bevolkingsbeleid in Nederland* (Amsterdam 1985).
Heijmeijer, G.J. (red.), *Wij boeren. Een boek voor jonge boeren en tuinders* (Heemstede 1941).
Hofstede, B.P., *Thwarted Exodus. Post-War Overseas Migration from the Netherlands* ('s-Gravenhage 1964).
Hogenboom, C.J.J., 'Experience with Dutch land settlement in Brazil', *Social compass: International review of sociology of religion 3*(1955), 227-235.
Huizinga, B., *De Nederlandse immigranten te Não Me Toque* (Wageningen 1967).
Jongkind, C.F., 'The Dutch Colony in Tres Arroyos, Argentina. A Particular Case of Ethnic Group Maintenance', *International Migration 23*(1985), no. 3, 335-346.
Jongkind, C.F., 'Nederlandse boerengemeenschappen in Paraná, Brazilië. Deel 2: Castrolanda, Arapotí en de centrale coöperatie (CCLPL)', *Elders. Periodiek over emigratie* (1987), no. 4, 6-25.
Jongkind, C.F., 'The Agrarian Colonies of Dutch Calvinists in Paraná, Brazil', in: *International Migration 27*(1989), no. 3, 467-485.
Kiewiet, Ruth en Willem, *A Colônia de Gonçalves Júnior (Irati / Paraná) – A Imigração Holandesa de 1908-1909 no Brasil* (Carambeí 2011).
Klein Gunnewiek, H., *Herinneringen van een emigrant. Holambra, Brazilië* (Bedum 1991).
Knaap, Annemarie van der, *Vamos realizar um Veiling! 25 anos klok (s.l. 2014).*
Knappert, L., 'De Nederlandsche kapel van Santa Leopoldina (Brazilië)', *Neerlandia 31*(1927), no. 11, 189.
Koops, Enne, *De dynamiek van een emigratiecultuur. De emigratie van gereformeerden, hervormden en katholieken naar Noord-Amerika in vergelijkend perspectief* (1947-1963) (Hilversum 2010).
Kooy, H.A. ,*Carambeí 75 jaar, 1911-1986* (Castro 1986).
Krabbendam, Hans, *Vrijheid in het verschiet. Nederlandse emigratie naar Amerika, 1840-1940* (Hilversum 2006).
Krajenbrink, E.J., *Het Landbouwschap. 'Zelfgedragen verantwoordelijkheid' in de land- en tuinbouw 1945-2001* (s.l. 2005).
Leeuw, N.R. de, *Brazilië. Een land der toekomst* (Amsterdam 1909).
Lesser, Jeffrey, *Welcoming the Undesirables: Brazil and the Jewish Question* (Berkeley 1995).
Lesser, Jeffrey, *Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil* (Durham 1999).

Maar, R.E. de, 'Rapport omtrent de ziektetoestand van het Nederlandse vee op de Fazenda Ribeirão in Brazilië', *Tijdschrift voor Diergeneeskunde 75*(1950), no. 24, 1001-1023.
Maris, A., C.D. Scheer en M.A.J. Visser, *Het kleine boerenvraagstuk op de zandgronden. Een economisch-sociografisch onderzoek van het Landbouw-Economisch Instituut* (Assen: Van Gorcum, 1951).
Mast, W. van der, *Praktijk en patroon van recente Nederlandse groepsmigraties* (Groningen 1963).
Milgram, Avraham, 'The Jews of Europe from the Perspective of the Brazilian Foreign Service, 1933-1941', *Holocaust and Genocide Studies 9*(1995), no. 1, 94-120.
Otten, F.J., *Inventaris van het archief van Ch.I.J.M. Welter* [levensjaren 1880-1973]. Ca. 1900-1973 (Den Haag 1985).
Reglementaire grondregelen voor den Bevolkingsdienst van het Nationale Grondgebied. Brazilië (Rio de Janeiro 1907).
Reijrink, Ad, 'Diessense emigranten in Brazilië: paradijs of nachtmerrie?', *Hers en geens dur Diessen*, Deel 15 (Diessen; Fotostichting Diessen 2007), 4-58.
Rip, W., *Landbouw en publiekrechtelijke bedrijfsorganisatie* (Wageningen 1952).
Roos, Ton, Margje Eshuis, *"Op een dag zullen ze ons vinden". Een Zeeuwse geschiedenis in Brazilië* (Barneveld 2008).
Roos, Ton, Margje Eshuis, *Os Capixabas Holandeses. Uma história holandesa no Brasil* (Barneveld 2008).
Saueressig-Schreuder, Y., R.P. Swierenga, *Catholic Emigration from the Southern Provinces of the Netherlands in the Nineteenth Century* (Voorburg 1982).
Schenkeveld, Willemien, 'Red mij voordat mijn hele gezin is gestorven. De rampzalige emigratie naar Brazilië, 1908-1909', *Geschiedenis Magazine 46* (oktober 2011), no. 7, 20-23.
Schiller, Nina Glick, Linda Basch and Cristina Blanc-Szanton, 'Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration', *Annals of the New York Academy of Sciences* (1992), no. 645, 1-24.
Smits, Mari, *Met kompas emigreren. Katholieken en het vraagstuk van de emigratie in Nederland (1946-1972)* (Nijmegen/'s-Gravenhage 1989).
Smits, Mari, Holambra. *Geschiedenis van een Nederlandse toekomstdroom in de Braziliaanse werkelijkheid, 1948-1988* (Nijmegen 1990).
Smits, Mari, *Boeren met beleid. Honderd jaar Katholieke Nederlandse Boeren- en Tuindersbond, 1896-1996* (Nijmegen 1996).
Smulders, G.W.A., 'Emigratie en zielzorg', *Nederlandse Katholieke Stemmen 47*(1951), 9-21.
Stapelbroek, Renate, 'Retour Brabant-Brazilië. De terugkeer van naoorlogse emigranten (1960-1970), *Inbrabant 3*(2012), no. 1, 22-37.
Stekelenburg, H.A.V.M. van, *De grote trek. Emigratie vanuit Noord-Brabant naar Noord-Amerika* (Tilburg 2000).

Stokvis, P.R.D., *De Nederlandse trek naar Amerika 1846-1847* (Leiden 1977).
Stols, Eddy, Brazilië. *Vijf eeuwen geschiedenis in dribbelpas* (Leuven/Leusden 2002, segunda impressão).
Swierenga, R.P., *'"A Paradise That Never Was". Dutch Immigrants in Argentina'*. Twelfth International Economic History Conference, Madrid, Spain, August 28, 1998. www.swierenga.com.
Swierenga, R.P., *Faith and Family. Dutch Immigration and Settlement in the United States, 1820-1920* (New York/Londen 2000).
Tschudi, Johan Jakob von, *Reisen durch Südamerika*. Dritter Band (Leipzig 1867).
Tschudi, Johan Jakob von, *Viagem à provincia do Espírito Santo. Imigração e Colonização Suiça* (Vitória: Arquivo Publico do Estado do Espírito Santo 2004).
Verslag van het R.K. Emigratiecongres gehouden te 's-Gravenhage op dinsdag, 15 november 1927 ('s-Hertogenbosch 1927).
Westhoff, J.Th., *De directe mogelijkheden der werkverschaffing bij de werkloosheidbestrijding* (Zwolle 1938).
Wit, Pedro de, *Wegen wijzen overzee. 65 jaar christelijk emigratiewerk* (Kampen 1993).
Wijnen, C.J.M, *Holambra I. Nederlandse boeren in coöperatief verband in Brazilië* ('s-Gravenhage 1976).
Wijnen, C.J.M., *Holambra II. Een groepsvestiging van Nederlandse boeren*. LEI-mededeling no. 178 ('s-Gravenhage 1977).
Wijnen, Kees, *Holambra 1948-1998. Van coöperatie van Nederlandse boeren en tuinders tot bloemenstad in Brazilië* (Den Haag 1998).
Wijnen, Kees, *Campos de Holambra, 1960-2010* (Poeldijk/Paranapanema 2010).
Zweig, Stefan, *Brasilien. Ein Land der Zukunft* (Stockholm 1941).

ILUSTRAÇÕES

Brasil, Museu Holambra: frente (inferior direito).
Brasil, Museu da Imigração, São Paulo: 42, 54, 96.
Chaves, Niltonci Batista (red.*), Imigrantes – Immigranten. História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais, 1911-2011. Dl. I: Perspectivas da imigração holandesa no Brasil. Quatro séculos de patrimônio* (Ponta Grossa: Todapalavra, 2010): 33.
Holanda, Centro de Documentação Católico, Nijmegen (KDC): 26, 29, 45, 47, 48, 51, 53, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 70, 73, 74, 77, 78, 81, 86, 88, 90, 93 (superior e inferior), 98, 100, 101, 103, 106, 109, 113, 117, 120, 125, 127, 129, 131, 133, 139, 141, 143, 146, 149 (superior e inferior), 150, 152, 153, 155, 157, 159, 165, 169, 171, 180, 181, 189.
Holanda, Fundação Alt Oeldere, Venray: 66, 68.
Holanda, Grupo de trabalho Historie Heide, Venray: 136.
Hulsman, L.A.H.C., *Nederlandse groepsmigratie naar Brazilië (1822-1992). Themagids met Nederlandse bronnen die betrekking hebben op de groepsmigratie van Nederlanders naar Brazilië in de periode 1822-1992 en de kolonies die daardoor ontstonden* (2012): 16.
Kiewiet, Ruth en Willem, *A Colônia de Gonçalves Júnior (Irati / Paraná) – A Imigração Holandesa de 1908-1909 no Brasil* (Carambeí 2011): 38.
Smits, Mari: frente (superior e inferior esquerdo).
Wijnen, Kees, *Holambra 1948-1998. Van coöperatie van Nederlandse boeren en tuinders tot bloemenstad in Brazilië* (Den Haag 1998): 44, 95.

Em 1948 foi comprada uma fazenda a 140 quilômetros ao norte da cidade de São Paulo para o assentamento de emigrantes holandeses. Não havia quase nada, apenas a velha casa-grande e alguns barracos, as terras tinham que ser desbravadas. Fazenda Ribeirão é hoje uma comunidade afortunada e com elementos holandeses óbvios. Mas nos primeiros anos e antes de prosperar, os pioneiros holandeses tiveram que lutar arduamente pela vida quotidina. Muitos pioneiros partiram para outros destinos no Brasil ou regressaram para a Holanda.

Holambra brotou da mente de Geert Heijmeijer, ex-secretário da Associação Católica de Agricultores na Holanda (KNBTB), que foi ao Brasil à procura de um lugar para lavradores que já não viam futuro como agricultor na Holanda. A sua idéia para o assentamento era uma colônia-modelo, composta de "pessoas formidáveis" que juntas formariam a base para uma "nova comunidade" segundo princípios cristãos. Porém, o idílio de Heijmeijer foi logo perturbado por dificuldades financeiras e tensões internas. Graças a um novo empréstimo da Holanda e sob a mão dura de Charles Hogenboom, ex-colonista holandês com experiência tropical na Indonésia, foi realizada uma reorganização que acabou por salvar Holambra. Entretanto, muitos lavradores se tinham revoltado contra a "ditadura", deixando Holambra.

Este livro relata os motivos de emigrantes holandeses para partir para o Brasil e o que eles vivenciaram nos primeiros anos. Apesar de Holambra ser fundada por iniciativa particular, o governo holandês ficou logo envolvido com esta comunidade holandesa no Brasil. Este envolvimento tocava diretamente a vida quotidiana dos residentes da comunidade. Além da fase inicial difícil da colônia, inclusive os vários conflitos internos, a obra incide sobre os assentamentos provenientes destas dificuldades em outras partes do Brasil. O livro termina com a fundação de Holambra II em 1961, quando Holambra finalmente conseguiu ultrapassar a fase pioneira.

Dr. Mari Smits, historiador
Os primeiros anos difíceis de um pedacinho da Holanda no Brasil
2016